

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**LUCIANE AZEVEDO CHAVES**

**Imprensa, políticas públicas e experiências de  
agricultores sertanejos em períodos de estiagem.  
Sobral-CE, década de 1970**

**Uberlândia  
2016**

**LUCIANE AZEVEDO CHAVES**

**Imprensa, políticas públicas e experiências de  
agricultores sertanejos em períodos de estiagem.  
Sobral-CE, década de 1970**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora  
do Programa de Pós-Graduação em História,  
do Instituto de História, da Universidade  
Federal de Uberlândia, como exigência parcial  
para a obtenção do título de Mestre em  
História.

Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Ilka Vieira  
Vasconcelos.

**Uberlândia  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

C512p Chaves, Luciane Azevedo, 1984-  
2016 Políticas públicas e experiências de agricultores sertanejos em  
períodos de estiagem : microrregião de Sobral-CE, na década de 1970 /  
Luciane Azevedo Chaves. - 2016.  
151 f.

Orientadora: Regina Ilka Vieira Vasconcelos.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Trabalhadores rurais  
- Sobral (CE) - História - Teses. 4. Políticas públicas - Brasil - Teses. I.  
Vasconcelos, Regina Ilka Vieira. II. Universidade Federal de Uberlândia.  
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

## **Banca Examinadora**

---

**Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa (UECE)**

---

**Profa. Dra. Marta Emisia Jacinto Barbosa (UFU)**

---

**Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (UFU)**  
**(Orientadora)**

*In memoriam à Professora Francisca das Chagas  
Azevedo Chaves, minha mãe, que sempre me  
incentivou a enveredar pelo universo da leitura.  
Ao meu pai, Francisco, à tia Maria, aos meus  
irmãos, Lucas e Lucivânia, pela paciência e pelo  
apoio dedicados.  
E às/aos agricultoras/es.  
Contribuidoras/es para a construção deste trabalho.*

## **Agradecimentos**

Nesta intensa caminhada de dois anos de mestrado, deparei-me com pessoas queridas que, ao longo do curso e no desenrolar da pesquisa e da escrita, demonstraram carinho e apoio em momentos bastante tensos, bem como em momentos felizes. Pessoas que, mesmo estando distantes, se fizeram presentes. Deixo aqui os meus agradecimentos sinceros.

Agradeço a minha família, principalmente ao meu pai e minha tia, Francisco e Maria de Jesus, pelo amor incondicional e apoio nessa intensa jornada de estudos e pela compreensão de não poder estar presente com eles nos momentos onde precisava priorizar a pesquisa. Agradeço também a minha irmã, Lucivânia, pela paciência e pelas palavras de apoio; ao meu irmão, Lucas, por ter me ajudado com a transcrição das entrevistas. Ao Gleciano, pelo apoio prestado no decorrer da caminha de mestrado. À Glaycinha e ao Gerardo, por terem me hospedado em sua casa em Fortaleza para poder realizar o levantamento dos documentos necessários à realização desse trabalho. À minha prima, Ana Gleyce e ao Elvis, por terem intermediado, e, assim, possibilitado a realização de uma das entrevistas em Aracatiaçu. Ao meu primo, Paulo Roberto, pelos momentos em que disponibilizou sua atenção para me ouvir durante o processo de escrita. Aos meus tios, Vicente e Nonata, que sempre acreditaram na conclusão desse mestrado.

Uma imensa gratidão à minha orientadora, Regina Ilka Vieira Vasconcelos, a quem tenho muita admiração e respeito desde a graduação, quando foi minha professora na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), a compreensão e o apoio durante o percurso do mestrado, no processo de escrita até a etapa final. Os diálogos tanto presentes quanto à distância e as leituras sugeridas contribuíram para o amadurecimento da pesquisa que culminou para a conclusão deste trabalho.

Gostaria de agradecer à Professora Marta Emisia Jacinto Barbosa, por quem também tenho admiração e respeito, porque também tive a oportunidade de experienciar

suas reflexões no curso de graduação, tendo contribuído para meu amadurecimento enquanto pesquisadora. Agradeço pelas valiosas observações na banca de qualificação e por ter aceitado gentilmente fazer parte da banca de defesa.

Agradeço à Professora Célia Rocha Calvo, por ter aceitado participar da banca de qualificação. Suas sugestões de leitura e seus comentários críticos contribuíram para o aprofundamento de questões pertinentes. Ressalto também as leituras e discussões realizadas na disciplina Instituições e Movimentos Sociais, tendo sido de grande valia para a realização desta pesquisa.

Agradeço ao Professor Francisco Carlos Jacinto Barbosa, que aceitou o convite para participar da banca de defesa desta dissertação.

Agradeço aos professores do Instituto de História da UFU e da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais pelas contribuições durante o curso, bem como aos secretários da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, Josiane Braga Soares e Stênio Alves, pela cordialidade, sempre atenciosos e dispostos a prestar esclarecimentos e a responder as minhas dúvidas.

À CAPES, pela bolsa de mestrado, que possibilitou minha estadia durante o período de realização das disciplinas e o deslocamento para a pesquisa de campo, possibilitando também a dedicação ao curso e à pesquisa.

Aos amigos e colegas de curso, pelos momentos compartilhados. Isso implica em discussões, angústias, tensões e também pelos bons momentos regados de risos. Especialmente a Diacísio, Jenne, Cíntia, Cássia, Mário Moraes, Flaviano, Rosana Kunia, Mariana, Adriana, Luceleide, Rosana Santos e Tadeu.

À Carol, que me recebeu com carinho em sua residência em Uberlândia durante o processo seletivo, e com quem, posteriormente, passei a dividir apartamento. Obrigada pela acolhida e pela amizade que me proporcionaram momentos de alegria e de agradáveis conversas.

Aos amigos Diacísio e Jenne, com quem compartilhei minhas angústias, a saudade da família, as discussões de sala de aula, entre outros assuntos, bem como com quem tive bons momentos de alegrias. Obrigada por terem estado sempre disponíveis a me ouvir.

À minha amiga Vera, que desde o início do processo seletivo tem acompanhado essa trajetória, que hoje resulta na construção deste trabalho, um agradecimento especial pela atenção, pelo carinho e pela força prestados durante os momentos de angústia, tensão, de discussões sobre a pesquisa. Obrigada também por ser uma ótima ouvinte nos momentos em que me encontrava precisando ouvir palavras amigas.

Ao amigo Maico, pelas palavras amigas e sugestões durante o período de escrita. Obrigada pelos momentos em que dedicou sua atenção a me ouvir.

Aos entrevistados, grandes contribuidores para a construção deste trabalho: Júlio Maciano, Selisvaldo, Édson, Raimundo Alves (Senhor Vigário), Dom João, Valter, Maria Socorro, Antonio Peres e Gerardo Víctor. Obrigada por disporem de seu tempo, relembrando suas experiências de vida, de grande relevância para a concretização desta pesquisa. À Vanderlandia, que me acompanhou nas entrevistas com cada agricultor de Taperuaba, obrigada pela gentileza prestada e por ter intermediando nos diálogos com esses sujeitos sociais.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em Fortaleza-CE, agradeço a todos/as, em especial à Diretora da Biblioteca, Enide Vidal, que me permitiu o acesso aos documentos do Setor de Periódicos e do Setor de Microfilmagem. Esses setores se encontravam fechados para pesquisa devido à reforma da Biblioteca. Agradeço também aos funcionários do Setor de Microfilmagem, João Elmadan Machado Maia e Gertrudes Costa Sales, pela atenção disponibilizada com a pesquisa no Jornal O Povo.

Agradeço à equipe do Jornal Correio da Semana, em Sobral-CE, especialmente a Araújo Patele, pela receptividade e gentileza prestada, tendo disponibilizando o acesso ao acervo, demonstrando ampla disposição para contribuir com a pesquisa.

Grata aos/as funcionários/as do DNOCS, principalmente aos funcionários da Biblioteca Zenaide Sá Carneiro da Cunha, na sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, em Fortaleza-CE, José Sigefredo Pinheiro Filho, Anésia Torres Vieira Bayma pela atenção prestada, disponibilizando documentos necessários à pesquisa, tanto impressos como digitalizados.

À professora Marize Vital, à Conceição Maia e ao Professor Benedito Genésio, pelas vezes que me acolheram carinhosamente em suas residências em Fortaleza, durante os períodos de viagem para Uberlândia. Meus sinceros agradecimentos.

Grata ao Professor Gleison Monteiro, que contribuiu para meu amadurecimento intelectual na graduação, tanto como professor quanto como orientador, estimulando-me a enveredar pelos caminhos da pesquisa, mesmo depois da graduação, tomando como referência a História Social.

À professora Carla Silvino, agradeço pela sua atenção e disponibilidade em contribuir como orientadora na especialização em História do Brasil, nas Faculdades INTA. Suas observações foram de suma importância para a construção e o amadurecimento da problemática que culminou no projeto de mestrado.

Agradeço a todos/as pela contribuição prestada, que acarretou para o meu crescimento pessoal e profissional. Fosse através de palavras amigas ou possibilitando o acesso à pesquisa, todos/as fizeram parte dessa caminhada árdua.

## Resumo

Esta pesquisa analisa as políticas públicas destinadas aos agricultores sertanejos em períodos de estiagem, na microrregião de Sobral, Ceará, na década de 1970, tratando principalmente da seca do ano de 1970. Durante esse período, foram implementadas, pelo Estado, políticas tanto de caráter emergencial, como as frentes de serviço, destinadas a obras como construção de estradas, avenidas, açudes e barragens, quanto aquelas a serem realizadas em longo prazo, como os projetos de irrigação. O principal objetivo anunciado pelos governos da ditadura para a implementação dessas políticas era a integração do Nordeste às demais regiões do país, através do Programa de Integração Nacional (PIN), com a modernização da agricultura. A pesquisa se desenvolveu com a análise do periódico católico *Correio da Semana*, pertencente à Cúria Diocesana de Sobral, dos periódicos *Correio do Ceará* e *O Povo*, arquivados na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em Fortaleza; do Boletim Técnico e do Relatório do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), de 1970, encontrados no próprio órgão; e de entrevistas realizadas com os agricultores sertanejos dos distritos de Aracatiaçu e Taperuaba, de Sobral. A partir da referência na perspectiva da História Social inglesa, em diálogo com Edward Palmer Thompson e Raymond Williams, a problemática se dedica a compreender e discutir a execução das políticas públicas na microrregião de Sobral para os agricultores durante a seca de 1970, como e porque essas políticas aconteciam e quem se beneficiava com os recursos enviados. Percebendo as relações de poder, os embates políticos, como se faziam presentes nas notícias publicadas pela imprensa cearense, nos registros do Boletim Técnico e do Relatório do DNOCS, tais percepções foram colocadas em diálogo com a memória dos agricultores sertanejos, no âmbito de sua experiência de vida e seu olhar sobre as políticas de governo.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas e Estado; Seca e Memória; Imprensa; Agricultores Sertanejos e Experiências de Vida.

## Abstract

This research analyzes public policies to sertanejos farmers during drought periods, in the micro region of Sobral, in the 1970s, mainly basing the drought of 1970. During this period were implemented by the State, political as much of an emergency nature, being short as the work fronts, and those thought to be held long-term, such as irrigation projects. In order to alleviate the suffering of country people who were in difficulties to live in the countryside during the dry, governments sent resources to be used in emergency works such as construction of roads, avenues, ponds and dams. Importantly, governments also aimed to develop works capable of integrating the Northeast to other regions of the country through the National Integration Program (PIN). Another motivating factor for the implementation of such policies was the modernization of agriculture. By analyzing the Catholic newspaper *Correio da Semana*, belonging to the Curia Diocesan Sobral, from Ceará Mail journals and *The People*, filed at the Public Library Governor Menezes Pimentel in Fortaleza, the data sheet and the National Department of Works Against Drought Report (DNOCS) 1970, found himself in the body, and interviews with farmers in the hinterland Aracatiaçu and Taperuaba districts of Sobral made it possible to understand how and why these policies happened and who benefited in fact sent to the resources. Thus, the research was based from the perspective of Social English history, in dialogue with Eduard Palmer Thompson and Raymond Williams. The problem stops to think about the implementation of public policies in the micro region of Sobral for farmers during the drought of 1970. Realizing the power relations, the political clashes, as were present in the news published by the press Ceará, in the Bulletin records technical and DNOCS report, so as to engage such perceptions with memories of sertanejos farmers. Through his lines, he sought to understand their life experiences, his gaze on those government policies. Understanding how their lifestyles made possible live in the countryside during drought periods.

**Keywords:** Public Policies and State; Drought and memory; Press; Farmers Sertanejos and life experiences.

## **Lista de Imagens**

Imagen 1 -	Às vítimas da seca. Jornal Correio da Semana. ....	57
Imagen 2 -	53 anos de luta. Jornal Correio da Semana. ....	59
Imagen 3 -	Decretada calamidade pública em Sobral. Jornal Correio do Ceará. ....	68
Imagen 4 -	1.500 famintos em Irauçuba. Jornal Correio do Ceará. ....	73
Imagen 5 -	Políticos ameaçam cassacos. Jornal Correio do Ceará. ....	75
Imagen 6 -	Políticos comem gato assado em Sobral. Jornal Correio do Ceará. ....	76
Imagen 7 -	Alistamento em Santana do Acaraú. Jornal Correio da Semana. ....	78
Imagen 8 -	SUDENE emitirá um novo pronunciamento de seca. Jornal O Povo. ....	81
Imagen 9 -	Jornal O Povo. ....	84
Imagen 10 -	Jornal O Povo. ....	86
Imagen 11 -	Sêca e Plano de Ação. Jornal O Povo. ....	89
Imagen 11 -	Sêca e Plano de Ação. Jornal O Povo. Detalhe. ....	90
Imagen 12 -	Arena visita O Povo. Jornal O Povo. ....	94
Imagen 13 -	Relatório Anual do DNOCS – 1970: Balanço de Investimentos Públicos / Aplicação por Projetos e Atividades. ....	106
Imagen 14 -	Relatório Anual do DNOCS – 1970: Plano de Ação para Emergência de Seca / Controle dos Alistamentos Autorizados em 1970. ....	108
Imagen 15 -	Relatório Anual do DNOCS-1970. Texto de apresentação do relatório do Engenheiro José Lins Albuquerque ....	111

Imagen 16 -	Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas. Jornal O Povo. ....	118
Imagen 17 -	Jornal O Povo. ....	127
Imagen 18 -	Jornal Correio da Semana. Treinamento de Trabalhadores. ..	131
Imagen 19 -	Fotografia de Francisco Júlio de Araújo (Júlio Maciano). ....	140
Imagen 20 -	Fotografia de Selisvaldo Pereira Lima. ....	148
Imagen 21 -	Fotografia de Dom João Ferreira Lima. ....	152
Imagen 22 -	Iguatu, Cariré e Itapiúna: outros que requerem frentes. Drama desolador em Groaíras também campeia a fome. Jornal Correio da Semana. ....	155
Imagen 23 -	Flagelo Ainda Continua em Nossa Estado. Jornal Correio da Semana. ....	156
Imagen 24 -	Fotografia de Raimundo de Almeida Rodrigues (Sr. Vigário). ....	161
Imagen 25 -	Fotografia de Édson Dias Gomes. ....	164
Imagen 26 -	Safra reduzida a 20%: 50 mil homens para frentes de serviço. Jornal Correio do Ceará. ....	169
Imagen 26 -	Safra reduzida a 20%: 50 mil homens para frentes de serviço. Jornal Correio do Ceará. Detalhe 1. ....	170
Imagen 26 -	Safra reduzida a 20%: 50 mil homens para frentes de serviço. Jornal Correio do Ceará. Detalhe 2. ....	171
Imagen 27 -	Sai o Primeiro Plano do Grupo da Sêca: Frentes para 64 mil flagelados. Jornal O Povo. ....	174
Imagen 27 -	Sai o Primeiro Plano do Grupo da Sêca: Frentes para 64 mil flagelados. Jornal O Povo. Detalhe 1. ....	175
Imagen 27 -	Sai o Primeiro Plano do Grupo da Sêca: Frentes para 64 mil flagelados. Jornal O Povo. Detalhe 2. ....	176
Imagen 28 -	Fotografia de Valter Alves do Nascimento e Maria Socorro do Nascimento. ....	178
Imagen 29 -	Fotografia de Gerardo Víctor de Sousa. ....	182
Imagen 30 -	Expansão do Algodão. ....	185

Imagen 30 -	Expansão do Algodão. Detalhe 1. ....	186
Imagen 30 -	Expansão do Algodão. Detalhe 2. ....	187
Imagen 31 -	Algodão tem preço. ....	188

## **Lista de Mapas**

Mapa 1 -	Localização do Estado do Ceará .....	19
Mapa 2 -	Localização de Sobral no Estado do Ceará .....	20
Mapa 3 -	Sobral: Divisão Distrital .....	21
Mapa 4 -	Localização da Microrregião de Sobral (Ceará – Brasil) .....	28

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

ACAR – Associação de Créditos Rural

BR – Rodovia Brasileira

CEAT – Centro de Estudos e Apoio ao trabalhador e trabalhadora

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEPAC – Centro Piauiense de ação Cultural

CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Cr\$ – Cruzeiro

DAE – Departamento de Arquitetura e Engenharia

DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

DER – Departamento de Edificações e Rodovias

DERT – Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

DNER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FCVSA – Fórum Cearense Pela Vida no Semiárido

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IFOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LTDA – SORAUTO – Sociedade Limitada Sobral Auto.

MEB – Movimento de Educação de Base

NCr\$ – Cruzeiro Novo

ONG – Organização Não Governamental

PDRI – Programas de Desenvolvimento Rural Integrado

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Programa de Integração Nacional

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo

PROVALE – Programa Especial para o Vale do São Francisco

SOEC – Superintendência de Obras do Estado do Ceará

STRS – Sindicato dos/as Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sobral

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUTERCE – Superintendência de Transportes Intermunicipais e Terminais Rodoviários do Estado do Ceará

## Sumário

<b>Introdução</b>	.....	17
<b>Capítulo 1</b>	<b>A estiagem noticiada nos jornais: microrregião de Sobral na década de 1970</b>	44
1.1.	Jornal Correio da Semana: a seca como tema de primeira página com abordagem católica .....	46
1.2.	Jornal Correio do Ceará: a temática da seca e a memória do “drama secular” .....	60
1.3.	Jornal O Povo: ênfase nas articulações políticas e econômicas .....	79
<b>Capítulo 2</b>	<b>A organização de políticas públicas de “combate à seca”: a atuação do DNOCS na microrregião de Sobral na década de 1970</b>	96
2.1.	O DNOCS e as políticas públicas: irrigação e rodovias	97
2.2.	O DNOCS e a imprensa cearense de 1970 .....	116
<b>Capítulo 3</b>	<b>Caminhos entre as políticas de “combate à seca” e o agricultor: trabalho, experiência e memória</b>	137
3.1.	Os sertanejos e a sobrevivência em 1970: aproximação pelo trabalho .....	138
3.2.	Experiência e memória do agricultor tensionam a imagem do flagelo .....	162
<b>Considerações Finais</b>	.....	196
<b>Fontes</b>	.....	201
<b>Bibliografia</b>	.....	206

## Introdução

Esta dissertação aponta para uma discussão sobre as políticas públicas implementadas pelo Estado para os agricultores sertanejos na década de 1970, na microrregião de Sobral – Ceará, com prioridade para aquelas políticas destinadas aos períodos de estiagem. De acordo com levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC) e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), publicado em livro de 1983, o número de secas ocorridas no século XX, no Nordeste brasileiro, foi maior que em séculos anteriores, tendo sido registradas doze.<sup>1</sup>

Durante a década de 1970, ocorreram duas grandes secas, a primeira em 1970 e a segunda de 1979 a 1983. Considerada de grande impacto, esta última foi apontada como a pior seca do século XX, tendo assolado todo o Nordeste, acarretando grande número de mortos, estimados em um milhão. A seca de 1979-1983 foi largamente debatida entre estudiosos de diferentes áreas do conhecimento e pelos movimentos sociais ligados à luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais, pelo fato daquele período ser considerado como um genocídio do Nordeste<sup>2</sup> e devido ao

---

<sup>1</sup> CPT, Comissão Pastoral da Terra; CEPAC, Centro Piauiense de Ação Cultural; IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 40. Livro produzido por pesquisadores de diferentes áreas. Com da (CPT), do (CEPAC) e do (IBASE), realizou-se o levantamento do número de 700.000 mil mortes no Nordeste durante a seca de 1979-1983. O livro faz uma crítica às políticas de governo da década de 1970, considerando a ocorrência de um crime de genocídio. O termo genocídio do Nordeste foi atribuído pelo sociólogo Herbert de Sousa (Betinho) representante do IBASE, para denunciar a fome e mortandade de milhares de nordestinos, entre os quais estavam crianças, na seca de 1979-1983. Essa denúncia ocorreu através da publicação do livro *O Genocídio do Nordeste*, constituído de textos escritos por pesquisadores e líderes sindicais, engajados em movimentos sociais, bem como fotos e outros registros que apresentavam a situação de milhares de nordestinos desprovidos de assistência do Estado. O livro contou com o apoio de organizações não governamentais, pastorais sindicais, sindicatos e entidades como: CPT, CEPAC e IBASE, que faziam oposição ao Estado. A publicação desse livro se deteve no intuito de denunciar e punir os culpados por essas mortes. Sobre esse assunto. Disponível em <<http://osemiaridoebelo.blogspot.com.br/2014/11/debatendo-o-semiarido-i-de-1979-1983-o.html>> Acesso em: 8 out. 2015.

<sup>2</sup> Idem, 1983, p.7.

aproveitamento da situação pelos latifundiários, que se beneficiaram dos recursos e das políticas públicas no intuito de fortalecer seu poder de dominação.

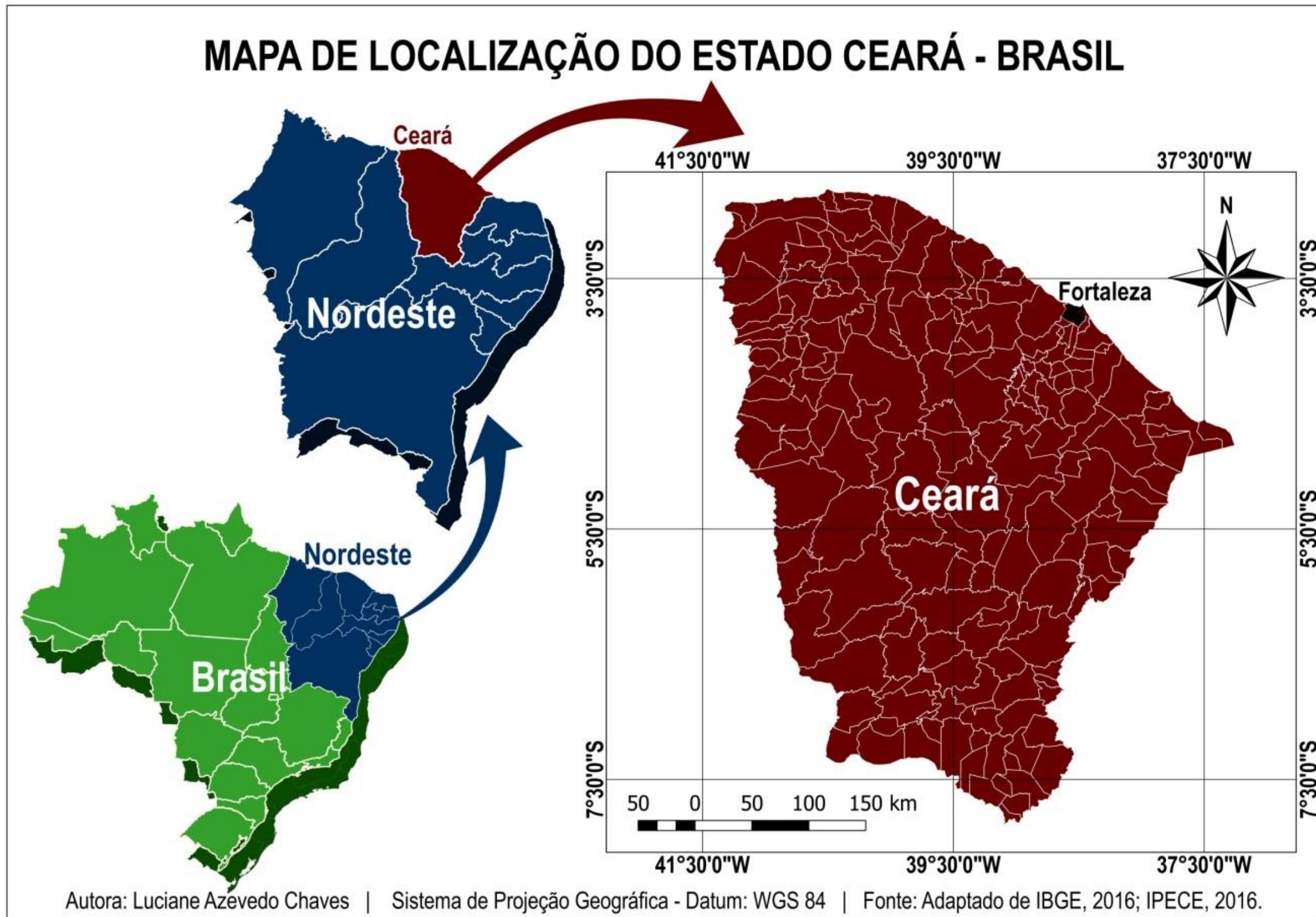
Na década de 1970, as políticas públicas podem ser entendidas como ações do Estado mediante a implementação de projetos sociais, como construção de açudes, rodovias e projetos de irrigação. Isso implica dizer que aconteciam mediante a intervenção do Estado através de órgãos como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Como se tratavam de políticas de combate à seca, eram restritas a uma determinada região e sociedade.

No ano de 2008 e 2009, vivi a experiência de trabalhar no Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e Trabalhadora (CEAT), uma Organização Não Governamental (ONG) que atua em projetos voltados para a convivência dos agricultores e das agricultoras com a região do semiárido. A partir de então, despertou-me o interesse em desenvolver uma pesquisa, contemplando a problemática das políticas públicas no sertão da microrregião de Sobral e as experiências dos sertanejos com os projetos voltados para a convivência com o semiárido. A realização de uma pesquisa para o Curso de Especialização em História do Brasil resultou na produção de um artigo<sup>3</sup> que me permitiu adentrar um processo de reflexão que, posteriormente, caminhou para a elaboração do projeto de mestrado. Isso remetia a um recorte temporal maior, que, no decorrer da construção do projeto de mestrado, foi afunilado, em decorrência do tempo da pesquisa, para possibilitar uma produção mais consistente. Diante disso, debrucei-me em realizar levantamento de fontes capazes de possibilitar a realização da pesquisa a ser desenvolvida num mestrado acadêmico.

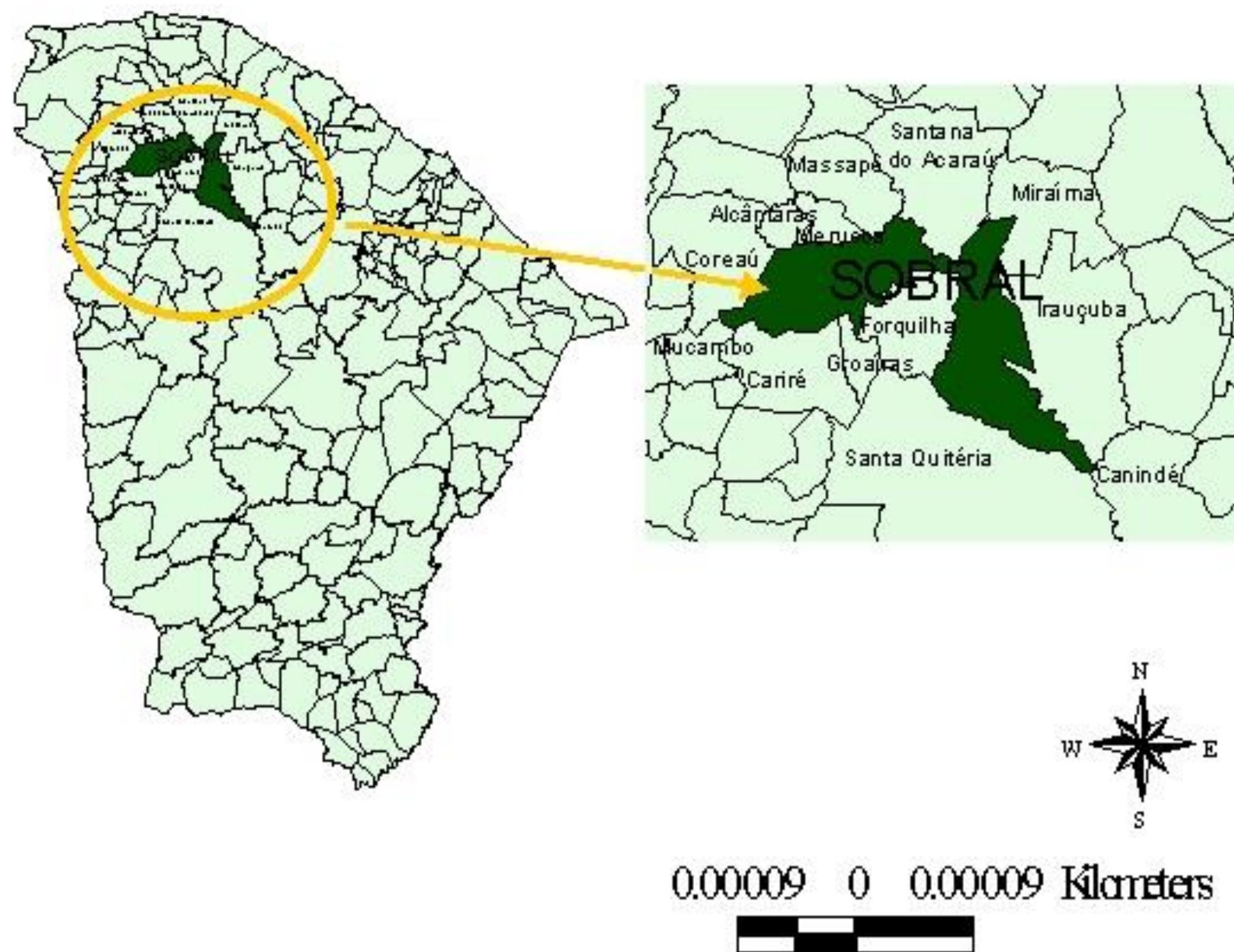
---

<sup>3</sup> CHAVES, Luciane Azevedo. “Não temos nada, nada”: Políticas públicas voltadas aos sertanejos em períodos de estiagem na microrregião de Sobral da década de 1970. **Temporalidades**, 16. ed. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 375-394, jan/abr. 2015. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/16p375.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015. Artigo produzido como conclusão do curso de Especialização em História do Brasil, ofertado pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA), na cidade de Sobral – Ceará, no período de 2011 a 2012.

Mapa 1  
Localização do Estado do Ceará

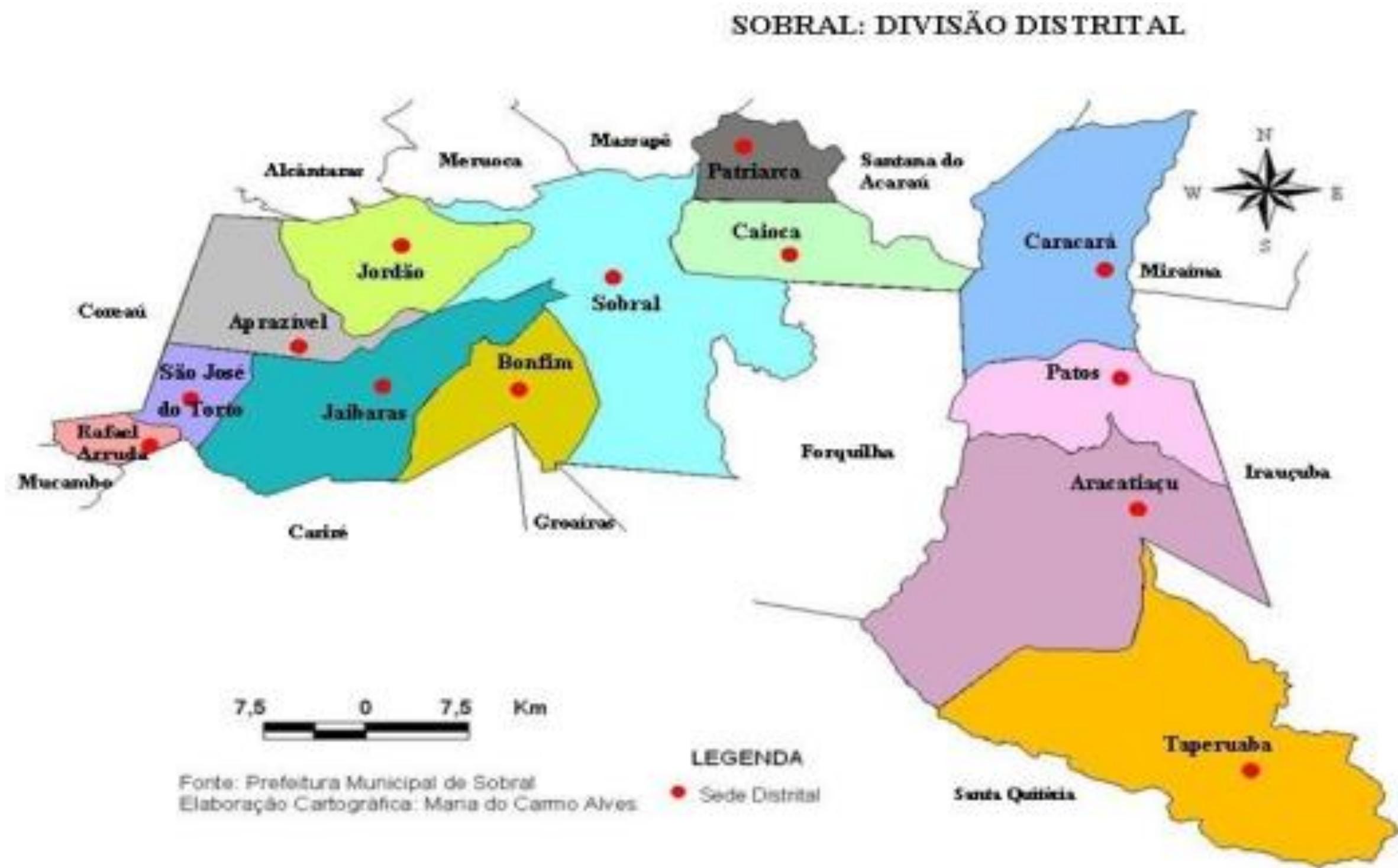


**Mapa 2**  
Localização de Sobral no Estado do Ceará



Fonte: Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAIGQAJ/anap-2007>> Acesso em: 12 dez. 2015.

Mapa 3  
Sobral: Divisão Distrital



O mapa mostra o estado do Ceará com destaque para o município de Sobral e alguns outros municípios vizinhos e que contemplam a microrregião: Santana do Acaraú, Massapé, ao norte; Cariré, Groaíras e Forquilha, ao sul; Irauçuba e Miraíma, a leste; Mucambo, a oeste. Os municípios de Meruoca, Alcântaras, Santa Quitéria, Canidé e Coreaú também se limitam ao município de Sobral, mas não constituem a microrregião. No segundo mapa, aparecem os distritos de Sobral: Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda, Patriarca, São José do Torto, Patos, Aracatiaçu e Taperuaba. Para dar mais consistência à pesquisa, optei em realizar entrevistas, percebendo as experiências de vida de agricultores dos dois últimos distritos<sup>4</sup>.

Para a realização da pesquisa, optei pela seca do ano de 1970, pois cada período traz consigo um contexto histórico diferenciado, juntamente a um emaranhado de situações sociais complexas. Desse modo, levanto discussões sobre as políticas públicas implementadas no início da década de 1970, atentando para a reflexão sobre o sentido de políticas públicas naquela época. Denominadas como ações públicas, políticas de combate à seca, obras emergenciais e ações governamentais, nesta pesquisa procuro entendê-las: Que políticas públicas eram essas? Por que estavam sendo executadas naquela região? De que forma chegavam? Para quem efetivamente se destinavam?

Outro fator relevante para a escolha desse espaço de tempo diz respeito às fontes. Ao realizar um estudo aprofundado durante o período de amadurecimento da pesquisa, no decorrer do mestrado, pude constatar que produzir uma pesquisa voltada ao início da década de 1970, principalmente ao próprio ano de 1970, significaria considerar a conjuntura de ditadura e o que a historiografia qualifica como um período onde o Estado prometia mudanças na esfera econômica do país.

Na construção e no desenvolvimento crítico da problemática de discutir as políticas públicas, implementadas na década de 1970 para os agricultores da microrregião de Sobral, parti para articular jornais, entrevistas e documentos técnicos,

---

<sup>4</sup> De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população de Sobral era de 188.233 habitantes, as estimativas para 2015 eram de 201.756. Área de unidade territorial (km<sup>2</sup>) é de 2.122,898. A Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>) é de 88,67. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=231290>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

produzidos pelo poder público, como o Boletim Técnico e o Relatório Anual do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS)<sup>5</sup>. O esforço empreendido ao longo da pesquisa foi para perceber a forma como tais fontes abordam as políticas de combate à seca, enfatizando as ações dos governos e das instituições envolvidas. As notícias ora eram colocadas como soluções de efeito permanente para os períodos de estiagem, ora como políticas emergenciais de caráter paliativo, executadas em curtos períodos de tempo.

Primeiramente, realizei levantamentos de dois jornais cearenses, o Correio da Semana, um jornal católico, ainda em circulação e pertencente à Cúria Diocesana de Sobral, e o Correio do Ceará, do acervo do Setor de Periódicos da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará<sup>6</sup>. Com relação às entrevistas, ainda na fase do projeto, apenas havia realizado levantamento dos possíveis entrevistados, bem como os distritos em que residiam.

Na medida em que me debruçava sobre aqueles dois periódicos, surgiu a necessidade de analisar outro periódico, ainda em circulação na capital do Ceará, o Jornal O Povo, fundado em 1928 por Demócrito Rocha e Paulo Sarasate<sup>7</sup>. Durante a retomada da pesquisa, em 2015, me deparei com alguns entraves, pois a Biblioteca Pública, onde se encontram os jornais Correio do Ceará e O Povo, estava fechada ao público havia um ano e por tempo indeterminado. A justificativa era porque passaria por reformas, as quais não tinham previsão para se iniciar. Esse momento se tornou preocupante, pois como prosseguir com a pesquisa num espaço interditado para o público e para pesquisador?

Após algumas tentativas de contato através de correio eletrônico e telefonemas sem nenhum sucesso, direcionei-me à capital para dialogar com a diretora da Biblioteca,

---

<sup>5</sup> O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) é uma instituição federal com atuação no Nordeste. Foi criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) através do Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, como o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. No ano de 1919 (Decreto 13.687), recebeu o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) antes de assumir sua denominação atual em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945). Transformou-se em instituição federal através da Lei nº 4229, de 01/06/1963. Sobre a história do DNOCS, Cf., Registros. Divisão de Comunicação Social. Disponível em: <[http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f\\_registro=2&g\\_](http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&g_)>. Acesso em: 5 nov. 2014, 11:50.

<sup>6</sup> Sobre os jornais Correio da Semana e Correio do Ceará, abordo-os no Capítulo 1, com mais detalhes, como ano de fundação, período de circulação, valor do periódico durante a década de 1970, entre outras informações.

<sup>7</sup> Esse jornal também será abordado mais detidamente no Capítulo 1.

que entendeu a relevância da pesquisa, bem como a necessidade de realizá-la naquele momento, e me autorizou a ter acesso aos documentos que se encontravam no quinto andar, no Setor de Periódicos e no Setor de Microfilmagem<sup>8</sup>.

O Setor de Periódicos e o Setor de Microfilmagem são os dois espaços mais visitados pelo público acadêmico, conforme informações de funcionários. Esta área é constituída por uma diversidade de jornais cearenses, a maioria do século XX. As condições da Biblioteca eram realmente precárias, pois não havia refrigeração para os periódicos, a luminosidade se encontrava prejudicada, diversas lâmpadas estavam danificadas, dificultando a leitura dos documentos. Durante as semanas em que estive nesse setor, presenciei algumas situações de precariedade, reclamações e desabafos de funcionários que se diziam indignados com a falta de respeito dos governantes com o patrimônio público e os acervos documentais.

Isso me levou a refletir sobre o quanto é longo e árduo o caminho da pesquisa. Ele vai além do estudo, da análise dos documentos. O pesquisador precisa ter paciência e persistência, pois o fato de o documento estar arquivado numa instituição pública não significa que não haverá empecilhos. O historiador precisa estar preparado para imprevistos e, diante deles, buscar soluções para que sua pesquisa não seja prejudicada pelos percalços encontrados no caminho. O diálogo deverá ser o primeiro passo a ser tomado, principalmente numa situação onde há restrições com relação ao uso do documento. Porque, embora esteja arquivado numa instituição pública e o pesquisador tenha uma programação de tempo para concluir-la, impor o seu acesso geraria conflitos e desgastes desnecessários.

Desse modo, é importante pensar que essa dificuldade de acesso aos documentos prejudica a construção de uma memória social, na perspectiva da História Social. É importante refletir sobre esses espaços enquanto lugares de memória e enquanto espaços propícios à investigação social, como lembram Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto, levando-se em conta que esses documentos,

---

<sup>8</sup> De fato, ao percorrer os corredores e escadas que davam acesso ao Setor de Periódicos e ao Setor de Microfilmagem, pude constatar que os demais setores se encontravam em situação precária para acesso do público. Permaneciam no prédio apenas os funcionários que estavam realizando atividades internas, bem como alguns trabalhadores de obras.

inclusive a imprensa, devem ser problematizados e que nenhum documento deve ser percebido como um monumento<sup>9</sup>.

Os jornais encontrados nesse setor estavam em estantes cobertas por um plástico cinza, estando ainda alguns descobertos e empoeirados, expostos também em estantes semelhantes. Apesar dos anos, os jornais da década de 1970 encontravam-se em bom estado de conservação. Em alguns periódicos, faltavam páginas; em outros, havia pequenas rasuras devido ao nível elevado de ácido do papel. Dentro do Setor de Periódicos, havia pessoas responsáveis por manterem a preservação dos jornais, mas, durante a leitura e a análise, percebi em determinadas páginas a ausência de algumas imagens e textos. Isso demonstra descaso, desrespeito com o documento por parte de algumas pessoas que se atreviam a fazer recortes desses jornais.

A pesquisa no Jornal *O Povo* foi realizada nas dependências da própria empresa do jornal, em Fortaleza, através de agendamento. O banco de dados desse jornal disponibiliza seu acervo para pesquisa mediante o pagamento de uma taxa que é cobrada por cada hora pesquisada. Caso o pesquisador queira levar o documento digitalizado, também é calculado um valor, cobrado por página.

A pesquisa no Jornal *Correio da Semana*, em Sobral, foi também realizada no espaço de produção do próprio periódico, pertencente à Cúria Diocesana. Lá, me deparei com a reforma de alguns espaços, dentre eles a sala onde se costumam arquivar periódicos antigos, o que impossibilitou o acesso diretamente ao arquivo. Fui direcionada para outra sala, onde um funcionário do jornal era responsável por buscar o periódico para que eu pudesse realizar a pesquisa e onde dividi espaço com outros funcionários, responsáveis pela produção do jornal. Ao longo da pesquisa, essa situação se tornou desconfortável, pois, em alguns momentos, o fluxo de pessoas se intensificava. Contudo, esses imprevistos não prejudicaram o andamento da pesquisa.

O estado de conservação do Jornal *Correio da Semana* não se encontrava em boas condições. O periódico é arquivado numa sala pequena que divide espaço com a equipe de edição e não passara por um tratamento de restauração, como os jornais que constam no acervo da Biblioteca Pública de Fortaleza. Algumas páginas estavam em

---

<sup>9</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 255-272, dez. 2007, p. 254.

processo de deterioração e isso dificultou a visualização de algumas informações, como páginas e trechos de notícias.

Durante a análise dos documentos, o pesquisador desenvolve também a função de perito, deduzindo, por exemplo, aquelas páginas localizadas nas emendas do jornal ou aqueles trechos de reportagens e títulos corroídos que dificultam a compreensão do texto. Em alguns momentos, é preciso procurar entender nos fragmentos da notícia aquela palavra que está ilegível ou corroída pelo tempo. Desse modo, não basta apenas ter o documento em mãos. Embora o modo como se chega ao documento seja fundamental para o bom desenvolvimento da pesquisa, por outro lado também é preciso analisá-lo com precisão, e isso significa ir além de uma simples leitura. Quando aquela página está praticamente danificada pelo tempo, então é preciso identificar o eixo central da notícia de maneira mais criteriosa e contextualizada.

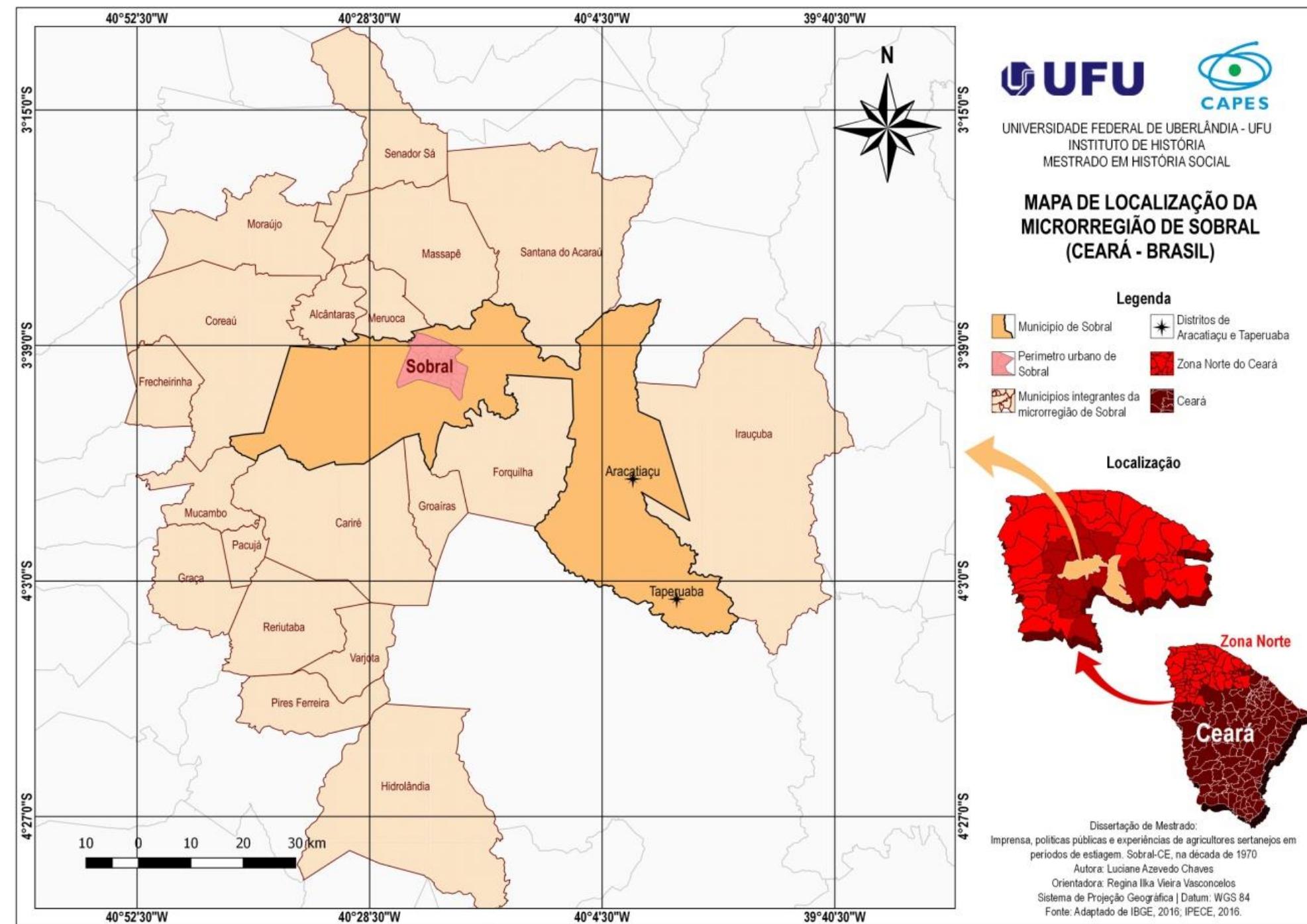
Com relação ao acesso às fontes do DNOCS, não houve empecilhos, tudo correu tranquilamente. Foi possível o acesso aos boletins técnicos digitalizados, a outros documentos, como o Relatório Anual do DNOCS, e ao acervo bibliográfico do referido órgão. O acesso a esse acervo também está disponível a estudantes de diversas áreas e níveis de estudo que queiram aprofundar conhecimentos sobre os projetos e a história da instituição.

As entrevistas com agricultores dos distritos do município de Sobral, Aracatiaçu e Taperuaba, ocorreram de maneira tranquila. O primeiro contato com os entrevistados aconteceu através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral. O Senhor Selesvaldo, funcionário do sindicato e agricultor, além de me conceder uma entrevista, me informou alguns contatos de agricultores residentes nos distritos. O contato com os agricultores também ocorreu por intermédio de amigos residentes nessas localidades e possuem parentes e conhecidos vivendo de trabalhos do campo.

Os carros de horários, vans de transporte intermunicipal de passageiros, possibilitam o acesso da cidade de Sobral a essas localidades de Aracatiaçu e Taperuaba. Mas os horários são limitados: para realizar uma entrevista durante o período da manhã, por exemplo, e dentro das possibilidades de horários dos entrevistados, seria complexo voltar no mesmo dia para Sobral, ainda que no perímetro do mesmo município. Foi preciso, então, buscar alternativas viáveis para o deslocamento entre Sobral e cada localidade.

Para a realização de entrevistas em Aracatiaçu, houve a possibilidade de me deslocar em carro de particulares e isso permitiu que chegasse mais cedo ao local. Dentro da programação de agendamento de três entrevistas, duas pela manhã e uma durante o período da tarde, consegui realizá-las com tranquilidade, retornando a Sobral no fim da tarde, no ônibus dos estudantes universitários que seguiam do distrito para a sede do município com destino à Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) para as aulas no período noturno.

**Mapa 4**  
**Localização da Microrregião de Sobral**  
**(Ceará – Brasil)**



Para a realização de entrevistas em Taperuaba, desloquei-me no primeiro carro com horário de saída costumeiramente marcado para as dez horas da manhã. Ao chegar nesse distrito, direcionei-me à Coordenação Sindical dos Agricultores de Taperuaba para falar com a Senhora Vanderlândia, coordenadora local e responsável por intermediar as entrevistas com os agricultores daquela localidade. As entrevistas foram realizadas no período da tarde e no período da noite. Os entrevistados residiam em lugares afastados da sede do distrito, e, por essa razão, a Senhora Vanderlândia se dispôs a conduzir-me até esses lugares. Então, seguimos de moto, por estrada carroçal, primeiramente para a Comunidade Vila Bom Jesus, onde residiam quatro entrevistados: Édson Gomes Dias<sup>10</sup>, agricultor, 64 anos; Dom João Ferreira Lima<sup>11</sup>, agricultor, 64 anos; Valter Alves do Nascimento<sup>12</sup>, agricultor, 60 anos; e Maria Socorro Nascimento<sup>13</sup>, agricultora e dona de casa, 50 anos. Logo após a realização das entrevistas na Comunidade Vila Bom Jesus, seguimos para a Fazenda São Sebastião, onde reside o Senhor Raimundo Rodrigues (Senhor Vigário)<sup>14</sup>, agricultor, 66 anos.

Todos os entrevistados são aposentados e atuantes na agricultura, com exceção de Dom João, que não é aposentado, mas atua nos trabalhos do campo. Os agricultores de Vila Bom Jesus demonstravam ter uma estreita relação de amizade entre si. Percebi isso ao chegar à casa de Dom João, na margem da rodovia, em cujo alpendre o

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida à autora por Edson Dias Gomes, realizada em 09 de outubro de 2015, às 13h00min., na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taperuaba, Sobral-CE. Agricultor aposentado. Nesta data, tinha 64 anos de idade. Nasceu em 17 de outubro de 1951, na Comunidade Estreito, uma zona de fronteira entre os municípios de Irauçuba-CE e Itapipoca-CE. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

<sup>11</sup> Entrevista concedida à autora por Dom João Ferreira Lima, realizada em 09 de outubro de 2015, às 13h58min. na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taperuaba, Sobral-CE. Agricultor. Nesta data, tinha 64 anos de idade. Nasceu em 2 de fevereiro de 1951, em Itapajé-CE. Apesar de se reconhecer como agricultor, Dom João não é aposentado pelo fato de receber benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), em virtude de uma deficiência em um dos membros inferiores.

<sup>12</sup> Entrevista concedida à autora por Valter Alves do Nascimento, realizada em 09 de outubro de 2015, às 18h00min., na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taperuaba, Sobral -CE. Agricultor aposentado. Nesta data, tinha 60 anos de idade. Nasceu no ano de 1945. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

<sup>13</sup> Entrevista concedida à autora por Maria Socorro do Nascimento, realizada em 09 de outubro de 2015, às 18h00, na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taperuaba, Sobral -CE. Agricultora aposentada, dona de casa. Nesta data, tinha 50 anos de idade. Nasceu no ano de 1955. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

<sup>14</sup> Entrevista concedida à autora por Raimundo Alves, conhecido como senhor Vigário, realizada em 09 de outubro de 2015, às 15h28min, na Fazenda São Sebastião, Distrito de Taperuaba, Sobral-CE. Agricultor aposentado. Nesta data, tinha 66 anos de idade. Nasceu em 11 de janeiro de 1949, na Comunidade Boa Vista, em Taperuaba. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

agricultor se encontrava deitado em uma rede, acompanhado de sua esposa, de sua mãe e de outras pessoas, todos entretidos em prosas diversas. A esse grupo se juntou, logo depois, o Senhor Édson, que passou a interagir na roda de conversa, demonstrando que que esses dois agricultores mantêm boa relação entre si.

Em Aracatiaçu, foram entrevistados três trabalhadores: Francisco Júlio Araújo (Júlio Maciano)<sup>15</sup>, agricultor, 65 anos; Antonio Peres (Antonio Gentil)<sup>16</sup> mais de 60 anos; e Gerardo Víctor Souza<sup>17</sup>, agricultor, e vaqueiro, mais de 60 anos. A entrevista com os dois primeiros foi realizada no galpão da Coordenação Sindical. O diálogo com o Senhor Antonio Peres ocorreu por intermédio do Senhor Júlio Maciano, o que demonstra que os dois agricultores possuem boa relação. O Senhor Gerardo Víctor, terceiro agricultor a ser entrevistado, chegou a me perguntar se conhecia o Senhor Júlio Maciano, demonstrando que este agricultor é bastante conhecido na comunidade.

Na própria cidade de Sobral, realizei, ainda, entrevista com o Senhor Selisvaldo Pereira Lima<sup>18</sup>, agricultor e militante político, 67 anos. A entrevista se deu na sede Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral, onde o agricultor atua, enquanto

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida à autora por Francisco Júlio de Araújo, realizada em 30 de julho de 2014, às 10h40min., no distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE. Nesta data tinha 63 anos de idade. Nasceu em 03 de setembro de 1951, na Comunidade Cachoeira das Moças, na época pertencente ao Município de Sobral-CE. Hoje, essa comunidade, segundo o entrevistado, pertence ao Município de Forquilha-CE (que também compõe a microrregião de Sobral). Desde 1993, reside no distrito de Aracatiaçu. Militante de movimento social e agricultor, atua nas lutas pelos direitos dos trabalhadores rurais do Distrito de Aracatiaçu. Membro titular do Conselho Municipal de Saúde de Sobral; Suplente do Conselho Estadual de Saúde do Ceará; Membro do Conselho Paroquial de Aracatiaçu; Membro do Fórum Municipal de Convivência com Semiárido de Sobral; Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Sobral (CMDS); Coordenador Sindical de Aracatiaçu.

<sup>16</sup>Entrevista concedida à autora por Antonio Peres, conhecido como Antonio Gentil, realizada em 30 de julho de 2014, às 12h10min. da manhã, no distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE. Agricultor aposentado. Nasceu na Comunidade de Salgado em Irauçuba-CE. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

<sup>17</sup> Entrevista concedida à autora por Gerardo Víctor de Souza, realizada em 30 de julho de 2014, às 16h00min., no distrito de Aracatiaçu, Sobral -CE. Agricultor aposentado. Nesta data, tinha 72 anos de idade. Passou a infância e a adolescência na Fazenda Lagoa da Ilha próxima a Olho d'água Pajé. Além de atuar na agricultura, desde os 15 anos de idade lida com o pasto, e, por esse motivo, se reconhece também como vaqueiro.

<sup>18</sup> Entrevista concedida à autora por Selisvaldo Pereira Lima, realizada em 22 de julho de 2014, às 9h30min. da manhã, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral, em Sobral-CE. Nesta data, tinha 67 anos de idade. Nasceu em 23 de abril de 1947, na Comunidade Recreio, no Distrito de Rafael Arruda, Sobral-CE. Militante em movimentos sociais, atuou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) no Movimento Dia do Senhor, em Sobral, no período do Regime Militar. Atua no Sindicato dos/das Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sobral, na Secretaria de Formação Sindical. Na época da entrevista, era Coordenador do Fórum de Convivência com o Semiárido em Sobral.

militante sindical e como Coordenador do Fórum de Convivência com o Semiárido de Sobral<sup>19</sup>.

A relação desses agricultores como a terra iniciou-se na infância, a partir dos sete anos de idade. Desde então, não perderam o vínculo com os trabalhos no campo. Embora, quando jovens, tenham viajado para trabalhar em outras cidades, voltaram para seus lugares de origem, como o Senhor Antonio Peres, que passou uma curta temporada em Fortaleza em busca de trabalho, mas retornou para os trabalhos na roça. O Senhor Édson<sup>20</sup>, mesmo estando aposentado, diz não conseguir viver na cidade: “porque eu não dou com o clima da cidade [...], mas eu, assim, nasci nos mato e prefiro aqui”. Alguns desses agricultores são naturais de outros municípios, mas, quando jovens, mudaram-se para esses distritos de Sobral, como é o caso do Senhor Édson, que é natural de Itapipoca, e de Dom João, natural de Itapajé. Com exceção do Senhor Antonio Peres, que viveu experiências de trabalho na cidade, os demais entrevistados sempre viveram no campo e se deslocaram apenas dentro do território que constitui os distritos de Taperuaba e Aracatiaçu.

Esses deslocamentos aconteceram devido aos trabalhos na lavoura realizados em terras de amigos ou de fazendeiros da região. Em períodos de estiagem, também se deslocavam para as frentes de serviço em cidades próximas, como Sobral, Irauçuba e Groaíras.

Desse modo, posso constatar que o vínculo desses agricultores sertanejos com a terra tem se fortalecido ao longo desses anos e que o diferencial dos anos de 1970 até os dias presentes diz respeito a duas questões. Primeiro, a desaceleração do ritmo de trabalho. De acordo com os entrevistados, não têm mais a mesma resistência de

<sup>19</sup> Fórum de Convivência com o Semiárido: Fórum Cearense Pela Vida no Semiárido (FCVSA). Foi criado em fevereiro de 1999 com o objetivo de mobilizar a sociedade civil para trabalhar políticas públicas em favor da convivência com o Semiárido [...], trabalhar a dimensão da informação; apropriar-se das informações sobre políticas públicas de recursos hídricos; pensar em eventos amplos para discutir políticas das águas, entre outras ações. Atualmente, o Fórum é composto por nove microrregiões: Fortaleza, Sobral, Tianguá, Crateús, Iguatu, Sertão Central, Cariri, Limoeiro e Itapipoca.” Propõe-se enquaunto “uma articulação permanente de pastorais sociais, associações, sindicatos e ONGs, voltados para a reflexão, discussão e proposição de alternativas sustentáveis e de políticas viáveis e acessíveis à população que vive no Semiárido cearense. Entre as suas ações estão: a realização de audiências públicas, campanhas educativas, debates públicos, campanhas de mobilização da sociedade”. E também o acompanhamento “dos Programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)”. Ver: <<http://asaceara.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

<sup>20</sup> Entrevista concedida à autora por Edson Dias Gomes, realizada em 09 de outubro de 2015, às 13h00min., na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taperuaba, Sobral-CE.

quando eram jovens. Segundo, porque já estão aposentados. O Senhor Édson, por exemplo, relatou que prefere dedicar uma parte de seu tempo a outras tarefas, como ajudar a esposa nos trabalhos domésticos ou ir à missa nos finais de semana. E, terceiro, porque, hoje em dia, já possuem seus próprios roçados e têm condições de administrar seu tempo na lavoura e o tempo em casa.

Apesar de os diálogos com os entrevistados terem sido tranquilos, sem nenhuma resistência à presença do gravador e a fotos, é interessante observar o modo como cada agricultor se portou na entrevista. Enquanto o Senhor Valter parecia não estar disposto a dialogar, o Senhor Júlio Maciano e o Senhor Selisvaldo se sentiram lisonjeados em contribuir para a construção desta pesquisa e agradeceram pela entrevista, colocando-se à disposição caso fosse necessária a realização de outra. Dom João se emocionou quando lembrou que, embora tenha trabalhado a vida inteira na agricultura, não havia ainda conseguido se aposentar, porque recebe um benefício devido a um problema em sua perna. Dona Maria Socorro mostrou-se disposta a contribuir e interviu nas falas do Senhor Valter, seu esposo, respondendo as perguntas muitas vezes em seu lugar. O Senhor Édson, ao responder minhas indagações, direcionava-se sempre a Vanderlândia. O Senhor Vigário me corrigiu a respeito de não ter mencionado, na gravação da entrevista, o lugar exato onde ele morava. O Senhor Gerardo Víctor, no final da entrevista, lançou-me algumas perguntas e, por alguns instantes, se posicionou como um entrevistador.

Procurei dialogar com os agricultores de Aracatiaçu e Taperuaba para conhecer os seus modos de viver no sertão em 1970, procurando entender o processo de construção de memórias em torno de como era a vida de agricultor em épocas de seca e também em períodos de fartura, de chuvas abundantes: de como se sentiam vivendo no sertão; do que comprehendiam como tempo bom e como tempo ruim; de como organizavam seu tempo na roça; se sua alimentação se modificava ou não em épocas de estiagem; e o que significa ser agricultor, dentre outras indagações surgidas no decorrer da entrevista. Porque existiam aquelas inquietações frequentes que formularam as perguntas primárias, mas, durante as entrevistas, surgiram outras perguntas que não faziam parte do roteiro inicial. Embora desejasse que as perguntas fossem todas respondidas, havia as que não foram perguntadas, as que eram mais pertinentes e

aqueelas que apareceram a partir de colocações feitas pelos narradores e que abriram espaços para novas perguntas.

No artigo “Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral”, Portelli escreve que, quando indagado por estudantes em Roma sobre as técnicas para a realização de uma boa entrevista, colocou que o mais importante numa entrevista é saber que, antes de mais nada, é preciso encará-la como uma conversa e, mais, é preciso agir com educação. E, para isso, é necessário saber ouvir.<sup>21</sup>

Quanto ao trabalho de análise da imprensa, o procedimento foi de atentar para a configuração de cada edição dos jornais levantados em termos da pauta de notícias; da dinâmica de sua apresentação; dos modos de noticiar os problemas e as soluções apresentadas; dos sujeitos que despontavam; e da relação com o poder público, por meio da maneira de se reportar aos órgãos governamentais. Então, foi possível identificar o posicionamento de cada jornal com relação à questão da seca, no ano de 1970. Os jornais analisados apresentam um posicionamento de legitimar a presença da miséria e da fome, esforçando-se por demonstrar como a razão da pobreza e da miséria dos trabalhadores rurais está associada ao fato de terem se tornado vítimas da seca.

O aprofundamento da leitura de suas páginas permitiu acompanhar a formulação de estratégias de produção e reprodução de uma memória em torno da região Nordeste, que a caracteriza como lugar do atraso, da miséria, das secas. Durval Muniz Albuquerque Junior levanta essa discussão, problematizando tal pensamento, estereotipado pela imprensa, de que o Nordeste seria, “em grande medida, filho das secas”<sup>22</sup>. Essa memória destaca uma economia atrasada e é construída não apenas na imprensa, mas também na literatura e no cinema<sup>23</sup>. Nos jornais, ganha ampla

<sup>21</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997. Ver p. 22-23.

<sup>22</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

<sup>23</sup> Conforme Albuquerque Junior, os romances regionalistas que retratam a região Nordeste estão presentes na literatura brasileira desde a segunda metade do século XIX. Os Sertões, de Euclides da Cunha (1906), é considerado pelo autor o primeiro romance a construir nacionalmente a memória do povo nordestino. Ver ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. 1999. Op. cit. p. 52-53. Outros romances também reafirmam a memória dessa região, como: O Sertanejo (1875), de José de Alencar; O Cabeleira (1876), de Franklin Távora; Os Retirantes (1879), de José do Patrocínio; A Fome (1890), de Rodolfo Teófilo; Luzia-Homem (1903), de Domingos Olímpio; A Bagaceira (1928), de José Américo de Almeida; O Quinze (1930), de Rachel de Queiroz; Vidas Secas (1938), de Graciliano Ramos; Gabriela Cravo e Canela (1958), de Jorge Amado; Os Cangaceiros (1953), de José Lins do Rego. Alguns desses romances foram retratados em filmes como: O Cabeleira (1963), A Bagaceira (primeira edição, 1976; e segunda edição, 2001), Luzia-Homem (1987), Gabriela Cravo e Canela (primeira edição, 1975; e segunda

visibilidade devido à força de verdade que acompanha a prática da imprensa com o trabalho de produção de notícias sobre a realidade, que, no caso do Nordeste, tem sido constantemente associada ao sofrimento pela constante presença das secas.

A memória da fome passou a ganhar notoriedade na imprensa no final do século XIX, com as notícias da seca de 1877-1879 no Nordeste. Ao longo do século XX, foi reafirmada não apenas através de textos, mas de imagens impactantes de crianças, jovens e adultos em trajes seminus, mostrando seus corpos esqueléticos. As imagens do “flagelo” foram fundamentais para definir a região, destacando esse pedaço do país a partir desse olhar, chamando a atenção dos meios de comunicação para tais questões, como menciona Albuquerque Júnior e Marta Emisia Jacinto Barbosa.

Analizando jornais e fotografias do final do século XIX e do início do século XX, Barbosa aponta para uma memória forjada. A autora chega à conclusão de que a imagem de “famintos”, “flagelados”, tal como estava disposta nas reportagens e fotos impressas em jornais, reproduziam uma memória dominante e que havia intencionalidades na construção dessa determinada imagem sobre os sertanejos e sobre a memória da região Nordeste<sup>24</sup>. Sendo assim, percebe a imprensa não somente como um veículo de informações, mas, principalmente, como agente capaz de se afirmar como constituidora da verdade<sup>25</sup>.

É importante refletir sobre essas questões, pensando em como e por que, ainda na segunda metade do século XX, existia uma imprensa preocupada, como diz Barbosa, em reproduzir notícias “forjadas”, reafirmando a ideia de que os sertanejos são flagelados, famintos e vítimas do atraso, habitantes de um lugar marcado pela fome e por constantes secas. Uma imprensa que reafirma a ideia de progresso, modernização no campo, reforçando a importância de possibilitar condições de permanência dos sertanejos em seus lugares é a mesma imprensa que reafirma o pensamento de uma memória dominante.

---

edição, 1983); *Vidas Secas* (1963) e *A Fome* (documentário). Sobre a análise dessa produção literária ver LANDIM, Teoberto. **Seca:** a estação do inferno. Uma análise dos romances que tematizaram a seca na perspectiva do narrador. 2. ed. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

<sup>24</sup> BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos do Ceará:** Imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX. 289f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 14.

<sup>25</sup> Id. Ibid., 2004, p. 18-19.

Para entender como as notícias a respeito da seca no ano de 1970 se constituíam e para problematizar em que medida passaram a compor a linha da memória dominante apontada por Barbosa, foi necessário, portanto, olhar os periódicos de dentro para fora. Para isso, enveredei na metodologia de análise elaborada por Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto<sup>26</sup>, atentando para títulos, subtítulos, as palavras, os assuntos que mais se destacavam, com olhar focado na perspectiva da problemática proposta na pesquisa.

Foi importante acompanhar os modos como esses discursos foram sendo introduzidos nas notícias, a partir de estratégias, por exemplo, de repetições de palavras-chave de impacto – “miséria”, “fome”, “vítimas da seca”, “desesperados” – e de outras palavras-chave que se fizeram presentes nas reportagens e também ajudaram a compreender o olhar do jornal sobre os sertanejos, chamados de “cassacos”, “flagelados”, “sertanejos famintos”, “cabeças chatas”.<sup>27</sup> O adjetivo “aflito”, por exemplo, era constantemente utilizado para se referir aos governadores nordestinos diante da estiagem de 1970, conforme acompanhei no Jornal Correio da Semana<sup>28</sup>.

Essas expressões contempladas nos periódicos cearenses (re)produziam a ideia de que o sertanejo seria constante e irremediavelmente vítima das secas, reforçando a imagem de caos e desespero. Ao mesmo tempo, despontaram como estratégia, utilizada pelos jornais, de associar a atualização das notícias sobre a seca com a “informação” acerca das iniciativas dos órgãos públicos em criar ocupações para os sertanejos famintos, com obras emergenciais organizadas sob a forma de frentes de serviços.

A partir dessas observações, fui compreendendo quais palavras ganhavam força e contribuíam para reafirmar os ideais de progresso dos governos militares e a atuação de órgãos nos combates às secas. Durante o ano de 1970, as notícias se articularam com a formulação do projeto de desenvolvimento dos governos da ditadura para o Nordeste, com a formulação de projetos, tais como o Projeto Sertanejo<sup>29</sup> e o

<sup>26</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.

<sup>27</sup> Essas expressões são encontradas no Jornal Correio da Semana do ano de 1970. Destaco duas reportagens que utilizam essas expressões: “Presidente veio ver a calamidade cearense”, publicada na primeira página da edição de 06 de junho de 1970; e “Sobral necessita de frentes de trabalho”, também publicada em primeira página da edição de 23 de maio de 1970.

<sup>28</sup> Ver, por exemplo: SUDENE acredita em safra. **Correio da Semana**, Sobral, ano 53, n. 4, 25 abr. 1970, p. 2.

<sup>29</sup> Projeto Sertanejo: Programa Espacial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste. De acordo com o texto do decreto de criação do Projeto, visava fortalecer a economia das pequenas e

Programa de Extensão Rural<sup>30</sup>. Foram iniciativas que compuseram o Programa de Integração Nacional (PIN)<sup>31</sup> com a proposta de associar políticas de crédito a um trabalho de reeducação dos trabalhadores rurais para o cumprimento do projeto de modernização do campo. Reviveu-se a estratégia, já conhecida, de introduzir, com a máxima frequência possível, nas páginas do jornal: notícias sobre a seca enquanto algo aterrorizante e que precisava ser combatido; reivindicações de políticos locais apontando para a necessidade de “salvar o homem do campo” da situação de “miséria” na qual se encontrava e para a necessidade de implantar no Nordeste “técnicas agrícolas modernas”, “incentivo ao crescimento industrial” e “construção de estradas” para a efetivação da integração nacional.

No periódico Correio da Semana dos anos de 1970, 1971 e 1972, essas palavras são predominantes. As notícias desses anos apresentavam o Nordeste como um lugar que precisaria sair do atraso e desenvolver-se; compunham-se com argumentos de que, para isso, seria imprescindível investir em técnicas agrícolas e liberação de crédito rural para os produtores com “capacidade” de executar o projeto de modernização.

---

médias unidades de produção agropecuária da região semiárida do Nordeste no intuito de torná-las mais resistentes aos efeitos da seca. Ver: BRASIL. **Decreto nº 78.299**, de 23 de Agosto de 1976. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de Agosto de 1976. Dispõe sobre a criação do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78299-23-agosto-1976-427203>>. Acesso em: 4 nov. 2014. Tendo sido um programa seletivo, O Projeto Sertanejo não atingiu as perspectivas esperadas. Administrado por diversos órgãos estaduais como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) esse projeto caracterizou-se pelo desperdício de recursos, pois era comum a contratação de equipes técnicas por tais órgãos para realizarem funções similares. Sobre essas questões ver VERAS, Edmilson Correia. **A SUDENE e o desenvolvimento agrícola do Nordeste no período 1960 a 1980. 1993.** 337f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

<sup>30</sup> Programa de Extensão Rural é entendido nesta pesquisa como uma política pública implementada por instituições governamentais. Em 1970 o Programa de Extensão Rural estava submetido a coordenação do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA), criado sob o Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970. A sanção da Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974, permitiu a estatização deste Programa, bem como sua incorporação a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) criada através desta Lei. A referida Lei permitiu também a integração da EMBRATER a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil.** Uma abordagem histórica da legislação. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em: 30 out. 2015.

<sup>31</sup> O Programa de Integração Nacional (PIN) foi criado através do Decreto-Lei 1.106 de 16 de junho de 1970. Este programa deveria ser executado entre os anos 1971 a 1974. Objetivou o financiamento de obras de infraestruturas sob a responsabilidade da SUDENE e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN), a construção de rodovias, a colonização para fins de reforma-agrária. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1106.htm)>. Acesso em: 20 out. 2015.

Perceber essas questões dentro da conjuntura de cada jornal significou entender como os jornais propõem suas notícias e a partir de qual olhar a imprensa cearense as elaborava. Isso significou analisar a imprensa da década de 1970 não apenas como um meio de comunicação, mas como uma imprensa que alcança o social; permitiu indagar sobre como as políticas públicas eram pensadas, como ocorriam, por que ocorriam, para onde se direcionavam e por que se direcionavam para determinados locais, enquanto outros não eram assistidos. O intuito dessas políticas era manter os sertanejos no campo e ocupados em frentes de serviços e, por diversas vezes, não foram suficientes para os sertanejos que se deslocavam do campo para a cidade em busca de auxílios ou trabalho. Era comum encontrar, nos periódicos, notícias sobre verbas destinadas a obras emergenciais, recursos que eram repassados a órgãos governamentais, como SUDENE<sup>32</sup> e DNOCS, responsáveis pela execução das políticas de governo destinadas aos “pequenos agricultores”.

Frederico de Castro Neves discute tais questões ao enfatizar as relações de poder entre dominantes e dominados, no viés do paternalismo exercido com os “flagelados” e manifestado através das iniciativas governamentais de organização de frentes de serviço para a execução de obras, como construção de estradas, construção de açudes e implantação de dutos de irrigação. De acordo com o autor, “[...] nos momentos de crise os dominantes encontram no paternalismo e nos modelos tradicionais de relacionamento com os pobres as melhores formas para superar as dificuldades”<sup>33</sup>.

Nos jornais, são constantes as notícias informando sobre as grandiosas verbas que chegariam ao Ceará com o objetivo de proporcionar “trabalho” ou “ocupação” aos sertanejos que chegavam às cidades em busca de uma solução para suas vidas diante da estiagem e se passavam a buscar auxílios em armazéns, prefeituras ou de porta em porta, pedindo esmolas. A leitura dos diferentes materiais – jornais, boletins e relatórios do DNOCS – tornou também visível que nem todas as cidades, inclusive aquelas pertencentes à microrregião de Sobral, eram beneficiadas pelas obras emergenciais; que

---

<sup>32</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada em 15 de março de 1959 pela lei 3.692 no governo de Juscelino Kubitscheck, com o objetivo de realizar estudos e propor ações para o desenvolvimento da região Nordeste. Com sede em Recife-PE, seria de sua competência a coordenação, supervisão e elaboração de projetos voltados para promover o desenvolvimento desta região. Uma avaliação crítica a respeito da criação do órgão foi publicada pelo sociólogo Chico de Oliveira: OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(ligião):** Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>33</sup> NEVES, Frederico de Castro. **Imagens do Nordeste:** a construção da memória regional. Fortaleza: SECULT, 1994. p. 48-49.

as políticas públicas não aconteciam de forma igualitária. Isso porque a presença dessas políticas nas cidades estava relacionada às influências dos governantes locais com o Estado.

As políticas públicas realizadas pelo DNOCS costumavam beneficiar aqueles que detinham maior concentração de poder. Francisco de Oliveira discute a respeito da influência das oligarquias locais, nesse órgão e na SUDENE, nos períodos de secas anteriores à de 1970. A partir de suas reflexões, procurei compreender como se perpetuaram as relações de poder durante a ocorrência da estiagem em 1970 e entender também as relações entre Estado, DNOCS e as oligarquias locais mediante os projetos destinados aos sertanejos.

Em concordância com o posicionamento de Oliveira, Neves também discute as políticas implementadas pelo DNOCS. Aponta para a forma como elas eram conduzidas e a quem privilegiavam de fato: adentra o universo da esfera política e reflete acerca das relações de poder, percebendo as maneiras de os governantes locais articularem as execuções dessas políticas, frente aos propósitos de reforçar seu prestígio, manter os sertanejos no campo e fortalecer os laços de paternalismo.

Acredito ser importante refletir sobre as colocações desses autores, pois remetem para discussões pertinentes nesta dissertação. Percorrendo as fontes, no Jornal O Povo tornou-se evidente a exaltação às políticas dos governos militares, bem como as constantes reafirmações sobre a atuação do DNOCS. Considero um fator relevante para se pensar como se perpetuavam as relações de poder entre a classe dominante e os trabalhadores rurais.

A década de 1970 caracterizou-se como um período em que os governos militares propagandearam seu projeto de nação a partir dos investimentos no crescimento econômico do país e da “integração” do Nordeste às demais regiões. Para que isso pudesse se concretizar, pensou-se em investimentos na política agrícola, bem como incentivos à industrialização da região e à construção de rodovias. Em meio a isso, estava a estiagem que castigava as localidades desassistidas pelas ações do Estado e a imprensa, que trazia constantes notícias de obras públicas nos termos da “modernização” do país e nos termos da amenização da situação de “miséria” do agricultor sertanejo com as políticas desenvolvimentistas de “combate à seca”.

Progresso e miséria se atrelavam nas páginas dos jornais. Mas como entender um progresso que beneficiava uma pequena parcela da sociedade? Havia as promessas de retirar o agricultor sertanejo da situação desagradável que enfrentava com a seca de 1970, de proporcionar-lhe melhores condições de se manter no campo, ao mesmo tempo em que era necessário ocupá-lo com trabalhos temporários.

Neves coloca que “a intervenção estatal no momento da seca [...] cria condições para o beneficiamento das propriedades particulares [...]”<sup>34</sup>. Problematizar essas políticas públicas dentro de tais reflexões é de suma importância, pensando também que as ações governamentais não eram medidas permanentes. É importante lembrar que, na década de 1970, as obras emergenciais de “combate à seca” aconteciam como medidas provisórias, almejando promover as políticas dos governos militares. Contudo, é importante abordar o real significado de políticas públicas nos anos 1970, a partir do diálogo com as fontes e com a historiografia proposta para discussão.

Os artigos e as fotografias publicados pela CPT, pelo CEPAC e pelo IBASE no livro *O genocídio do Nordeste (1979-1983)* denunciam o descaso e a falta de assistência a milhares de sertanejos nas secas de 1970 e de 1979-1983, trazendo outro um olhar em relação ao da imprensa daquele período, o olhar de denúncia do Estado e das políticas de “combate à seca”. Acreditei ser relevante discuti-los nesta dissertação, fazendo um contraponto com a boa imagem presente nos jornais e nos boletins e relatórios do DNOCS.

Em acordo com a perspectiva de que a seca se resolia com implementações tecnológicas e o acúmulo de água, o Estado investiu em projetos como a construção de açudes e de barragens para implementar a irrigação como alternativa viável para a permanência do sertanejo no campo. Contudo, mesmo com relação aos projetos de terras irrigáveis encampados pelos órgãos públicos, ainda havia muitos entraves. Na imprensa cearense da década de 1970, as notícias sobre irrigação estavam constantemente presentes, alimentando expectativas para os sertanejos. Dessa forma, proponho discutir como esses projetos poderiam trazer melhores condições aos agricultores, pois eram realizados em propriedades de grandes latifundiários<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações e massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p. 202.

<sup>35</sup> Sobre essas questões ver CPT, CEPACE e IBASE.

Esse trabalho requer do pesquisador um olhar aguçado para os detalhes, as pistas deixadas pelas fontes. É preciso pensar o que os indícios nos revelam, quais detalhes são dignos de atenção. Nos jornais, por exemplo, atentei também para como e por que as notícias sobre a implementação das políticas públicas e sobre a situação dos sertanejos ora eram produzidas em páginas inteiras, ora mal eram percebidas quando se misturavam a outras notícias que ganhavam maior destaque nas páginas dos periódicos.

A reflexão acerca do procedimento investigativo da pesquisa remonta ao “paradigma conjectural” mencionado por Carlo Ginzburg e lembrado por Sidney Chalhoub no livro *Visões da Liberdade*<sup>36</sup>, ao se referir ao método investigativo de Morelli, Sherlock Holmes e Zadig<sup>37</sup>. Tais métodos trilham caminhos que levam o investigador a notar pequenos detalhes, podendo ser considerados como o eixo norteador, a peça chave do trabalho de investigação desenvolvido pelo historiador ao se debruçar na análise de suas fontes.

O olhar sobre as políticas públicas foi empreendido através do diálogo com a experiência e a memória dos sertanejos agricultores e sua oralidade, quando relatei os noticiários com as narrativas construídas durante as entrevistas. O trabalho com as entrevistas ajudou a pensar o cotidiano dos agricultores a partir de suas próprias lembranças sobre a estiagem na microrregião de Sobral, pois são sujeitos sociais que em suas falas podem apresentar o outro lado da história, o não dito pela imprensa. A partir das memórias dos sertanejos que residem em Taperuaba e Aracatiaçu foi importante compreender quais as lembranças desses sujeitos sociais com relação aos tempos de seca e as políticas de governo na década de 1970, o que dizem sobre esse tempo, como reconstituem as imagens de calamidade e de esperança, o que sabem sobre os projetos lançados pelos governos daquela época e como constroem uma experiência em torno dessas memórias.<sup>38</sup>

A relação entre noticiários e narrativas orais acompanhou as seguintes indagações: como, através de suas reminiscências, os agricultores que vivenciaram a seca de 1970 percebiam as políticas públicas de “combate à seca” propostas pelos

<sup>36</sup> CHALHOUB, Sidney. Introdução: Zadig e a história. In: \_\_\_\_\_. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13-28.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 143-179.

<sup>38</sup> PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Décia Ribeiro et. al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 296-313. p. 296.

governos militares naquela década? Quais as alternativas encontradas por esses agricultores em sua experiência de vida e de trabalho quando as obras emergenciais não eram suficientes, como os noticiários permitiam entrever?

Proponho compreender o cotidiano dos agricultores sertanejos, problematizados como sujeitos construtores de uma cultura capaz de proporcionar a eles uma identidade social. Referencio-me em Edward Palmer Thompson, quando se refere à história como caminho de reconstituição do passado que se fundamenta nas experiências vividas pelos sujeitos sociais; e quando aponta para a importância da relação entre as experiências de vida e um conjunto de significados estabelecidos na formação de identidades sociais. Denominados por Thompson de “costumes”, esses significados designam a definição de cultura, como os hábitos de um povo, refletidos a partir de seu comportamento.<sup>39</sup>

As reflexões de Thompson sobre cultura foram de fundamental importância para o desenvolvimento dessa dissertação, contribuindo para a compreensão do cotidiano dos agricultores da microrregião de Sobral diante da seca ocorrida no ano de 1970, bem como as modificações do ritmo de vida devido à realidade da ausência de chuvas.

As colocações de Déa Fenelon a respeito de cultura também se somam às reflexões desta pesquisa. A autora fortalece discussões dentro da História Social ao enfatizar cultura no plural, como “um campo de possibilidades”<sup>40</sup>, pois engloba valores e luta de classe.

Somando-se aos estudos historiográficos a respeito do Nordeste e da seca, essa pesquisa, contudo, partiu para a compreensão sobre os modos de vida dos sujeitos sociais através de suas narrativas e tomou, como de fundamental importância, a memória inserida num contexto social que produz várias versões de história<sup>41</sup>. Diante da necessidade de problematizar políticas públicas lançadas para o “combate à seca”, através da fala dos/as agricultores/as da região Norte de Sobral como sujeitos desse

---

<sup>39</sup> THOMPSON, E. P. Introdução. Costumes e culturas. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-24.

<sup>40</sup> FENELON, Déa. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez., 1993.

<sup>41</sup> FENELON, Déa e outros (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’Água, 2004.

período, o trabalho lançou-se a compreender como vivenciaram os períodos de estiagem e de que forma os projetos governamentais chegavam até eles/elas.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A estiagem noticiada nos jornais: microrregião de Sobral na década de 1970”, discute a imagem construída pela imprensa em torno da seca de 1970. Dentro da perspectiva da História Social, atento para como se constituiu a memória hegemônica sobre a estiagem, pois os periódicos legitimavam constantemente a presença da miséria, do flagelo e do atraso da região Nordeste. A partir de tal olhar, foi fundamental a discussão sobre como ocorria a implementação das políticas públicas durante os períodos de escassez de chuvas, a quem beneficiavam e por que não atendiam às necessidades de todos os agricultores sertanejos que viviam em áreas atingidas pela estiagem, como a microrregião de Sobral. As fontes analisadas neste capítulo são, principalmente, os jornais cearenses *Correio da Semana*, *Correio do Ceará* e *O Povo*.

No segundo capítulo, “A organização de políticas públicas de ‘combate à seca’: a atuação do DNOCS na microrregião de Sobral na década de 1970”, analiso como ocorria a organização das políticas públicas de “combate à seca” na microrregião de Sobral, a partir da atuação do DNOCS. Procuro perceber também a constituição da imagem deste órgão diante dos documentos estudados. Dentre as políticas governamentais apontadas pelos documentos, neste capítulo, destaco obras como a irrigação e a construção de rodovias. Essa escolha se deve à presença constante dessas duas ações de poder público nos periódicos analisados, assim como nos boletins e nos relatórios do DNOCS. Para a discussão deste capítulo, trago o Boletim Técnico e o Relatório Anual do DNOCS do ano de 1970, bem como os periódicos *Correio da Semana*, *Correio do Ceará* e *O Povo*.

No terceiro capítulo, “Caminhos entre as políticas de “combate à seca” e o agricultor: trabalho, experiência e memória”, aponto para uma discussão em torno das experiências de vida dos agricultores dos distritos sobralenses de Aracatiaçu e Taperuaba. No diálogo com as memórias desses sujeitos, atento para a suas lutas constantes e como experienciaram a seca de 1970. O movimento de análise articulou as entrevistas aos periódicos *Correio da Semana*, *Correio do Ceará* e *O Povo*, face, principalmente, a duas dimensões: o significado de sertanejo e outras referências atribuídas pelos noticiários aos agricultores – “homem do campo”, “flagelado”,

“migrante”, “faminto” e “vítima da seca” –; e a proposta de desenvolvimento econômico para a região Nordeste e de modernização do campo a partir das políticas públicas dos governos militares.

## Capítulo 1

### A estiagem noticiada nos jornais: microrregião de Sobral na década de 1970

*Pleno sertão. Agosto vai em meio.  
Aos látegos do sol abrasador,  
O pobre sertanista sofredor,  
Sente a descrença dominar-lhe o seio.*

Vicente Albuquerque Rodrigues, 1970.

Esse capítulo aponta para discussões em torno das notícias sobre a estiagem, percebendo como os jornais *Correio da Semana*, *Correio do Ceará*, *O Povo* abordavam o período da seca de 1970. A leitura desses jornais identificou um traço comum entre eles: a abordagem definida para noticiar o fenômeno da estiagem evidencia o que foi se delineando como uma prática de legitimação da presença da miséria, da fome, do desespero, da descrença e do flagelo como estratégia para legitimar a necessidade de investimentos para “salvar” o agricultor sertanejo da situação de “miséria” em que se encontrava.

Estiagem prolongada, famintos, flagelados, grupos de pedintes, saques. Estas são algumas das tantas temáticas abordadas constantemente por estes três jornais. Fosse semanalmente, como era o *Jornal Correio da Semana*, ou diariamente, como o *Correio do Ceará* e *O Povo*, as temáticas de seca, flagelo, fome, miséria faziam parte de um conjunto de notícias repercutidas como verdadeiras catástrofes<sup>42</sup>. O Nordeste, mais uma

<sup>42</sup> Ver BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos do Ceará**: Imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX. Op. cit..

vez, era caracterizado pela imprensa cearense como um lugar economicamente atrasado<sup>43</sup>, a necessitar de auxílio externo e viver nele seria sinônimo de sofrimento.

Esse sofrimento também era retratado através de poemas como o da epígrafe que corresponde a um trecho do poema Painel Sertanista, de Vicente Albuquerque Rodrigues, escrito em 15 de agosto de 1970, em Crateús-CE. O drama é o componente principal dos versos publicados no Jornal Correio da Semana. Dentre esse poema, havia outros que também construíam cataclismos em torno da estiagem ocorrida no ano de 1970<sup>44</sup>.

Pensando os jornais como documentos construídos a partir social, é importante lembrar o que as historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto falam a respeito da conjuntura social do jornal, partindo da perspectiva de pensá-lo como um documento que “[...] fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”<sup>45</sup>. Foi desse modo que atentei para os jornais Correio da Semana, Correio do Ceará e O Povo. O que eram esses jornais em 1970? Quem eram os grupos políticos na cidade de Sobral? O que era Sobral naquele período?

A partir das indagações, é possível chegar a questões, percorrer caminhos que incluem interrogar os silêncios dos documentos. Thompson chama a atenção para o modo como devemos perceber a história: desvencilharmo-nos da ideia de que sua construção se daria através de um “aparelho mecânico” e entender que ela se constrói numa dinâmica social, nas experiências vividas. Para entendê-la é preciso, portanto, também ouvir os seus silêncios, e, no caso da pesquisa, significa ouvir e interrogar as fontes. Tomando as reflexões de Thompson como referência, entendo que é preciso ouvir os silêncios desses periódicos, interrogando-os<sup>46</sup>. A partir do momento em que nos aprofundamos naquilo que propomos investigar, abrem-se caminhos possíveis para

---

<sup>43</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Op. cit..

<sup>44</sup> RODRIGUES, Vicente Albuquerque. Painel Sertanista. **Correio da Semana**, Sobral, ano: 53, n.36, 12 dez.1970.

<sup>45</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Op. cit. p. 268.

<sup>46</sup> “.. Nas margens do mapa, encontraremos sempre as fronteiras do desconhecido. O que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do dialogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o *conjunto* de conceitos ...”. THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 195.

encontrar as respostas construídas a partir das perguntas traçadas numa rota inicialmente desconhecida.

João Batista Teófilo Silva<sup>47</sup>, em pesquisa sobre os periódicos Correio da Semana e O Povo, aponta para algumas questões pertinentes: enquanto o Jornal Correio da Semana construía a imagem de “boa imprensa” sobre si mesmo, o Jornal O Povo se intitulava como um jornal político e combatente. Pensar sobre isso ajuda a começar a circunscrever e compreender a conjuntura do jornal, bem como seu posicionamento diante das notícias sobre a estiagem de 1970, pensando, também, seu olhar com relação aos sertanejos.

Importante relembrar que a problemática da pesquisa propõe a discussão sobre as políticas públicas implementadas em períodos de estiagem para os agricultores sertanejos da microrregião de Sobral, questionando as ações dessas políticas de caráter emergencial a partir do diálogo com os jornais Correio da Semana, Correio do Ceará e O Povo; com os Boletins Técnicos e Relatórios do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da articulação com as entrevistas de agricultores dos distritos de Aracatiaçu e Taperuaba que constituem a microrregião.

### **1.1. Jornal Correio da Semana: a seca como tema de primeira página com abordagem católica**

O Jornal Correio da Semana<sup>48</sup>, pertencente à Cúria Diocesana de Sobral, foi fundado em 1918 pelo primeiro bispo da cidade, Dom José Tupinambá da Frota, que se tornou muito influente na Zona Norte do Estado do Ceará nas primeiras décadas do

---

<sup>47</sup> SILVA, João Batista Teófilo. **Imprensa, ditadura e abertura política**: entre consentimentos, atritos e ambivalências. a atuação dos jornais cearenses "Correio da Semana" e "O Povo" (1974-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>48</sup> Registrado sob o número 17.506, de acordo com o Artigo 8º do Decreto-Lei Nº 1343, o Correio da Semana é o mais antigo jornal em circulação no Estado do Ceará. De início, era localizado na Avenida Dom José (em frente ao Colégio Sant’Ana, colégio católico fundado pelas freiras Filhas de Sant’Ana, sob os auspícios do bispo Dom José Tupinambá da Frota). Atualmente, localiza-se na Praça Quirino Rodrigues, 76, Sala 4, no centro de Sobral. Em 1970, era dirigido e editado pelo Cônego (padre) Egberto Rodrigues de Andrade, tendo também como editor gerente Francisco Oliveira de Moraes. O periódico era publicado semanalmente, sempre aos sábados. Era editado com o formato de seis a oito páginas e, nessa época, a assinatura anual custava NCr\$ 20,00; por via aérea, NCr\$ 25,00; avulso, NCr\$ 0,30.

século XX, tendo essa influência se estendido para além de seu tempo de vida e fazendo-se presente nos dias atuais em toda a região.

Em seu início, o jornal era destinado principalmente à publicação de notícias de caráter religioso. Costumava ter de seis a oito páginas e, na primeira página, trazia, com destaque, a história do semanário, com um apanhado de sua fundação, ou algo relacionado à Diocese de Sobral. Depois, seguiam-se notícias de cunho nacional, internacional, regional e local, publicações relacionadas à Igreja Católica, como biografia dos padres da Diocese de Sobral, festas religiosas, notas de falecimento, aniversário e casamento. A disposição do texto seguia o formato de colunas: Coluna da Cidade; Vou te Contar; Nossa História; Sociais; Curiosidades; Esportes; Conheça o seu Bispo; Outras Notícias. Dependendo da intensidade do noticiário, qualquer dessas colunas poderia vir publicada em primeira página.

Publicava também anúncios a pedido e tinha como principais anunciantes: o médico Dr. José Mont'Alverne, a Escola dos Meus Filhos, Harmoniuns (loja de consertos e reformas), o advogado Edson Donizetti Coêlho, Casas Samuel (loja de móveis e eletrodomésticos), J. Torquato Comércio e Indústria S. A. (materiais de construção para o campo), Clínica Dr. Juvênia de Andrade, Sobral Auto Ltda. (Sorauto, revendedor autorizado da Volkswagen) e loja de eletrodomésticos Ciclorama. A partir da identificação desses anunciantes, podemos perceber qual o público leitor era constituído por este jornal. Temos, então, um público formado por médicos, advogados, famílias com poder aquisitivo para contratação de advogado e médico particular, para aquisição de móveis, eletrodomésticos e automóveis novos, comerciantes e proprietários rurais. Com relação aos colaboradores, eram em grande maioria constituídos pelos padres vinculados à Diocese de Sobral.

O periódico tinha forte influência na região norte, principalmente no período da ditadura, como explicam José Valdenir Rabelo Filho e João Batista Teófilo Silva. Em sua pesquisa sobre a imprensa, ditadura e abertura política, Silva alerta para o fato de esse jornal ser simpatizante da ditadura, mas é importante, ao mesmo tempo, perceber um certo nuançamento nas posturas dos grupos católicos, incluindo aí os grupos que compunham a Diocese de Sobral naquele período. Isso também se deve ao fato de a Igreja Católica ter tido uma divisão, havendo aquele grupo conservador que apoiava a

ditadura e um grupo que defendia os direitos dos trabalhadores do campo de que fazia parte do Movimento de Educação de Base (MEB).

Com relação a sua postura política, o Bispo Diocesano de Sobral, daquele período, Dom Walfredo Teixeira assumia uma postura moderada, evitando conflitos com o regime<sup>49</sup>. No entanto o diretor do Correio da Semana, Cônego Egberto Rodrigues, apresentava uma postura mais rígida. Ao manifestar sua posição em favor à ditadura, de acordo com Silva, este padre tentava impedir a divulgação de programas voltados a questões políticas que reivindicavam os direitos dos trabalhadores do campo, como as questões relacionadas à reforma agrária:

Na contramão dos interesses de Pe. Egberto, que era dono de terras na região de Sobral, um episódio evidencia a censura ao programa do MEB por iniciativa a própria direção da rádio, em um dos programas, Pe. João Batista Frota narrava o drama vivido por um trabalhador ao ser expulso das terras em que trabalhava e morava. O trabalhador em questão foi despejado pelo próprio padre Egberto que, na ocasião, na tentativa de tirar o programa do ar, o que não ocorreu naquele momento devido a artimanha de Pe. João Batista, que mudou de assunto, garantindo que o programa fosse transmitido até o final.<sup>50</sup>

O posicionamento de Pe. Egberto evidenciava uma postura conservadora diante de determinados assuntos, como, por exemplo, a tentativa de manipular notícias que viriam a ser divulgadas na Rádio Educadora, também pertencente à Diocese de Sobral. Por outro lado, evidenciando aquele nuancamento mencionado acima, também era possível encontrar posturas como a do Pe. João Batista, que demonstrava ser contrário às ações do diretor da Rádio diante de assuntos que diziam respeito aos agricultores sobralenses.

As notícias que o Jornal Correio da Semana publicava sobre estiagem, a depender do impacto que poderiam causar, costumavam vir na primeira página. Algumas outras vezes, apareciam na segunda e terceira ou na última página do jornal. Geralmente, eram breves, calamitosas e publicadas ao lado de colunas que informavam

---

<sup>49</sup> Ver SILVA, Op., Cit., 2015, p. 17. Ver também: RABELO FILHO, José Valdenir. A “Princezinha do Norte” em tempos de autoritarismo. Legitimidade, consenso e consentimento (Sobral – CE / 1964- 1979). 201f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>50</sup> SILVA, Op., Cit., 2015, p. 18.

a vida da sociedade sobralense, que divulgavam poemas, notas de aniversários e falecimentos, propagandas de imóveis, venda de veículos automotores ou ao lado de assuntos referentes à política de caráter nacional ou internacional.

Marta Emisia Jacinto Barbosa<sup>51</sup>, quando se refere à maneira como os noticiários sobre a seca eram publicados na imprensa da segunda metade do século XIX, coloca que se constituía uma narrativa que empreendia um inventário da miséria, compondo-se com detalhes peculiares e descrevendo as situações em que os habitantes se encontravam. Na segunda metade do século XX, a visão de miséria ainda se perpetuava em jornais cearenses.

O Jornal Correio da Semana abordava a seca de 1970 em termos da situação de flagelo e fome que “continuava” a se alastrar pelo Ceará e pela microrregião de Sobral, e, com esses recursos, legitimava sua abordagem com o relato do que apresentava enquanto o “cotidiano” de sertanejos que saiam de suas casas em busca de auxílios. Na edição de 11 de abril de 1970, o Correio da Semana publicou matéria intitulada “Estiagem leva famintos ao saque”:

[...] registra-se uma estiagem que já se prolonga por mais de vinte dias, aumentando o desalento de agricultores de pequenas posses que já abandonaram o sertão em busca de auxílio nas cidades. Em alguns municípios cearenses já houve saque, como em Mombaça e Independência, onde famintos tentaram invadir o comércio, a procura de alimentos. Em nossa cidade o aspecto está mudando, com a chegada da gente do sertão que reunida em grupos se espalha pelas ruas pedindo auxílios. Ontem por exemplo, constatou-se a presença de grande quantidade de sertanejos, que visitavam as casas comerciais pedindo auxílio e expondo sua situação. [...]<sup>52</sup>

O texto fala dos agricultores de “pequenas posses” que saiam de suas casas em busca de auxílios. Há um fator importante nesta notícia. No início do texto, o sujeito em questão é denominado como o “agricultor”, que sai de sua casa em busca de ajuda; quando esse agricultor chega à cidade, passa a ser percebido como o “faminto” que saqueia os estabelecimentos comerciais. No decorrer do texto, outras referências vão surgindo para este agricultor, como “gente do sertão” que se reúne em grupos

<sup>51</sup> BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos do Ceará**: Imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX. Op. Cit., 2004, p. 55.

<sup>52</sup> Estiagem leva famintos ao saque. **Correio da Semana**, Sobral, ano 53, n. 2, 11 abr. 1970, p. 2.

percorrendo a cidade. Logo em seguida, surge o “sertanejo”. Afinal, quem é esse agricultor?<sup>53</sup>. O termo “pequenas posses” é colocado na notícia para evidenciar aquele agricultor que cultiva a terra para a subsistência.

As reportagens dos periódicos pesquisados sempre atribuem tais definições ao agricultor, que é sertanejo, mas que também é faminto ou miserável, pobre e flagelado. Tais definições são uma reafirmação da imagem apresentada pela imprensa no final do século XIX e no início do século XX a respeito do agricultor sertanejo. Barbosa evidencia estas atribuições ao atentar para as descrições do jornalista José do Patrocínio, que veio ao Ceará para se articular com a imprensa cearense e escrever a respeito da seca de 1877-1879. Barbosa demonstra que o retirante sempre era apresentado como símbolo de “calamidade ou mesmo de iniquidade”<sup>54</sup>.

A “memória do flagelo” foi reafirmada nos jornais do início do século XX. Meio século depois, esta memória continuava a se perpetuar em alguns periódicos cearenses, a partir da imagem estereotipada com relação à região Nordeste: habitada por um povo sofrido; lugar miserável, de atraso, de constante miséria, devido às condições propiciadas pelo clima, fator responsável pela pobreza e pela situação de calamidade. No livro *O genocídio do Nordeste* (1979-1983), organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC) e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), estudiosos e integrantes de movimentos sociais, como já mencionado na Introdução, apontam para esta questão, discordando da ideia de que a seca seria o fator responsável pela situação de miséria em que vivia grande parte dos trabalhadores do Nordeste<sup>55</sup>.

Ocorre que o fator climático não seria o responsável pela situação vivenciada, especificamente na década de 1970. Neste período, a ideia de acumular água foi fortalecida como alternativa para sanar tal problema, pois a retenção de água vinha

---

<sup>53</sup> De acordo com o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), os agricultores de “pequenas posses” são aqueles que possuem uma pequena propriedade rural, servindo de sustento para o agricultor e sua família. “Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, definem-se: [...] II - “Propriedade Familiar”, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. [...]”. Disponível em <<http://fjravogados.jusbrasil.com.br/noticias/126322854/a-definicao-de-pequena-propriedade-rural>> Acesso em: 22 jan. 2016. Mas é preciso lembrar que se trata de uma definição legal construída no contexto da ditadura militar no Brasil, uma vez que o Estatuto da Terra foi promulgado em 30 de novembro de 1964.

<sup>54</sup> BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. 2004. Op. Cit. p. 85 e 87.

<sup>55</sup> CPT; CEPAC; IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. Op. Cit.

sendo uma política implementada pelos governos no intuito de resolver a situação da escassez do líquido. Porém, sabe-se que tais políticas beneficiavam aqueles a quem a terra pertencia. Diante disso, “[...] o resultado foi o fortalecimento das condições e exploração do povo nordestino.”<sup>56</sup>

Em 1970, o Jornal Correio da Semana publicava constantemente, em suas páginas, notícias sobre solicitação de frentes de serviço e sobre alistamentos. De acordo com as notícias, tais frentes eram justificadas com o intuito “amenizar o sofrimento dos nordestinos”, de dar ao agricultor sertanejo uma ocupação para não cair na ociosidade. Estas eram algumas das justificativas apresentadas em muitas destas reportagens.

Publicada na primeira página do jornal, a notícia “Antes tarde do que nunca – Frentes de trabalho em 10 dias”, datada em 16 de maio de 1970, informava a liberação de recursos pela SUDENE para serem implementados em obras emergenciais no Nordeste, incluindo o Estado do Ceará. Muitas destas obras correspondiam à construção de rodovias ou de avenidas em cidades onde a situação de calamidade estaria mais agravada, conforme a notícia citada a seguir:

Para amenizar a situação de milhares de nordestinos que estão morrendo de fome em consequência da seca que hora castiga essa região, a SUDENE, reconhecendo o estado de calamidade, decidiu liberar alguns cruzeiros que serão empregados em frentes de serviço, cujo alistamento de pessoal está previsto para dentro de mais alguns dias, em turmas de 27 pessoas. Como é do conhecimento do público, no Ceará apenas alguns municípios foram incluídos no plano de emergência, quando todo o Estado, reclama por providências do governo, com respeito à irregularidade do inverno, que na hora mais precisa desapareceu, deixando a lavoura totalmente perdida, por falta de chuvas, como é o caso do nosso município, onde a plantação está morrendo.<sup>57</sup>

Apesar de ser um jornal de caráter religioso, o Correio da Semana publicava diversas reportagens sobre a seca de 1970, dentre elas estavam aquelas referentes à chegada de auxílios aos sertanejos, como a citada acima, que se destaca pela intensidade com que apresenta os acontecimentos. Por ser noticiada em primeira página e não como nota breve ou misturada a outras notícias que poderiam dispensar atenção do leitor, o

<sup>56</sup> Id. ibid. p. 34.

<sup>57</sup> Antes tarde do que Nunca! Frentes de trabalho em 10 dias. **Correio da Semana**, Sobral, ano 53, n. 7, 16 maio 1970. p. 1.

jornal lhe proporciona maior visibilidade. O texto procura dar legitimidade às seguintes questões: os nordestinos estavam morrendo de fome devido à seca que se alastrava na região; as frentes de serviços enviadas naquele momento não eram suficientes; o reconhecimento do estado de calamidade seria suficiente para o envio das frentes de emergência; as providências haviam chegado tarde, mas ainda era possível amenizar o sofrimento dos mais fortes.

As frentes de serviço não chegavam para todos os municípios, informa o noticiário. E o Estado do Ceará ainda reclamava por mais ações emergenciais. No decorrer do ano de 1970, dentre as reportagens publicadas sobre estiagem, os periódicos informavam o alistamento de agricultores e a chegada de tais frentes, ou sua solicitação, bem como o cancelamento de recursos destinados à realização das obras públicas.

Nas matérias analisadas, pude perceber que os recursos financeiros custeados pela SUDENE em obras emergenciais na região Nordeste e no Estado do Ceará eram grandiosos. Em notícia de 27 de junho de 1970, por exemplo, menciona-se a liberação de 5,2 milhões cruzeiros<sup>58</sup> somente para o Estado do Ceará. Isso se convertia, para cada trabalhador que estivesse alistado, em uma diária de dois cruzeiros<sup>59</sup>. Vale observar o quanto esta diária era insuficiente para a subsistência do agricultor e de sua família. Então, podemos pensar que a falta de chuvas não era o fator determinante da tão lastimada miséria vivenciada pelo sertanejo, como afirmavam os jornais cearenses da década de 1970. Mas a forma como estas políticas eram implementadas levava o agricultor a uma situação que poderia constituir numa miséria.

Nos noticiários, as frentes de serviços são mencionadas como uma medida paliativa para amenizar o sofrimento dos sertanejos, porém, seria ingenuidade acreditar que este consistia no principal motivo. Diante dos fatos, é importante atentar para a seguinte questão: vivia-se numa ditadura militar que tinha como fundamentos manter a ordem, o controle e o comportamento dócil da população trabalhadora, com a adoção de medidas de diferentes naturezas para a contenção de sublevações e de iniciativas de revolução socialista. Era inadmissível aos agentes dessa ditadura que essa ordem fosse perturbada, que “levas de famintos” – termo frequentemente utilizado pelos jornais – se

---

<sup>58</sup> Cr\$ 5,2 milhões, em 27 de junho de 1970, quando convertidos em moeda atual no Brasil, o Real, equivaleria a R\$ 0,0000018909. CF. <<http://www.igf.com.br/calculadoras/conversor/conversor.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

<sup>59</sup> SUDENE libera mais verbas para os Estados sêcos. **Correio da Semana**, Sobral, ano 53, n.13, 27 jun. 1970. p. 1.

aglomerassem nas cidades, pedindo esmolas e ameaçando a propriedade privada com os saques. Os socorros emergenciais surgiram como forma de manter a “paz” e a “ordem”, fixando o sertanejo no campo, porque, com isso, seriam evitados os deslocamentos, as mobilizações<sup>60</sup>.

As condições nas quais os sertanejos se encontravam, de acordo com Neves, significavam uma regressão dor ser humano. Isto implica dizer que estariam voltando ao seu estado de selvageria, devido às condições de vida, à situação precária na qual se encontrava o agricultor. Essa forma de pensar o sertanejo como coitado, pobre e miserável o coloca, entretanto, na posição de vítima, terminando por corroborar a imagem de que o Nordeste seria o lugar da miséria. Tal discurso é reafirmado pela mídia e por aqueles que acabam se assumindo como eternas vítimas da seca. Vejamos as indagações de Durval Muniz de Albuquerque Junior a respeito desta imagem:

Por que dizemos com exaltação e rancor que somos esquecidos, que somos menosprezados e vítimas da história do país? Que mecanismos de saber e de poder nos incitam a colocarmo-nos sempre no lugar de vítimas, de colonizados, de miseráveis física e espiritualmente? Como, por meio de nossas práticas discursivas reproduzimos um dispositivo de poder que nos reserva o lugar de pedintes lamuriantos, produzimos e reproduzimos um saber em que sentimos o prazer de dizer que somos pobres coitados?<sup>61</sup>

As indagações de Albuquerque Junior levantam a possibilidade de se refletir sobre o que significa ser nordestino e viver numa região como o Nordeste. O autor afirma que o Nordeste e o povo nordestino, tais como são repetidamente noticiados, seriam uma invenção da relação de poder e que é preciso superar este discurso, os estereótipos criados a partir de um pensamento de discriminação constituído como verdade<sup>62</sup>.

Apesar de a discussão deste capítulo não ser voltada para o termo “nordestino”, levanto esta discussão porque o autor faz algumas observações com relação à imagem construída em tono do sertanejo, e, dentro deste contexto, estão os agricultores e a sua

---

<sup>60</sup> NEVES, Frederico de Castro. **Imagens do Nordeste:** a construção da memória regional. Op. cit..

<sup>61</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR. 1999. Op. Cit. p. 20-21.

<sup>62</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR. 1999. Op. Cit. p. 21.

condição social. Nos jornais pesquisados, tal visão de sofrimento e da vitimização é constantemente enfatizada.

A relação de poder mencionada por Albuquerque Júnior pode ser percebida nas palavras de Teoberto Landim, no livro *Seca*: a estação do inferno, pois, ao dialogar com alguns romances regionalistas, como *Os Retirantes*, *A Bagaceira*, *O Quinze*, *Vidas Secas*, entre outros, Landim chama atenção para a relação com o paternalismo reafirmado em períodos de seca, enfatizando que “[...] não havia interesse de resolver a questão, mas sim de conservar o sertanejo como um eterno dependente do ‘Coronel’, dos ‘favores governamentais’[...].”<sup>63</sup>

As percepções de Landim remetem a um período anterior ao recorte temporal desta pesquisa, porém, a eternização da miséria, a manipulação das frentes de trabalho por parte dos governantes ainda se faziam presentes, embora não fossem tão visíveis, ou surgissem camufladas, porque sabemos que a década de 1970 trazia um discurso de que a região Nordeste precisava ser modernizada para, somente então, ser “integrada” ao restante do país.

Neves levanta a questão do paternalismo através do “emergencialismo”, uma forma de relação de poder ainda presente na década de 1970. Em períodos de estiagem, o poder era reafirmado para a satisfação dos dominantes, esta relação precisava ser preservada, pois manter os agricultores pobres, sem terra, sem trabalho e com fome, controlados através das frentes de serviço seria muito mais seguro<sup>64</sup>.

A relação de paternalismo tornara-se um costume desde o tempo do Império<sup>65</sup>, quando os primeiros socorros públicos foram realizados como “medidas paliativas” em tempos de seca. Desde então, o Estado assumiu a responsabilidade enviando trabalhos para conter os sertanejos que saíam do campo para a cidade, em busca de trabalho ou de alguma alma caridosa que lhes pudesse prestar um socorro. No dia 23 de maio de 1970, em primeira página, o *Correio da Semana* traz um texto curto, mas com teor de impacto, intitulado “Sobral necessita de frentes de trabalho”:

---

<sup>63</sup> LANDIM, Teoberto. **Seca**: a estação do inferno. Uma análise dos romances que tematizaram a seca na perspectiva do narrador. Op. cit. p. 119.

<sup>64</sup> NEVES, Frederico de Castro. 1994. Op. Cit., p. 49.

<sup>65</sup> FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Enxadas e compassos**: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). 2009. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. p. 19-20.

Diante da estiagem ora existente em todo o Estado com a inclemência da seca, necessário se faz um grito de alerta por parte de nossas autoridades, solicitando da SUDENE, frentes de trabalho também para o município de Sobral, onde centenas de famílias estão morrendo de fome por não disporem de meios de conseguir alimento necessário a sua sobrevivência. A cidade já está cheia de flagelados, que acampados nos subúrbios, rumam ao centro em busca de emprego e pedindo esmola. É ora de se construir irrigações, de se construir melhores estradas e de se franquear a pesca nos açudes públicos, dando ao homem do campo, meios de se escapar com seus dependentes [...].<sup>66</sup>

É importante atentar para as seguintes questões a partir desse texto: havia centenas de famílias morrendo de fome; os flagelados chegavam à cidade em busca de auxílios, inclusive na própria redação do jornal. Estes são os caminhos legitimadores da notícia e do posicionamento do jornal. Havia de fato uma preocupação do jornal com estas pessoas? No decorrer do texto, o redator reclamava por estar sendo abordado por “flagelados” em busca de auxílios: “[...] é ora de tirar da nossa porta, o homem que reclama por trabalho [...].”<sup>67</sup>

O jornal clamava providências e chamava as “nossas autoridades” para resolver a situação, solicitando o apoio da SUDENE. Afinal, quem eram essas autoridades? Para quem o jornal estaria falando? As pesquisadoras Maria do Pilar de Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Maria Aun Khoury, ao analisarem jornais paulistanos, apontam para a importância estratégica dos adjetivos que os jornais constituíram para estabelecer avaliação de conjuntura, para evidenciar alianças e embates políticos e, também, para difundir seus respectivos projetos de sociedade. Segundo as autoras, em uma investigação com jornais, o uso de artifícios linguísticos como o emprego de adjetivos e pronomes nos variados espaços das páginas, por exemplo, pode dar pistas sobre *a que propósito e por quem fala* um referido periódico<sup>68</sup>.

O pronome “nossas”, na frase “nossas autoridades”, propõe-se a generalizar a notícia, o posicionamento e a reivindicação para todos aqueles que sofriam com a estiagem, ao mesmo tempo em que oculta um determinado grupo que se aproveitava da situação de angústia dos trabalhadores pobres, sem terra, sem trabalho para envidar

<sup>66</sup> Sobral necessita de frentes de trabalho. **Correio da Semana**, Sobral, ano 53, n. 8, 23 maio. 1970. p. 1.

<sup>67</sup> Sobral necessita de frentes de trabalho. **Correio da Semana**. Op.cit.

<sup>68</sup> VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **A pesquisa em História**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 60.

pressões em torno de determinados investimentos no campo<sup>69</sup>, como a realização de projetos voltados para a irrigação e a construção de estradas.

É importante atentar para a imagem “a cidade está cheia de flagelados”<sup>70</sup>. Porque é a imagem que justifica que deveriam ser tomadas providências para que essas pessoas não permanecessem na cidade, pois já se direcionavam para o centro à procura não apenas de emprego, mas, sobretudo, de auxílio mais imediato, como esmolas e comida. Quando o agricultor sertanejo saía de sua casa em direção aos centros urbanos tornava-se um fator preocupante, uma vez que se tornava necessário mobilizar uma memória a respeito de experiências de saques em períodos de seca anteriores. Na passagem citada acima, é perceptível que o clamor por frentes de trabalho estaria relacionado a manter esta gente no campo para garantir uma determinada ordem.

Mas tal medida não seria permanente, pois as ocupações nas frentes de serviço eram temporárias. A estiagem continuaria existindo e o sertanejo estaria fadado a depender constantemente de “auxílios paliativos” emitidos pela SUDENE ou DNOCS e demais instituições vinculadas aos governos federal e estadual.

Durante uma das secas de maior impacto registradas na imprensa e na historiografia, a de 1877-1879, a “memória plástica” sobre o sertão, organizada por periódicos como o Jornal Gazeta de Notícias, a Revista O Besouro e a Revista da Semana, do Rio de Janeiro, apresentava um olhar único sobre o sertão, constituindo uma memória dominante, de acordo com o que analisou Marta Emisia Jacinto Barbosa. No final do século XIX, a ação da imprensa carioca dava notoriedade à seca como drama que se estendia pelos sertões com a escassez de água e com a paisagem mórbida habitada por homens e mulheres residentes naquela situação<sup>71</sup>.

A memória da miséria perpetuada pela imprensa em períodos anteriores continuava fazendo parte dessa “rede de comunicação”<sup>72</sup> na década de 1970. Os jornais cearenses Correio da Semana, Correio do Ceará e O Povo estampavam em seus

---

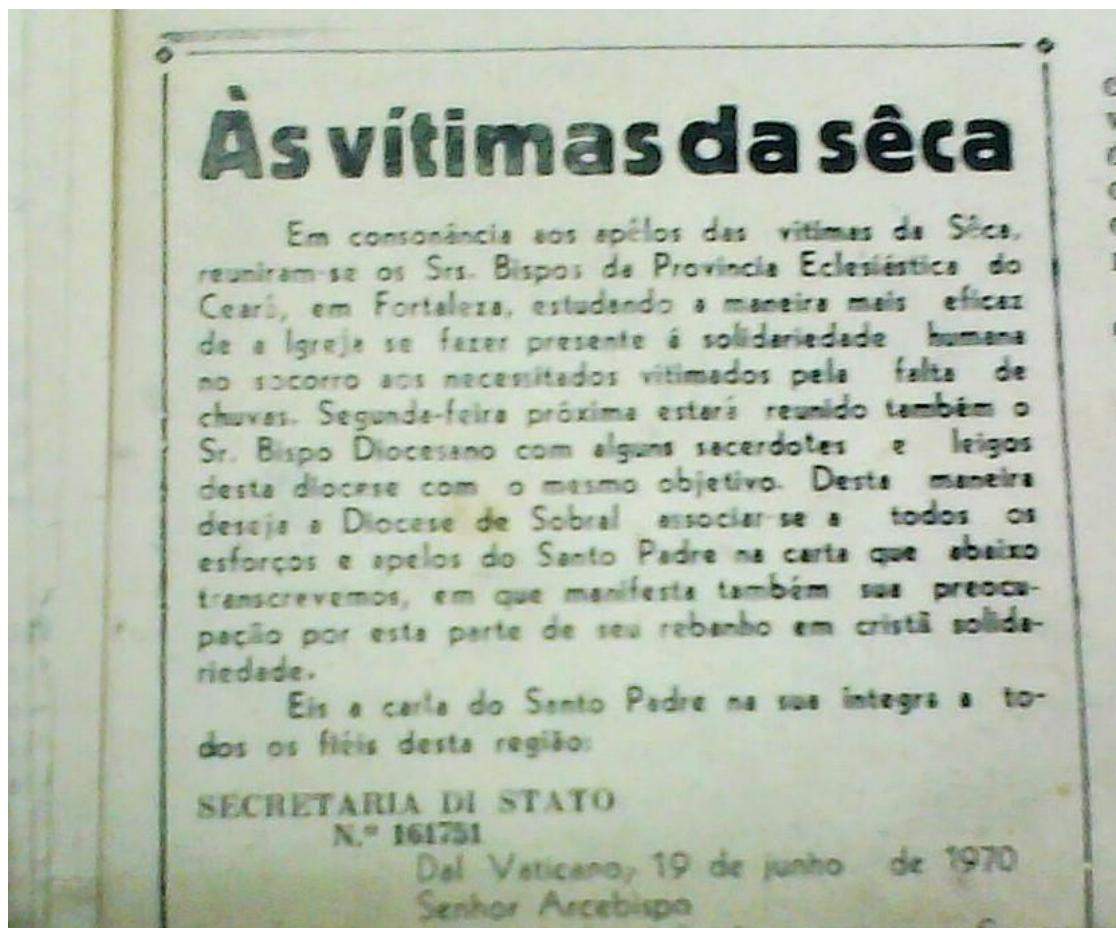
<sup>69</sup> Idem. p. 60.

<sup>70</sup> Sobral necessita de frentes de trabalho. **Correio da Semana**. Op.cit.

<sup>71</sup> BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. 2004. Op. Cit., p. 22

<sup>72</sup> Expressão utilizada por Marta Emisia Jacinto Barbosa e Jorge Luiz Ferreira Lima, em artigo sobre a constituição de redes de comunicação na região norte do Ceará, abordando sua materialidade e os sujeitos sociais e experiências que as constituíram no século XIX. Ver BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 39, p. 37-57, jul.-dez. 2008.

noticiários a calamidade acarretada pela falta de chuvas. No Jornal Correio da Semana, essa memória era reafirmada conforme reportagem seguinte:



**Imagen 1**

As vítimas da seca. Sobral. Jornal Correio da Semana. Sobral, 18 jul. 1970. p.1.

Acervo do Jornal Correio da Semana, Cúria Diocesana, Sobral-Ceará.

O texto da Imagem 1, é parte de uma reportagem que trazia uma carta emitida pelo Vaticano em nome do Papa Paulo VI. O objetivo principal da carta era prestar solidariedade aos sertanejos denominados pelo periódico de “vítimas da seca”. Como a imagem não estava legível, optei por destacar apenas um trecho inicial da notícia:

Em consonância aos apelos das vítimas da Sêca, reuniram-se os Srs. Da Província Eclesiástica do Ceará, de Fortaleza, estudando a maneira mais eficaz de a Igreja se fazer presente à solidariedade humana no socorro aos necessitados vitimados pela falta de chuvas. Segunda-feira

próxima estará reunido também o Sr. Bispo Diocesano com alguns sacerdotes e leigos desta diocese com o mesmo objetivo. Desta maneira deseja a diocese de Sobral associar-se a todos os esforços e apelos do Santo Padre na carta que abaixo transcrevemos, em que manifesta também sua preocupação por esta parte de seu rebanho em cristã solidariedade. Eis a carta do Santo Padre na íntegra a todos os fiéis desta região: Secretaria Di Stato N. 161751, Dal Vaticano, 19 de junho de 1970. Senhor Arcebispo [...].<sup>73</sup>

A repercussão da seca havia chegado até o Vaticano e, assim, a memória construída em torno da miséria se legitimava. Como diz Barbosa, a miséria exagerada se tornara trágica, destacando “[...] destacando o lugar onde a miséria transbordava, onde se via um verdadeiro “espetáculo de miséria”, que, associado as imagens, conquistou uma outra eloquência”<sup>74</sup>.

O Correio da Semana assumia a posição de um jornal que divulgava a “verdade cristã, e em defesa dos interesses da coletividade”<sup>75</sup>. Era um jornal que, relembrando o que afirma Silva, se identificava mais com o grupo conservador da Igreja, principalmente durante a ditadura<sup>76</sup>. Em suas páginas, era comum encontrar legendas que reafirmavam seu compromisso com a sociedade cristã sobralense. Em comemoração aos 53 anos do periódico, o colunista Francisco Oliveira de Moraes esboçou um apanhado sucinto sobre a trajetória do semanário:

---

<sup>73</sup> CRÉDITOS para o Brasil. Às vítimas da seca. **Jornal Correio da Semana**. Sobral, ano: 53, n. 15, 18 jun. 1970, p. 1.

<sup>74</sup> BARBOSA, 2004. Op. cit., p. 95.

<sup>75</sup> 53 ANOS de Correio da Semana. **Jornal Correio da Semana**. Sobral, ano: 54, n. 2, 10 abr. 1971, p. 3.

<sup>76</sup> SILVA, Op. cit., 2015, p. 183.



### Imagen 2

53 anos de Luta. Jornal Correio da Semana. Sobral, 10 abr. 1971. p.3.  
Acervo do Jornal Correio da Semana, Cúria Diocesana, Sobral-Ceará.

De acordo com o que vemos no texto da Imagem 2, o semanário procurava demonstrar o quanto era criterioso com a seleção de seus artigos, alegando o cuidado em não “ferir os sentimentos religiosos e morais” de seus leitores. Informava sobre seu empenho em reconhecer a necessidade de divulgar notícias com maior visibilidade ao povo sobralense. E enfatizava também seu objetivo de proporcionar ao leitor “um jornal agradável”. Durante a pesquisa nesse periódico, percebi que havia um número menor de notícias sobre as estiagens na chamada Zona Norte de Sobral. Nas notícias relacionadas à seca que o periódico publicava, geralmente apareciam outros municípios do estado do Ceará, o que gerou uma indagação: por que o número de notícias publicadas sobre estiagem nesse jornal com relação a outras localidades do interior era maior do que as da própria região?

O texto acima fala sobre a necessidade de mais colaboradores para trazer notícias “locais” e “prazerosas”. Então, é possível depreender daí que falar das necessidades dos sertanejos sobralenses diante da estiagem talvez não importasse para este periódico. Rabelo Filho fala que, durante a década de 1970, a cidade de Sobral procurava construir uma imagem de progresso e modernidade, informando a chegada de investimentos no setor industrial. Desse modo, em 1970, Sobral “[...] figurava no sertão cearense como uma cidade moderna, palco de grandes empreendimentos econômicos, cenário para a realização da classe média sertaneja [...]”<sup>77</sup>. Compreende-se, portanto, que, para o Jornal Correio da Semana, não seria interessante passar a imagem de uma Sobral necessitada de políticas públicas para a agricultura, de modo especial não tinha interesse em se dedicar àqueles agricultores que viviam de uma agricultura de subsistência.

## 1.2. Jornal Correio do Ceará: a temática da seca e a memória do “drama secular”

O Correio do Ceará<sup>78</sup> é considerado um dos mais tradicionais jornais cearenses. Foi fundado em 2 de março de 1915 por Álvaro da Cunha Mendes, mais conhecido como A. C. Mendes, empresário do ramo gráfico, e passou a integrar os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, a partir de 1937. O jornal deixou de circular em dezembro de 1982. No acervo onde se encontrava o Jornal Correio do Ceará do ano de 1970, faltavam os meses de janeiro, fevereiro, março e abril. Portanto, só foi possível ter acesso aos cadernos de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Ao me direcionar à bibliotecária, fui informada que não se sabia onde poderiam estar esses números e foi sugerido que, possivelmente, haveriam sumido ou se deteriorado com o tempo. Diante disso, debrucei-me em analisar os demais cadernos

<sup>77</sup> RABELO FILHO, Op. cit., 2014, p. 184-185.

<sup>78</sup> Durante o ano de 1970, localizava-se na Rua Conde de Mauá, 2390, no centro da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, e seus setores administrativos estavam estruturados em: diretoria, gerência, secretaria, publicidade, assinaturas e redação. Tinha como equipe responsável: Manoel Eduardo P. Campos, diretor; Antonio Carlos Campos de Oliveira, gerente; Lustosa da Costa, editor; e Felizardo Mont’Alverne, secretário. Geralmente, o jornal apresentava um formato de doze páginas, mas, às vezes, essa quantidade era ultrapassada, quando apresentava dois cadernos. Era publicado diariamente, com exceção dos domingos. As assinaturas anuais custavam NCr\$ 120,00; as assinaturas semanais, NCr\$ 0,50 a NCr\$ 0,60; os números avulsos, NCr\$ 0,50.

que se encontravam em bom estado de conservação, salvo alguns com páginas rasuradas ou corroídas.

O Jornal Correio do Ceará tinha uma rotina diária de publicações, porém não se encontra mais em circulação. A amplitude e a diversidade de notícias eram bem mais intensas que do jornal sobralense Correio da Semana. Ao contrário deste, aquele procurava publicar notícias diversificadas, contemplando: economia, política local, estadual e nacional, vida social de famílias consideradas ilustres em Fortaleza e bailes de debutantes. Havia também um caderno destinado à moda feminina, propagandas de imóveis, investimentos; outros espaços, como de opinião, de esportes; e um quadro denominado Agenda, que costumava noticiar a abertura de indústrias, publicar anúncios de pontos comerciais destinados à venda e notícias para promover a imagem de empresários que ganhavam notoriedade no ramo empresarial, além de anúncios de produtos diversos e classificados.

Quanto aos anunciantes, eram frequentes anúncios de clínicas médicas, escritórios de advocacia e propagandas de empresas. Muitos dos noticiários sobre a seca eram publicados ao lado de outros assuntos que acabavam tendo maior visibilidade. A notícia do dia 13 de junho, página 06, intitulada “Drama Secular”, fazia referência à seca, tendo, logo abaixo, uma imagem em destaque: uma moça, loira, jovem, bonita e, em sua companhia, a cerveja Astrinha, novo lançamento da cerveja Astra – uma propaganda que fazia analogia entre a cerveja e a mulher. O referido anúncio trazia a seguinte mensagem:

Astrinha: a outra na sua vida.  
 Nada impede que você tenha outra cerveja em sua vida.  
 Desde que ela seja pura, leve e gostosa: seja da família ASTRA.  
 É o caso da lourinha de mini-saia.  
 Anote na sua agenda: o nome dela é Astrinha.  
 A meia garrafa de ASTRA.  
 Em casa, você já tem ASTRA que é toda sua.  
 Que mal faz ter uma Astrinha de vez em quando?<sup>79</sup>

Além deste, existiam outros anúncios que chegavam a ser visivelmente mais atraentes aos olhos do leitor do que as notícias sobre seca. Esse periódico estava sempre

---

<sup>79</sup> Drama secular. **Correio do Ceará**, Fortaleza, ano LV, n.16.653, 13 jun.1970. p. 6.

atento às novidades, e, portanto, procurava ser bem diversificado em suas notícias. No campo religioso, trazia reportagens tanto da Igreja Católica, como da Doutrina Espírita, Candomblé, Umbanda. Também publicava o horóscopo diário. Contemplando três ou quatro páginas, em 1970 o jornal trouxe um caderno especial sobre A Copa do Mundo. Com toda essa diversidade de notícias, deveria abranger um grande número de leitores, principalmente do ramo empresarial.

Importante indagar sobre qual a relação desse jornal com a sociedade da época. Uma sociedade que vivenciava um período de ditadura, bem como a euforia da Copa do Mundo, o incentivo à industrialização na região Nordeste e sua “integração” às demais regiões do país. Ao mesmo tempo, cabe entender que o jornal não é uma expressão fidedigna de uma realidade passada ou presente, e que ocorre uma prática constituída a partir de uma realidade social, como sinaliza Laura Antunes Maciel, citada por Heloísa de Faria Cruz: uma prática “que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações [...].”<sup>80</sup>

No Correio do Ceará, as notícias sobre a seca eram geralmente muito similares, o que também era uma característica do Correio da Semana, com a reprodução de algumas notícias vindas de outros jornais, como Diário de São Paulo, Correio Brasiliense e O Povo. O ato de informar significaria dar ao leitor uma informação “pronta”<sup>81</sup>, como quando se referiam ao flagelo, às frentes de serviço e aos recursos enviados pela SUDENE. As notícias pareciam sempre as mesmas: frentes de serviço em 10 dias; abertas ou suspensas frentes de serviços... Mas, afinal, o que significaria “informar” em plena ditadura militar? Além de dar a notícia pronta, é possível pensar que, naquela conjuntura, havia uma notícia que informava mas que também era deformada.

Outra característica predominante no Correio do Ceará era a de colocar os assuntos sobre estiagem ao lado de reportagens de perfil policial. Quando se tratavam de notícias relacionadas a saques, flagelados pedindo esmolas ou mortos por algum tipo de doença, logo estavam ao seu lado notícias de roubos, assassinatos, sequestros. Mas, quando se tratavam de recursos enviados pela SUDENE ou pelo DNOCS, da chegada

<sup>80</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Op. cit.

<sup>81</sup> BARBOSA, Marta Emilia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. (Org.). **Outras histórias: memória e linguagens**. São Paulo: Olho D’Água, 2006. p. 266.

de autoridades em áreas atingidas pela seca, da abertura de estradas ou da organização de frentes de serviço para alistamento de flagelados, era possível encontrar essas notícias em primeira página. E também havia aquelas notícias que vinham no cantinho da página. Portanto, a ordem dos noticiários dependia da importância que o periódico lhes atribuía. E a importância da notícia vinculava-se ao sujeito da experiência noticiada: se o trabalhador pobre e faminto, se a autoridade ou a iniciativa governamental.

Essa questão de reportagens quase fixas sinaliza para o que Barbosa aponta sobre os noticiários de seca no Jornal Gazeta de Notícias, de 1877, no Rio de Janeiro: nesse período, as notícias sobre estiagem eram constantes, chegando até, em alguns momentos, a “quadros quase fixos”, entre eles “A fome no Ceará”, “A seca no Ceará”<sup>82</sup>. As constantes notícias sobre a seca desenhavam o Ceará como um lugar de misérias e o sertanejo como o retirante, o faminto e o flagelado. Em 1970, embora houvesse uma política que se propunha a evitar a migração e a dar, ao sertanejo, “condições” de permanecer em sua região, novamente se vê a projeção de tal imagem: é o Ceará da fome, do flagelo, de gente faminta em busca de auxílios nas cidades.

No diálogo com os jornais cearenses de 1970, pude constatar que cada detalhe era importante. Não se tratava apenas de extraír a notícia chave que contemplaria a pesquisa. Era preciso mergulhar no universo constituído por aquele documento para entender sua contextualização. Ao analisar documentos não tão recentes, em relação à nossa contemporaneidade, é preciso aguçar o faro investigativo, atentar para os detalhes determinantes que nos levam a desvendar questões importantíssimas que dão suporte à pesquisa. No dizer de Carlo Ginzburg, “é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis”<sup>83</sup>.

No caminho da pesquisa, alguns pontos foram pertinentes, dando-me pistas sobre o documento analisado<sup>84</sup>. Atentei para a forma como a notícia era destacada, se apenas numa nota de rodapé ou contemplando a página inteira, se vinha na primeira ou na última página; as palavras que mais se destacam no periódico; a equipe que o

---

<sup>82</sup> BARBOSA, Marta Emilia Jacinto. 2004. Op. Cit. p. 67.

<sup>83</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.143-179.

<sup>84</sup> CRUZ; PEIXOTO. 2007. Op. cit., p. 265-266.

produzia, os proprietários, os diretores, os redatores e os colaboradores; qual a abrangência desse jornal; se publicado semanal ou diariamente.

Ao me deparar com os periódicos, percebi que os sujeitos apresentados nas notícias referentes à estiagem não tinham rostos, nem uma identidade própria, não tinham nomes<sup>85</sup>. A única identificação registrada nas páginas dos jornais trazia em sua conjuntura referências depreciativas sobre essas pessoas. Reforçando o que já foi mencionado anteriormente nesse capítulo, as referências atribuídas aos agricultores sertanejos são as mesmas feitas pelos jornais cariocas e cearenses do final do século XIX e do início do século XX<sup>86</sup>. Seriam estes agricultores os eternos famintos ou sertanejo faminto, flagelado, cassaco? Em algumas notícias, era possível encontrar referências de menor impacto, como “homem do campo”<sup>87</sup>.

É importante refletir sobre como o cotidiano do agricultor sertanejo se constituía em meio à situação de escassez de alimentos e de trabalho, pois, em período de estiagem, o seu modo de vida passava por modificações. O seu comportamento também era modificado, como as iniciativas de saques em diversas cidades cearenses que acompanhamos registradas pelos noticiários. Saqueavam-se armazéns e trens de carga em busca de alimentos. À insuficiência das frentes de serviços, disponibilizadas apenas para alguns municípios, os agricultores sertanejos respondiam com os saques.

Desde as secas passadas, entre elas a de 1877-1879, as frentes de serviços haviam se tornado o meio mais eficaz de ocupação para controlar os sertanejos que chegavam às cidades<sup>88</sup>. Na seca de 1915, o governo do Estado do Ceará apostou na construção de açudes e estradas de rodagem, por acreditar que tais medidas seriam

---

<sup>85</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A micro história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

<sup>86</sup> Sobre esses jornais e suas concepções a respeito dos sertanejos, ver BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. 2004. Op. cit.

<sup>87</sup> A palavra “flagelado”, nesse contexto, é atribuída como sinônimo de miserável, desamparado, sofrido, aflagido. O termo “cassaco” tornou-se comum como referência ao trabalhador pobre e faminto em períodos de seca. Cassaco é um animal roedor, cujo nome científico é *Didelphis albiventris* (Lund, 1840). Popularmente, é conhecido como Gambá ou Mucura (Amazônia e Brasil Meridional); sarigué, sariguê, saruê, sarigueia (Bahia); timbú ou cassaco (Pernambuco ao Ceará); micurê (Paraguai e Mato Grosso); comadreja overa; e large american opossum ou opossum (EUA). Disponível em <<http://www.webanimal.com.br>>. Acesso em: 9 abr. 2015. Com relação ao termo “homem do campo”, faz referência ao próprio sertanejo, sendo utilizado pelo Jornal Correio da Semana para identificar os agricultores da região Norte de Sobral.

<sup>88</sup> CHAVES, José Olivenor Souza. “Metrópole da fome”: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 49-74.

capazes de sanar a questão da falta de água, ao mesmo tempo em que canalizava recursos públicos para investimentos na sobrevivência dos fazendeiros da região.

Engenheiros como Arão Reis acreditavam nestes investimentos, com a justificativa de que a construção de açudes públicos ajudaria os sertanejos a se verem livres da escassez de água; enquanto as estradas se tronariam as pontes de acesso que interligariam o Nordeste às outras regiões do país e, assim, permitiriam a entrada e a comercialização de gêneros alimentícios e outros produtos capazes de gerar renda para a região<sup>89</sup>.

Portanto, ao lado das diversas notícias de calamidade, chegada de frentes de serviços, abertura de estradas, aparecem as notícias sobre recursos enviados pela SUDENE para “resolver” a situação dos sertanejos, como se vê na edição do Correio do Ceará de 06 de maio de 1970:

A SUDENE vai reconhecer o estado de calamidade em vastas áreas do Ceará. Um relatório sigiloso a respeito da real situação do Estado foi levado pelo superintendente daquela agência de desenvolvimento ao Ministro do Interior, General Costa Cavalcanti, pedindo recursos imediatos para frentes de serviço para conter a fome no interior. [...] A crise se avoluma muito mais quando se sabe, realmente, que os estoques de abastecimento esgotaram completamente, começando a faltar gêneros no comércio. A estocagem é o ponto principal arguido no relatório do General Tácito Teófilo de Oliveira. [...] Dificilmente será possível esperar mais. As chuvas continuam esparsas e sem perspectiva de generalização [...].<sup>90</sup>

Ao falar do “reconhecimento” da situação de calamidade no Ceará, a reportagem leva a refletir que era preciso “reconhecer a situação de calamidade” para serem tomadas as devidas providências. O jornal sinaliza o seguinte: seriam abertas frentes de serviço para conter a fome no interior; a calamidade seria confirmada; as providências para resolver essa situação estavam sendo vistas; os estoques de alimentos

---

<sup>89</sup> FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Enxadas e compassos**: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). Op. cit., p. 36.

<sup>90</sup> SUDENE vai reconhecer calamidade. **Correio do Ceará**, ano LV, n. 16. 635, 6 maio 1970. p. 11.

já estavam esgotados; e a nucleação<sup>91</sup> continuaria como simples elemento de sustentação.

A reportagem menciona que a seca estaria abrangendo as extensas áreas do Ceará. Isso significa que a situação de calamidade não atingia todo o Ceará ou, para a SUDENE, apenas essas extensas áreas eram prioridade no momento. O jornal não informa onde estariam concentradas essas áreas, mas que seriam tomadas medidas, como o envio de frentes de serviços.

A estiagem de 1970 constituiu-se a primeira logo depois da criação da SUDENE. O economista Edmilson Correia Veras coloca que, nesse período, o PIB<sup>92</sup> agrícola passava por um momento de queda, e que, com isso, boa parte da população do campo passou a ser de “flagelados”. Anteriormente à queda do PIB, essa população era constituída por pequenos agricultores<sup>93</sup>.

A colocação de Veras reforça aquilo que vem sendo posto em questão neste capítulo. Em tempos de fartura, ou de momentos em que a economia agrícola ia bem, a população do campo era habitada por “agricultores”; ao chegar a estiagem, esse campo passava a ser habitado por “flagelados”. Diante disso, é possível entender a mudança dos papéis sociais. O sertanejo, que tinha sua vida dedicada à lida no campo, em

<sup>91</sup> Nucleação era uma das técnicas utilizadas pelo governo do Estado do Ceará para provocar precipitações de chuvas. A técnica era realizada a partir do bombardeamento das nuvens com gelo seco, hidróxido de prata e núcleos higroscópicos (partículas muito pequenas que absorvem água e fornecem superfícies para condensação; alguns exemplos familiares de partículas higroscópicos são cereais e biscoitos que rapidamente absorvem umidade; os mais comuns núcleos higroscópicos de condensação incluem cristais miúdos de compostos de sulfato e nitrato; a maioria dos núcleos higroscópicos na atmosfera são produzidos pelas queimadas das florestas e a combustão de veículos; poeiras ordinárias também podem atuar como núcleos de condensação). Esse procedimento não obteve o resultado esperado, transformando-se em mais um projeto fadado ao fracasso. Além da seca de 1970, o Projeto de Nucleação Artificial vinha sendo desenvolvido desde secas anteriores, especificamente aquelas que ocorreram nas décadas de 1930 e 1940. Nas décadas de 1930 e 1940, foram instalados no Ceará cinco postos de nucleação: Sobral, Aracati, Quixadá, Tauá e Iguatu. Para maior aprofundamento no assunto, ver SOBRINHO, Thomaz Pompeu. História das secas (século XX). 2. ed. Mossoró: Esam, 1982. (Coleção Mossoroense, v. CCXXVI). Ver também RAMOS, João. A nucleação artificial da atmosfera como contribuição na luta contra as sêcas. *Anais do Instituto do Nordeste*, Fortaleza, n. 2, 1953.

<sup>92</sup> Na década de 1970 o Produto Interno Bruto da região Nordeste haveria se destacado com relação à economia de todo o país. Nos anos de 1970-1980 o “milagre econômico” atingia a média anual de crescimento em 8,7%, enquanto o Brasil atingia 8,6%. Isso ocorreu em consequência do aumento de investimentos públicos (infraestrutura) e privados (indústria) no período de 1960-1970. No setor agropecuário não houve crescimento considerável devido às estiagens ocorridas durante esses anos. Ler Desempenho Econômico da Região Nordeste do Brasil 1960-97. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/system/resources/BAhbBlsHOgZmSSI7MjAxMi8wNS8xMC8xN18xOV81MF8zNDNfRGVzZW1wZW5ob19FVerasY29ub21pY29fZG9fTkUucGRmBjoGRVQ/Desempenho%20Economico%20do%20NE.pdf>>. Acesso em 20 out. 2015.

<sup>93</sup> VERAS, Edmilson Correia. *A SUDENE e o desenvolvimento agrícola do Nordeste no período 1960 a 1980*. Op. cit..

períodos de estiagem passa a ser percebido pelo Estado e pela sociedade não mais como o pequeno agricultor, um novo papel lhe é atribuído, o de flagelado.

Nos oito meses do ano de 1970 acompanhados por meio do Jornal Correio do Ceará, a seca vinha sendo noticiada diariamente, e, em menor intensidade, nos dois últimos meses do ano, onde as notícias da possibilidade de um bom inverno surgiam sorrateiramente.

Em sua conjuntura, é possível perceber a necessidade de produzir a notícia de forma que convidasse o leitor a se deleitar nos noticiários, fosse de caráter esportivo, político, de entretenimento ou voltados para o drama das notícias consideradas bárbaras, como as que vinham nas páginas policiais, entre elas a de estiagem. Atrativo, com muitas imagens (ainda em preto e branco, dependendo do teor de importância da notícia, o periódico não poupava espaço para destacar as imagens e os títulos em letras garrafais.

A fartura de informações era uma característica desse periódico. Em várias publicações, as notícias sobre estiagem se encontravam ajustadas em tamanhos reduzidos, dividindo o espaço com propaganda de publicidade ou policial, ou com anúncios de financiamentos:

### Imagen 3

Decretada calamidade pública em Sobral.

Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 4 maio 1970. p. 11.

Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – Ceará.

Na Imagem 3 trago uma reportagem que informa sobre a publicação de um decreto determinado pelo prefeito de Sobral, Jerônimo Prado, confirmando o estado de calamidade pública ao município. A seu lado, compartilhando esta página, um anúncio da Rique para financiamento de compras de automóveis, máquinas, móveis, tratores, eletrodomésticos e equipamento médico cirúrgico. Associada ao Banco Industrial de Campina Grande S. A., a Rique era uma financiadora de créditos e investimentos. Note que há também outro detalhe que surge nesse anúncio, para melhor destaque visual. A fotografia de uma mulher jovem, de olhar atento, que parece “convidar” o leitor a

investir, e, abaixo da foto, um texto que indaga: “E então, o que v. está esperando? [...] Seu único trabalho será imaginar...”<sup>94</sup>.

O noticiário sobre calamidade pública em Sobral apresentava-se num canto à direita no final dessa mesma página. Por que o jornal traria dois conteúdos tão paradoxais na mesma página, um ao lado do outro?

A imprensa dos anos de 1970 se apresentava como uma indústria produtora de informação numa determinada ambiência. Segundo Barbosa, “esse intrincado mundo da mídia onde a imprensa se situa é produzido socialmente num campo de disputas que nos impele a entender como ele se forja”<sup>95</sup>. Trata-se de uma “indústria engendrada”<sup>96</sup> no capitalismo e que manipula esses meios de comunicação e a sociedade a partir da produção de uma memória moldada, como também lembra Barbosa ao destacar os pensamentos de Marilena Chauí com relação aos meios de comunicação.

Nos espaços que vão sendo disputados nesse jornal, compõe-se uma imagem cada vez mais complexa. Um emaranhado de informações, de dicas de beleza, de notas de colunas sociais. Isso conduz a pensar que esse periódico estava para servir a um público leitor exigente e consumidor.

Quanto ao noticiário sobre os sertanejos em Sobral, o prefeito Jerônimo Prado, conforme citado pelo jornal, decretava estado de calamidade pública e disponibilizaria 30 mil cruzeiros novos que havia solicitado à SUDENE para a assistência às vítimas da estiagem. Uma “medida paliativa”, que não resolveria o problema da situação desses sertanejos. O que se torna evidente nesse tipo de assistencialismo é que ele era sempre implementado como medida urgente de socorros nos momentos em que a situação já se encontrava insustentável. O jornal reproduziu o decreto:

#### O DECRETO

Diz o decreto nº 8 de 22 de abril de 1970, baixado pelo chefe do Executivo sobralense: “O prefeito do município de Sobral, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas suas atribuições legais, e, Considerando que a irregularidade climática que atinge ao

<sup>94</sup> Decretado estado de calamidade pública em Sobral. **Correio do Ceará**, Fortaleza, ano: LV, n. 16. 633, 4 maio 1970. p. 11.

<sup>95</sup> BARBOSA, 2006, op., cit., p. 263.

<sup>96</sup> Id. ibid.. Ver também CHAUÍ, Marilena. A questão central: os meios de comunicação como poder. In: \_\_\_\_\_. **Simulacro e poder**. Uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 72-78.

município de Sobral, consistindo na ausência de chuvas, está ocasionando graves perturbações nas atividades econômicas do município, gerando a fome, exodo, e epidemias na população rural; Considerando que em consequência milhares de pessoas estão desalojadas de suas residências, desempregadas, famintas e necessitando de assistência médica; considerando que é imperiosa a obrigação do poder público de socorrer as vítimas da calamidade pública, assistindo-a como lhe for possível; DECRETA: art. 1º — Fica em estado de calamidade pública o município de Sobral. Art.2º— Fica aberto o crédito extraordinário de 30 mil cruzeiros novos, adicional ao orçamento vigente, para atender as despesas das vítimas da calamidade climática que atinge a população do município. Art. 3º— O presente decreto entrará em vigor nesta data etc...”

Outro fator considerável sobre o emergencialismo diz respeito ao medo<sup>97</sup> diante da proporção que poderia tomar a situação com a demora de uma atitude, pois perder o controle da situação não seria de bom grado para as autoridades públicas locais. A falta de assistência poderia provocar revolta, acarretando o surgimento de manifestações por parte da população atingida pelo estado de precariedade em que se encontrava “devido às consequências da estiagem”. Porém, não é viável generalizar que toda população rural da microrregião de Sobral estaria faminta, desempregada e, devido a isso, seria levada a fazer manifestações vistas pelo poder público, pelos empresários e pelo jornal como desordem.

Ao considerar os fatores desemprego, fome, doenças, êxodo, o prefeito municipal reconhecia a extrema urgência em atender a população rural que chegava à cidade. No decreto, foram considerados todos estes fatores como suficientes para decretar o estado de calamidade pública e, em seu texto, constou que seria “imperiosa a obrigação do poder público de socorrer as vítimas da calamidade pública, assistindo-a como lhe for possível”. Também seria imperioso ao poder público providenciar medidas que pudessem dar condições a estas pessoas de sobreviverem no campo. Na prática, isso não acontecia para a maioria da população que se submetia a pedir uma atitude mais energica aos governos locais.

As estiagens do Nordeste sempre foram consideradas sinônimos de catástrofes e, de modo geral, a imprensa manipulava tal ideia a seu favor. Homogeneizando a região, ela construiu uma memória hegemônica, uma imagem negativa e aterrorizante, dando a entender ao leitor que o sertanejo “bebia lama” e “comia calango”. No final do

---

<sup>97</sup> NEVES, Frederico de Castro. 1994. Op. Cit., p. 53.

século XIX e no início do século XX, isso se tornou frequente, com a chegada de repórteres do Rio de Janeiro ao Norte<sup>98</sup>, como era denominado o Nordeste daquela época, devido à repercussão da propaganda pela imprensa sobre os costumes do povo dessa região “castigada e sofrida”.

Barbosa problematiza essa memória construída sobre os sertanejos, vistos como uma gente exótica, de hábitos alimentares estranhos. Isso teria chocado os correspondentes de grandes jornais, como José do Patrocínio, sendo relatado também pelo médico Guilherme Studart (Barão de Studart) no livro *Climatologia, epidemias e endemias no Ceará*, de 1909. O livro faz referência a um sertanejo que se alimentava de animais como ratos e corvos<sup>99</sup>. Essa memória será sempre lembrada para reafirmar os horrores das secas, chamados por Barbosa de “memória do flagelo”, relembrada e reafirmada pela literatura e pela imprensa<sup>100</sup>.

No ano de 1970, tal memória seria reavivada no periódico *Correio do Ceará*. Numa coluna escrita por José Américo de Almeida<sup>101</sup>, intitulada “Como controlar a seca”, o texto contemplava a página inteira, trazendo imagens do sertão seco do Nordeste. Tratava-se de uma longa retrospectiva sobre uma determinada seca, considerada de grande impacto<sup>102</sup>. Dependendo da intensidade, da importância e da repercussão causada, a notícia sobre estiagem publicada nos periódicos *Correio da*

<sup>98</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. 1999. Op. Cit., p. 42.

<sup>99</sup> STUDART, Guilherme (Barão de). *Climatologia, epidemias e endemias no Ceará: memória apresentada ao 4º Congresso Médico Latino-Americano do Rio de Janeiro. [1909]*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

<sup>100</sup> BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. 2004. Op. cit. p. 112.

<sup>101</sup> O paraibano José Américo de Almeida pertencia a uma família de influência política. Ao longo de sua vida escreveu algumas obras literárias entre elas *A Bagaceira* (1928), romance regionalista fundamentado numa trágica história de amor e de denuncia sobre a questão social do Nordeste. Disponível em: <[http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=A+Bagaceira,+resumo+do+livro&ltr=a&id\\_perso=2461](http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=A+Bagaceira,+resumo+do+livro&ltr=a&id_perso=2461)>. Acesso em: 20 out. 2015. Teve, também, uma intensa vida política, tendo sido Ministro do Tribunal de Contas da União, na década de 1940, e da Viação e Obras Públicas, no início da década de 1950, ambos no governo de Getúlio Vargas. Eleger-se como senador da Paraíba em 1947 e Governador em 1950. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=385&Itemid=189](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=385&Itemid=189)>. Acesso em: 20 out. 2015. Ao estudar as obras e o assistencialismo no governo José Américo (1951-1956), Jivago Correia Barbosa aponta que o seu governo teria sido fundamentado em investimentos de obras de açudagem como medida cabível para conter o “flagelo”. Como governador da Paraíba, Almeida teria legitimado o discurso de que o desemprego do Estado paraibano no período de seca estaria associado a ausência de açudes em propriedades particulares. Tendo sido um governo beneficiador das elites políticas locais. BARBOSA, Jivago Correia. Obras e assistencialismo no governo José Américo (1951-1956). In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH – Associação Nacional de História. 26., 2011. Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2011. p. 4-16. Disponível em:<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/130088673\\_ARQUIVO\\_JivagoBarbosaObraseassistencialismomonogovernoJoseAmerico-ARTIGOCOMPLETOANPUH.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/130088673_ARQUIVO_JivagoBarbosaObraseassistencialismomonogovernoJoseAmerico-ARTIGOCOMPLETOANPUH.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

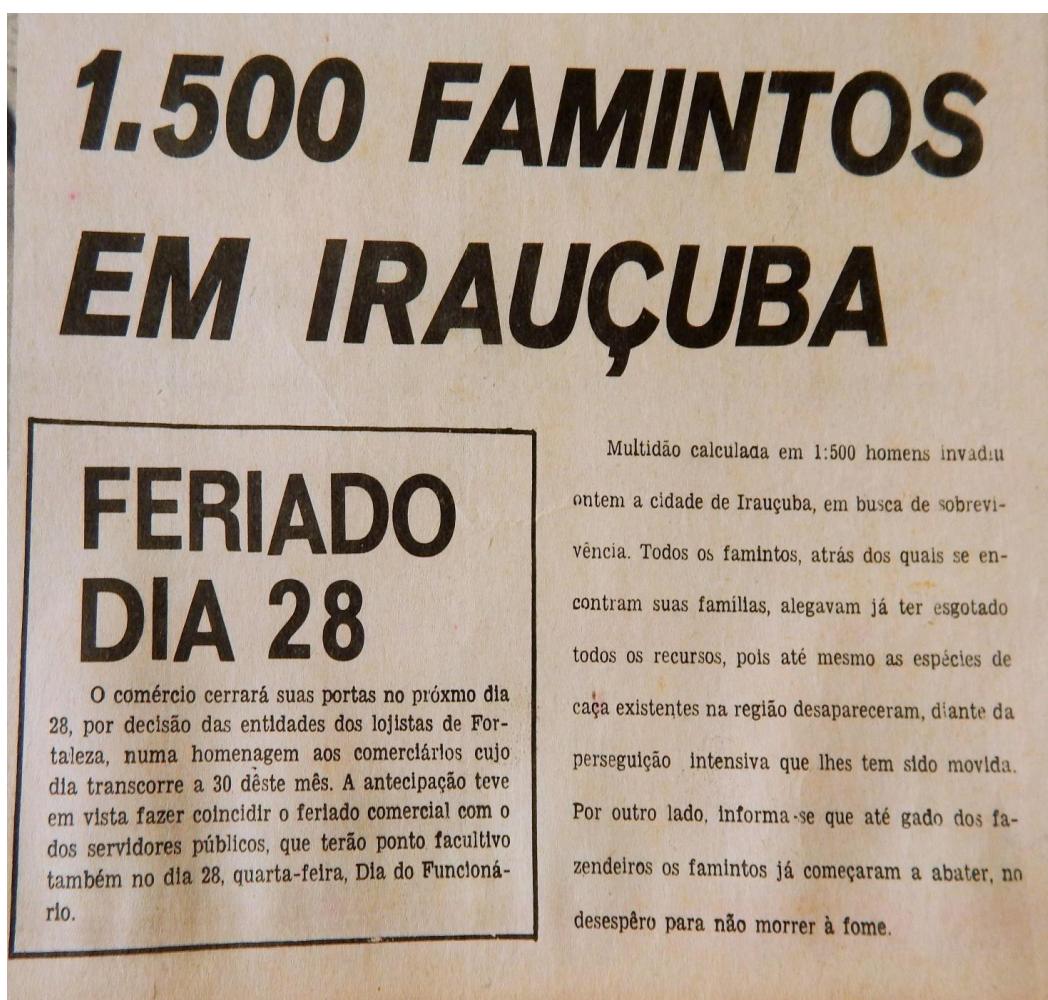
<sup>102</sup> Como controlar a seca. *Correio do Ceará*, Fortaleza, ano LV, n. 16.666, 14 jul. 1970. p. 16.

Semana e Correio do Ceará poderia vir praticamente como uma simples nota de rodapé ou em primeira página ou a contemplar uma página inteira.

Noticiar esse tipo de “tragédia” ainda era considerado uma necessidade da imprensa da década de 1970. Os mecanismos utilizados para trazer à tona as lembranças de sofrimento, calamidade, fome, os impactos causados pela estiagem registrariam, mais uma vez, uma memória jornalística, como se a imprensa quisesse reafirmar a identidade daquele lugar a partir desse olhar negativo.

No ano de 1970, o periódico Correio do Ceará passou a publicar também páginas inteiras sobre algumas das secas que tiveram repercussão na imprensa, como as de 1915, 1932 e 1958. Nessas reportagens, o periódico trazia imagens de sertanejos em retirada, rostos sofridos de mulheres, homens e crianças, grupos de pessoas, inclusive famílias inteiras, que fugiam da seca. Havia uma comparação dessas secas com a de 1970. Remetia a elas como um drama que se estendia havia séculos.

Era comum, nesse jornal, encontrar notícias com títulos impactantes, algumas delas nem sempre se remetiam exclusivamente ao que constava no título. Com isso, chamo a atenção para o fato de o jornal utilizar um dos assuntos da reportagem para atrair a atenção do leitor. Vejamos as reportagens seguintes:



#### Imagen 4

1.500 famintos em Irauçuba. Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 21 out. 1970, p. 1.  
Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza-Ceará.

As notícias apresentadas nas Imagens 4, 5 e 6 soam para o trágico a ocorrer nos municípios de Irauçuba, Santana do Acaraú (microrregião de Sobral), bem como na própria cidade de Sobral, pois se tratavam de situações não corriqueiras do cotidiano das pequenas localidades. Até mesmo Sobral, que, na época, propagandeava sua modernização industrial, era noticiada pelo jornal como estando a viver momentos dramáticos, com “flagelados” desmaiando e “pessoas [que choravam de] fome”.

O trecho citado a seguir, da matéria de 21 de outubro de 1970, descreve cenas de pessoas em busca de alimentos na cidade de Irauçuba:

A Multidão calculada em 1500 homens, invadiu ontem a cidade de Irauçuba, em busca de sobrevivência. Todos os famintos, atrás dos quais se encontram suas famílias, alegavam já ter esgotado todos os recursos, pois até mesmo as espécies de caça da região desapareceram, diante da perseguição intensiva que tem sido movida. Por outro lado, informa-se que até gado dos fazendeiros os famintos já começaram a abater, no desespero para não morrer à fome.<sup>103</sup>

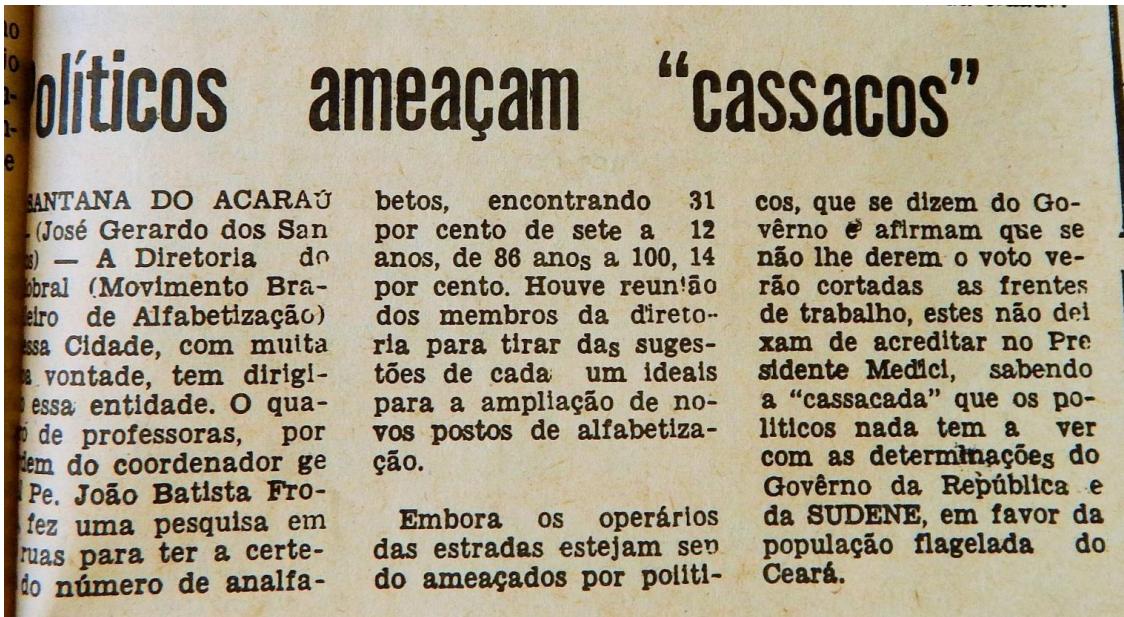
A citação se refere a “famintos” desesperados que invadem as cidades em busca de sobrevivência. Com essas referências, a notícia se constrói. A partir do olhar sobre tais reportagens, percebo que o drama era uma das características predominantes para reafirmar a memória da seca, bem como da identidade dos habitantes desse lugar. Outro ponto a ser observado são as ações da “multidão”. Como percebê-las dentro desse contexto da notícia? Por que de fato aconteciam?

Ao discutir a economia moral da multidão inglesa no século XVIII, Thompson alerta para o fato de que tais ações tinham razões fundamentadas no aumento do preço do pão. Tratava-se de um tipo de ação que não era comum e que se justificava por uma razão. A reportagem utiliza o verbo “invadir”, o que proporciona maior impacto à notícia. Entender as razões que os levaram a tais ações implica em pensar sobre outras ações, as dos gestores públicos. Onde estavam as políticas públicas dos governos militares? Por que essa gente não foi assistida com tais políticas? Para aqueles agricultores, esse comportamento poderia estar relacionado não apenas à fome, mas a uma forma, embora enérgica, de chamar a atenção das autoridades para a situação vivenciada naquele momento. Outro ponto importante a ser refletido é a capacidade que a imprensa tem de homogeneizar as notícias sobre seca, transformando-as em verdadeiras catástrofes<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> 1.500 famintos em Irauçuba. Correio do Ceará, Fortaleza ano: LV, n. 16.946 , 21 out. 1970, p.1. Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza-Ceará.

<sup>104</sup> THOMPSON, E. P.. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 175-176.



### Imagen 5

Políticos ameaçam "cassacos". Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 23 out. 1970, p.13. Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza-Ceará.

Na edição do dia 23 de outubro de 1970, há duas notícias referentes ao município de Santana do Acaraú, ambas realizadas pelo correspondente do jornal José Gerardo dos Santos. A primeira diz respeito à ampliação dos postos de alfabetização e a segunda, à ameaça de políticos, possivelmente da região, para os trabalhadores das estradas. O motivo dessa "ameaça", segundo a reportagem, seria o voto: caso os trabalhadores não votassem nesses políticos, seriam encerradas as frentes de trabalho. No decorrer da notícia, é enfatizada a credibilidade que os "operários das estradas" possuíam no Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, acreditando que esses políticos nada teriam a ver [...] com as determinações do Governo da República e da SUDENE em favor da população flagelada do Ceará".

Temos nessa reportagem alguns pontos a serem percebidos: a) o abuso de poder das autoridades locais; b) a "credibilidade" desses trabalhadores com relação ao governo de Médici; c) a forma como o jornal se referiu aos trabalhadores: "cassacos" e "flagelados"; e d) o título da reportagem. Desse modo, o abuso de poder pode ser percebido como uma maneira de reafirmar o paternalismo, ainda predominante no interior da microrregião de Sobral e isso se configura também na cultura desse

trabalhador em depositar credibilidade no governo da república, na esperança de que não permitiria a interferência desses políticos nas políticas implementadas. Para que a notícia fosse mais impactante, o jornal se referiu aos agricultores como flagelados e cassacos, trazendo para o título um dos sinônimos.

É importante lembrar, havia duas notícias sobre a cidade que poderiam estar separadas por se tratarem de assuntos diferenciados, porém, o jornal Correio do Ceará preferiu uni-las num único texto. Diante disso, o jornal poderia ter colocado um título que contemplasse as duas notícias, já que estavam reunidas num único texto, porém preferiu dar ênfase a apenas uma delas.



#### Imagen 6

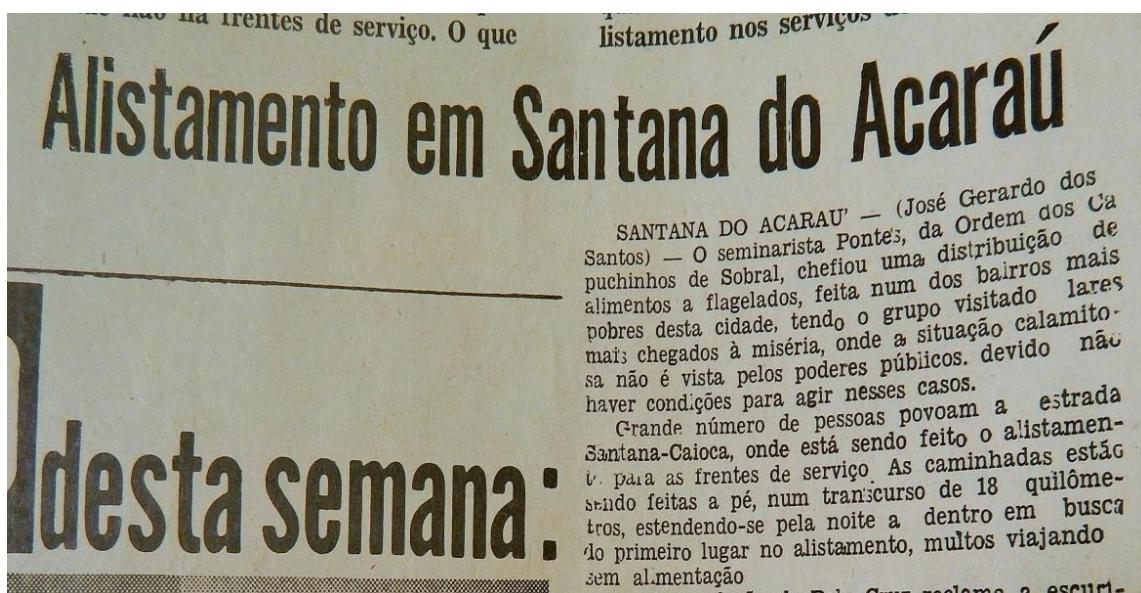
Flagelados comem gato assado em Sobral. Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 8 set. 1970, p.2.  
Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza-Ceará.

Mais uma vez, o Jornal Correio do Ceará traz a palavra invasão para se referir às ações dos agricultores sertanejos em Sobral. Na Imagem 6, vemos a notícia de que “flagelados” invadiam residências em busca de alimentos e saqueavam um caminhão carregado de coco babaçu. Segundo a reportagem, teriam 1.500 homens chegado ao distrito de Jaibaras e realizado tais invasões. Naquele distrito, estaria acontecendo um alistamento que foi suspenso devido as ocorrências. O periódico informa que eram “dramáticas as cenas” e que “alguns chegaram ao extremo de comerem gatos assados”.

A reportagem informa também que essas pessoas teriam ido até esse distrito para se alistar numa frente de serviço, uma construção de uma estrada entre Jaibaras e Araras, atual cidade de Varjota. Se os trabalhadores haviam se deslocado para a referida localidade no intuito de se alistar, então, qual motivo teria culminado na realização de tais invasões? Podemos pensar na possibilidade de o número de vagas ter sido insuficiente, o que era comum acontecer. Os próprios jornais noticiavam a insuficiência de vagas em obras emergenciais diante da quantidade elevada de pessoas que chegavam para se alistar. Isso é algo a se pensar, porém, não se indicava ao certo qual motivo teria alavancado a insatisfação popular.

Outro fator importante na escrita dos textos dos jornais pesquisados é a constante presença de palavras com uma linguagem característica dos governos militares, como, por exemplo, a palavra “alistamento”.

Em outra notícia, publicada pelo Jornal Correio da Semana, também sobre Santana do Acaraú, de 11 de outubro de 1970, lê-se sobre “alistamento em Santana do Acaraú” para a construção da estrada que ligaria o município ao distrito sobralense de Caioca:



### Imagen 7

Alistamento em Santana do Acaraú. Jornal Correio da Semana. Sobral, 11 out., 1970, 10.  
Acervo do Jornal Correio da Semana, Cúria Diocesana, Sobral-Ceará.

É possível perceber que muitos dos trabalhadores dessas frentes de serviços se deslocavam a pé, e, ainda que percorressem dezenas de quilômetros para conseguir vagas nesses trabalhos, configura que vinham de lugares próximos

Essas notícias vão se construindo dentro de um projeto editorial que caminha para o olhar sobre os acontecimentos do interior do Ceará. Como sinalizam as historiadoras Maria do Pilar Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Maria Aun Khoury, é importante pensar que realidade o jornal propõe mostrar e com quem estabelece alianças. No trabalho com a pesquisa em jornais,

[...] cabe ao pesquisador ter o constante empenho em ir determinando o que está indeterminado no sentido de recuperar ao máximo sujeitos e propostas. Assim, vai procurando determinar *quem fala, como fala, para quem fala* (destinatário) direta ou indiretamente, *de quem fala* (direta ou indiretamente) e *por quem fala*. Este *por quem fala*, de um modo geral, é o termo que está sendo ocultado no discurso: são os sujeitos específicos, portadores de um projeto que está se tentando generalizar e, por esse motivo, não podem aparecer como tal.<sup>105</sup>

<sup>105</sup> VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **A pesquisa em História.** Op. cit. p. 56.

O Jornal Correio do Ceará sugere falar ao “povo” do Ceará. Mas que povo seria esse? Pelos anúncios publicados em suas páginas, percebi que muitos estavam voltados para um determinado público cearense, como aqueles que frequentavam os bailes da alta sociedade fortalezense. Não tinha um posicionamento declarado sobre qual partido político apoiava, mas demonstrava simpatia pelos governos militares, tecendo elogios ao Presidente Médici, à sua política de governo e ao governador do Ceará, Cesar Cals.

### **1.3. Jornal O Povo: ênfase nas articulações políticas e econômicas**

O Jornal O Povo<sup>106</sup> surgiu como um vespertino diário, fundado em 7 de janeiro de 1928, por Demócrito Rocha e Paulo Sarasate. Está há oitenta e sete anos em circulação em todo o Estado do Ceará.

Demócrito Rocha, embora tendo nascido na cidade baiana de Caravelas, era considerado um “cearense autêntico”, devido a seus escritos literários sobre o Ceará. Além de jornalista, poeta e odontólogo, enveredou no caminho da política, tendo sido Deputado Federal no início da década de 1930. Depois de fundar o Jornal O Povo, em 1929 suas ideias modernistas o impulsionaram à fundação da Revista Maracajá (Revista Literária do Movimento Modernista do Ceará).

Paulo Sarasate Ferreira Lopes<sup>107</sup>, também fundador do jornal, era genro de Demócrito Rocha. Juntos, redigiram a Revista Ceará Ilustrado. No Jornal O Povo, atuou como redator-chefe e diretor. Iniciou carreira política em 1934 como Deputado Estadual

<sup>106</sup> No ano de 1970, o jornal tinha como equipe responsável: Creusa do Carmo Rocha (diretora-presidente), Albaniza Rocha Sarasate (diretora-superintendente), J. C Alencar Araripe (Diretor Editor), Antonio Pontes Tavares (secretário); José Raimundo Costa (diretor administrativo), Demócrito Rocha Dummar (diretor comercial), Nivaldo Silva Cabral (diretor industrial). A redação e a oficina eram localizadas na Rua Senador Pompeu, 1082/92, no centro de Fortaleza. De circulação diária, o preço do exemplar, em 1970, era NCr\$ 0,50 para o Estado do Ceará, e alcançava, também, outros estados brasileiros, com preço de NCr\$ 0,80. O valor da assinatura anual era NCr\$ 140,00.

<sup>107</sup> Como escritor, publicou: "Legítima Defesa" (1933); "Porque Devemos Combater o Nazismo" (1942); "O Problema do Nordeste em face da Constituição" (1946); "A Constituição do Brasil ao Alcance de Todos" (1967). Em parceria com Demócrito Rocha produziu "O Rio Jaguaribe é uma Artéria Aberta. Ver sobre o assunto em: Encyclopédia Nordeste. Disponível em: <<http://onordeste.com/onordeste/encyclopediaNordeste/index.php>>. Acesso em: 06 out. 2015. Ver também: Portal da História do Ceará. Disponível em <<http://www.ceara.pro.br/cearenses>>. Acesso em: 6 out. 2015.

e, a partir de então, representou partidos como a União Democrática Nacional (UDN), chegando a se tornar governador do Estado do Ceará pela coligação da UDN com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido da República (PR). Enquanto Senador, em 1966, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no governo Castello Branco, tendo participado da revisão da Constituição em 1967.

De acordo com seus fundadores, o Jornal O Povo foi criado com a intenção de combater os “desregramentos políticos da época”, enquanto a Revista Maracajá, escrita por intelectuais e poetas cearenses, daria suporte cultural ao jornal.<sup>108</sup>

No ano de 1970, os noticiários do Jornal O Povo davam bastante ênfase para assuntos relacionados à seca. Em sua conjuntura, páginas inteiras podiam ser encontradas com temáticas sobre o flagelo, as frentes de serviço, a estiagem, o envio de recursos para investimentos no campo, entre outras notícias relacionadas a este assunto.

Assim como no Jornal Correio do Ceará, as notícias sobre seca, publicadas no periódico O Povo, de 1970, eram também apresentadas para o público leitor ao lado de temas relacionados a desastres, criminalidade, sequestros e outros casos de cunho policial. Na reportagem intitulada “SUDENE emitirá um novo pronunciamento de seca”, o periódico publica essa notícia numa página de caderno policial, como se vê na imagem a seguir:

---

<sup>108</sup> Sobre esse assunto, ver o site: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/birocha.html>>. Ver também: <<http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/fundador-do-o-povo-e-lembraido-pelos-seus-124-anos-de-nascimento/>>. Ambos com acesso em: 6 out. 2015. Sobre discursos políticos de Demócrata Rocha, ver Portal da História do Ceará. Disponível em <<http://portal.ceara.pro.br/index.php>> Acesso em: 7 out. 2015.



Imagen 8  
SUDENE emitirá um novo pronunciamento de seca.  
Jornal O Povo. Fortaleza, 5 maio, 1970, p. 8.

Setor de Microfilmagem. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – Ceará.

Trago essa reportagem, porque dois pontos chamaram a minha atenção. Primeiro: qual a intencionalidade do jornal em publicar notícias sobre estiagem numa página policial? O hábito desses dois periódicos de publicar notícias sobre estiagem, publicar a seca, o flagelo, a fome numa página policial me impele a indagar: o que pretendiam com essa forma de publicação? Nesse caso, a notícia não estava em nota de rodapé, ganhava uma posição de destaque, portanto, logo se entende que ela deveria ser percebida. A questão é a forma como ela estaria sendo percebida.

Ao me debruçar no processo de análise das fontes, entendo que o óbvio, que os traços evidentes dos documentos não são suficientes para se chegar até o ponto crucial com relação ao objeto investigado. Sidney Chalhoub alerta para tais evidências, quando discute sobre os métodos investigativos do crítico de arte, o médico italiano Giovanni Morelli, ressaltando que é importante atentar aos detalhes aparentemente irrelevantes e que podem se vir a se tornar o eixo norteador, a peça chave do trabalho de investigação desenvolvido pelo pesquisador ao se debruçar na análise de suas fontes<sup>109</sup>.

Trazer essa reportagem para as páginas policiais está sinalizando que a memória sobre a seca deveria ser lembrada como uma memória trágica, negativamente impactante e diferente dos assuntos sociais, políticos e econômicos. Lembrar um período sempre registrado pela literatura e pela imprensa como de dor, sofrimento, fome e muita pobreza, associado a fatalidades e desvinculado de relações sociais. Barbosa, ao discutir essas questões, reflete sobre este pensamento projetado nos livros e nos jornais do final do século XIX e do início do século XX: “a temática da seca continua a agregar uma gama variada de experiências de miséria que dá sustentação a uma certa visibilidade nos meios de comunicação”<sup>110</sup>.

É uma tarefa árdua entender um tempo que não se configura mais no presente. Lidar com o processo histórico requer um olhar atento aos indícios que estão sutilmente constituídos num conjunto de informações e articulações. No caso dos jornais, mergulhar na linguagem proposta requer desvendar a que ela veio e o que ela era naquele momento e no que ela poderia se tornar. Como aponta Edward Palmer Thompson,

---

<sup>109</sup> CHALHOUB. Op. cit., p. 17.

<sup>110</sup> BARBOSA, Marta Emilia Jacinto. Imprensa e fotografia: imagens de pobreza no Ceará entre o final do século XIX e o início do século XX. **Projeto História**, São Paulo, v. 24, p. 421-429, 2002.

Ao investigar a história não estamos passando em revista uma série de instantâneos, cada qual mostrando um momento do tempo social transfixado numa única e eterna pose: pois cada um desses instantâneos não é apenas um momento do ser, mas também um momento do vir a ser: e mesmo dentro de cada seção aparentemente estática, encontrar-se-ão contradições e ligações, elementos subordinados e dominantes, energias decrescentes ou ascendentes. Qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro.<sup>111</sup>

O processo de investigação da história está repleto de contradições e ao mesmo tempo de ligações, é o que Thompson coloca. Sendo assim, o historiador precisa estar atento a essas questões ao enveredar nos caminhos da pesquisa, para perceber, através das evidências, aquilo constituído como relações em movimento. E, nesse percurso, através das experimentações, entender que o momento histórico resulta de outros acontecimentos que, por sua vez, são o referencial do futuro.

Os periódicos discutidos trazem um processo de escrita que ainda reflete uma visão engessada sobre a seca. Uma memória forjada pela imprensa tendenciosa a reafirmar a seca como um episódio de horror. Não exatamente o mesmo horror retratado por José do Patrocínio ou por J. A. Correia, de descrições e imagens de corpos cadavéricos, como investigado por Barbosa. E, ao mesmo tempo, também o mesmo horror. Voltariam a fome para os agricultores pobres, a falta de lugar para morar e viver, a falta de trabalho e o espanto de proprietários e políticos, o medo de ter a cidade ocupada pelos sertanejos e da possibilidade iminente dos saques.

Quando a situação se agravava, a imprensa era acionada, produzindo um discurso de indignação pela calamidade pública ou informando que o “combate” à seca seria realizado através da doação de alimentos. Mas as notícias sobre estiagem traziam diferenciadas abordagens, nem sempre contraditórias. Havia momentos onde as páginas dos jornais eram abarrotadas por notícias sobre as ações dos governos ou de órgãos públicos, como a SUDENE e o DNOCS, informando envios de recursos para investimentos no campo ou como medida provisória para acalmar a população através de obras emergenciais, como as já citadas frentes de serviços. E havia momentos onde os leitores eram “informados” por notícias depreciativas sobre os sertanejos.

---

<sup>111</sup> THOMPSON, E. P. *Intervalo: a lógica histórica*. In: \_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Athusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 47-62.



### Imagen 9

Jornal O Povo. Fortaleza, 21 maio, 1970, p. 8.

Setor de Microfilmagem. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza-Ceará.

Nas reportagens pesquisadas no Jornal O Povo, considerando o pouco tempo que houve para realizar a pesquisa nesse jornal, encontrei pouquíssimas notícias que se referiam à microrregião de Sobral. Mas como também abordo a construção da notícia dentro dos jornais pesquisados, pensei ser relevante trazer esse jornal para a discussão, enfatizando mais sobre sua conjuntura e como realizava a abordagem das notícias sobre seca e os agricultores sertanejos.

Ao contrário da página da Imagem 8, de 5 de maio de 1970, que traz apenas uma notícia relacionada à estiagem, a página da Imagem 9, do dia 21 de maio de 1970, compõe-se de diversas notícias relacionadas à seca, dando ênfase a questões como saques e invasões em algumas cidades do interior do Ceará. Juntamente com essas notícias, estão outras, relacionadas à criminalidade. Desta vez, outro fator se tornou evidente com relação à associação do flagelo, da seca com atos criminosos. Os títulos das notícias do Jornal O Povo apresentam palavras sugestivas, como “assaltados”, “invadida”, e isso remete para atitudes praticadas por criminosos. Nos textos da página do dia 21 de maio, não é apenas o drama o ponto referencial da notícia, como podemos perceber a partir de alguns dos títulos: “mais três cargueiros assaltados, Tauá invadida por 1.500 flagelados”.

Na reportagem sobre os trens cargueiros, lê-se: “[...] lavradores famintos em número calculado de 800 usavam o mesmo recurso do primeiro assalto [...]”; Na cidade de Tauá “[...] a polícia fez várias prisões a agência do Banco do Nordeste [...]”. De acordo com o teor dos trechos mencionados, o comportamento desses agricultores pode evidenciar a negligência do poder público diante da implementação das políticas públicas. O que se evidencia também é que nem todos os municípios recebiam frentes de serviço. O que permite pensar que essas políticas ou não tiveram um planejamento consistente, a ponto de proporcionar melhores condições para os sertanejos; ou se tratavam de um modelo de projeto social, seletivo e excludente.

Na reportagem seguinte, publicada no dia 22 de maio de 1970, outra evidência de que o Jornal O Povo se apropriava da situação em que se encontravam os municípios cearenses diante da estiagem para construir notícias impactantes. Mais uma vez, a imprensa se vale de uma situação momentânea para alimentar a memória da miséria e a concepção de um sertanejo “faminto”, “flagelado” e capaz de cometer as maiores atrocidades, deturpando a ordem pública ao “invadir” residências e comércios.



## Imagen 10

Jornal O Povo, 22 maio, 1970, p. 8

Setor de Microfilmagem. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – Ceará.

Na Imagem 10, a notícia relacionada à seca mal pode ser percebida entre reportagens relacionadas a crimes. A reportagem informa a chegada de alimentos à cidade de Piquete Carneiro, e, diferentemente do que havia sido publicado no dia anterior, essa não traz acontecimentos de saques ou invasões, mas relembra o episódio dos saques em trens. Percebendo que se constitui no social, segundo afirma Heloisa de Faria Cruz, é

Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. Também não se trata de ir atrás de uma representação do mundo que se articula fora do veículo e aí se clarifica, ou mesmo, de buscar uma ideologia construída pela classe dominante e que aí ganha visibilidade. Como propõe Laura Maciel trata-se, em primeiro lugar, de “em nossa prática de pesquisa não [tomar a imprensa] como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. [...] E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.

Pensando nessa perspectiva da definição de papéis sociais que a imprensa constrói, acredito ser importante questionar as diferentes posições do jornal com relação às notícias sobre seca, ao apontar, em reportagem do dia 21 de maio de 1970, as tragédias, os dramas vividos nos municípios do interior do Ceará e, um dia depois, publicar uma reportagem relatando outra situação, onde informa a chegada de alimentos enviados pelo governador do Estado ao mesmo local onde haviam ocorrido as “invasões” e os “saques”.

Conter a insatisfação popular era fundamental para os governos que recorriam a medidas emergenciais, e, assim, executavam uma política assistencialista. Era uma prática comum, mediante a ausência de políticas públicas consistentes e articuladas a projetos de longo prazo e de afinidade com os interesses dos trabalhadores. Desse modo, percebe-se a organização de uma política baseada no paternalismo que permitia a

perpetuação dos grupos políticos locais no poder e a sujeição dos agricultores a um regime político e a relações de trabalho autoritários.

Se a política de combate à seca atendeu durante décadas, especificamente em fins do século XIX e no início do século XX, os interesses de fazendeiros que se deleitaram com recursos públicos destinados aos socorros emergenciais, serviu também para promover a imprensa com notícias de cunho dramático, a partir da construção da imagem de uma gente sofrida, miserável e necessitada de amparo. Tais imagens seriam perpetuadas nos períodos de seca seguintes. Sendo assim, com a seca de 1970 não seria diferente. Muitas das políticas públicas realizadas como medidas paliativas para as secas anteriores acabaram servindo de espelho aos governantes que se deleitaram com desvios de verbas, realizando obras inacabadas ou nunca iniciadas.

Dentre os periódicos analisados, *O Povo*, em algumas reportagens, por vezes ironizava em tom de humor as medidas paliativas tomadas pelos governantes para o combate à seca. Publicava sua crítica em colunas de comentário político e econômico, algumas vezes ilustradas por charges. Na edição de 17 de abril de 1970, o periódico trazia uma charge com três personagens: um homem de aparência simples, remetendo ao agricultor sertanejo; uma senhora idosa sentada num tronco de madeira e segurando um terço; um cachorro magro e de olhos arregalados para o céu. Na verdade, todos olhavam assustados para o céu, surpresos com aviões que sobrevoavam aquele local e com algumas gotas de água que caiam em suas cabeças. Diante daquela cena, o homem, com aspecto de espanto, dizia: “Virgem! Se fôr desses avião que faz chover vamos ter um dilúvio!” Ao que a senhora respondia: “Valha-me Deus!” A referida imagem faz referência ao Projeto de Nucleação Artificial, implementado pelos governos militares, que não obteve bons resultados.

Ainda na mesma página, via-se texto intitulado “Sêca e plano de ação”, que abordava as medidas implementadas pelos governos para o “combate à seca”. Entre elas, as frentes de serviços e os créditos agrícolas disponibilizados. É importante ressaltar que, nesse texto, o Jornal *O Povo* apresenta sua opinião a respeito dessas medidas.





## Imagen 11

Sêca e Plano de Ação, Jornal O Povo, Fortaleza, 17 abr. 1970, p.3.

Setor de Microfilmagem, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza – Ceará.

O periódico sinaliza para o fato de que os agricultores sertanejos alistados nas frentes de serviço correspondiam a uma parcela da população rural que não tinha como conseguir crédito rural, porque, para isso, seria preciso estar vinculado economicamente aos produtores rurais de maiores posses. Aponta que iriam para as frentes de trabalho “[...] somente aquêles que, a esta altura, já padecem nas carnes o suplício da fome”<sup>112</sup>, desenvolvendo a crítica sobre o fato de que, na prática, a ação emergencial só atendia aqueles agricultores que estivessem na penúria.

O jornal aponta para questões extremamente relevantes com relação à dinâmica de efetivação das políticas públicas para o combate à seca, na medida em que evidencia a situação de dependência econômica dos agricultores pobres para com os produtores rurais de maiores posses, que podiam realizar crédito rural, sinalizando, portanto, que agricultores sertanejos, rendeiros e pequenos proprietários, ficariam de fora das políticas de investimento<sup>113</sup>.

É importante enfatizar que, ao mesmo tempo em que o jornal criticava as formas das ações de implementação, no final do texto apaziguava o leitor, asseverando que o governo teria discernimento para executar as medidas cabíveis e capazes de amenizar as consequências causadas na economia rural devido à estiagem. Constatei a existência de um posicionamento de discordância do jornal com relação às maneiras como eram implementadas os planos de ações emergenciais, porém não percebi um embate direto entre o referido periódico com relação aos planos de ação do governo.

Ainda em relação a esta matéria, abaixo do texto, o jornal trazia a fotografia com a imagem de um aglomerado de pessoas em frente à prefeitura do município cearense de Quixadá, localizada na região do Sertão Central do estado. Os detalhes da imagem não são claros, pois este jornal faz parte de um acervo de microfilmes, onde nem sempre é possível ter a nitidez desejada. Logo abaixo da fotografia, seguia-se um subtítulo em destaque e um texto de sete linhas que informava a presença de flagelados pedindo alimentos e trabalho ao Prefeito José da Páscoa, enquanto outros grupos caminhavam pela cidade ameaçando saquear pontos comerciais. Acredito ser necessário analisar com maior profundidade o referido texto, que dizia o seguinte:

---

<sup>112</sup> SÉCA e Plano de Ação. **O Povo**, Fortaleza, 17 abr. 1970. p. 3.

<sup>113</sup> Id. ibid..

**FLAGELADOS DA SÊCA** — Uma multidão de flagelados postou-se às portas da prefeitura de Quixadá pedindo alimento e trabalho enquanto outros grupos pelas ruas da cidade ameaçavam saquear o comércio caso não fossem atendidos pelo prefeito José da Páscoa. Era a repetição de um episódio que se registrava em mais de 20 municípios cearenses. Alguns dos quais obrigados a baixar as portas das casas comerciais e de estabelecimentos bancários como foi o caso de Crateús na zona sudoeste do Estado. Em Quixadá felizmente o prefeito providenciou logo o alistamento de grande parte dos necessitados para trabalharem em frentes de trabalho, medida também seguida por outros municípios<sup>114</sup>.

Nesse trecho da reportagem, a palavra “multidão” chama a atenção, pois é um termo estudado por alguns pesquisadores<sup>115</sup> quando se referem aos grupos de sertanejos que, em períodos de seca, saíam da zona rural e chegavam às cidades em busca de auxílios. Porém, o termo multidão é muito generalizante, pois não personifica o sujeito social. Como se eles não tivessem uma identidade própria, pois são caracterizados como “a multidão de flagelados” ou “de famintos”, expressão constantemente abordada pelos jornais do século XIX, como, por exemplo, o Jornal O Cearense. Barbosa alerta para essa questão da imprensa ter sido responsável por construir sentidos para esse termo. Ao refletir sobre ele, acredita ter decorrido da literatura que referenciava os sertanejos a partir desse e de outros termos, como levas, bandos, magotes, turmas, entre outros<sup>116</sup>.

O noticiário faz referência também ao medo da população da cidade com a chegada dos sertanejos e informa que as frentes de serviço já haviam chegado a Quixadá. Este tipo de obra emergencial era a medida mais implementada pelos governantes locais quando se encontravam pressionados pelos agricultores ao cobrarem um posicionamento das autoridades quando a estiagem tornava insustentável a sobrevivência no campo.

Nesta época, se configurava uma política que priorizava a “modernização conservadora da agricultura”<sup>117</sup>. Mas que política econômica seria essa que excluía o pequeno agricultor e fortalecia os grupos de latifundiários? A CPT, a CEPAC e o

<sup>114</sup> Id. ibid..

<sup>115</sup> Ver NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará. Op. cit. Ver também CHAVES, José Olivenor de Souza. “Metrópole da fome”: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. Op. cit. p. 56; FERREIRA. 2009. Op.cit.

<sup>116</sup> BARBOSA. 2004. Op.cit. p. 48-49.

<sup>117</sup> CPT; CPAC; IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983).** Op. cit. p. 52.

IBASE afirmam que a implementação de medidas como as frentes de serviço não deveriam ser consideradas políticas de caráter paliativo, pois suas ações se tratavam de uma política que visava garantir e preservar os interesses da classe dominante; tratavam-se, portanto, de um projeto social.

De fato, é importante lembrar que as políticas implementadas pelo Estado nunca foram suficientes para acalmar os ânimos dos sertanejos. Desde o século XVIII são realizadas políticas públicas como as frentes de serviço e, durante a seca de 1970, isso não ocorreu de forma diferente. O diferencial desse período é caracterizado por estar inserido num contexto político marcado pela ditadura militar, configurada na política brasileira após o golpe de 1964.

Na Imagem12, vê-se notícia do dia 13 de maio de 1970 a respeito de uma visita dos membros da Executiva Regional da Arena. O motivo da visita seria para comunicar a homologação dos nomes dos candidatos do partido do governo, entre eles estava o do Coronel Cesar Cals, tendo se tornado governador do Ceará entre os anos de 1971-1975.

Essa imagem expressa uma relação próxima do partido com o jornal, o próprio título é sugestivo. “Arena visita O Povo”, não se tratava de uma visita qualquer, e principalmente, não eram apenas os membros da comissão do partido que estavam presentes, o peso maior estava no que esse partido representava na política cearense.



### Imagen 12

Arena visita O Povo. Jornal O Povo. Fortaleza, 13 maio, 1970, p. 2.  
Setor de Microfilmagem. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza-Ceará.

As influências desse partido e a simpatia pelo candidato arenista também se estendiam a Sobral, como sinaliza Rabelo Filho:

Na linha sucessória do executivo, Cesar Cals era o segundo na lista do “Ceará dos coronéis” a exercer fortes vinculações com o Estado autoritário, figura bem quista em Sobral, o governador participou das festas em lugar de destaque e emprestou seu nome para o prêmio do “Torneio de Futebol Bicentenário”.<sup>118</sup>

E nesse jogo de comunicações se estabelecia uma relação de poder que se estendia pelo interior cearense. A relação do Jornal *O Povo* com o regime militar demonstrava ser amistosa tanto é que em algumas reportagens o periódico é aprazível com as ações do regime, principalmente quando se referia a economia e a política. Sendo assim, o que se reflete é uma memória legitimada pela ideia de progresso; em sua conjuntura, a abordagem política e econômica veiculava notícias de estiagem a partir de uma realidade construída em torno da calamidade, do drama, da fome, do flagelo.

---

<sup>118</sup> RABELO FILHO. Op., cit., 2014, p. 184.

## Capítulo 2

### **A organização de políticas públicas de “combate à seca”: a atuação do DNOCS na microrregião de Sobral na década de 1970.**

Neste capítulo, analiso os procedimentos de organização das políticas de “combate à seca” encampados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), atentando para os projetos de investimentos no campo a serem realizados no Ceará, na microrregião de Sobral. As notícias dos jornais levantados durante a pesquisa falam da liberação de verbas por parte da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), os empréstimos realizados pelo governo para o investimento no campo, o Programa de Integração Nacional (PIN), projetos de irrigação, construção de estradas, entre outros investimentos que seriam destinados para a agricultura. Neste capítulo, analiso os jornais *Correio da Semana*, *Correio do Ceará* e os Boletins Técnicos do DNOCS, bem como o Relatório Anual do mesmo órgão relativos ao ano de 1970.

Durante a pesquisa no DNOCS, pude ter acesso aos boletins digitalizados, assim como os impressos, a imagens produzidas pelo órgão no período de 1936 a 1960 e a boletins datados de 1936 a 1970. Nos referidos documentos, constam dados referentes a construções de açudes, barragens, postos agrícolas, dentre outros projetos que contemplam também o período em que o DNOCS era IFOCS<sup>119</sup>. Documentos como relatórios também são disponibilizados para a pesquisa, porém não se encontram digitalizados.

---

<sup>119</sup> Ao ser criado, por meio do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909, o DNOCS chamava-se Inspetoria de Obras Contra as Secas e atuava apenas em épocas de estiagem. Em 1919, através do Decreto 13.687, passou a ser Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Disponível em: <[http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f\\_registro=2&](http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&)>. Acesso em: 5 nov. 2014.

O DNOCS dispõe também de acervo bibliográfico referente aos trabalhos desenvolvidos desde o momento de sua fundação aos dias atuais. A respeito dos documentos digitalizados, ainda não estão disponibilizados para o público, portanto, não podem ser visualizados na página do referido departamento.

Os documentos pesquisados neste órgão público apresentam uma escrita muito técnica. São basicamente constituídos por tabelas de dados ou por quadros demonstrativos. Isso se tornou um fator de dificuldade a ser superado para a compreensão e para a problematização de projetos, métodos, procedimentos, avaliações e resultados da instituição, porque algumas informações referentes a projetos de irrigação, açudagem e rodovias se resumiam praticamente a tabelas de números.

Mesmo diante destas dificuldades, no Boletim Técnico de 1970 encontrei informações que apontavam para problemas com relação à evolução da irrigação no Nordeste. Foi, contudo, nos relatórios onde consegui entender com mais clareza como aconteciam, ou não, os projetos destinados à irrigação e a outras políticas públicas de combate à seca: construção de rodovias, barragens e poços profundos. Com relação aos jornais pesquisados, encontrei pistas as quais me possibilitaram indagar os textos técnicos com maior argúcia.

## **2.1. O DNOCS e as políticas públicas: irrigação e rodovias**

Os boletins técnicos do DNOCS são publicações referentes a todas as obras de infraestrutura realizadas pelo Departamento, com ênfase para a infraestrutura hídrica: açudes, barragens; estradas pavimentadas e férreas; eletrificação; urbana e rural; perímetros irrigados, barragens, postos agrícolas, entre outras. Sua publicação se iniciou em 1934, quando ainda era IFOCS. Nesse ano as publicações ocorriam mensalmente e os textos eram divididos por seções: Seção Técnica, Seção de Divulgação e Seção de Informação. Dentro de cada seção, havia subtemas que discorriam a respeito das atividades realizadas naquele período. As informações eram apresentadas tanto textualmente como através de gráficos, quadros, tabelas e imagens de obras em andamento, de obras realizadas e as futuras obras. Também constavam, nesse boletim técnico, fotografias aéreas, como a do Boqueirão de Orós, sobre o rio Jaguaribe no

Estado do Ceará, onde seria construída uma barragem considerada por esse órgão a mais importante do Nordeste.

O primeiro boletim técnico apresentava vinte e três centímetros de espessura. Nesse material, constam cálculos de despesas com materiais de serviços, bem como listas e custos com o pessoal contratado para as obras. Nessa época, todos os textos eram escritos por engenheiros divididos em dois grupos: os colaboradores efetivos e os colaboradores provisórios. Como Redator Chefe, consta no Boletim Técnico de 1934 o nome do Engenheiro Luiz Vieira e de sua equipe de redatores, Engenheiros Vinicius de Berredo, Francisco Aguiar e Romulo Campos<sup>120</sup>.

Durante a análise desses materiais, percebi que havia uma alternância na periodicidade de suas publicações. No ano da primeira publicação, janeiro a dezembro de 1934, a circulação dos boletins técnicos ocorria mensalmente; em 1935, passaram a circular trimestralmente; de janeiro de 1936 a março de 1942, foram suspensas as publicações; entre abril de 1942 e julho de 1958, voltaram a circular; foram novamente suspensas entre agosto de 1958 e novembro de 1960; e retornaram a circular, em período trimestral, de março de 1965 a dezembro de 1969. Deste ano em diante, não consta nenhuma suspensão nos documentos analisados, porém, na década de 1970, o período de publicação passaria a ser semestral. Outro fator relevante diz respeito aos títulos, que sofreram alterações ao longo dos anos. As primeiras publicações, que vão de 1934 a 1942, traziam a denominação antiga do órgão, sendo intitulados Boletins da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS; a partir de 1958, passaram a ser denominados Boletins do DNOCS; nos anos decorrentes, de 1965 a 1969, foram intitulados Boletim do DNOCS Séries: “Planejamento, Estudos e Projetos”, “Fomento e Produção” e “Obras”. O título Boletim Técnico: Órgão Oficial do DNOCS só seria incorporado ao órgão a partir de 1970.

<sup>120</sup> No Boletim Técnico do ano 1934 constam os nomes de dezessete colaboradores efetivos: Abelardo Andrea dos Santos, Abel Ribeiro Filho, Bellino Limeira Bittencourt, J. Corner, Edmundo Regis Bittencourt Estevam Marinho, Floro Edmundo Freire, Francisco Sabóia, Jaime Tavares, José Olímpio Barbosa, José Guimarães Duque, José Quirino Simões, Lauro de Melo Andrade, Lohengrin Meira de Vasconcelos Chaves, Rodrigo D’ Orsi Sobrinho, Silvio Aderne e Thomaz Pompeu Sobrinho. Demais colaboradores constituíam em vinte sete engenheiros: Dr. Arão Reis, Arnaldo Pimenta da Cunha, Armando de Godoy, B. Piquete Carneiro, Carlos Freitas, Dr. Clodomiro P. da Silva, Edgard Texeira Leite, F. J. da Costa Barros, F. de P. Pereira de Miranda, Gumercindo Penteado, Henrique de Novais, Hildebrando de Araújo Goes, José Aires de Sousa, Dr. J.M. Sampaio Correia, J. Palhano de Jesus, J. L. Mendes Diniz, José Augusto Trindade, Lauro Borba, Leonardo Arcoverde, Dr. Mauricio Joppert, Moacir Malheiros, Moacir Teixeira da Silva, Megalvio Rodrigues, agrônomo Manuel Tavares de Melo, Dr. Pedro de Azevedo, Dr. R. von Ihering e Dr. Stillman Wrigth. BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Fortaleza, v. 2, n. 6, p. 243-282, dez., 1934.

Os volumes dos boletins técnicos da década de 1970 são constituídos por textos de configuração diferenciada. Alguns dos textos desse volume não seguiam um padrão de escrita. Por exemplo, no volume 28, número 2, o terceiro texto, intitulado “Evolução e problemas da irrigação no Nordeste”, escrito por Paulo de Brito Guerra<sup>121</sup>, era dividido em quatro capítulos. No índice, constam quatro capítulos com os respectivos assuntos: Histórico e Evolução da Irrigação; Situação Atual da Irrigação; A Agricultura Irrigada; Problemas e Sugestões. Os demais textos desse volume apresentavam a mesma formatação, na seguinte ordem: título do assunto, índice contendo introdução, material, métodos, resultados, discussão, resumo e bibliografia. Além de textos, no Boletim Técnico constavam também figuras, como mapas, gráficos, tabelas, legendas, índices de captura e fotografias. Nesse material, não constam referências a respeito da formatação e nem tamanho, bem como não consta ficha técnica. Os boletins técnicos de 1971, 1972, 1973 e 1974 possuem o mesmo padrão de formatação e ficha técnica com informações a respeito do documento publicado. A distribuição desse material era gratuita e as cópias podiam ser transcritas, desde que fossem mencionados fonte, título, data e página do texto pesquisado. Cada volume informava que as opiniões apresentadas nos artigos assinados eram de responsabilidade dos autores, o que evidencia que o órgão poderia discordar das análises apresentadas.

Os boletins técnicos do DNOCS apontam para uma instituição que, na década de 1970, buscou implementar políticas capazes de “solucionar” o problema da seca no Nordeste. Dentre essas políticas, destacavam-se: a irrigação, a construção de açudes e de rodovias. O foco maior se deteve em investimentos de projetos de irrigação.

Ao mesmo tempo, os boletins também apresentam as dificuldades de realizar a irrigação no Nordeste e, em especial, no Ceará, classificando-a enquanto uma “atividade diferente, trabalhosa e desconhecida”<sup>122</sup>. Como causas do não sucesso de todos projetos de irrigação são apontadas as seguintes: a) rotina; b) desenvolvimento; c) desinteresse; d) falta de espírito de cooperação e iniciativa; e) pouco entusiasmo; e também: f) engenharia pobre; g) pesquisa insuficiente; h) operação e manutenção deficientes.

---

<sup>121</sup> Engenheiro Agrônomo, Diretor da Divisão de Implantação e Operação da Diretoria de Irrigação do DNOCS. BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Evolução e problemas da irrigação no Nordeste. Fortaleza, v. 28, n. 2, jul./dez., 1970. p. 55.

<sup>122</sup> BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Situação atual da irrigação. Fortaleza, v. 28, n. 2, jul./dez., 1970. p. 64.

De fato, tais observações foram levantadas, mas, em sua conjuntura, argumentam igualmente em defesa da importância e da viabilidade da região, apontando seu potencial para a realização de projetos voltados à atividade de irrigação.

Para o DNOCS, a irrigação seria algo benéfico, apesar de seus boletins enfocarem inúmeras dificuldades para a implantação desse sistema. Ao analisá-los, pude detectar a falta de entrosamento entre algumas instituições públicas, também incumbidas em transformar o Nordeste numa região “produtiva”<sup>123</sup>. Percebi que cada órgão trabalhava isoladamente, como consta no Boletim Técnico de 1970.

[...] Todos terão a lucrar no dia em que se romper o gelo em que se isolam as repartições umas das outras, sejam estaduais ou federais. Sói acontecer que duas entidades percorrem estradas paralelas, visando a mesma meta. Fazem trabalhos valiosos, chegam a conclusões interessantes, nem sempre divulgadas. E não trocam se quer um simples relatório. Há 20 anos, Guimarães Duque na sua obra que consideramos uma “Bíblia” nordestina (10) dizia que “o Nordeste tem necessidade de alimento, fraternidade e ação conjunta”.<sup>124</sup>

Explicitava-se um desconforto e descontentamento por parte do órgão por acreditar que os trabalhos deveriam ser compartilhados, sendo mais benéfico se as teorias de desenvolvimento pensadas para o Nordeste fossem discutidas entre os órgãos responsáveis em “promover o progresso da agricultura desta região”.

É importante a reflexão acerca dessas questões, pois elas dão pistas a respeito da situação vivenciada. Por esse caminho, explicita-se, portanto, uma fragilidade na forma como tais órgãos se relacionavam e uma insatisfação por parte dos técnicos que compunham o DNOCS. O que levava essas instituições públicas, movidas pelos mesmos objetivos, a estabelecerem relacionamentos sem maiores entrosamentos a ponto de não compartilharem suas experiências?

---

<sup>123</sup> O Boletim Técnico de 1970 não faz referências diretas a nenhuma instituição pública, porém, deixa evidente a necessidade de mais apoio do Congresso e Poderes Públicos: Estado, Município e Clero. Salienta-se que nessa época competia a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) a função de promover o desenvolvimento, realizando investimentos no Nordeste.

<sup>124</sup> BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Problemas e sugestões. Fortaleza, v. 28, n. 2, jul./ dez., 1970. p. 87.

Durante a década de 1950, o DNOCS constituía-se numa instituição movida por interesses eleitorais<sup>125</sup>. Edmilson Correia Veras aponta para tais questões. Enfatiza os pensamentos de Celso Furtado, traz à tona discussões sobre as estruturas de poder predominantes na época, e refere-se a esse órgão como um exemplo típico, que funcionava a partir dos interesses políticos ao beneficiar uma pequena parcela com a implementação de obras, principalmente hidráulicas. A relação entre o DNOCS e a política acontecia através de um “jogo de forças” que envolvia organizações privadas, partidos políticos, sindicatos, parlamento e os governos locais.

Com o propósito de enfraquecer a estrutura de poder dos grupos políticos tradicionais alimentados pela indústria da seca, principalmente no Ceará, o governo de Juscelino Kubitschek criou, em 1959, o CODENO<sup>126</sup> e a SUDENE<sup>127</sup>. Ao se sentirem ameaçados com o surgimento do que se propunha como uma nova forma de intervenção na política de desenvolvimento para o Nordeste, as oligarquias locais manifestaram sua resistência, o que implicou no retardamento de criação da SUDENE. Tantos embates políticos podem estar vinculados ao que o Boletim Técnico do DNOCS menciona como “falta de entrosamento”.

No Ceará, o domínio oligárquico do DNOCS se manteve durante décadas. Monopolizado por uma oligarquia algodoeira-pecuária, a referida instituição pública mantinha o controle de um espaço dividido entre latifundiários e minifundiários, comerciantes e fazendeiros. Como diz Francisco de Oliveira, “falar do DNOCS no Ceará era o mesmo que falar da oligarquia e vice-versa”<sup>128</sup>.

O Boletim Técnico do DNOCS do ano de 1970 apontava grande otimismo com relação aos projetos de irrigação, embora admitisse que não se desenvolvesse como atividade lucrativa. E ao mesmo tempo apontava como importante enfatizar o quanto as terras irrigadas precisavam ser colonizadas. Para a implementação dos projetos de irrigação seria necessário o cumprimento de um processo de seleção dos beneficiados pela área irrigada, que viriam a ser os “irrigantes”. O futuro irrigante seria selecionado

---

<sup>125</sup> VERAS, Edmilson Correia. **A Sudene e o desenvolvimento agrícola do Nordeste no período de 1960 a 1980. 1993.** Op. cit.. p. 150-151.

<sup>126</sup> Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, criado em 25 de abril de 1959, com o objetivo de dar procedimento a implantação de uma nova política de Estado, enquanto prosseguia no Congresso o projeto de criação da SUDENE. Ver VERAS. Op. cit., p. 150-151.

<sup>127</sup> VERAS. Op. cit., p. 150-151.

<sup>128</sup> OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(ligião). Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes.** Op. cit. p. 56.

criteriosamente, atendendo a um perfil de agricultores a serem beneficiados com a implantação de estruturas de irrigação em suas terras: sertanejo honesto, diligente, amoroso, com lar, com família numerosa e com condições físicas para o trabalho.

Ao ressaltar essas características como critérios enumerados pela instituição para a seleção de beneficiados por projetos de irrigação, o boletim do DNOCS sinaliza para uma situação muito importante nesta pesquisa: que na região existiam trabalhadores sem posses de terras e aptos para serem considerados, institucionalmente, como agricultores merecedores de investimentos públicos, sendo capazes de se tornar “grandes irrigantes”.<sup>129</sup> Muitos desses trabalhadores agricultores estavam, inclusive, entre aqueles que poderiam vivenciar diferentes situações na conjuntura da estiagem: 1) chegavam com os grupos de retirantes da seca em busca de um lugar para plantar; 2) uma vez que, para eles, também existisse a possibilidade de não adquirir esse pedaço de chão, lançavam mão de uma outra saída para sua sobrevivência, que era o pedido de qualquer tipo de emprego; 3) ou, como última alternativa, recorriam a esmolas.

De acordo com a apresentação dos projetos de irrigação nas páginas do Boletim Técnico de 1970, para o DNOCS, pelo que se pode perceber no enunciado de proposições e critérios, o futuro irrigante seria o pequeno proprietário, colono treinado antes mesmo de se estabelecer na terra e, caso fosse necessário, deveria estar disponível para oferecer seu trabalho. O aproveitamento do trabalho ocorreria, por exemplo, quando surgisse a necessidade de mão de obra em outras terras. Sendo assim, deveria o pequeno proprietário ter “[...] resistência física notável, disposição e vivacidade”.<sup>130</sup>

O Boletim do DNOCS fala sobre as condições de assistência que teriam os irrigantes, mas até que ponto isso foi alcançado? Havia investimentos suficientes para dar condições aos agricultores sertanejos de se manterem nessas terras? A quem pertenciam as terras a serem irrigadas e trabalhadas, a ponto de facilmente serem colonizadas? As terras a serem colonizadas, enfatizadas exaustivamente pelo documento analisado, tratavam-se de propriedades privadas de grandes fazendeiros. Eram contratados os serviços de minguados agricultores, que, como pagamento, recebiam gêneros alimentícios, como feijão e, vez por outra, carne seca. Os serviços dos sertanejos “honestos, diligentes, amorosos e com condições físicas para o trabalho”,

<sup>129</sup> BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Problemas e sugestões. op. cit., p. 74.

<sup>130</sup> Id. p. 75.

“resistência física notável, disposição e vivacidade”, estimulados pelos investimentos do DNOCS, deveriam se dar nas propriedades de fazendeiros, assim como as construções de barragens e de estradas, como enfatiza Francisco Oliveira:

O DNOCS dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las *nas propriedades* de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas, na maioria dos casos. [...] A ação do DNOCS revestiu, nas secas ou nas “emergências”, como são denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade se agravava. Formas típicas de uma acumulação primitiva. Recrutava-se mão-de-obra desocupada pela estiagem apenas depois que os magros recursos de pequenos sitiante, meieiros, parceiros, haviam-se esgotado em duas ou três semeaduras, à espera das chuvas, e empregava-se na construção das barragens e das estradas; o pagamento dessa mão-de-obra dava-se, na maioria das vezes, sob a forma de espécie, isto é, fornecendo-se os alimentos – farinha, feijão e a indefectível carne-seca, esta nem sempre presente-; os resultados desse trabalho concretizavam-se *nas barragens feitas nas propriedades* dos grandes fazendeiros e nas estradas, às vezes estradas privadas no interior dos grandes latifúndios.<sup>131</sup>

As políticas públicas implementadas pelo Estado através de órgãos públicos como o DNOCS beneficiavam aqueles que detinham a concentração do poder. Oliveira deixa evidente a situação de monopólio exercido pelas oligarquias locais, ressaltando os dois principais instrumentos de poder (terra e água), capazes de subordinar aqueles que necessitavam de apoio em períodos de escassez de água.

O poder das oligarquias locais estava enraizado e agravava a situação da região em período de falta de chuvas e interrupção na produção de alimentos. Durante a década de 1970, foram construídos os primeiros perímetros públicos irrigados no Ceará, entre eles o de Ayres de Souza, na localidade de Jaibaras, distrito pertencente ao município de Sobral<sup>132</sup>.

---

<sup>131</sup> OLIVEIRA, 1977. Op. cit. p. 54-55.

<sup>132</sup> TEIXEIRA, Maria Erileuda Brito; DINIZ, Aldiva Sales. Marcas do abandono: o caso do perímetro irrigado Ayres de Souza, Jaibaras-Ceará. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 17, n.1, mar. 2015. p. 31-44. Disponível em: <[www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/download/206/222](http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/download/206/222)>. Acesso em 12 ago. 2015>. Sobre Ayres de Souza ver BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Perímetro irrigado Ayres de Souza. Disponível em: <[http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros\\_irrigados/ce/ayres\\_de\\_souza.html](http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ce/ayres_de_souza.html)> Acesso em: 18 ago. 2015.

Embora tenha sido construído em 1974, o perímetro irrigado de Jaibaras fazia parte de um conjunto de políticas públicas elaboradas para terem sua implementação iniciada em 1970, de acordo com o Decreto Lei 1.106, de 16 de junho de 1970, no âmbito do Plano de Integração Nacional (PIN)<sup>133</sup>, no governo militar de Emílio Garrastazu Médici, para cumprir com o objetivo de “transformar” o Nordeste numa região produtiva. Sob o pretexto de modernizar o país e a região Nordeste, no contexto do “milagre econômico”, estes perímetros faziam parte das principais políticas públicas cogitadas para a agricultura, visando à ampliação de tal setor nos ditames do mercado capitalista<sup>134</sup>.

Entre os objetivos do Plano de Integração Nacional (PIN), enunciava-se a diminuição das amofinações da seca. Porém, é importante atentar para o discurso produzido pelos governos militares a respeito de seus projetos de desenvolvimento fundamentados na homogeneização da região<sup>135</sup>. Vale salientar que o termo homogeneização, nesse sentido, diz respeito à economia da região. Josefa Bispo de Lisboa coloca que, para tornar o Nordeste uma região moderna, integrada e homogênea, caberia ao Estado promover o incentivo ao acúmulo de capital, e para isso seria necessário pensar num planejamento econômico capaz de tornar o território produtivo. Diante dessas circunstâncias, autora acredita que as políticas públicas implementadas a partir dessa perspectiva contribuíram para o aumento do controle do Estado sobre as relações de classes e para o fortalecimento dos grupos capitalistas.

Durante o período de investimentos dos órgãos federais na “modernização econômica” da região Nordeste, ao longo dos anos 1920-1970, o Estado assumiu a condução das políticas desenvolvimentistas. Contudo, é imprescindível levantar duas questões. A primeira diz respeito à concepção de modernização que fundamenta e justifica a atuação desses órgãos. A segunda questão diz respeito a que sujeitos sociais seriam beneficiados com o crescimento econômico proposto por aquele projeto. Em síntese: até que ponto essa “modernização” não estaria restringindo o poder nas mãos

<sup>133</sup> BRASIL. **Decreto Lei N 1.106, de 16 de junho de 1970.** Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de julho de 1970. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2015.

<sup>134</sup> VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Reestruturação socioespacial do Ceará:** os desdobramentos da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado baixo Acaraú. 2010. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Fortaleza, 2010.

<sup>135</sup> LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste:** políticas públicas na (dis) simulação da esperança. 2007. 272f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.p. 108.

dos mesmos grupos oligárquicos do século XIX e do início do século XX ou alimentando a formação de novos grupos oligárquicos?

Isso acarretou no estabelecimento de relações com as classes dominantes, fortalecendo ainda mais o poder dos grupos locais.<sup>136</sup> Então, esse projeto de “modernização” contribuiu para a “garantia dos interesses dos grupos detentores do capital que assumem suas determinações históricas”<sup>137</sup>.

No Relatório Anual do DNOCS do ano de 1970, há registros de balanço de investimentos voltados para a irrigação em várias regiões do Ceará, entre elas a microrregião de Sobral, mais precisamente no Vale do Acaraú<sup>138</sup>. O relatório apresenta uma linguagem bastante técnica e sucinta, porém me permitiu perceber que os recursos investidos nos projetos de irrigação somavam-se em grandes quantias. Não é possível precisar se eram aplicadas simultaneamente, mas a data do quadro de aplicações na microrregião de Sobral remete para as mesmas datas das demais regiões que também receberam recursos. Logo a seguir, apresento uma imagem que possibilita melhor compreensão acerca dos investimentos realizados para a irrigação no Ceará.

---

<sup>136</sup> Idem. p. 120.

<sup>137</sup> Idem. p. 120.

<sup>138</sup> O Vale do Acaraú é uma região constituída por oito municípios: Alcântaras, Cariré, Forquilha, Groaíras, Massapê, Meruoca, Santana do Acaraú e Sobral. Todos fazem parte da bacia do rio Acaraú, entre a localidade de Barra Velha (Fazenda Boa Nova) limitando-se entre os municípios de Cariré e Santa Quitéria e o distrito de Mutambeira, na cidade de Santana do Acaraú. Dentre estas cidades, Sobral é o principal polo da região Noroeste do Estado do Ceará. Disponível em: <[conteudo.ceara.gov.br](http://conteudo.ceara.gov.br)>. Acesso em: 18 ago. 2015.

BALANÇO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS - 1.970

CNAO: DNOCS

APLICAÇÕES POR PROJETOS E ATIVIDADES

14.02.1.220: RECURSOS NATURAIS

PROJETO / ATIVIDADE

APLICAÇÕES (CR\$ 1.000,00)

PROJETO / ATIVIDADE	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
- Estudos integrados para aproveitamento hidroagrícola	-	3.362.503,53	3.362.503,53
- Nos vales do Curu e Coreau	-	379.629,40	379.629,40
- Nos vales do Itapicuru, Vaza-Barris, Rio de Contas e Moxotó	-	2.632.658,86	2.632.658,86
- No vale do Gerotuba	-	239.852,52	239.852,52
- Nos vales do Acaraú, Apodi, Jaguaripe e Piranhas	-	110.362,75	110.362,75
<b>TOTAL</b>		<b>3.362.503,53</b>	<b>3.362.503,53</b>

201

### Imagen 13

Relatório Anual do DNOCS – 1970.  
 Balanço de Investimentos Públicos / Aplicações por Projetos e Atividades.  
 Fortaleza, mar. 1971, p. 201.  
 Biblioteca Zenaide Sá Carneiro da Cunha, Fortaleza – Ceará.<sup>139</sup>

<sup>139</sup> BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Balanço de Investimentos Públicos/ Aplicações por Projetos e Atividades. **Relatório Anual:** 1970. Fortaleza, mar.,1971. p. 201.

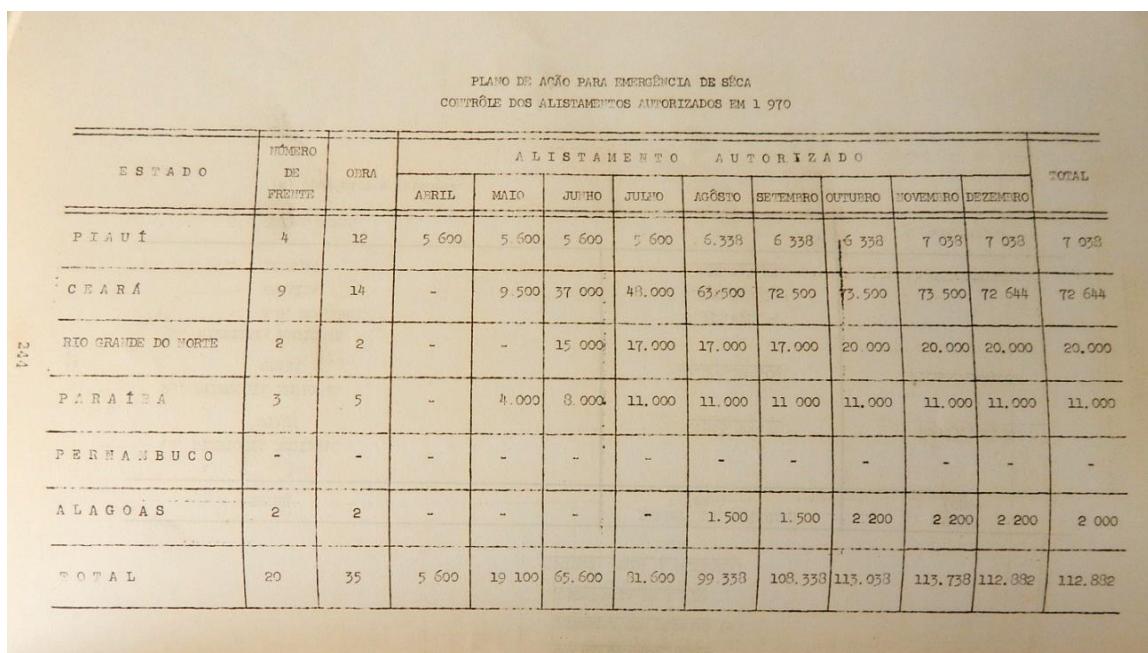
O total de capital investido para os “Estudos integrados para Aproveitamento hidroagrícola” foi de Cr\$ 3.362.503, 53. Os valores destinados ao Vale do Acaraú foram somados em Cr\$ 110.162,75 e divididos também para os vales dos rios Apodi, Jaguaribe e Piranhas. Para as regiões às margens de outros rios, os recursos seriam: Cr\$ 379,629,40 para Vales do Curu e do Coreaú; Cr\$ 2.632.658,86 para os Vales do Itapicuru, do Vaza-Barris, do Rio de Contas, do Moxotó; e Cr\$ 239.852,52 para o Vale do Gorotuba. Desse modo, esses vales receberam quantias mais elevadas que o Vale do Acaraú<sup>140</sup>.

O relatório anual do DNOCS não esclarece os critérios os quais determinavam a discriminação de valores para os vales. Sendo assim, apenas com base na análise dessa tabela de dados, não há como precisar o porquê da diferenciação desses valores orçamentários, pois o relatório apenas realiza uma apresentação das tabelas, sem contextualizar os valores expostos. E isso se estende em quase toda a composição do documento.

Nesse mesmo relatório, o quadro de Plano de Ação para Emergência de Seca diz respeito a alistamentos em frentes de emergências implementadas durante o ano de 1970, como demonstra a imagem abaixo:

---

<sup>140</sup> Convertidos na moeda atual, em real, os recursos ficariam, respectivamente, com os seguintes valores: Total: R\$ 1.222,73; Vale do Acaraú: R\$ 40,0591818; Vales do Curu e do Coreaú: R\$ 138,047055; Vales do Itapicuru: R\$ 957,330, 495, do Vaza-Barris, do Rio de Contas, do Moxotó: R\$ 659,59443; Vale do Gorotuba: R\$ 87,2190982.



ESTADO	NÚMERO DE FRENTE	OBRA	ALISTAMENTO AUTORIZADO										TOTAL
			ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO		
PIAUÍ	4	12	5.600	5.600	5.600	5.600	6.338	6.338	6.338	7.038	7.038	7.038	7.038
CEARÁ	9	14	-	9.500	37.000	48.000	63.500	72.500	73.500	73.500	72.644	72.644	72.644
RIO GRANDE DO NORTE	2	2	-	-	15.000	17.000	17.000	17.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
PARAÍBA	3	5	-	4.000	8.000	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000
PERNAMBUCO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALAGOAS	2	2	-	-	-	-	-	1.500	1.500	2.200	2.200	2.200	2.000
TOTAL	20	35	5.600	19.100	65.600	91.600	99.338	108.338	113.058	113.738	112.882	112.882	112.882

#### Imagen 14

Relatório Anual do DNOCS – 1970.

Plano de Ação para Emergência de Sêca / Controle dos Alistamentos Autorizados em 1970.

Fortaleza, mar. 1971.

Biblioteca Zenaide Sá Carneiro da Cunha, Fortaleza – Ceará.<sup>141</sup>

Dentre os estados do Nordeste listados no relatório, o Ceará é o estado que mais apresenta alistamentos em frentes emergenciais, constando nove frentes autorizadas e quatorze obras implementadas entre os meses de abril e dezembro durante o ano de 1970. A quantidade de alistados nestas obras, inicialmente, foi de 9.500 pessoas; e esses números tenderam a aumentar a cada mês, tendo o mês de novembro chegado a alistar 73.500 trabalhadores.

A estrutura do relatório conduz a considerar a curva ascendente do número de alistados nas frentes de serviço como um dado animador, mas é importante, contudo, considerar que tais números não determinam e muito menos explicam as reais condições dos sertanejos durante o período de estiagem. Como já colocado no capítulo anterior, muitas obras não supriam a demanda de trabalhadores alistados; e nem essa situação poderia ser tomada como o enfrentamento dos problemas de sobrevivência daqueles

<sup>141</sup> BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Divisão de Estatística e Apropriação de Custos. Plano de Ação para Emergência de Seca / Controle dos Alistamentos Autorizados em 1970. **Relatório anual:** 1971. Fortaleza, mar. 1971. p. 244.

trabalhadores, como a expropriação da terra ou a exploração na dinâmica de trabalho dentro das relações com os fazendeiros.

Ainda que se considere apenas os limites da implantação de frentes de serviço como saída emergencial para ocupação e alimentação imediatas daqueles trabalhadores, há aí problemas, porque algumas das frentes não chegavam a ser iniciadas ou, quando se iniciavam, não tinham continuidade. As obras organizadas sob a forma de frentes de serviço aconteciam devido às reivindicações de políticos locais que possuíam certa influência nas esferas regional e nacional ou quando surgiam ameaças de invasões aos estabelecimentos comerciais em determinada localidade.

Essas políticas públicas aconteciam por meio de uma rede de negociações que funcionava da seguinte forma: ocorria pressão da massa popular aos políticos locais (prefeitos, deputados ou outras lideranças) que recorriam a um parlamentar mais próximo e com quem tinham bastante influência; as demandas de trabalhos eram apresentadas em forma de propostas na assembleia legislativa de cada estado da região; os políticos locais mobilizavam e/ou pressionavam o governador ou a assembleia legislativa para que órgãos como DNOCS executassem imediatamente obras capazes de acalmar os sertanejos aflitos com a seca. Vale ressaltar que tais propostas eram pensadas com o propósito de favorecer os proprietários de terras, procurando também manter os sertanejos ocupados em seus municípios<sup>142</sup>.

Em 1970, a irrigação e a construção de rodovias foram políticas públicas de maior prioridade, pois eram voltadas para o “desenvolvimento” e a “modernização”. Para isso, ao DNOCS competia, como órgão executor do Estado, a responsabilidade de implementar essas ações que visavam também o “combate à seca”. A principal ação seria alavancar os projetos de irrigação, a serem construídos, nesse período, em perímetros irrigados que fossem capazes de dar sustentabilidade às perspectivas políticas da ditadura em associação a empresários e fazendeiros regionais.

Analizando tais questões, se torna evidente a intenção do Estado com relação a essas políticas. Elas não se fundamentavam apenas como obras emergenciais para amenizar a situação calamitosa dos sertanejos em períodos de estiagem. Implementar tais projetos significava “[...] diminuir as fragilidades econômicas do Nordeste, em

---

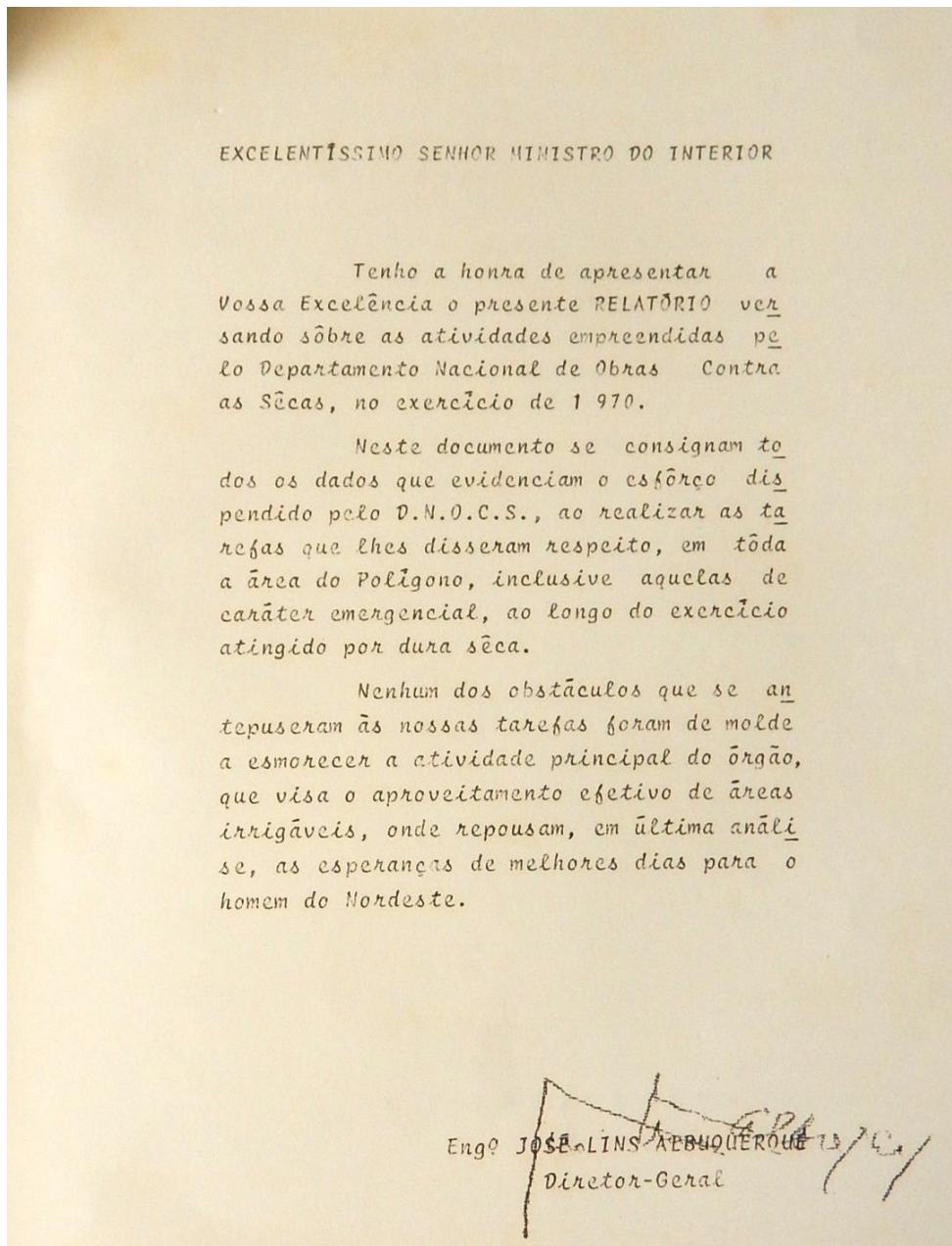
<sup>142</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações e massas no Ceará. Op. cit.

relação ao contexto nacional, inserindo-o na realidade mundial”<sup>143</sup>. Isto é: fortalecer a classe de proprietários de terras, médios e grandes produtores agrícolas e pecuaristas, bem como financiar a emergência de uma classe empresarial regional, propiciando-lhe condições de relativa equiparação aos demais proprietários rurais e industriais de outras regiões do país.

O Relatório Anual do DNOCS do ano de 1970 traz um texto de abertura, redigido pelo Engenheiro José Lins Albuquerque, Diretor Geral do DNOCS daquela época. O referido documento, direcionado ao Ministro do Interior, é constituído de um texto breve que aponta os esforços destemidos do órgão para a realização dos projetos destinados a irrigação:

---

<sup>143</sup> VASCONCELOS, 2010. Op. cit., p. 71.



### Imagen 15

Relatório Anual do DNOCS-1970.

Texto de apresentação do relatório elaborado pelo engenheiro José Lins Albuquerque  
Diretor-Geral do órgão. Fortaleza, mar. 1971.

Biblioteca Zenaide Sá Carneiro da Cunha, Fortaleza – Ceará.<sup>144</sup>

O primeiro trecho demonstra a satisfação e o orgulho do engenheiro em apresentar os resultados dos trabalhos delegados ao órgão. A observação pode parecer

<sup>144</sup> BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Texto de apresentação do relatório elaborado pelo engenheiro José Lins Albuquerque - Diretor-Geral do órgão. Relatório: 1971. Fortaleza, mar. 1971.

simplória, mas é interessante perceber o quanto era glorioso poder apresentar a conclusão de um relatório, atestando os trabalhos realizados de uma instituição como o DNOCS. Isso demonstra o grau de importância atribuído a esse relatório, pois não era mais um entre tantos, e, sim, o primeiro “resultado” das ações propostas pelo Estado na década de 1970. No segundo trecho, é apontado pelo diretor o empenho “[...] ao realizar as tarefas que lhes disseram respeito [...]”. Isso tenta demonstrar que o DNOCS seria uma instituição eficiente e empenhada em suas atividades e em obter bons resultados nas metas propostas pelo governo.

É possível depreender que apresentação desse relatório consistisse em ato glorioso e satisfatório para o DNOCS porque seria uma forma de publicizar a relevância econômica e política do trabalho. A intervenção desse órgão juntamente com a oligarquia agrária algodoeira-pecuária vinha sendo ameaçada após a criação da SUDENE, em 1959, como órgão responsável pela realização de uma intervenção mais planejada com “[...] capacidade de dar “câmbio de custo” para a importação de equipamentos industriais e agrícolas [...]”<sup>145</sup>.

No terceiro e último trecho, são destacados a “persistência” e o “compromisso honrado” como qualidades dos técnicos que compõem a instituição, sendo observado que, mesmo diante dos obstáculos, não permitiram “[...] esmorecer a atividade principal do órgão [...]”. E que todo esse empenho para realizar a implementação das áreas irrigáveis visou atender e proporcionar “[...] esperanças de melhores dias para o homem do Nordeste”.

Ao se comparar a abordagem dos textos técnicos produzidos no âmbito do DNOCS com os textos acadêmicos, encontrados no âmbito da historiografia, é possível encontrarmos duas vertentes. Na primeira vertente, encontramos uma historiografia das secas que traz obras clássicas e que não problematizaram os programas executados pelos governos. Com relação à irrigação, por exemplo, que é uma discussão alavancada bem antes do ano de 1970, autores como Eloy de Souza defendiam sua implementação, pois acreditavam ser uma alternativa viável para manter a economia “em equilíbrio”<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> OLIVEIRA. Op. cit., p. 116-117.

<sup>146</sup> SOUZA, Eloy de. **O calvário das secas**. Natal: Imprensa Oficial, 1938. p. 114-115.

Mas, mesmo entre os engenheiros do Instituto Politécnico Brasileiro<sup>147</sup>, que fundamentaram essa historiografia clássica, as opiniões sobre a implantação de sistema de irrigação se dividiam. Engenheiros como Sampaio Correia, Paulo Frontim, Arrojado Lisbôa, José Aires de Souza, Pires do Rio, Palhano de Jesus, Henrique de Novais, dentre outros, pensavam ser a irrigação por açudagem uma solução para os problemas enfrentados com a escassez de água no Nordeste e dedicaram seu trabalho à construção de grandes reservatórios de água para serem destinados à irrigação; enquanto o engenheiro Clodomiro Pereira da Silva discordava da opinião dos demais colegas porque acreditava “ser um contra-senso querer ter açudes perenes acumulando águas que não são perenes”<sup>148</sup>.

As políticas de irrigação, enquanto ações governamentais, alavancavam discussões desde muito tempo, antes mesmo do surgimento da SUDENE. Aliás, as ideias de implementação de tal “solução hidráulica” seriam adormecidas com a criação desse órgão. Nos governos militares, a implementação dessa política ganharia forças novamente através de outros órgãos, como o DNOCS e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).<sup>149</sup>

Vale salientar que as propostas para a irrigação não chegaram a serem cumpridas, pois os projetos executados pela CODEVASF, por exemplo, trouxeram conflitos entre novos e antigos moradores de localidades a serem beneficiadas/atingidas por cada projeto. Tratava-se de uma política controladora, porque não considerava a autonomia dos colonos, moradores nas terras irrigáveis. Um dos pontos característicos dessa falta de autonomia estava relacionado com as normas estabelecidas pelo DNOCS,

<sup>147</sup> O Instituto Politécnico Brasileiro (IPB) foi criado em 11 de setembro de 1862, tendo como objetivo desenvolver o estudo e difundir conhecimentos teóricos e práticos voltados para a área da engenharia e ciências e artes acessórias. Em 17 de dezembro, no mesmo ano de sua criação, obteve a autorização do imperador Dom Pedro II para iniciar suas atividades. MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. O Instituto Politécnico Brasileiro e a organização da engenharia no Brasil do Segundo Reinado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. Anais. Universidade Federal da Paraíba. p.1. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.562.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.

<sup>148</sup> Id. ibid, p. 63-64.

<sup>149</sup> Criada pelo Decreto Lei Nº 6.088, de 16 de julho de 1974. Ver BRASIL. **Decreto Lei N. 6.088**, de 16 de julho de 1974. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de julho de 1974. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6088.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6088.htm)> Acesso em: 4 ago. 2015. Sua denominação atual é Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. Sobre a instituição, área de atuação e atuais programas e ações ver sítio disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/>> Acesso em: 04 agos. 2015. Sobre sua atuação na década de 1970, ver CPT; CPAC; IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. Op. cit. p. 56.

que estabelecia, por exemplo, “[...] o que plantar, como e onde vender [...]” os produtos a serem cultivados nas terras situadas em cada perímetro irrigado<sup>150</sup>.

Identificando uma segunda vertente da historiografia da seca no Nordeste, percebemos como os relatórios e boletins do DNOCS tentam apresentar algo positivo, satisfatório, uma realidade não condizente com as reflexões de autores como Neves, Francisco de Oliveira, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC) e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), entre outros já mencionados nesta dissertação, que problematizam objetivos e maneiras de implementação das políticas públicas de investimento no Nordeste.

De acordo com a abordagem crítica desses autores, é fundamental refletir sobre quem é esse “homem do Nordeste” mencionado pelo senhor engenheiro, pois é possível encontrar dentro deste contexto uma pluralidade de sujeitos sociais em condições as mais diversas e desiguais: o pequeno produtor sem terra, o pequeno produtor com terra e o médio e o grande produtor rural.

A partir da seca de 1970, alavancaram-se programas que visavam investimentos para a irrigação e a “modernização” no campo. Durante os anos seguintes, os projetos implementados não obtiveram resultados satisfatórios para os agricultores sertanejos e se deve principalmente pela seletividade do público atendido. Por outro lado, obtiveram resultados plenamente satisfatórios se considerarmos os reais objetivos daqueles investimentos: o fortalecimento de uma classe de médios e grandes proprietários rurais e o investimento em uma classe empresarial no Nordeste. É possível evidenciar, novamente, essas colocações no livro *O genocídio do Nordeste*, organizado pelas instituições CPT, CEPAC e IBASE.

O Programa de Redistribution de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)<sup>151</sup>, tratava-se de um programa criado pelo governo militar do presidente Emílio Garrastazu Médici. Tinha como objetivo “possibilitar o acesso do homem à terra”, a “melhores condições de emprego”, bem como “estimular a prática da agroindústria em áreas de atuação de órgãos federais”, como a SUDENE.

---

<sup>150</sup> Id. *ibid.* p. 56.

<sup>151</sup> Criado pelo Decreto Lei N. 1.179, de 06 de julho de 1971. Para melhor conhecimento sobre este Programa de Governo, ver BRASIL. **Decreto Lei N. 1.179**, de 06 de julho de 1971. Poder Executivo, Brasília, DF, 6 de julho de 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/DecretoLei1179.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/DecretoLei1179.htm)> Acesso em: 3 ago. 2015.

Esse programa de governo visava os mesmos interesses que o PIN e o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE). O PIN atuaria na construção da Transamazônica e da estrada entre Cuiabá-MT e Santarém-PA. Objetivou a colonização das margens dessas estradas no intuito de transferir um elevado contingente demográfico do Nordeste para essa região. Com atuação no Nordeste, cabia ao PROTERRA desenvolver uma reforma agrária de maneira pacífica na região, comprando terras de fazendeiros por um preço mínimo. Isso acabou beneficiando os fazendeiros que se desfizeram de propriedades improdutivas. Sua atuação ocorreu entre os anos de 1971 e 1977 e, no decorrer desses anos, se transformou em um mecanismo de modernização agrícola, promovendo crédito rural aos grandes latifundiários.

Em 1974, surgiu o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), pertencente aos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), no contexto de programas criados e implementados pelo Banco Mundial. Seus principais objetivos estavam voltados para a realização de crédito rural, obras de infraestruturas e assistência técnica. Inicialmente, deveria formar grupos familiares de produtores rurais capazes de articular comercialmente seus produtos. Não obtendo sucesso, se destinou a incentivar os médios produtores de alimentos a adquirirem a prática de “métodos modernos” no campo. Sua área de atuação se restringiu ao estado da Bahia. O POLONORDESTE visou promover o crédito rural, obras de infraestrutura e assistência técnica, mas os propósitos de tal programa acarretaram em beneficiamentos aos grandes produtores rurais, que passaram a ter suas terras valorizadas<sup>152</sup>. Conforme o Decreto nº 74.794, de 30 de outubro de 1974, no Artigo 1º, consta que tinha a “[...] finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste”<sup>153</sup>. Sua

---

<sup>152</sup> CPT; CPAC; IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. Op. cit. p.58

<sup>153</sup> Ver no Diário das Leis o Decreto nº 74.794, de 30 de outubro de 1974, correspondente a criação do PONORDESTE. Sobre os locais de implementação, dizem respeito as Áreas dos Vales Úmidos: Algumas porções do Vale do rio Parnaíba, (o Delta do Parnaíba, nos Estado do Maranhão e Piauí, os Vales do Gurguéia e do Fidalgo, no Estado do Piauí), Vales do Nordeste Oriental (Vales do Jaguaribe, no Estado do Ceará e Apodi, Piranhas-Açu e Ceará Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte), e porções do Vale do Rio São Francisco (Vale do Moxotó, no Estado de Pernambuco, Áreas de Petrolina-Juazeiro, nos Estados de Pernambuco e Bahia, Vales dos Rio Grandes e Corrente, no Estado da Bahia, e Área do Jaíba, no Estado de Minas Gerais); Áreas das Serras Úmidas: são contempladas pelas as Serras da Ibiapaba e Baturité, no Estado do Ceará, Araripe, nos Estados do Ceará e Pernambuco, Martins, no Estado do Rio Grande do Norte, do Teixeira e do Brejo, no Estado da Paraíba, e de Triunfo, no Estado de Pernambuco; Áreas da Agricultura Seca: essa região é constituída pelo Sertão Cearense, Seridó (parte dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba) e Irecê (no Estado da Bahia); Áreas dos Tabuleiros Costeiros: percorrem a faixa litorânea, a partir do Estado do Rio Grande do Norte até o sul do Estado da Bahia enquanto as

proposta de execução deveria acontecer nos anos de 1975, 1976 e 1977, contemplando as Áreas dos Vales Úmidos, Áreas das Serras Úmidas, Áreas da Agricultura Seca, Áreas dos Tabuleiros Costeiros e da Pré-Amazônia.

O Projeto Sertanejo foi criado pelo Decreto nº 78.299, de 23 de agosto de 1976, como Programa de Governo do Presidente da República Ernesto Geisel, devendo ser implementado pelo DNOCS, Ministério do Interior e pelos governos dos estados contemplados; e executado através da SUDENE, em articulação com o POLONORDESTE. O período de duração ocorreria entre os anos de 1976 e 1979. Como objetivo primordial, investiria no “fortalecimento econômico das unidades de produção da agropecuária”, principalmente as “pequenas e médias do semiárido nordestino”. Com isso, pretendeu dar “suporte produtivo” e “condições de resistência aos efeitos da seca”, beneficiando o “pequeno produtor sem terra”; o “pequeno produtor com terra”; o “médio produtor”, bem como “aquele que não tinha terras”. Na prática efetivou-se como um projeto seletivo, beneficiando os grandes produtores rurais. No Artigo 2º. do decreto de criação desse projeto, constam as áreas a serem atendidas. Sendo assim, eram de prioridade do programa as áreas mais atingidas pela seca como os sertões dos estados Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia<sup>154</sup>. As instituições CPT, CEPAC e IBASE alertam sobre a existência de restrições com relação à implementação desse programa, pois os locais de atuação eram selecionados de acordo com os projetos de irrigação do DNOCS ou através de decisões políticas dos governos estaduais<sup>155</sup>.

## 2.2. O DNOCS e a imprensa cearense de 1970

Os projetos de irrigação e a construção de rodovias se constituíam como as principais ações a serem executadas pelo DNOCS. Nos jornais Correio da Semana, Correio do Ceará e O Povo, eram constantes as notícias sobre a liberação de recursos

---

Áreas da Pré -Amazônia: são respectivamente as áreas localizadas a oeste do Estado do Maranhão. Disponível em :<<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/57304-dispoe-sobre-a-criacaodo-programa-de-desenvolvimento-de-areas-integradas-do-nordeste-polonordeste.html>> Acesso em: 28 out. 2015.

<sup>154</sup> Sobre o Projeto Sertanejo Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78299-23-agosto-1976-427203-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 4 nov. 2014.

<sup>155</sup> CPT; CPAC; IBASE. Op. cit.

para a construção de rodovias e a implementação de projetos para a irrigação. No presente item, discutirei como as informações sobre este órgão eram organizadas nas páginas desses jornais, pertencentes a uma conjuntura de imprensa industrial.<sup>156</sup>

No dia de 31 de março de 1970, o Jornal *O Povo* traz uma página inteira com publicação referente à irrigação e à construção de rodovias e cujo título corresponde ao DNOCS. Optei por trazer a reprodução integral da imagem dessa página para que o leitor possa perceber como se constituía o periódico daquela época, bem como a disposição das notícias dentro do corpo do texto. Ao mesmo tempo, para demonstrar como o que parece ser uma notícia pode ser uma publicação de cunho publicitário: afinal, trata-se de notícia produzida como reportagem ou análise pelo corpo de redatores do jornal, propaganda ou “matéria paga” pelo órgão estatal para propaganda de suas ações? Vale ressaltar: no dia 31 de março de 1970, o golpe completaria seis anos.

Em primeiro lugar, sinalizo para um fator importante, o nome, pois ele se configura como ponto chave que abre o texto. Não me refiro a nomes de indivíduos, mas aqueles nomes frequentes, constantemente apontados pelos periódicos. Isso cabe tanto para aqueles que surgem como título principal do texto como para os apresentados de maneira secundária. Refiro-me aos subtítulos ou aqueles discretamente colocados no interior de um texto e que, por diversas vezes, passam despercebidos – pois, como diz Ginzburg, “o fio condutor é mais uma vez o nome”<sup>157</sup>.

Os nomes vão aparecendo e dando sentido ao texto, construído em tom de otimismo e esperança, que são sentimentos associados às ações da referida instituição. DNOCS já vem sendo uma expressão muito frequente nas páginas do jornal ao longo dos anos 1960 e, principalmente, dos meses iniciais do ano de 1970. Nessa página, para abrir o texto, o nome do órgão é apresentado por extenso. Percebemos que daí já se evidencia a preocupação com o desenvolvimento de uma estratégia didática para apresentar as ações governamentais ao leitor e persuadi-lo quanto à sua importância e eficácia. Em seguida, vão surgindo termos capazes de repassar confiança ao público leitor, esperançoso por atitudes mais enérgicas com relação às políticas a serem implementadas pelos governantes, pois, como também se lê nas páginas de diferentes

<sup>156</sup>Trata-se de uma imprensa que não toma a opinião dos leitores como suporte para a publicação de suas notícias. Esse tipo de imprensa visa servir aos anunciantes que patrocinam a circulação dos jornais. SODRÉ, Nelson Wernek. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 23.

<sup>157</sup>GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 175.

jornais em outros momentos, por vezes em caráter de denúncia, os agricultores de muitas localidades do Ceará eram desassistidos por este órgão, não conseguiam ser contemplados por essas mesmas políticas públicas.



Imagen 16  
Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.  
O Povo. Fortaleza, 31 mar., 1970, p.7.

Setor de Microfilmagem. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza-Ceará.<sup>158</sup>

<sup>158</sup> DEPARTAMENTO Nacional de Obras Contra as Sêcas. **O Povo**, Fortaleza, 31 mar. 1970. p.7.

Em segundo lugar, quero apontar para a configuração de toda a página. A página é formada por duas extensas colunas de texto e uma fotografia que também ocupa a largura de duas colunas e se estende por quase toda a segunda metade da página no sentido vertical. Nas duas colunas de texto, constam as principais atividades desenvolvidas pelo órgão em virtude da seca manifestada durante o ano de 1970. E, na fotografia, duas crianças com aspecto de felicidade e satisfação. Qual o motivo para isso? A imagem traduz rostos que se divertiam com a água que jorrava, atingindo seus corpos. Naquele instante, sofrimento, angústia e incertezas não faziam companhia aos doces e ternos sorrisos retratados em seus rostos.

Abaixo da imagem, duas seções dão destaque a alguns nomes, refletindo a expressão de pensamento do Ministério do Interior. A primeira seção, a título de legenda explicativa da fotografia, diz “Ministério de Interior. Água... água... Explosão de alegria...”. Expressões em destaque que vêm acompanhada de um pequeno texto explicativo da relação entre a fotografia e o texto principal da página:

BEM ESTAR proporcionado pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS a milhões de nordestinos. Há sessenta anos atuando na região, tem o DNOCS concorrido de maneira insofismável para substancial melhoria das condições de vida do homem nordestino. A infraestrutura implantada pelo Departamento de Secas tem proporcionado à região o progresso que hoje se faz presente em todas as direções...<sup>159</sup>

Se o texto principal se caracteriza por uma escrita aparentemente mais objetiva, com tom de relatório técnico e, portanto, primordialmente descriptivo, essa legenda não economiza adjetivos para qualificar, positivamente, a presença do órgão na região Nordeste, produzindo a impressão de universalidade para os efeitos de suas ações.

A segunda seção, fechando a página a título de assinatura, traz: “DNOCS. Nôvo Nordeste. 6º ano do governo da revolução”. O “governo da revolução” e o DNOCS, unidos a favor de um “Nôvo Nordeste”. Os trechos, em conjunto, produzem uma força na estratégia de delimitação dos agentes responsáveis pelo “progresso” do Nordeste e por proporcionar melhores condições aos “nordestinos”.

---

<sup>159</sup> DEPARTAMENTO Nacional de Obras Contra as Sêcas. Op., cit.. p. 7.

Em terceiro lugar, é importante atentar, também, para a possível confusão entre notícia e anúncio publicitário ou “matéria paga”, no que diz respeito ao caráter desse texto da página 7 do Jornal O Povo de 31 de março de 1970. Afinal, aos olhos do leitor não está claro se o texto é assinado pelos redatores do próprio jornal, enquanto notícia, reportagem, análise, ou se se trata de um texto recebido pronto do próprio órgão ou de agência publicitária. Produz-se uma ambiguidade que conduz para a questão se esse jornal era de acordo com os ideais desenvolvimentistas da política dos governos militares ou se havia uma manipulação da notícia<sup>160</sup>.

O primeiro parágrafo do texto começa com uma justificativa sobre os desperdícios e a falta de planejamento, ocorridos em fases anteriores da atuação do DNOCS e segue informando que o órgão entraria numa fase de mais planejamento, onde não caberiam a “improvisação” e a “imprevidência” ou “gastos supérfluos e desnecessários”. Abaixo, em destaque, alguns trechos que apontam para a sugestão de que tudo estaria caminhando tranquilamente:

[...] o DNOCS está certo de haver grandemente contribuído para a verdadeira revolução de métodos administrativos que então se instalou”. [...] Dentro dessa perspectiva é que se há de observar todo o trabalho infra- estrutural desenvolvido pelo Departamento em toda a área do Polígono das Sêcas [...].<sup>161</sup>

No decorrer da página, o texto especifica as iniciativas que vinham sendo postas em prática, mencionando os principais projetos: a construção de rodovias, a açudagem e a irrigação. E, como tom geral, faz um apanhado de pontos positivos sobre a instituição, destacando a trajetória em perspectiva desenvolvimentista. Ressalto, com

<sup>160</sup> Desde 1967 e durante a década de 1970, a imprensa viveu em censura devido à instituição do AI 5. Em 09 de fevereiro de 1967, a Lei 5.250, Lei de Imprensa, acarretou a limitação da liberdade de expressão. Esta Lei impedia a imprensa de acusar as altas patentes, atuantes em cargos públicos, promovendo a desigualdade de direitos, pois os protegidos do governo não sofriam punições. Em 1968, a assinatura do Ato Institucional Nº 5 (AI 5), no governo Costa e Silva, reafirmou o fortalecimento de um regime de terror, podando a liberdade jornalística de expressar qualquer opinião contrária à ditadura. Ver SOARES, Gláucio Ary Dillon. Censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 10, jun. 1989. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2015. Mais sobre o assunto, disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5\\_2](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5_2)>. Acesso em: 10 ago. 2015. Sobre a prática de associação entre órgãos de imprensa e governos da ditadura, ver o artigo: KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-64 sob outro prisma. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 27-38, dez. 2007.

<sup>161</sup> DEPARTAMENTO Nacional de Obras Contra as Sêcas. Op., cit., p. 7.

isso, o esforço por conferir um caráter técnico, objetivo, que enaltece as bases científicas da atuação do órgão, e que, ao mesmo tempo também, se pautaria no enaltecimento da moralização administrativa como princípio propagado pelos governos militares da ditadura.

Acompanhamos aqui uma instigante estratégia de produção do fato por meio do jornal: o relato de que o DNOCS estaria realizando algo revolucionário em termos de tecnologia significava elevar o prestígio dos governos militares, ao passo em que dava visibilidade a esse órgão. A divulgação de projetos e a adjetivação positiva de sua presença contribuiriam para a valorização e a recomposição de sua imagem, pois em anos anteriores seu prestígio não andava muito bem devido a falta de planejamento, de estudos e experiência técnica no que diz respeito à implementação de sistemas de irrigação e construção de açudes<sup>162</sup>.

Enquanto isso, é preciso também lembrar que o jornal, enquanto empresa no contexto de uma sociedade capitalista, constrói sua imagem como veículo isento de informações. O texto de divulgação das atividades do DNOCS, abordado aqui, vale-se do formato de apresentação de uma verdade absoluta e inquestionável. Por outro lado, se for considerado por nós enquanto notícia, torna possível suspeitar de uma estratégia de produção de notícia “maquiada”, a partir da publicação do conteúdo considerado “conveniente” e do uso repetido de mecanismos de convencimento do leitor acerca da contribuição do órgão para a garantia de uma nação “segura e tranquila”<sup>163</sup>.

Sob a superfície das páginas do jornal e dos textos técnicos do DNOCS, faíscam os “relampejos” da pesquisa<sup>164</sup>. Se a volta ao passado não permite ao pesquisador reconstituir os acontecimentos tal como ocorreram, o desafio da pesquisa,

<sup>162</sup> POMPEU SOBRINHO, Tomaz. **História das Secas** (Século XX). 2. ed. Mossoró: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte; Fundação Guimarães Duque; Escola Superior de Agricultura, 1982. (Coleção Mossoroense, v. CCXXVI). p. 128.

<sup>163</sup> “...Quem controla a informação, controla o poder”. SODRÉ, 1999. Op. cit., p. 25.

<sup>164</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 224. Ver a Tese 6: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. *O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento.* Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. Grifos meus.

portanto, foi identificar o que, nesse momento, significaria “o grande perigo”, os fatos para serem desconstruídos e descobertos. Foi desconfiar do que nessas fontes de pesquisa se articulava sob o lugar comum dos “salvadores” da história. Quem eram eles que estavam ali em posição de destaque? Inquietações como essa movimentaram a pesquisa, dando-a sentido.

Nos documentos pesquisados, esses “salvadores” aparecem nas figuras dos governantes locais e estaduais. É tanto que, nos jornais, encontrei reportagens consagrando o presidente Médici como o “salvador dos flagelados da seca”, bem como “apelos” de sertanejos ao governador do estado por mais frentes de serviços. Se pensamos com Benjamim quanto a ser um perigo se colocar nas mãos das classes dominantes, como seu instrumento, precisamos problematizar as configurações e as operações dessas linhagens, identificando que tais dominantes já se encontram numa posição favorável, muitos deles herdeiros de dominadores de outrora, enquanto outros conquistavam seu espaço através da empatia que lhes proporcionava destaque social<sup>165</sup>.

Os governantes propagandeavam que investir no desenvolvimento dos setores agrícola e industrial da região nordestina seria a solução para os problemas causados pela seca. A irrigação e a construção de rodovias faziam parte de um conjunto de medidas destinadas “[...] a resolver o problema de emergência da seca e também assegurar o desenvolvimento efetivo de toda a região [...]”<sup>166</sup>. Mas a falta de planejamento e a ideia de combate à estiagem alimentaram as perspectivas dos governos durante muitos anos, tendo se perpetuado até a década de 1970. Localiza-se aí, possivelmente, o motivo de, no texto citado acima, serem mencionadas fragilidades do DNOCS em anos anteriores, com relação principalmente à forma de planejamento.

Vale salientar, ainda, contudo, que, sob a aparência de “falta de planejamento” e sob a aparência do equívoco que mais tarde passou a ser apontado quanto à idéia de “combate à seca”, podem residir a consistência de um determinado projeto social, como denunciaram os autores do livro *O genocídio do Nordeste*. Isto é: um projeto social no âmbito das relações entre proprietários rurais e trabalhadores rurais no interior do próprio Nordeste, de reprodução das relações de exploração; e um projeto social nos

---

<sup>165</sup> Id. *ibid.*, p.224.

<sup>166</sup> Bilhões [...] Plano de Integração Nacional. **Correio da Semana**, Sobral, 25 jul.1970. p. 5. Este título não se encontra completo, pois a página correspondente a reportagem encontra-se deteriorada. Diante do material encontrado, foi possível transcrever apenas alguns trechos, porém isso não inviabilizou a compreensão da ideia central da notícia.

termos das relações regionais, de reprodução da hegemonia das classes dominantes empresariais do Centro-Sul do país.

Como órgão executor, competia ao DNOCS alistar e empregar os trabalhadores nas frentes de serviços, que poderiam durar um, dois ou três meses. Durante a leitura das páginas dos jornais, percebi que as obras emergenciais tinham uma duração proporcional aos recursos enviados. Algumas notícias evidenciavam o tempo de duração, que, em geral, consistia num curto período de tempo. Por se tratarem de políticas de caráter emergencial, não seriam suficientes para o sustento dos trabalhadores e de suas famílias, o que acabava tornando inevitável o tumulto e insatisfação dos sertanejos que governos e proprietários haviam desejado evitar. A situação que se evidenciava no conjunto das notícias dessa natureza era que os trabalhadores rurais, retirados de suas situações costumeiras de trabalho, como meeiros ou arrendatários nas fazendas, viam-se dependentes daqueles recursos, identificando o Estado como o responsável direto para suprir suas necessidades básicas.

Nos termos do paternalismo, a pesquisa de Frederico de Castro Neves aponta como, desde períodos anteriores à década de 1970, as políticas paternalistas faziam-se presentes nas políticas públicas deste período, como as reivindicações por trabalhos estavam entrelaçadas por esse padrão que o autor chama de “costumeiro”. Acredito ser considerável apontar para estas questões neste capítulo. Na citação seguinte, Neves enfatiza a ambiguidade sustentada pela ordem política que localiza no “pós-30”:

As “obras”, assim, expressavam uma forma de atendimento às reivindicações dos retirantes que não quebrava nem como padrão costumeiro (paternalista) de socorro aos pobres, nem com a ética do trabalho que se procurava impor continuamente com o Estado – especialmente no pós-30 – e pela “opinião pública” controlada por setores urbanos, comerciantes e industriais. Situavam-se na interface destes dois modelos de relacionamento com os pobres e constituíam-se em mecanismos eficazes de sustentação de uma ordem política ambígua.<sup>167</sup>

É ainda possível ver essas ações nas políticas públicas implementadas na década de 1970.

---

<sup>167</sup> Id. *ibid.*, p. 200.

Nos jornais cearenses analisados nesta pesquisa, há algumas reportagens que enfatizam determinados municípios a serem beneficiados com obras emergenciais, enquanto outros não recebiam assistência alguma. Em outras reportagens, destacam-se apelos de políticos locais, como prefeitos, vereadores ou líderes de movimentos sociais e/ou vinculados a partidos políticos e padres, que recorriam aos meios de comunicação da época, como telegramas e cartas, que, por vezes, nem chegavam a ser respondidas. Desse modo, súplicas, apelos aos governos das esferas federal e estadual, aos órgãos públicos, entre eles DNOCS e SUDENE, responsáveis pela execução das obras, bem como a deputados, eram comuns nas notícias dos jornais *Correio da Semana*, *Correio do Ceará* e *O Povo*.

Na reportagem do Jornal *Correio do Ceará*, de 31 de julho de 1970, Martinópole, município da zona norte do estado, aparecia como tema de notícia: “Martinópole não recebe nem promessa para combater a seca”. Indignados com a situação em que se encontrava o município, os padres Francisco Fernandes, Francisco de Assis Monte Filho e o jornalista associado ao referido jornal e Presidente da Câmara Municipal, Benedito Getúlio Sampaio, haviam resolvido demonstrar sua insatisfação, publicando no jornal um telegrama enviado ao Governador do Estado do Ceará, Plácido Aderaldo Castelo<sup>168</sup>.

A notícia traz trechos do telegrama, expondo a situação do município e a indignação de seus representantes por não ter sido assistido com as obras emergenciais. Denuncia o descaso e ausência de resposta do governo. Os reivindicadores de políticas públicas colocam que “[...] Não é só nesse ou naquele município, porque tem quem por eles dê uma palavrinha junto ao governo federal, à SUDENE, ao governo do Estado [...]”<sup>169</sup>.

Saliento que, apesar de Martinópole ser uma cidade próxima a Sobral, não contempla a microrregião aqui estudada. A presença da notícia é importante para enfatizar o caráter desigual da organização das políticas públicas adotadas naquele momento, que seguia o critério de atendimento proporcional à força de cada oligarquia local e, portanto, de privilégio aos municípios apadrinhados pelas políticas paternalistas.

---

<sup>168</sup> MARTINÓPOLE não recebe nem promessa para combate a seca. **Correio do Ceará**, Fortaleza, ano LV, n. 16. 679, 31 jul. 1970. p. 10.

<sup>169</sup> Id. ibid., p.10.

No mesmo jornal e na mesma página, outra notícia, também sobre a zona norte do estado, informa a chegada de investimentos em linhas telefônicas, construção de escolas e construção de uma rodovia ligando a cidade de Groaíras ao Rio Acaraú e à cidade de Cariré, bem como à Estrada Férrea Sobral/Cariré:

Além de outras realizações, o atual prefeito está construindo uma estrada que liga esta cidade ao rio Acaraú e dêste até Cariré, alcançando a via férrea Sobral-Cariré na altura da “Fazenda Lagôa da Pedra”. Desta maneira, apenas o rio se tornará obstáculo na ligação direta Groaíras – Cariré por Estrada de Rodagem.<sup>170</sup>

As duas notícias acima mencionadas evidenciam o quanto era desigual a implementação das ações públicas com relação à assistência emergencial em períodos de estiagem. Enquanto o município de Martinópole sofria com a falta de políticas públicas para a população, principalmente para os agricultores sertanejos, o município de Groaíras era assistido com diversas obras públicas. Contudo, a intervenção estatal beneficiava determinados grupos políticos<sup>171</sup>, agradando-lhes com obras que lhes proporcionavam vantagens, bem como prestígio, diante da população que se via agradecida pelo “empenho” da autoridade local, a “generosidade” e o “compadecimento” das autoridades estaduais e federais diante de uma situação de calamidade.

Muitas das notícias referentes ao DNOCS, encontrei no Jornal O Povo. Isso despertou minha curiosidade em pensar por qual motivo esse periódico publicava tantas notícias a respeito deste órgão, enquanto no Jornal Correio da Semana não havia tamanha frequência de reportagens. Era raro uma página sobre estiagem não contar com pelo menos uma nota sobre o órgão. Aliás, o referido periódico publicava constantemente notícias referentes à estiagem, bem como sobre as políticas públicas para o Nordeste e para o Estado do Ceará. A forma de abordagem deste jornal com relação à problemática da seca era bastante ampla. Pude encontrar páginas inteiras informando, por exemplo, a chegada de recursos para frentes de serviços, a insatisfação de alguns municípios e seu apelo aos governos.

---

<sup>170</sup> RODOVIA ligará Groaíras a Cariré. **Correio do Ceará**, Fortaleza, ano LV, n. 16. 179, 31 jul. 1970. p. 10.

<sup>171</sup> NEVES, 2000. Op., cit., p. 202.

Em diversas ocasiões, O Povo apresentava o DNOCS como um órgão em constante atividade, destacando sua atuação com relação a outros órgãos públicos. As notícias apontavam para mais três órgãos considerados importantes naquela época, atuantes em parceria com o DNOCS: Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER)<sup>172</sup>; Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER)<sup>173</sup>; e SUDENE. Vale salientar que DNER e DAER eram órgãos que já vinham atuando juntamente com o DNOCS desde as secas da década de 1950.<sup>174</sup> A SUDENE, tendo sido criada no fim da década de 1950, também estabeleceu parceria com os referidos órgãos.

No dia 26 de fevereiro de 1970, o Jornal O Povo dedica uma página inteira a notícias sobre a seca e, principalmente, sobre a atuação dos órgãos estatais para a implementação de obras de “socorro” às vítimas. “DNOCS no Ceará” é um subtítulo que corresponde a um dos enfoques sobre seca e enfatiza a atuação do órgão, no interior da maior notícia da página, intitulada “Seca pode empregar 110.800 flagelados só no Ceará”. O corpo do texto esta grande notícia trazia outros subtemas, como: “Recursos para o polígono”, “Governo no Ceará”, “Grupamento, programa do DNOCS”, “Outro acampamento”, “Acampamento de Banabuiú”, “Acampamento de Orós”, “Flagelados”,

---

<sup>172</sup> Departamento Nacional de Estradas de Rodagem criado pela Lei 467, de 31 de julho de 1937. Responsável por executar ações relacionadas a política de viação rodoviária em esfera federal. BRASIL. Lei N. 467, de 31 de julho de 1937. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1937. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2270181/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-07-08-1937>. Acesso em: 2 ago. 2015. Ver também: BRASIL. **Decreto Lei N. 512**, de 21 de março de 1969. Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de março de 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Decreto-Lei\\_512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Decreto-Lei_512.htm)>. Acesso em: 2 ago. 2015. Em 2001, o DNER foi extinto e, através da Lei N. 10.233/2001, foi criado o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, passando a atuar a partir do dia 5 de junho do referido ano. Ver: BRASIL. **Lei N. 10.233**, de 05 de junho de 2001. Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de junho de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10233.htm)> Acesso em: 2 ago. 2015.

<sup>173</sup> DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. Foi criado em 1946 com a denominação de Departamento de Estradas de Rodagem do Ceará (DER) e, em 1948, passou a ter a denominação de Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). Em 1990, com a incorporação da Superintendência de Transportes Intermunicipais e Terminais Rodoviários do Estado do Ceará (SUTERCE), assumiu a gerência do sistema de transportes intermunicipais de passageiros na Região Metropolitana de Fortaleza e em todo o Estado e passou a ter a denominação de Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes (DERT). Em 1997, a Superintendência de Obras do Estado do Ceará (SOEC) integrou-se ao DERT, que passou a se chamar Departamento de Edificações Rodovias e Transportes. Em 2007, as atividades de transportes foram transferidas para o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e o nome se modificou de Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (DERT) para Departamento de Edificações e Rodovias (DER). Atualmente, após 2011, com a transferência das atividades de edificações para o Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE), o antigo DAER chama-se Departamento de Edificações e Rodovias (DER). Ver: CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria da Infraestrutura. Departamento Estadual de Rodovias. DER. Disponível em: <<http://www.seinfra.ce.gov.br/index.php/vinculadas/der>>. Acesso em: 16 out. 2015.

<sup>174</sup> Sobre forma de atuação desses órgãos públicos em questões voltadas ações emergenciais de “combate” a seca Ver NEVES, 2000. Op., cit.

entre outros três títulos de maior destaque, como se vê na imagem abaixo, seguida de uma citação de trecho sobre o referido órgão:



### Imagen 17

O Povo. Fortaleza, 26 fev. 1970, p. 2.

Setor de Microfilmagem. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza-Ceará.

A atuação do DNOCS no programa de emergência é bem mais acentuada do que as dos outros órgãos que agirão em conjunto, e sua participação somente no Ceará se reservará a construção de nada menos de 77 trechos rodoviários, através dos quais serão interligados vários municípios e reestruturadas as ligações rodoviárias antes deficientes.<sup>175</sup>

A interligação dos trechos rodoviários mencionados acima seria em torno dos açudes contemplados com a construção de canais de irrigação em suas proximidades. Nessa mesma página, além da que acabo de citar, vê-se também outra notícia sobre o DNOCS que aponta para a construção de rodovias em torno de alguns açudes da microrregião de Sobral. Para o Município de Massapê, seria construída uma cerca de contorno no açude Acaraú-Mirim e uma rodovia ligando Massapê à localidade Acaraú-Mirim, além de rodovias interligando Massapé ao município de Meruoca. Para o município de Forquilha, no açude de mesmo nome, seria construída uma rodovia de contorno, irrigação e drenagem; e o açude Aires de Souza, que também se encontrava no programa do DNOCS, seria contemplado com a rodovia de contorno com acesso à bacia de irrigação.

Diante dessa página, percebemos com muita clareza que o periódico constrói uma escrita de destaque para o trabalho do DNOCS diante dos outros órgãos, elevando sua atuação, principalmente no Ceará. Os valores das diárias de dois cruzeiros, pagos aos trabalhadores nas frentes de serviços, presentes na reportagem, por exemplo, não chegam a ser questionados, ao passo que as quantidades de alistados nessas frentes ganham mais visibilidade.

O Jornal O Povo costumava publicar, dentro da mesma página, pelo menos três notícias que causassem maior impacto. Pude compreender isso ao observar a diagramação do periódico, refletida na configuração do tamanho das fontes e na posição dessas notícias dentro do jornal. No documento a seguir é possível observar isso.

A primeira notícia de grande relevância ganha destaque no topo da página, estando alinhada à direita. Em seguida, algumas notícias secundárias são apresentadas em fontes mais discretas. A segunda tem início no lado esquerdo da página e a terceira e

---

<sup>175</sup> DNOCS no Ceará. Sêca pode empregar 110. 800 flagelados só no Ceará. **O Povo**, Fortaleza, 26 fev. 1970. p. 2.

última notícia que considero de grande relevância se destaca no final da página, alinhada ao centro.

A configuração do jornal, ao apresentar suas notícias, estava sempre disposta nessa ordem: três textos de grande destaque, separados por aqueles de caráter secundário, geralmente relacionados com os temas principais. Quando a notícia era composta por imagens (fotos, charges) a ordem dos textos era alterada: por exemplo, as páginas eram elaboradas em três colunas, sendo a segunda a de maior destaque. Existiam outras variações, mas estes dois estilos se tornavam mais evidentes em um jornal que priorizava mais textos e menos imagens.

É importante refletir sobre o olhar a partir do qual se constrói uma notícia. Pensar sobre isso requer entender que os jornais desta época serviam aos interesses dos grupos empresariais, diferentemente de uma imprensa artesanal, a partir da qual se constituía da opinião dos leitores. Ao refletir a opinião de alguns jornalistas sobre a imprensa capitalista, um jornalista citado por Sodré afirmava: “ ‘ [...] O que existe e sempre existiu é a opinião do dono do jornal [...]’ ”<sup>176</sup>.

Se, no século XIX, os jornais cearenses como Cearense, Constituição e Pedro II serviam de porta-vozes dos projetos de intelectuais preocupados em discutir seus posicionamentos políticos, na época, divididos entre uma política liberal e/ou conservadora<sup>177</sup>, a imprensa cearense da segunda metade do século XX, em especial a produção jornalística da década de 1970, a partir da análise dos periódicos Correio da Semana, Correio do Ceará e O Povo, primava em informar aquilo cujo interesse beneficiasse a uma política desenvolvimentista, não dando voz à aqueles que se rebelavam contra os interesses do Estado e dos grupos políticos oligárquicos.

No entanto, de acordo com a pesquisa de Virgínia Maria Tavares da Silva, durante os anos de 1973-1975, a imprensa começou a assumir uma postura mais branda com relação a sua maneira de reprimir aqueles que tentavam escutar a voz das classes trabalhadoras rurais. Nesse caso, refiro-me à Igreja Católica, que, no período da ditadura militar, teve o setor progressista censurado devido aos seus posicionamentos políticos

---

<sup>176</sup> SODRÉ, 1999. Op. cit., p. 417.

<sup>177</sup> FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta:** Pedro II, Cearense e Constituição. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 33.

de apoio à luta dos agricultores pela terra, associando-a às reivindicações dos sertanejos por condições para permanecerem no campo<sup>178</sup>.

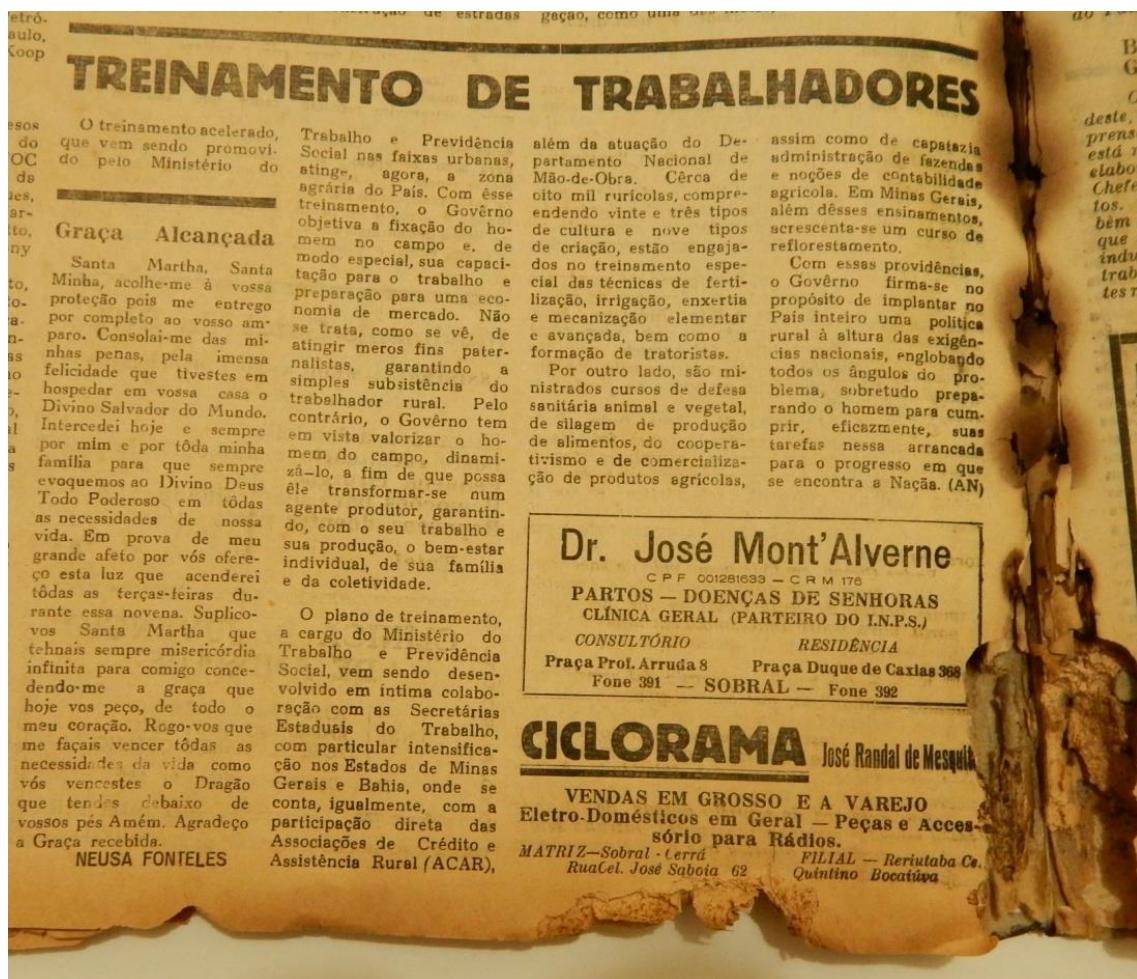
Em algumas reportagens, o posicionamento político dos jornais nem sempre aparece com nitidez. Na análise das fontes, é necessário persistência e paciência para constatar o que geralmente não se percebe numa primeira leitura. No Jornal Correio da Semana, a reportagem “Treinamento de trabalhadores,” publicada na página 4 do mês outubro de 1970, demonstrava uma postura de apoio às medidas adotadas pelo governo militar. Gostaria de ressaltar não ser possível precisar o dia exato da publicação, pois, assim como outras, esta página do jornal encontra-se corroída. Alguns resquícios dessa publicação me permitiram ver apenas que poderia se tratar do dia 17 ou do dia 18 de outubro.

Muitas vezes, me direcionei ao jornal procurando reportagens a partir de palavras consideradas importantes e referenciais para se chegar ao assunto desejado. E, a partir do que lembra Ginzburg, percebi que a importância de “[...] um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados [...].”<sup>179</sup> De fato, esse foi um dos caminhos trilhados na busca pelas fontes, porém, durante idas e vindas, percebi que o óbvio nem sempre teria todas as respostas. Foram encontradas reportagens capazes de evidenciar, por exemplo, o posicionamento do jornal diante das políticas dos governos militares, como na reportagem mencionada em parágrafo anterior. A seguir, um trecho da notícia:

---

<sup>178</sup> SILVA, Virgínia Maria Tavares da. **A revolta do rebanho de Cristo:** o progressismo católico e a imprensa no Brasil (1950-1975). Fortaleza: EUFC, 1997. p. 121-122.

<sup>179</sup> GINZBURG, 1989. Op. cit. p. 177.



### Imagen 18

Treinamento de trabalhadores. Jornal Correio da Semana. Sobral, 31 out. 1970, p. 4.  
Acervo do Jornal Correio da Semana, Cúria Diocesana, Sobral – Ceará.<sup>180</sup>

Nessa notícia, o jornal enfatiza a preocupação do governo com o “homem do campo”. No intuito de fixá-lo na zona rural, seria desenvolvido um treinamento de capacitação para prepará-lo para lidar com a economia de mercado. O periódico descarta a possibilidade de haver paternalismo e enaltece a intenção de “garantir a subsistência do trabalhador rural”, pois, como informa a notícia, estaria o governo preocupado com a valorização do “homem do campo”, ao adotar medidas capazes de torná-lo um agente produtor de seu trabalho, sendo necessário, para isso, garantir melhores condições no trabalho e um “bem-estar individual, de sua família e da coletividade”.

<sup>180</sup>. TREINAMENTO de trabalhadores. **Correio da Semana**, Sobral, ano 53, n. 30, 31 out. 1970. p. 4.

O semanário Correio da Semana, em nenhum momento, questiona ou critica as políticas de governo, na verdade, defende as ações governamentais. Em alguns trechos da notícia, é possível evidenciar isso: “[...] Não se trata como se vê, atingir meros fins paternalistas [...]. Pelo contrário, o Govêrno tem em vista valorizar o homem do campo”. Ou: “[...] o Govêrno firma-se no propósito de implantar no País inteiro uma política rural [...]”.

Por não pretender construir “categorias estáticas”<sup>181</sup> a respeito desse periódico, levanto uma discussão que percorre suas próprias páginas, em correlação com o anteriormente levantado por outros pesquisadores, para evidenciar a proximidade das ideias do semanário com as propostas dos governos militares. As evidências de que o periódico era a favor dos governos militares podem ser constatadas também na pesquisa de Edvanir Maia da Silveira a respeito da denominação de Sobral enquanto “cidade dos ‘coronéis’” durante os anos de 1962 a 1970: “[...] O Jornal católico Correio da Semana manifesta esse apoio da igreja e de outros setores da sociedade local ao regime”.<sup>182</sup> Diante disso, entende-se que havia uma concordância de ideias entre esse jornal e políticos ligados à ditadura militar.

Enquanto nas páginas do Jornal O Povo havia diferentes textos e imagens constantes a respeito da atuação do DNOCS, no Correio da Semana, praticamente não encontrei notícias que informassem sobre as atividades deste órgão. Importante ressaltar que este semanário obtinha informações de jornais da grande imprensa em outros estados do país e também da imprensa cearense, inclusive O Povo. Por isso, considerei importante refletir sobre qual seria o motivo de o Correio da Semana não informar as ações de uma instituição pertencente ao Governo Federal, uma vez que se portava como divulgador de notícias que beneficiavam os governos militares, enquanto outros jornais traziam freqüentes notícias que contemplavam ou questionavam o papel desta instituição.

O Correio da Semana informava sobre outros colaboradores que atuavam com o governo e também estariam envolvidos no treinamento dos trabalhadores do campo. Seriam: Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com as secretarias

<sup>181</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Op. cit., p. 264.

<sup>182</sup> SILVEIRA, Edvanir Maia da. A cidade dos “coronéis”: história e cultura política em Sobral-Ce (1962 – 1970). In: JÚNIOR, Martha Maria et all. (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e Região em foco**. Fortaleza: EdUECE, 2010. p. 77.

estaduais do Trabalho dos estados do Nordeste, a Associação de Crédito Rural (ACAR) e o Departamento Nacional de Mão de Obra, contando também com o envolvimento do Estado de Minas Gerais. Isso demonstra a relação do governo com outras esferas públicas, também envolvidas em programas voltados para a modernização no campo, bem como a propaganda de um governo preocupado com o desenvolvimento do país, sendo o setor agrário um de seus maiores focos.

A imprensa se fez dentro de um espaço de tempo que implicou um diálogo com o meio social na qual estava inserida a notícia. O jornal estaria inserido nesse espaço de tempo, e, em cada período histórico, se configurava conforme suas necessidades de alianças ou enfrentamentos para o fortalecimento de um *status quo* ou para a proposição de um novo projeto social. No que consistiam suas necessidades? Por que enfatizar determinadas notícias e sujeitos dentro de um espaço (agora, refiro-me ao espaço da notícia)? Ela não nasce pronta, ela se constrói a partir do olhar atento do jornalista, mas, no contexto da imprensa capitalista, sua lapidação acontece pela mão que conduz o jornal. Quem está à frente do fio condutor é o responsável pelo caminho. Neste caso, o que deixa ou não de ser notícia é delegado pelos jogos de interesses, as necessidades existentes entre aqueles que comandam, assim como os que dão visibilidade ou sustentam o jornal.

Trata-se de perceber que um jornal tem suas posições sociais dentro de um “tempo histórico determinado”.<sup>183</sup> Cada periódico se constitui a partir de relações sociais que dão maior visibilidade a determinados temas e sujeitos. Mas, dentro desse espaço de tempo histórico, as notícias sobre a realidade ou a possível realidade sendo tecida e reafirmando ideias sobre um lugar, um povo, um governo. É a partir desse eixo que nasce a necessidade de problematizar uma notícia. Desconstruindo verdades absolutas. É necessário mergulhar nos títulos, subtítulos, colunas do periódico e ir além do que nossa visão pode nos proporcionar.

Diante disso, pensar nos jornais problematizados nesta pesquisa, em como e porque apresentavam a notícia, de maneira mais sucinta ou abrangente, me remete mais uma vez a refletir juntamente com o que propõem Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto com relação à imprensa e sua integração na dinâmica do processo social. Diante disso, é necessário entender um jornal não apenas como um

---

<sup>183</sup> CRUZ, 2007. Op. cit. p. 264.

simples registro de acontecimentos de uma determinada sociedade. Ele se constitui como “força ativa da vida moderna”.<sup>184</sup>

O Jornal Correio do Ceará também trazia constantemente notícias a respeito da atuação do DNOCS em todo o Ceará, porém não percebo a atuação deste órgão na microrregião de Sobral. Nas notícias encontradas, os recursos destinados a essa microrregião eram advindos da SUDENE. O jornal aponta para a atuação do DNOCS em outras regiões do Estado, como os vales dos rios Jaguaribe e Curu e a região do Inhamuns. Isso também pode ser constatado tanto nos boletins técnicos como nos relatórios do próprio DNOCS.

Em linhas gerais, quando o DNOCS aparecia nas páginas do Correio do Ceará, o jornal enfatizava sua atuação positiva: o DNOCS empregava, ampliava, pedia e queria as obras emergenciais e também “dava” empregos. As notícias sempre traziam estas afirmações. Isso legitimava o referido órgão, dando-lhe maior visibilidade e fortalecendo sua imagem, dando-lhe também prestígio diante da responsabilidade de assistir a sertanejos que “passavam fome”, como informa a reportagem intitulada “DNOCS Amplia frentes: mais 4mil homens”:

O DNOCS vai empregar mais 4 mil homens nas frentes de trabalho a seu cargo [...]. O DNOCS está dando emprego, agora, a 19.500 homens em trabalhos de construção[...]<sup>185</sup>.

Contudo, não foi somente nos documentos que encontrei essa ideia do DNOCS ter sido um órgão extremamente atuante e salvacionista. Na historiografia cearense da década de 1970, Francisco de Sousa Mota construiu uma abordagem enaltecedora sobre esta instituição, ao passo em que também apresentou grandes elogios ao governo Médici:

[...] No atual processo de desenvolvimento do Nordeste brasileiro, o DNOCS, que no passado deu inestimável contribuição no sentido de aliviar a situação precária da população rural da região nordestina, construindo açudes, perfurando poços, abrindo estradas, acudindo

<sup>184</sup> Id. *ibid.*, p. 257.

<sup>185</sup> DNOCS amplia frentes: mais 4 mil homens. **Correio do Ceará**, Fortaleza, ano LV, n. 16. 651, 5 jun. 1970. p. 1.

massas populacionais atingidas pelas secas tem hoje como suas metas prioritárias, contribuir para a melhoria da agricultura, retirando-a da condição de uma atividade de simples subsistência, para alcançá-la a condição de uma agricultura moderna, e, nesse sentido, a irrigação constitui-se como um instrumento, como uma estratégia modernizante, de grande efeito multiplicador". [...] O departamento Nacional de Obras Contra as Secas, na sua luta de mais de meio século contra os efeitos danosos das estiagens, por tudo que realizou no passado, pela sua atuação no presente e nos projetos do futuro, sem embargo e demagogia, deverá ser denominado de O ÓRGÃO FEDERAL EMANCIPADOR DO NORDESTE. [...] E o homem nordestino, ao se beneficiar do rico manancial aquífero armazenado, da abundância de peixes, de milhares de poços disseminados pelo "Polígono" e da agricultura irrigada, em plena prosperidade e grandes perspectivas, proporcionará um preito de agradecimento ao DNOCS [...]. A confiança do nordestino, ao encarar o futuro, entre as várias forças condicionadoras, salienta-se a redução sensível dos efeitos desastrosos do seu inimigo natural – A SECA- e esta diminuição paulatina dos efeitos negativos das estiagens, O HOMEM DO NORDESTE DEVE AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS.<sup>186</sup>

A citação faz parte da pesquisa de graduação desenvolvida por Mota a respeito da atuação do DNOCS desde o ano de sua criação em 1909 (IOCS) até a década de 1970. Concluída em 1979, essa pesquisa se tornou um livro que faz parte do acervo de documentos encontrados na biblioteca da referida instituição. A biblioteca, além de estar disponível para a pesquisa acadêmica, recebe também estudantes da educação básica das escolas públicas e particulares da cidade de Fortaleza e de outras cidades, dispostos a realizar pesquisa neste órgão.

No trecho acima citado, revela-se o enaltecimento do DNOCS, referido como o "emancipador" da região Nordeste, o libertador do sofrimento do nordestino. Detentor de visão romantizada, em sua escrita, Mota isenta a instituição de falhas e parcialidade.

Em outros estudos consultados, perceberemos, no entanto, uma abordagem contrária à adotada por Mota. Perceberemos que o que acontecia era a monopolização das oligarquias locais diante dos projetos implementados por este órgão.

Amorim, citado por Veras, avalia como "fracasso" a atuação do referido órgão e aponta como motivo justamente a relação entre as classes dominantes e o DNOCS, que não teria atendido às necessidades da população, mas às necessidades dos "senhores

---

<sup>186</sup> MOTA, Francisco Assis Sousa. **A atuação do DNOCS no combate aos efeitos das secas.** Fortaleza, DNOCS, 1979. p. 40-41.

territoriais”.<sup>187</sup> Esta compreensão também é apresentada por Oliveira, Neves e pelo grupo CPT/IPACE/IBASE, buscando alavancar discussões capazes de desconstruir a ideia de que as instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas promoviam a devida “assistência” aos sertanejos.

Apesar de o texto de Francisco de Sousa Mota ter sido produzido e publicado na década de 1970 e de já existir uma historiografia local que levante discussões acerca da atuação deste órgão sob uma perspectiva crítica, é preocupante, porque a monografia de Mota faz parte do acervo da biblioteca onde estudantes de diversas áreas e níveis de escolaridade realizam suas pesquisas e continua a ser consultado como memória e verdade. E, desse modo, a imagem sobre o DNOCS da ditadura militar continua sendo reproduzida e legitimada pela instituição.

---

<sup>187</sup> VERAS, 1993. Op. cit. p.133.

## Capítulo 3

### Caminhos entre as políticas de “combate à seca” e o agricultor: trabalho, experiência e memória

*...Na época de seca, era um momento agravante. Certo. O programa que aparecia, quando aparecia, era uma... frente de serviço. É. Muitas vez... muitas vez... não, porque continuou pra beneficiar os proprietários, ou alguns proprietários, donos de terras, que oferecia sua terra, fazia lá... quer dizer... construir um açude, construir barragem, construir, às vezes, uma estrada, uma cerca, uma coisa, ganhando um milhão... Um pai de família, só um pai de família em cada casa podia se alistar na frente de serviço, chamado, e o ganhão era uma coisinha. E isso desde quando eu me conheci, em cinquenta e oito [1958], com sete ano de idade...*

Francisco Júlio de Araújo (Júlio Maciano), 2014.

Neste capítulo discuto as experiências de vida dos agricultores, atentando para as lembranças que trazem a respeito da microrregião de Sobral, bem como as lutas, os embates e as dificuldades no período de estiagem do ano de 1970. A partir do diálogo empreendido por meio das entrevistas realizadas durante a pesquisa com agricultores das localidades de Aracatiaçu e Taperuaba, distritos do Município de Sobral – CE, busco entender, inicialmente, como essas políticas públicas eram realizadas e quem de fato era beneficiado com elas. O proposto para este capítulo foi analisar essas entrevistas e estabelecer relações com as narrativas dos agricultores com o que foi levantado nos jornais *Correio da Semana*, *Correio do Ceará* e *O Povo*, do ano de 1970.

Relaciono os noticiários com as narrativas desses sujeitos sociais, abordando a perspectiva de desenvolvimento econômico proposta ao agricultor pelos governos militares. Tal desenvolvimento ocorreria através dos investimentos econômicos em

projetos que visavam modernizar o campo, com a justificativa de amenizar o sofrimento do agricultor sertanejo em períodos de estiagens.

São pontuadas questões sobre a identidade do agricultor em relação a referências apontadas nos jornais para caracterizar o agricultor. São elas: flagelado, migrante, faminto e vítima da seca.

O trabalho com as entrevistas ajudou-me a refletir sobre o cotidiano dos agricultores a partir de suas próprias lembranças sobre a estiagem na microrregião de Sobral, pois tratam-se de pessoas comuns, sim, mas também de sujeitos sociais que podem apresentar em suas falas o outro lado da história, o não dito pela imprensa. A partir das memórias de agricultores sertanejos que residem em Taperuaba e Aracatiaçu, foi possível compreender as lembranças desses sujeitos sociais com relação aos tempos de seca, assim como as políticas de governo na década de 1970, principalmente aquelas implementadas especificamente na seca do ano de 1970. O objetivo foi compreender o que os agricultores dizem sobre esse tempo, como reconstituem os tempos de calamidade e de esperança, o que trazem em suas memórias sobre os projetos lançados pelos governos daquele período e como constroem uma experiência em torno de suas lembranças.<sup>188</sup>

### **3.1. Os sertanejos e a sobrevivência em 1970: aproximação pelo trabalho**

Na epígrafe deste capítulo, a fala do agricultor Francisco Júlio de Araújo<sup>189</sup>, conhecido como Júlio Maciano, aponta para algumas das questões que vêm sendo debatidas nos capítulos anteriores. Trata-se das políticas emergenciais destinadas para os sertanejos em períodos de estiagem. Ao perguntar ao Senhor Júlio Maciano como é que o agricultor fazia para se manter com a sua família, em épocas de seca, logo me

<sup>188</sup> PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. Op. cit. p. 296.

<sup>189</sup> A epígrafe é um trecho da entrevista concedida à autora por Francisco Júlio de Araújo, conhecido como Júlio Maciano, realizada em 30 de julho de 2014, às 10h40min., no distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE. Nesta data, o Senhor Júlio Maciano tinha 63 anos de idade. Nasceu em 03 de setembro de 1951 na Comunidade Cachoeira das Moças, na época pertencente ao Município de Sobral-CE. Hoje, essa comunidade, segundo o entrevistado, pertence ao Município de Forquilha-CE (que também compõe a microrregião de Sobral). É um militante político, Coordenador Sindical de Aracatiaçu e atuante nas lutas pelos direitos dos trabalhadores rurais deste Distrito. Dentre algumas de suas atribuições, está a de Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS de Forquilha-CE.

chamou a atenção o trecho onde o agricultor diz que “na época de seca era um momento agravante”. Se tomasse como referência apenas esse trecho da entrevista, ficaria evidente que o sinônimo de “agravante” estaria se referindo apenas a mais um ano em que a falta de chuva traria muitas dificuldades para o trabalhador rural que dependia das estações chuvosas para se manter com sua família no campo.

No entanto, quando o entrevistado prossegue sua reflexão sobre aquele período, então o sinônimo de “agravante” implica também em questões como as políticas de governo destinadas aos municípios afetados pela estiagem, como as constantemente enfatizadas nos noticiários dos jornais cearenses *Correio da Semana*, *Correio do Ceará* e *O Povo*.

Desse modo, tornou-se “agravante” porque, segundo o Senhor Júlio Maciano, nem sempre o agricultor sertanejo era assistido pelas políticas públicas dos governos militares, e “quando aparecia, era uma... frente de serviço [...] que só continuava para beneficiar os proprietários, ou alguns proprietários, donos de terras”. Então, se construíam açudes, barragens, estradas e cercas nas propriedades dos grandes latifundiários e os agricultores se submetiam a trabalhar nessas obras em troca de alguns cruzeiros que eram insuficientes para sua sobrevivência com a família e que também não garantiam a continuidade de seu trabalho na terra.

Ao ser procurado por mim para a concessão da entrevista, desde o primeiro contato por telefone, o Senhor Júlio Maciano esteve sempre atencioso e disposto a contribuir com a pesquisa. A entrevista fluiu naturalmente, pois havia uma grande satisfação do entrevistado em contar sobre suas memórias. Ao chegar em Aracatiaçu, na sede da Coordenação Sindical, local escolhido pelo entrevistado, deparei-me com um senhor de estatura baixa, organizando o local para poder me receber. Ele vestia uma blusa e um boné de cor azul, uma calça preta e calçava sapatos também escuros. Logo notei que havia se preparado para aquele momento onde as suas lembranças seriam reveladas, pois existia alguém interessado em saber de sua vida, da luta diária de agricultor. Essa satisfação se estendeu durante toda a entrevista. O olhar vibrante a cada pergunta muitas vezes se intercalava com um semblante de reflexão antes de respondê-las.

**Imagen 19**

Fotografia de Francisco Júlio de Araújo (Júlio Maciano)  
Fonte: CHAVES, Luciane Azevedo. 2014.

Quando me falou sobre suas lembranças, o Senhor Júlio Maciano empreendeu dois tipos de movimento: sempre se reportava ao momento presente, embora relacionasse com o passado; ou simplesmente se remetia a um outro tempo, diferente daquele do período de 1970. Isso foi constante na maioria das entrevistas, tanto com o Senhor Júlio Maciano quanto com outros entrevistados, que por vezes preferiam falar do momento atual, ressaltando acontecimentos considerados importantes em sua trajetória de vida. No trecho a seguir é possível observar o caminho que o entrevistado traçou para responder as minhas indagações sobre frentes de serviço:

*Luciane:* – E onde aconteciam essas frentes de serviços?

*Júlio Maciano:* – As frente de serviço acontecia sempre aonde tinha o maior grupo de gente, e também as condições, ou seja, as solicitações, até o conhecimento de algumas pessoas que solicitado pra fazer na sua

propriedade, que muitas deles era atendido pelo administrador público do município, do estado. Talvez tinha até essa visão de por a frente de serviço pra propriedade X, comunidade A ou B, por conta do proprietário que tinha o conhecimento junto ao poder público e conseguia puxar a construção, aquela obra, aquela frente de serviço pra sua região, pra sua comunidade, na questão da construção do açude e outros serviços. Isso na época das frentes de serviço, das emergências.

*Luciane:* – Isso acontecia... Em 1970 acontecia isso?

*Júlio Maciano:* – Acontecia! Em 1980... Até mil e novecentos... 1988 foi que nós mudamos. Mil e novecentos e... Mudamos, tiramo o povo. E nós, em Aracatiaçu, temos uma história sobre isto. Quando foi pra gente sair dessa norma de frente de serviço dar diretamente às fazendas ou pra fazendeiro, proprietário, latifundiário, essas coisas, 1993 – não sai da memória –, foi a gente organizado, através da associação dos pequenos agricultores. E, ainda hoje, nós tem ela, faz parte dela, através dessa delegacia central que hoje tem o nome de Coordenação Sindical, onde nós tamo ocupando aqui, ocupando o espaço hoje, né. Que ainda naquela época nós não tinha esse prédio. A gente começou, começou o trabalho, com apoio do padre que chegou aqui no ano de 1984. Isso quando foi no final do oitenta pro noventa, no tanto que a gente iniciou esse trabalho. E chama-se Padre Emídio Silva. Trabalhou aqui, foi pároco aqui, se não me sai da memória, porque ajudou muito nessa parte dos trabalho social. E daí, também, que a gente já tinha uma visão melhor do nosso cargo, lá do Logrador, a gente já tinha uma visão. E chegemo até o governo do Estado e tentamo mudar. Organizadamente, nós mudamos a forma de frente de serviço, peguemo uma frente de serviço na frente e conseguimo, através de documento, de viages, de manifestações populares, mudar junto ao governo do estado a forma das frentes de serviço, tirano um pouco essa vantage que as frentes de serviço dava pro proprietário. Exigimos uma produção duma frente de serviço em prol da coletividade. Lembro muito bem que nós demo várias viagens de Aracatiaçu daqui pra Fortaleza. Isso apoiado pela paróquia de Santo Antônio.<sup>190</sup>

Quando perguntei ao agricultor sobre onde foram organizadas as frentes de serviço na região em que morava, no ano de 1970, ele afirmou que “as frentes de serviço acontecia é... onde tinha maior grupo de gente”, privilegiando determinadas terras, e que isso se perpetuou nos anos de 1980 até 1998. Meu interesse era saber sobre as políticas públicas no ano de 1970 e como os sertanejos lidaram com esse período de estiagem, mas o Senhor Júlio Maciano preferiu falar sobre os tempos da militância que envolvia as frentes de serviço dos anos de 1980 a 1998. Esses anos foram marcantes na vida

---

<sup>190</sup> Entrevista concedida à autora por Francisco Júlio de Araújo, realizada em 30 de julho de 2014, às 10h40min., no Distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE.

desse agricultor que, com entusiasmo, contou as lutas, mobilizações realizadas para que as frentes de serviço pudesse beneficiar quem de fato necessitava delas.

No trecho da entrevista citado acima, Senhor Júlio Maciano fala sobre esse tempo em que as construções de estradas, açudes e cercas eram executadas nas terras dos latifundiários. Quando o entrevistado se reporta a esse período, se coloca tanto como sujeito construtor de sua história como da história de sua comunidade. Ressalta que trabalhou nas frentes de serviços da década de 1980, período importante em sua trajetória de vida, de trabalho indissociavelmente ligado à militância política, e ressalta os embates entre os agricultores de pequenas posses e os proprietários de grandes extensões de terras.

Durante a entrevista o agricultor tomou como ponto de referência as memórias do tempo em que lutou por melhores condições para os agricultores de Aracatiaçu, associando esse momento de sua vida com o momento presente. “essas coisas, 1993, não sai da memória”. O que “não sai da memória” remete para o que Portelli sinaliza sobre o “ato e arte de lembrar”:

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, a memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças.<sup>191</sup>

Para além da oposição entre “indivíduo” e “meio social”, enquanto historiadores, precisamos estar sempre atentos para não cair na armadilha da ansiedade de querer que os entrevistados respondam a todas as nossas perguntas exatamente do modo como gostaríamos, pois estamos lidando com memórias de sujeitos sociais com experiências de vida múltiplas e complexas: alguns pontos de suas trajetórias são similares e outros pontos emergem com marcas pessoais.

Portelli alerta para tal questão ao colocar que as lembranças se fazem ver como as impressões digitais, completamente diferentes. Desse modo, destaco o fato de o

---

<sup>191</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Op. cit.. p. 16.

Senhor Júlio Maciano lembrar desses momentos com bastante entusiasmo: haviam lutas, embates, mas haviam também conquistas e, para que essa mobilização acontecesse, segundo o entrevistado, os agricultores se constituíram em coletividade e investiram na busca de apoio de uma importante instituição no âmbito da luta pela terra e da organização dos movimentos sociais, a Igreja Católica, quando tiveram o apoio do Padre Emídio Silva, pároco da comunidade.

Embora as mobilizações tenham acontecido entre as décadas de 1980 e 1990, é importante enfatizar a consciência que esses trabalhadores demonstram acerca de seus direitos, assim como enfatizar o discernimento entre situações exclusão e privilégio na relação que estabeleciam com determinados grupos locais diante das formas de implementação dos programas sociais dos governos militares.

Durante a entrevista, o Senhor Júlio Maciano sempre se colocou como sujeito atuante e com muitas atribuições tanto no sindicato como em sua vida pessoal. Sobre o período de 1970, o agricultor enfatizou que, embora tenham sido tempos difíceis, não houve a necessidade de se deslocar em busca de trabalhos em obras emergenciais. Esse período também foi lembrado pelo entrevistado como o tempo em que o algodão tinha uma boa rotatividade nas vendas, propiciando a sobrevivência no sertão.

Em ano “escasso” como disse o Senhor Júlio Maciano, contava-se com as reservas dos bons invernos; alimentos como milho, feijão, arroz e farinha de mandioca eram estocados para que pudessem se alimentar no período do verão. Em épocas de estiagem, a alimentação também mudava. Os hábitos alimentares da época de fartura costumavam aproveitar tudo o que se podia produzir do cultivo, da criação e da caça. Habitualmente, os agricultores sertanejos sobreviviam de sua produção agrícola, da criação de animais, como galinhas, porcos e rezes, e da pesca em rios. Mas, durante os períodos secos, as galinhas e os porcos eram substituídos por uma caça do mato, como preás, tatus, pebas e aves as mais diversas.

Desde os sete anos de idade, Senhor Júlio Maciano trabalhava na agricultura. Em suas lembranças, o agricultor relatou o período em que trabalhou com seus pais e que, a partir de então, o trabalho no campo passou a ser uma atividade constante e provedora do sustento de sua família. Enquanto o agricultor falava do início de seu trabalho com a agricultura, refletia sobre aquela labuta diária que se tornou algo

constante em sua vida, então, logo após a conclusão de sua fala, me veio a curiosidade em saber como era, para ele, a vida de agricultor:

*Luciane:* – ... E como é essa vida de agricultor, Senhor Júlio?

*Júlio Maciano:* – A vida de agricultor sempre... Em tempos e tempos, ela é ... [palavra inaudível]. Quando a gente conhece, vamos supor, desde mil e novecentos... vamo falar aqui dos sessenta a setenta, ela teve uma grande diferença pra o hoje, né! Antes, a vida do agricultor, ele era bem mais focada pra a agricultura e que se sobrevivia bem da agricultura. É... A produção do agricultor, ele investia e obtinha resultados na agricultura. Plantava o milho, o feijão, o arroz, a mandioca, a maniva, que é a mandioca pra fazer farinha, e se mantinha daquilo. Ali, ente [entre] a agricultura e o criar, ele mantinha, tocava a família, tocava. O meu pai sustentava a família com o que fazia necessário quase que da agricultura e do criar. Naquela época, não tinha o que se tem hoje, que é na questão dos programas sociais. Não existia. Se existia, mas num chegava ao conhecimento do agricultor, que, através... que, por conta do desconhecimento, das desorganizações, pouco existia para que o agricultor buscassem o que era de direito, pra ajudar no fortalecimento da agricultura familiar naquele tempo, no ano de 1970. Né! E... Produzia pra comer, pra se alimentar. E, também, da produção, ele tirava parte que sobrava do consumo pra as outra atividade, as necessidade de casa, né! Assim como o algodão. A produção do algodão foi uma sustentação muito forte para o agricultor, enquanto era movimentado e tinha um bom preço a produção do algodão. Certo! Isso é no ano de mil novecentos e.... a gente começando a agricultura, no meu conhecimento.

*Luciane:* – Ah, sim, lembrei. O que se comia na época de seca? Qual era a alimentação? Mudava a alimentação do agricultor?

*Júlio Maciano:* – Cuma assim, como mudava? Na verdade, naquela época, o alimento do agricultor era o seu feijão, produzido em casa, né, nos tempo bons, com o pão de milho, que nós chamava cuscuz, cuscuz de milho moído no moinho. E o tempero, dificilmente, era um toicinho dum porco engordado em casa – engordava e guardava em casa – e um pedacim de rapadura, quando tinha, e o ovo da galinha caipira. Por isso, era vantage é, na alimentação, pra fazer cum que os homem também tivesse uma melhor resistência. Certo! Bom, na época de seca, tinha... Então... Era completamente difícil. O substituto, quando num tinha o feijão, era uma cacinha do mato, né, do mato... Caçar um preá... Muita gente se entertia cum qualquer tipo de caça do mato. Um peixim em barrage acabando de secar... Lembro muito que eu passei por menino na barrage no açude maior que tinha, tava acabano de secar, o pessoal pegano piaba, peixim deste tamanho – que num era peixe, era piaba mesmo –, que era pra alimentar a família. Então, cuma muda, cuma era diferente a questão da alimentação na época de seca pro agricultor. Beleza! Era vantage ótima. Se eu for falar em vantage aqui, cuma eu disse ind’agora, a casa do agricultor

era farta. Em termo [de] produção, meu pai era outro que fazia pra guardar em casa. Engordava porco. O dinheiro era tão difícil, que nós num engordava porco pra vender, engordava pra comer, pra se alimentar: milho, porco em casa, criação... Papai criava, nós se alimentava do que a gente tinha. Ou aqueles que num tinha, era difícil, e, quando num tinha, pra fazer um substituto pra sua mesa, não era fácil. Certo.<sup>192</sup>

Ao falar da vida de agricultor, o Senhor Júlio Maciano trouxe de suas memórias dois tempos: o tempo em que o agricultor conseguia viver com sua família da agricultura de subsistência, relembrando o modo como seu pai “sustentava a família com o que fazia necessário quase que da agricultura e do criar”; e o tempo “de hoje”, dos programas sociais de governo. Para se situar entre esses dois momentos, o entrevistado tomou como referência os anos de 1960 a 1970 para falar sobre os modos de vida dos agricultores de Aracatiaçu. Através de exemplos de suas experiências de vida, procurou explicar que “hoje” o agricultor não consegue sobreviver apenas da agricultura de subsistência e ressaltou a importância dos programas sociais para “o fortalecimento da agricultura familiar”.

Interessante observar também, na narrativa desse agricultor, a questão da mudança dos hábitos alimentares dos sertanejos, tomando como referência a microrregião de Sobral, em períodos de estiagem. Em época de fartura, se comia arroz, feijão, farinha, cuscuz, carnes de animais criados em seus quintais; enquanto em períodos de escassez de chuvas se fazia necessária a substituição de alguns alimentos. Quando perguntei se a alimentação mudava em épocas de estiagem, Senhor Júlio Maciano, a princípio, pareceu não entender a pergunta, mas, no decorrer de sua fala, ao relembrar sobre os hábitos costumeiros da alimentação, enfatizou “cuma muda, cuma era diferente a questão da alimentação na época de seca pro agricultor”. Comia-se, então, quando não se tinha feijão, uma caça do mato ou peixe, geralmente piabas pescadas em barragens.

Esse movimento da narrativa de Senhor Júlio sobre a mudança dos padrões de vida dos agricultores da microrregião de Sobral em períodos de estiagem remeteu-me às discussões de Edward P. Thompson acerca da dieta alimentar dos trabalhadores sazonais ingleses do final do século XVIII, durante a Revolução Industrial, quando

<sup>192</sup> Entrevista concedida à autora por Francisco Júlio de Araújo, realizada em 30 de julho de 2014, às 10h40min., no Distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE.

coloca que o alimento consumido no verão mudava no período do inverno, estação do ano em que os trabalhadores sazonais ficavam sem trabalho e era considerado um período difícil para o sustento das famílias. De acordo com Thompson, era por essa razão que o alimento determinava, de certa maneira, o um movimento contraditório no padrão de vida desses trabalhadores:<sup>193</sup>

A filhinha de um oleiro costumava comprar costeletas e outras seletas iguarias no açougue, dizendo: “Por favor, senhor, meu pai não se importa com o preço no momento, mas quer boas costeletas, e que sejam macias, por favor, porque ele é oleiro.” No inverno, a situação era outra: “Por favor, senhor, tenho quatro pennies e devo levar algo barato para casa. Meu pai não se importa com o que seja, desde que seja barato. É inverno, e ele está sem trabalho, porque é oleiro.”<sup>194</sup>

Embora Senhor Júlio Maciano tenha trazido tempos difíceis em suas memórias, não considera ruim o ano de 1970, pois, segundo o agricultor, as décadas de 1960, 1970 e 1980 foram tempos em que se produziu bastante algodão, o chamado “ouro branco”<sup>195</sup>. A afirmação de que sua produção “foi uma sustentação muito forte para o agricultor” é reforçada pela narrativa de outro entrevistado, o Senhor Selisvaldo Pereira Lima<sup>196</sup>. Alguns entrevistados traziam em suas memórias traços de identificação. Ao

---

<sup>193</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. Vol. 2. p. 226-227.

<sup>194</sup> Id. *ibid.*, p. 226.

<sup>195</sup> O termo “Ouro branco” surgiu devido ao seu destaque na economia cearense, durante a segunda metade do século XIX. Com a Guerra de Secessão (1861-1864), destacou-se internacionalmente na importação do produto para as indústrias têxteis europeias. Sobre o assunto, ver: GUEDES, Kaline Abrantes. **O ouro branco abre caminhos: O algodão e a modernização do espaço da Cidade de Parahyba (1850-1924)**. 2006. 165f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.. Ver também: COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v. 11, n. 1, p. 57-74, jan.-abr., 2004.

<sup>196</sup> Entrevista concedida à autora por Selisvaldo Pereira Lima, realizada em 22 de julho de 2014, às 09h3min., no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral, em Sobral-CE. Nesta data, tinha 67 anos de idade. Nasceu em 23 de abril de 1947 na Comunidade Recreio em Rafael Arruda, distrito de Sobral. Militante político, trabalha no Sindicato dos/as Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sobral – STRS. Na época da entrevista, era Coordenador do Fórum de Convivência com o Semiárido na referida cidade. O entrevistado se refere ao Fórum Cearense Pela Vida no Semiárido (FCVSA), criado em fevereiro de 1999, com o propósito de realizar mobilizações através da sociedade civil, visando o trabalho com políticas públicas para a convivência com o Semiárido. Ver Nota 19, na Introdução desta dissertação. Ver também: <[http://www.obas.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=85&Itemid=29](http://www.obas.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=29)> Acesso em: 29 jan. 2016.

narrar sua história de vida este agricultor também se referiu ao algodão como um produto importante para a economia dos agricultores de Sobral.<sup>197</sup>

O primeiro contato que tive com o Senhor Selisvaldo ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral, durante a realização de pesquisa de campo para o levantamento de fontes que dessem suporte à elaboração do projeto de mestrado. O diálogo com este senhor trouxe informações que poderiam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. Quando retornei a Sobral em 2014 para retomar os contatos com os agricultores, e, assim, realizar as entrevistas, entrei novamente em contato com o Senhor Selisvaldo no intuito de realizar uma entrevista com ele. A entrevista foi agendada de acordo com sua disponibilidade e o local escolhido por ele foi a sede do Sindicato. No deslocamento até Sobral, percorri 55 km em transporte público. A entrevista estava marcada para as nove horas da manhã e eu havia chegado às oito e meia – obviamente o Senhor Selisvaldo ainda não havia chegado. O agricultor chegou com vinte minutos de atraso, pois estava numa reunião na Secretaria de Agricultura de Sobral; ao se direcionar a mim, pediu-me desculpas pelo atraso e, logo em seguida, convidou-me a entrar em sua sala.

---

<sup>197</sup> Durante os anos de 1960 a 1980, o cultivo de algodão “Mocó” permitiu ao agricultor sobreviver no sertão. Nesses períodos, o algodão Mocó se constituiu a alternativa principal de subsistência no semiárido. O plantio acontecia de forma consorciada com milho, feijão ou arroz, permitindo ao agricultor melhor aproveitamento do solo. Conforme J. Ferreira Alves, a prática de “[...] consorciação algodão, milho, feijão, era sempre vantajosa no primeiro ano de cultura, pois, em termos de renda, era equivalente ao da cultura pura durante o segundo ano [...].” ALVES, J. Ferreira e outros (Orgs.). Efeitos do emprego da consorciação em cultura de algodão “mocó” (*Gossypium hirsutum* Marie galante Hutch) no Estado do Ceará, Brasil. **Ciências Agronômicas**. Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 139-144, 1972.p. 139. A palavra Mocó (arbóreo) possui significados variados. O termo aqui empregado se refere a uma variedade de algodão de fibras longas e sedosas. Disponível em: [http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/moco%20\\_1003147.html](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/moco%20_1003147.html) acesso em: 29 jan. 2016. Nome científico da planta é “*Gossypium hirsutum* Marie galante Hutch”. Ver em: Id., 1972. p.139.



**Imagen 20**  
 Fotografia de Selisvaldo Pereira Lima  
 Fonte: Arquivo virtual Recreio das Artes, 2010.

A entrevista ocorreu com naturalidade e o Senhor Selisvaldo se mostrou receptivo, atencioso e tranquilo diante de minhas indagações. Durante a narrativa, algumas interrupções ocorreram: toques de telefone e a entrada de dois funcionários para tratar de assuntos de trabalho. Acredito ser importante refletir sobre algumas interferências presentes durante as narrativas. Com todos os entrevistados ocorreram algumas situações semelhantes. É pertinente pensar sobre essas questões, porque me permite refletir a respeito da dinâmica do lugar onde esses sujeitos sociais passam boa parte de seu tempo; torna possível perceber a sua dinâmica de vida; e isso permite observar, também, algo que perpassa aquele tempo da entrevista. São os pequenos detalhes que evidenciam algo mais, além do conteúdo específico na fala do entrevistado.

Com relação ao Senhor Selisvaldo, pude perceber que a dinâmica do seu trabalho no Sindicato ocorre dentro de uma agenda que contempla a articulação com diversos setores internos e externos e comprehende uma pauta de articulações de

projetos, reuniões. Isso condiz com a ênfase do entrevistado em seu engajamento na militância política enquanto uma trajetória articulada à vida de agricultor desde os anos 1970.

Alguns pontos de identificação, como mencionado anteriormente, são percebidos entre as falas de Senhor Júlio Maciano e Senhor Selisvaldo. Retomo um dos pontos ressaltados como o momento em que Senhor Selisvaldo falou sobre a produção do algodão:

*Luciane:* – Então, diante de tudo isso, como é que o senhor e sua família faziam para sobreviver no sertão?

*Selisvaldo:* – A gente encontrou um período muito crítico, né, e muita dificuldade. Mas, graças a Deus, a gente conseguiu sobreviver diante de todas essas dificuldades, né, mas com muito sacrifício. Naquele período ali, até agora, 1990, a gente não tinha esses programas sociais que tem hoje e tinha muita dificuldade. Mas a gente conseguiu, eu num sei nem dizer como. Foi um momento assim que eu considero que foi a vida da gente como um sonho: que você sonhou, aí, quando acordou, tinha sonhado e não sabe nem como decifrar o sonho, né. Mas a gente conseguiu superar. Você tinha dificuldade pra sobreviver, tinha a pressão dos proprietários, você tinha uma série de limitações e a sobrevivência da gente era em cima da agricultura de subsistência, agricultura de sequeiro. Ainda bem que, naquela época, os período ali pega uns período muito abundante, muitos inverno abundante, né. E tinha a cultura do algodão, que gerava emprego e renda no campo. Aí, o algodão era tido como o ouro branco dos agricultores no Nordeste. Principalmente aqui na região de Sobral, que foi uma região muito produtora de algodão, que chamava algodão Mocó, um algodão de subsistência. Durava cinco, seis ano uma capoeira de algodão e a gente tinha colheita o ano todo, quando os inverno era bom. Então, o algodão foi uma tauba [tábua] de salvação para os agricultores no semiárido nordestino. (Grifos meus)

*Luciane:* – Qual o período?

*Selisvaldo:* – Período de... Esse aí foi muito longo o período do algodão Mocó no Nordeste. Aí, a partir dos anos noventa, quando veio a praga do bicho, aí dizimou toda a produção algodoeira do Nordeste. O Ceará chegou a ser o segundo produtor em pluma de algodão no Brasil, só perdia pra São Paulo.

*Luciane:* – Ah, foi?

*Selisvaldo:* – E isso, esse período aí foi um período que deu uma certa condição de vida para os agricultores, porque ele era um algodão que tinha um ciclo de produção muito elevado. Agora, quando chegou o bicho, aí dizimou toda a cadeia produtiva, aí a gente teve que buscar

outras alternativa. Aí, isso daí foi um baco [baque] muito grande, que a gente deixou de trabalhar cum a cultura do algodão, porque aí a gente ficou só cum milho e feijão, a mandioca, a farinha de mandioca, que é produzido mais na serra. (Grifos meus).<sup>198</sup>

Além de serem militantes e sindicalistas, os dois agricultores trouxeram em suas falas pensamentos semelhantes com relação à seca de 1970. Como afirmou Senhor Selisvaldo, foi “um período muito crítico, né, e muita dificuldade”. No decorrer de sua fala, o entrevistado colocou que o algodão do tipo Mocó foi a “tauba de salvação” para o agricultor. Em suas memórias, os dois sertanejos relembram aquele tempo como tendo sido um período produtivo para a economia agrícola de Sobral, pois o algodão, produto chamado de “ouro branco”, teve no Ceará um período longo de produção. O Senhor Selisvaldo relembra com exatidão desse tempo, chegando a afirmar que o estado do Ceará teria sido o segundo maior produtor de algodão, perdendo apenas para São Paulo. As décadas de 1960, 1970 e 1980 são consideradas por esses sertanejos como um período elevado da produção algodoeira, interrompido devido à praga do bicudo. De acordo com o geógrafo Lenilton Francisco de Assis, no século XVIII, Sobral já se destacava na pecuária e no cultivo de algodão:

[...] A cidade tem um destaque no contexto da rede urbana cearense desde o início do século XVIII, quando passara a ser um importante núcleo pecuário-algodoeiro do Sertão Norte do Estado. A charque, o couro, o algodão, os óleos vegetais, a cera e o chapéu de palha de carnaúba (CARACRISTI, 1999) foram os principais produtos que, ao longo do tempo, inseriram a cidade nas redes do comércio mundial, destacando-a dos municípios adjacentes e do interior de todo o Ceará.<sup>199</sup>

O ano de 1970 significou a continuação da produção algodoeira brasileira, porém, nos anos de 1980, o surgimento da praga do Bicudo afetou a produção algodoeira do Nordeste. Conforme pesquisa da Embrapa, os baixos investimentos em

<sup>198</sup> Entrevista concedida à autora por Selisvaldo Pereira Lima, realizada em 22 de julho de 2014, às 09h30min., na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral, em Sobral-CE.

<sup>199</sup> ASSIS, Lenilton Francisco de. As redes de comércio e de serviço entre a cidade média de Sobral e algumas cidades pequenas da Região Norte do Ceará. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA ANAIS, 10., 2006, São Paulo, *Anais...* São Paulo: USP, 2005. v. 26, p. 1270-1291. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericanalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/04.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2016.. p. 1278.

tecnologia dificultaram a convivência com o Bicudo. Isso teria acarretado o declínio da produção algodoeira nordestina<sup>200</sup>.

A seca de 1970 também significou para Dom João um período em que “[...] num deu quase nada aqui no sertão[...]”. O agricultor também traz em suas memórias o tempo em que plantava o algodão para prover o sustento da família, principalmente em épocas de seca:

*Dom João:* – Eu vim trabalhar num serviço de governo no [19]83. Aqui, em Taperuaba.

*Luciane:* – E, nesse período que o senhor trabalhava em Salitre, que o senhor disse que trabalhava pro senhor, né... Esse senhor, ele, durante esse período, ele lhe ajudou nos trabalhos? Era o trabalho na roça?

*Dom João:* – Era o trabalho na roça. Plantava algodão, ajudava a plantar, plantar algodão. Trabalhei 12 anos. Trabalhei de metade pra ele.

*Luciane:* – Mas o que o senhor ouvia falar desse período, assim, da década de [19]70? Da seca de [19]70? Era muito falado?

*Dom João:* – Era, o povo falavam muito. As comida tudo difícil. Nada!? Num deu quase nada aqui no sertão. Foi dar umas coisinhas na Serra da Uruburetama. Nessa época, eu passei dois meses na casa, terra do meu sogro, lá na serra, panhando algodão lá, aí, quebrando milho também. Agora, aqui, no sertão, foi que num deu nada. Setenta!

O trabalho na roça não se extinguia em períodos de estiagem, ele continuava através do plantio do algodão. As falas desses agricultores evidenciam que o algodão era uma importante fonte de subsistência. Com relação aos seus deslocamentos, aconteciam para regiões próximas, como coloca Dom João ao lembrar do tempo em que passou na casa de seu sogro. O que torna também evidente em sua fala o fortalecimento da relação familiar, principalmente em períodos difíceis. Apesar de o agricultor ter uma deficiência numa das pernas, não se esquivava de realizar os serviços que surgiam,

---

<sup>200</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Cultura do Algodão no Cerrado. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Algodao/AlgodaoCerrado/>>. Ver também: GONÇALVES, José Sidnei; GONÇALVES, Simone Pereira. Transformações da produção do algodão brasileiro e os impactos nas paridades de preços no mercado interno. **Revista Economia Ensaios**. Uberlândia, v. 23, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/viewFile/3633/2673>>. Ambos com acesso em: 29 jan. 2016.

como, por exemplo, ao lembrar dos trabalhos realizados nas terras do Senhor Gerônimo, onde trabalhava “de metade”. Essa expressão é bastante comum entre os agricultores, significa dividir a produção em partes iguais.



**Imagen 21**  
 Fotografia de Dom João Ferreira Lima  
 Fonte: CHAVES, Luciane Azevedo, 2015.

Cada lembrança vem carregada de significados para esses sertanejos. Apesar do aspecto sisudo, Dom João se mostrou atencioso em me receber em sua casa e conceder uma entrevista. No decorrer do diálogo, o entrevistado se emocionou ao lembrar da época em que teve seu pedido de aposentadoria negado, pois, devido à deficiência numa das pernas, já recebe benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Para o Senhor Selisvaldo, lembrar a época da década de 1970 trouxe as lembranças de militância, dos movimentos de que participava, como o Movimento Eclesial de Base – MEB, os embates políticos com a ditadura militar. Para o Senhor Júlio Maciano, o “ato de lembrar”, além de trazer um período voltado às lutas por melhorias na vida dos trabalhadores do campo, trouxe também o tempo da infância e de uma juventude carregada de responsabilidades.

Todos os entrevistados traziam em suas memórias momentos peculiares de suas vidas. Experiências boas e ruins, de lutas, de dificuldades, mas, em nenhum momento mencionaram que a seca de 1970, para eles, fosse algo catastrófico. Pelo contrário, todos os entrevistados consideraram outros momentos mais difíceis, mencionando a seca de 1958 como a mais danosa. Desse modo, ao me propor ouvir os sertanejos de Aracatiaçu e Taperuaba pensei que iria ouvir muitas histórias a respeito da seca de 1970, mas, em suas lembranças, outras secas se fizeram presentes, como a de 1958 e a de 1979-1983. Não era tão importante para essas pessoas falar de 1970, o “ato de lembrar” trazia à tona momentos em movimento, muitos deles dolorosos, experienciados em outros tempos. Regina Ilka Vieira Vasconcelos fala sobre essa idealização que faz dos entrevistados ao viver essa experiência em sua pesquisa durante o doutorado, ao imaginar, de início, que:

encontrar velhos sertanejos [...] faria automaticamente encontrar contadores de histórias[.] [Foi] o primeiro engano dissipado ao longo das primeiras incômodas descobertas. Isto é, a visão estereotipada de idosos como depositários incólumes da memória de um grupo, acompanhada da limitação de só querer escutar os homens, foi contraposta quando me deparei com [...] “surpresas”.<sup>201</sup>

Vasconcelos esperava encontrar contadores de história isolados em casas de taipa. Desse modo, as “incômodas descobertas” sinalizadas pela autora são responsáveis por alertar o pesquisador, fazendo-o refletir para essa idealização sobre o que se espera encontrar nas fontes, nesse caso, nos narradores. Acredito ser o diálogo com a oralidade uma troca de experiências, um momento de romper com os estereótipos construídos na direção dos grupos sociais estudados.

Atentar para o que se espera ouvir dessas pessoas é importante, e tomo também como reflexão para minhas inquietações o historiador italiano Alessandro Portelli, que

<sup>201</sup> VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. **Narradores do sertão:** História e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses. 2004. 302 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 30.

alerta para a subjetividade dos narradores, para como essa narrativa se constrói e se revela a partir de uma elaboração em diálogo.<sup>202</sup>

Por essa razão, reitero que a escolha em dialogar com as entrevistas ocorreu no intuito de se fazer um contraponto entre a fala dos sertanejos que trabalharam nas frentes de serviços ou que experienciaram esses tempos de estiagem com os jornais, relatórios e boletins pesquisados. Ao ouvir suas histórias, deparei-me com um emaranhado de questões que sinalizavam para o sentido contrário ao das notícias publicadas nos periódicos cearenses. Um dos pontos pertinentes na fala dos entrevistados diz respeito às condições de vida em períodos de estiagem. Nos periódicos *Correio da Semana* e *Correio do Ceará*, é possível evidenciar tais questões, como veremos nas notícias selecionadas e citadas à frente:

---

<sup>202</sup> É preciso que haja “grande empenho na relação do relator com sua história”. PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997. p. 31.

**INTERIOR**

**IGUATU, CARIRÉ E ITAPIUNA:  
OUTROS QUE QUEREM FRENTES**

**Crônica dos Municípios**

**Os falsos flagelados**

J. Gusmão Bastos

Registra-se, no momento, certo alívio nos municípios onde mais se vinham registrando invasões de agricultores famintos, com o início do alisamento nas frentes de serviço, determinado pela SUDENE e entregue à direção do DNOCS, Grupos de Engenharia e DAEI.

Dizemos apenas certo alívio, por fatores já aqui abordados: a irrisória diária e o pequeno número de frentes — apenas vinte — quando mais de uma centena de municípios já lançou seu patéticos apelos, todos transmitindo o estado de fome e desemprego de populações inteiras.

Em Independência, por exemplo, o alisamento não chegou a mil pessoas, enquanto mais de duas mil ficavam clamando por não terem sido beneficiadas; e, nos demais municípios, o drama repetir-se-á, até que a SUDENE resolva atender a todos, indiscriminadamente.

Na Capital cearense, o tempo esteve ontem muito bonito, chovendo durante toda a manhã. Provavelmente, terá se estendido pelo interior, pelo menos nas comunas mais próximas: que isto não sirva de desculpa às autoridades públicas para não dar continuidade ao plano de emergência, porque — já devem saber disso — de nada mais adianta a agricultura.

Falamos, ontem, de constantes saques que vêm sendo perpetrados aos rebanhos, por parte de flagelados para saciar a fome. O estado de necessidade, sacramentado pelo Código Penal Brasileiro, está sendo, no entanto, deturpado por aproveitadores, ladões consumados que necessitam do enérgico correctivo policial-judicial.

A respeito disso, o nosso Correspondente em Santana do Acaraú informa diversos agricultores terem visto, à margem da estrada que liga esta cidade a Morrinhos, uma camionete cheia de meliantes matando animais, arranhando-os, segundo rumo a Sobral em desabalada carreira.

Homens inescrupulosos como estes, que roubam e meterem fogo a culna em nobres camponeses, merecem cadeia. Cuidado, com os falsos flagelados!

Ladrões, querendo serem confundidos com agricultores famintos, foram vistos em Santana do Acaraú matando e carregando animais em camionete: esses falsos flagelados devem ser caçados e punidos rigorosamente pelas autoridades policiais e judiciais.

O Correspondente Antônio Alcântaras Nogueira, enviou-nos comunicação telegráfica, confirmando a invasão de Igatu por mais de duzentos homens e que determinou fechasse o comércio suas portas, temendo assalto.

Reclama o nosso confrade haver aquele município ficado marginalizado pela SUDENE, tendo o Prefeito Ary Brasil, Rotary, Lions e Associação Commercial, enviado memorial ao Presidente Médici, mostrando a situação de fome e miséria e pedindo imediatas providências.

O asfaltamento do trecho Icó-Igatu, ou simplesmente o aproveitamento

do Açu de Orós, tão louvado e decantado como a salvação do Norte, são algumas sugestões para dar serviço a milhares de homens nesta emergência.

De Cariré, o Correspondente Felinto Elísio também dá conta da gravidade da situação em seu município, lembrando ocapeamento da rodovia que liga Araras a BR-222, por se tratar da rota de vital importância e que se encontra em péssimo estado de tráfego.

E, de Itapiuna, o Correspondente Francimar Barros pede a construção do Açu dos Porcos e da Barragem do Rio Castro.

**Drama desolador também em Groaíras: campeia a fome**

GROAIRAS — (R. Ximenes) — Os efeitos da declarada seca deste ano já se fazem sentir também em Groaíras, com as plantações secando à falta de chuva e milhares de famílias passando privações. O drama é desolador, ao ver-se os legumes marcharem, quando uma ou duas chuvas dariam para salvá-los.

A situação do desemprego vem preocupando as autoridades locais que, por enquanto, não têm para quem apelar, de vez que a SUDENE ainda não reconheceu a necessidade de instalação de

frentes de serviço por estas paragens.

O quadro atual do camponês é simplesmente dramático e constrangedor. Reiteremos, nesta oportunidade os apelos do prefeito aos órgãos competentes para que se apiedem desta gente que passa muita fome, porque não há de onde tirar alimento.

Todos os recursos estão esgotados. Se demorarem as providências governamentais, não sabemos mesmo como irá se aguentar esta gente diante da situação em que se encontra.

**Comerciantes de Maranguape perdem ação para Prefeitura**

A Prefeitura Municipal — *ra* sancionada e, em con- *corrido, ex-officio* — sub-

### Imagen 22

Iguatu, Cariré e Itapiúna: outros que requerem frentes.

Drama desolador em Groaíras também campeia a fome.

Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 22 maio. 1970, p. 10.

Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza — Ceará

# Flagelo Ainda Continua em Nosso Estado

Apesar das providências tomadas pelo governo com frentes de trabalhos espalhadas por todo o Estado, o Ceará ainda dispõe de numerosos flagelados, sem recursos e sem esperanças de adquiri-los, só uma esperança resta ao homem do mato: a providência divina, com um bom inverno e o mais cedo possível. Já agora, quando caíram algumas chuvas em quase todo o Estado, com perspectivas animadoras de um bom inverno para o ano que se avizinha, nota-se, a euforia e a

expressão de otimismo que deixam escapar, os esperançosos de dias melhores, com a colheita de uma boa safra em 1971, muitos dos quais já estão com seus terrenos prontos esperando a chuva.

Mas apesar das frentes de trabalhos e de empregos outros que são fornecidos por pequenos, grandes e médios proprietários da região, ainda vemos em nossa cidade, famílias inteira ao desabrigado a pedir de porta em porta, o pão para saciar sua fome. Por outro lado, os jor-

nais da capital estamparam em suas páginas, grandes clichers, mostrando famílias famintas em estado de penuria e noticiando a chegada de cerca de dez diariamente à grande metrópole cearense. Até

quando somos obrigados a ver este quadro de miséria não sabemos. Acreditamos que só um controle mais eficiente das secas poderia retirar de nossos olhos o quadro de miséria que ora presenciamos.

**Dr. José Mont'Alverne**

CPF 001281533 - CRM 176

PARTOS — DOENÇAS DE SENHORAS  
CLÍNICA GERAL (PARTEIRO DO I.N.P.S.)

CONSULTÓRIO

RESIDÊNCIA

Praça Prof. Arruda 8 Praça Duque de Caxias 368  
Fone 391 — SOBRAL — Fone 392

## Imagen 23

Flagelo Ainda Continua em Nosso Estado.

Jornal Correio da Semana. Sobral, 14 nov. 1970. Página rasurada.

Acervo do Jornal Correio da Semana, Cúria Diocesana, Sobral-Ceará.

Nas Imagens 22 e 23, trago para reflexão diferentes notícias produzidas e publicadas pelo Correio do Ceará e pelo Correio da Semana e que indicam a percepção dos jornais a respeito da situação dos sertanejos durante a estiagem de 1970.

No primeiro periódico, o Jornal Correio do Ceará, sinalizo para duas notícias da edição de 22 de maio de 1970, pois, dentre outras regiões do estado do Ceará, tratam de dois municípios da microrregião de Sobral: Cariré e Groaíras. Optei por destacar trechos da segunda notícia, referente a Groaíras, pois chamou-me a atenção a maneira para se referir aos sertanejos:

... milhares de famílias passando privações. [...] O quadro atual do camponês é simplesmente dramático e constrangedor. [...] Gente que passa muita fome porque não há de onde tirar alimento...

Segundo o jornal, é um “drama desolador”, onde “campeia a fome”. No decorrer do texto, são tecidas concepções de que os sertanejos são pessoas totalmente desprovidas de condições para sobreviver no sertão, tratando-se de “gente que passa muita fome porque não há de onde tirar alimento”. Suas vidas estariam resumidas a dramas devido à estiagem.

Na primeira notícia, é colocada a situação de alguns municípios do Ceará – Iguatu, Itapiúna e Cariré – para se enfatizar, junto ao poder público, a urgência em providenciar frentes de serviços para essas localidades, uma vez que estariam sendo “invadidas” por sertanejos famintos e flagelados. Em relação ao município de Cariré, na microrregião de Sobral, o título da notícia destaca o clamor pela instalação de frentes de serviço e o texto indica a sugestão do correspondente Felinto Elísio para que a obra de motivação para a instalação dessa frente seja a reforma da estrada que liga Araras à BR 222.

Araras se localiza na Microrregião de Ipu, vizinha à Microrregião de Sobral. Foi distrito do município de Reriutaba e, após sua emancipação, passou a chamar-se município de Varjota. Em Araras, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) construiu o Açude Araras, que, em 1952, ano do início de sua construção, era considerado o maior do Nordeste; atualmente, é o terceiro.

O segundo periódico citado, o Jornal Correio da Semana, também se posiciona como a apontar para o que seria a “real” situação dos sertanejos. Menciona que nem mesmo as frentes de serviço e outros trabalhos realizados por agricultores nas fazendas dos pequenos, médios e grandes proprietários rurais estavam sendo suficientes, pois ainda se viam grupos de famintos a vagar pelas ruas da cidade de Sobral:

... ainda vemos em nossa cidade, famílias inteiras ao desabrigo a pedir de porta em porta, o pão para saciar sua fome.

Esses sentidos que se construíam nas reportagens desses periódicos sobre os agricultores da microrregião de Sobral conduziam para o olhar de um sertanejo pedinte, faminto e desamparado. Isso me faz reportar novamente às reflexões de Marta Emilia Jacinto Barbosa, ao falar sobre história, imprensa e memória, que alertam para a distorção das notícias por meio não só de jornais impressos, mas eletrônicos, bem como

revistas e outros veículos da informação, constituídos pelos grupos empresariais que monopolizam os veículos de comunicação.<sup>203</sup>

O encontro com os agricultores sertanejos que vivenciaram aquele período e aquela experiência de estiagem noticiada por esses jornais propiciou identificar e conhecer uma outra história. Ao contar sobre seus modos de vida e como faziam para se manterem no sertão em épocas de estiagem, os agricultores de Aracatiaçu e Taperuaba revelaram suas estratégias diante da escassez de alimentos e de trabalho. Como já mencionado, durante os bons invernos, procuravam estocar os alimentos produzidos, como o feijão, o milho, o arroz, a farinha de mandioca. Em períodos de estiagem, embora se tratasse de tempos difíceis, de escassez de alimentos, o agricultor buscava alternativas para permanecer no sertão, fosse estocando alimentos ou criando animais, como porcos, galinhas e capotes, tanto para a subsistência como para vender, e, com a venda dos animais criados, compravam o que não havia estocado. Para complementar a alimentação, recorriam à caça e à pesca nas barragens. Aqueles que não iam em busca de frentes de serviços em outras localidades, ofereciam serviços nas propriedades vizinhas. Era o chamado “trabalho alugado”, como evidenciam os agricultores Édson Dias Gomes<sup>204</sup> e Raimundo Alves<sup>205</sup>, conhecido também como Senhor Vigário:

*Luciane:* – O Senhor falou em “trabalho alugado”. O que é mesmo “trabalho alugado”?

*Édson:* – Trabaio alugado é assim: o patrão tem um recurso, quer plantar mais, aí quer trabaiaador pra capinar a roça dele, né; aí, a gente vai, vai capinar. Por exemplo: eu capinava, tirar leite de gado, ali no Xavier; ele ia vender e se arremediava, arrumava alguma coisa pra pagar nós, também, trabaiaando, capinando, roçando capoeira. Trabaio alugado é assim: trabaiaiar pros outro pra pagar a gente. Porque num é

<sup>203</sup> BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. Op. cit. p. 263.

<sup>204</sup> Entrevista concedida à autora por Edson Dias Gomes, realizada em 09 de outubro de 2015, às 13h00min., na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de, Sobral-CE. Nesta data, tinha 64 anos de idade. Nasceu em 17 de outubro de 1951, na comunidade de Estreito, na divisa entre os municípios de Irauçuba e Itapipoca. Agricultor aposentado e atuante na agricultura, participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

<sup>205</sup> Entrevista concedida à autora por Raimundo Alves, realizada em 09 de outubro de 2015, às 15h28min., na Fazenda São Sebastião, no distrito de Taperuaba, Sobral-CE. Nesta data, tinha 66 anos de idade. Nasceu em 11 de janeiro de 1949, na comunidade de Boa Vista, em Taperuaba, Sobral-CE. Agricultor aposentado, participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

salário. Alugado é três dia por semana, quatro... Tem semana que tem não.<sup>206</sup>

Quando o Senhor Édson mencionou a expressão “trabalho alugado” durante a entrevista, perguntei-me sobre o que poderia ser esse tipo de trabalho. Quando o agricultor explicou sobre o que seria esse trabalho, recordei-me que essa prática ainda existe no sertão, embora não a conhecesse anteriormente por esse nome. No decorrer da entrevista, o Senhor Édson explicou as atividades realizadas no trabalho alugado. Esse tipo de serviço tinha os dias certos, geralmente tomavam de três a quatro dias na semana, e, no fim da semana, o agricultor recebia os valores correspondentes aos dias trabalhados. Tratava-se, então, de mais uma alternativa encontrada pelo agricultor para sobreviver no sertão nos períodos de seca. Esse serviço também é evidenciando pelo Senhor Vigário, no momento em que indago sobre como fazia para se manter no sertão em períodos secos:

*Luciane: – Como é que fazia pra se manter?*

*Senhor Vigário: – A gente trabaia assim numa diarinha de serviço, quando aparecia. Trabaiaava, arrumava um pedacim de vazante e plantava... Isso aí era como nós passava, né. Platava um pedaçim de vazante, plantava aquelas coisinha e aí aparecia um serviço assim, assim de fazendeiro. Trabaiaava na diáaria e... Tinha o meu tio, Joaquim Tonico, que morava em Macapá e ele também trabaiaava na serrinha, nessa época . Aí, nós sempre trabaiaava a ele. Era uma pessoa que nós sempre trabaiaava. Eu trabaizando em Macapá ou ia trabaiar na serrinha pra ele. Uma diarinha de serviço.<sup>207</sup>*

Na fala do Senhor Vigário, percebi que o trabalho alugado acontecia dentro de um círculo familiar: aqueles que possuíam algumas terras e que tinham mais recursos para se manter no sertão acordavam serviços entre parentes. Uma outra observação: o trabalho alugado não consistia em contrato formal. Quando ocorria de o agricultor faltar algum dia de serviço, o proprietário das terras poderia descontar o dia de ausência no

<sup>206</sup> Entrevista concedida à autora por Edson Dias Gomes, realizada em 09 de outubro de 2015, às 13h00min., na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE.

<sup>207</sup> Entrevista concedida à autora por Raimundo Alves, realizada em 09 de outubro de 2015, às 15h28min., na Fazenda São Sebastião, no Distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE.

pagamento semanal ou o agricultor poderia pagar esse dia de serviço em outro momento.

Essas narrativas evidenciam que a opção de permanecer no sertão fazia com que esses agricultores sertanejos buscassem alternativas de sobrevivência até poder chegar o bom inverno para poderem plantar. Diante das lembranças dos entrevistados, percebi que, para esses agricultores sertanejos, o que importava era a capacidade de se manter no sertão. Enfatizam que, embora, em alguns momentos, fosse preciso sair para trabalhar nas obras emergenciais de localidades próximas, seus objetivos eram de voltar para continuar lidando com a terra no seu próprio lugar, pois acreditavam que migrar significaria partir sem destino, sem segurança a respeito do que iriam encontrar em outros lugares, e que não seria a melhor solução.

**Imagen 24**

Fotografia de Raimundo de Almeida Rodrigues (Sr. Vigário).

Fonte: CHAVES, Luciane Azevedo. 2015.

O Senhor Vigário também enfatiza constantemente seu esquecimento: “Eu... num sei nem que que eu posso lhe contribuir, porque... eu sou muito esquecido, até dum dia pro outro”. A entrevista foi realizada na Fazenda São Sebastião, propriedade de seu tio, onde o agricultor reside, como morador das terras. Embora dissesse estar esquecido, se dispôs gentilmente a contribuir para a pesquisa: “[...] se você me perguntar alguma coisa dessa época, se eu me lembrar eu respondo”<sup>208</sup>.

<sup>208</sup> Entrevista concedida à autora por Raimundo de Almeida Rodrigues, realizada em 09 de outubro de 2015, às 15h28min., na Fazenda São Sebastião, no Distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE.

### 3.2. Experiência e memória do agricultor tensionam a imagem do flagelo

As notícias de jornal mencionadas anteriormente são imbuídas de uma intencionalidade legitimadora de uma memória hegemônica sobre os sertanejos. Uma imprensa que distorce a realidade e constrói como verdade a imagem sobre o eterno migrante, o faminto. Retomo as reflexões de Barbosa sobre a prática social da imprensa, quanto afirma que “a palavra impressa, a palavra falada, as imagens compõem um horizonte de práticas que define visões de mundo, produz opiniões, divulga projetos constitui memórias”<sup>209</sup> O poder que a imprensa engendrava nas notícias construía uma verdade que se apropriava desses momentos difíceis dos sertanejos.

Temos, então, a memória dominante que prevalece no discurso dos jornais, essa memória recompõe fatos de momentos que se consagram como verdades absolutas. Ao tratar da relação entre memória, poder e hegemonia, o Grupo Memória Popular, na Inglaterra, alerta para práticas oriundas em espaços de poder que constituem uma memória que se torna única dentro das representações históricas.<sup>210</sup> Por essa razão, foi importante perguntar durante essa pesquisa: face à memória construída sobre os agricultores enquanto flagelados e famintos, e as memórias silenciadas dos agricultores de Aracatiaçu e Taperuaba? Esse é outro ponto que se constitui nesse capítulo: sobre o que nos dizem tais memórias que estavam silenciadas e, provavelmente, nunca confrontadas com aquela memória hegemônica. As historiadoras Déa Ribeiro Fenelon, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto alertam para a importância da História Social, bem como nossa prática social quando lidamos com as memórias dos sujeitos sociais, no sentido da importância de “reavivar lembranças e narrativas de sujeitos excluídos e dissidentes”.<sup>211</sup>

Nos momentos com os agricultores, a cada início do diálogo, depois de se apresentarem, essas pessoas traziam como memória algum fato marcante de suas próprias vidas e, com isso, permitiam que surgisse palavras que se repetiriam durante

<sup>209</sup> BARBOSA. 2006. Op.cit. p. 269.

<sup>210</sup> GRUPO MEMÓRIA POPULAR: Memória Popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. p. 282-295. Ver p. 284.

<sup>211</sup> FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. Op. cit.. p. 6-7.

toda a entrevista. Com o Senhor Selesvaldo e o Senhor Júlio Maciano, eram frequentes as lembranças de lutas por melhorias no campo e da militância política. Com o Senhor Édson, suas primeiras lembranças são de dor, de sofrimento, de tempos de muita dificuldade.

O Senhor Édson revelou-me momentos de uma vida sofrida. Guardados em sua lembrança estavam anos de luta pela sobrevivência no sertão, principalmente em períodos de estiagem, somados a momentos de alívio quando havia serviços na roça do patrão, serviço que ele chama de trabalho alugado (já mencionado na página anterior); ou em frentes de serviço, como a construção da estrada na cidade de Irauçuba na década de 1980. Esses anos se evidenciaram como os mais marcantes em sua vida, porque sempre trazia à tona as lembranças sobre esse período. Ao lembrar desse tempo, o agricultor o associou imediatamente à morte de seus dois filhos. O mais velho, de dezenove anos, foi eletrocutado quando o ajudava nessa frente de serviço. Fato que provocou, na mesma época, a morte do filho mais novo e recém-nascido. O entrevistado lamentou essas perdas, atribuindo-as às dificuldades diante da falta de trabalho em sua localidade, pois acredita que se houvesse condições de se manterem em Taperuaba naquela época não teriam passado por tamanho sofrimento.

Durante a entrevista, o Senhor Édson não se reportava diretamente a mim; ao contar suas histórias, sua atenção estava voltada para a representante do Sindicato dos Trabalhadores de Taperuaba, a Senhora Vanderlândia, conhecida como Vandinha, responsável pela intermediação da entrevista.



**Imagen 25**  
 Fotografia de Édson Dias Gomes.  
 CHAVES, Luciane Azevedo. 2015

Para chegar à casa do Senhor Édson e dos demais entrevistados, desloquei-me de moto, com a Senhora Vandinha, até a Vila Bom Jesus, em Taperuaba. A primeira entrevista foi realizada como este agricultor. Ao chegar à sua residência, por volta das 12 horas e 30 minutos, deparei-me com o Senhor Édson e sua esposa, Dona Joana, em momento de repouso. Na sala, duas redes armadas uma ao lado da outra e um silêncio que foi interrompido com a nossa chegada. Apresentei-me ao Senhor Édson e à Dona Joana e, de imediato, expliquei o motivo daquela visita inesperada.<sup>212</sup>

Durante a entrevista, o Senhor Édson se manteve sentado na rede armada na sala e, diante de tal atitude, logo refleti: por que preferiu se manter nela e não na cadeira? Provavelmente, o local significava o lugar onde se sentia mais acomodado, mas também poderia ser por outras razões.

Para o agricultor, o tempo mais sofrido foi durante a seca de 1979-1983. Esse tempo é o mais ressaltado na entrevista. Quando lhe perguntei sobre a seca de 1970, o

---

<sup>212</sup> A entrevista não havia sido marcada com o agricultor. A princípio, realizou-se um diálogo e, logo depois, a entrevista.

entrevistado demonstrou lembrar-se desse período posterior (1979-1983) e referiu-se a ele como um tempo marcado pelo sofrimento, pelas dificuldades de se manter no sertão:

*Luciane:* – Senhor Edson, eu gostaria de saber onde o senhor nasceu, quanto tempo faz que o senhor está aqui, morando em Taperuaba.

*Edson:* – Eu nasci no Estreito, em 1951, 17 de outubro de 1951. Lá, era a metade do terreno, que eu morava lá, era Irauçuba e a outra metade em Itapipoca. Aí, eu vim pra cá em 1986, pra cá. Aí, fiquei tabaíando em ‘mergência’, numa ‘mergência’ aqui perto da minha casa, numa ‘mergência’ que ia até na Bilheira, de bicicleta todo dia. Aí, fui indo no barro de dona Minerva. Trabaiei lá uns sete meses, mais ou menos. Aí, a coisa num tava dando... Veio um rapaz de Groáiras, Seu Clerton, Francisco Clerton de Oliveira. A esposa dele se chamava... Como é o nome mulher da... da... Dona Sucorro! A Dona Sucorro, a esposa do Seu Clerton. Fomo trabaiar pra lá. E aqui já num tava dando. Lá, era muita gente, tinha o empregozim de plantar, no feijão, na irrigação, né. Lá, em Groáiras, trabaiava em Marreca, Groáiras. Aí, nessa arrumação, meu menino, foi um dia, vinha com uns cano, aí bateu na rede. Morreu dum choque elétrico, um rapaz de dezenove ano. Aí, essa muié adoeceu, quase que morre também. Tava grávida, a criança nasceu quase morta. Morreu também. Perdi dois filhos. Perdi por causa que não tinha... não tinha serviço no meu lugar suficiente para sustentar nossa família, que aquele tempo era muito barato, né. E, pra gente receber, era um sacrifício, tinha que ir pra Sobral. Todo mundo ia nove hora da noite, dez. Todo mundo ficava na fila pra receber nove hora da manhã. É homes e mulher! Queria que cê visse o tamanho do sofrimento! [...] Olha! Ai! Era um sofrimento mais grande do mundo pro nós, nessa ‘mergência’. E o ganhozim era bem poquim. Eu tenho até uns recibo ali. Pois é, aí...! Foi nessa coisa. A gente sofria muito e tal. Aí passei um ano lá. Vim me embora pra cá. [...] Aí uma hora amiorou [melhorou] um pouco; mas um pouco, que ocê sabe que o dinheiro que a gente recebe, o Seguro Safra<sup>213</sup>, num dá pra manter uma família. Cuma eu e a Joana somo aposentado, dá, né! Sem (palavra inaudível) serviço, mas aí o Seguro Safra, eu acho que nós mermo que somo trabaiadores rurais e o pessoal, isso não é o Seguro Safra. Cuma é que a safra, por exemplo, é seis meses de safra perdida? E tá cum quatro ano. E agora que nós recebemo dois atrasado. E aí vem com essa dificuldade. Aí esse d’agora, pra receber, diz que é agora em outubro, mas num tem muita certeza. Né, Vandinha?<sup>214</sup>

<sup>213</sup> Criado pela Lei Nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012, o Seguro Safra ou Garantia Safra consiste numa ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). É destinado aos agricultores e agricultoras que tenham perdido suas safras durante o ano por motivos de seca ou excesso de chuvas. O valor do benefício é definido anualmente pelo Comitê Gestor do Garantia Safra. Para que os municípios recebam esse benefício, é necessário que estados, municípios e os agricultores realizem anualmente a solicitação junto ao Programa. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

<sup>214</sup> Entrevista concedida à autora por Edson Dias Gomes, realizada em 09 de outubro de 2015, às 13h00min., na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taperuaba, Sobral-CE.

*Vandinha:* – Verdade! Não tem como ter certeza não.

*Edson:* – Pois é!

Suas memórias de luta, o reconhecimento de pobreza e sofrimento durante o período das estiagens demonstram a superação do agricultor diante desses momentos difíceis. Sobre isso, reporto-me a Vasconcelos, pois ao refletir tais questões, acredita que esses sertanejos tomam suas histórias de sofrimento como atos de bravura, onde se sobressai o herói, o sujeito que supera os momentos difíceis na luta com a terra, desse modo, enquanto agricultor, é “[...] consciente de que este é seu modo de vida”.<sup>215</sup>

Um fator importante na fala do Senhor Édson era que ele sempre fazia a relação entre o passado e o presente. Ora remetia ao passado para falar dos tempos ruins, quando não tinha recursos e, por períodos temporários, ausentava-se de casa em busca de trabalho nas emergências; ora voltava ao presente, referindo-se ao Seguro Safra para falar de tempos bons. O tempo de suas lembranças se fazia, portanto, na interligação entre presente e passado. Isso me fez remeter novamente a Walter Benjamin, quando se refere à construção histórica, focando para a questão da heterogeneidade do tempo histórico, que não se configura num tempo homogêneo e vazio. Assim, a partir de suas reflexões, comprehendo que a memória dos agricultores de Taperuaba e Aracatiú são construções de histórias de um tempo carregado de “agoras”, tempos da concretude da experiência e presentes na composição.<sup>216</sup>

De modo semelhante ao Senhor Édson, outro agricultor, ao falar de suas histórias de vida, também fazia esse movimento de presente/passado, pontuando momentos considerados importantes, como a trajetória da militância política, a participação no movimento das Comunidades Eclesiais de Base. São essas lembranças que o Senhor Selisvaldo toma como ponto inicial de sua fala:

*Selisvaldo:* – Bom, bom dia, né! Seu nome é...

*Luciane:* – Luciane.

<sup>215</sup> VASCONCELOS, 2004. Op. cit., p. 127.

<sup>216</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1989. Ver p. 229-230.

*Selisvaldo:* – Luciana, né? Eu sou filho de Sobral, mas moro numa comunidade, lá em Recreio, distrito de Rafael Arruda.<sup>217</sup> Eu nasci e me criei lá nessa comunidade, permaneço morando na comunidade de Recreio. Fica a 48 quilômetro aqui da sede do município. Mas sempre estive na militância dos movimentos sociais. Inclusive, ainda na minha juventude, eu participei das Comunidades Eclesiais de Base, fiz parte do movimento que a gente era... tinha uma sigla denominada Movimento Dia do Senhor<sup>218</sup>, aonde a gente discutia a questão da Teologia da Agregação<sup>219</sup>. E período ainda do regime militar. A gente discutia a questão das organizações sociais, né, inclusive a luta pela reforma agrária, e a participação dos trabalhadores nos movimentos em busca de a gente conquistar um espaço dentro da agricultura. Aquela época que era o sistema fechado, no regime militar, a gente ainda era, permanecia, ainda, dentro dum regime de trabalho escravo, aonde os proprietários cobravam um arrendamento altíssimo. E a gente, pra romper com todo esse processo, ali, na década de setenta até noventa, a gente tinha que tá bastante organizado e ter muita cautela, pra num se expor tanto, porque as lideranças, tanto sindicais como religiosa, a gente era muito visado. Mas, mesmo assim, a gente conseguiu fazer um trabalho. Na hora, a gente conseguiu conscientizar os trabalhadores. Aí, começou a surgir grupos nas comunidades. Inclusive, aqui na região, onde compreende a Diocese de Sobral, nós tinha a atuação em toda a Diocese. [...] Em 1972, eu ingressei no movimento sindical. Mas, quando eu cheguei no movimento sindical, eu já tinha uma consciência crítica de como o próprio movimento sindical trabalhava, porque o movimento sindical ele é fruto do regime da ditadura militar. Os companheiros que tinha uma visão política mais combatível, mais contrária ao sistema da ditadura, muitos deles foram cassados, né, dentro do regime militar. Alguns deles foram assassinados, presos político. E aí a gente já tinha conhecimento dessas causas, né. Mas, mesmo assim, a gente teve cautela pra tocar o trabalho. E, quando a gente chegou no movimento sindical, a gente começou a procurar mudar a estratégia de trabalho e de luta do próprio movimento, fazer com que deixasse de ser o que a gente considera de direita e partir pra uma luta social em defesa das causas que eram reivindicadas pelos trabalhadores na época, como ainda hoje continua.

<sup>217</sup> Criado pela Lei Estadual n. 3.958, 10 de dezembro de 1957, com a denominação de Olho D' Água, posteriormente, em 1993, na nova divisão distrital, viria a ser denominado Rafael Arruda. Está localizado à 40 km da cidade de Sobral. O nome é uma homenagem a Rafael Arruda, maior proprietário de terras da localidade e considerado também como responsável por seu surgimento. Disponível em: <[cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=231290](http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=231290)>. Ver também: <<https://mapeamentoculturaldesobral.wordpress.com/tag/distrito-rafael-arruda/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

<sup>218</sup> Movimento popular que surgiria no ano de 1960, a partir da influência da metodologia de Ensino do pedagogo Paulo Freire. Esse movimento aprofundaria os estudos de alfabetização de agricultores, que passariam a discutir temas como sindicalismo e reforma agrária, considerados importantes para as comunidades. BEZERRA, Viviane Prado. “**Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste no mundo**”: o MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960- 1980). 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.p. 7.

<sup>219</sup> Talvez o entrevistado estivesse se referindo à Teologia da Libertação, corrente teológica cristã que busca entender o evangelho a partir do sofrimento dos menos favorecidos. Para Leonardo Boff, é uma proposta de libertação da fome, da miséria e da degradação dos princípios morais e rompimento de laços com Deus. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

né, muita coisa pra ser feita ainda, inclusive dentro do movimento sindical, para melhoria de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.<sup>220</sup>

A consciência do entrevistado sobre a importância da luta social, como menciona, o envolvimento com a Igreja Católica, o cuidado para não serem presos como alguns de seus companheiros, todos esses pontos ressaltados revelam quem é este Senhor que se propôs a conceder um momento de seu tempo para a entrevista. Tratava-se de um agricultor militante e consciente do seu papel nos movimentos sociais. Quando se lembra do passado, dos anos de 1970, traz consigo as memórias de um tempo constituído de luta política em busca de melhores condições de vida para o trabalhador rural e em combate à ditadura. Remetendo ao presente, o entrevistado reforça a importância da continuidade dessa luta, onde há muito a se fazer “inclusive dentro do movimento sindical, para melhoria de vida dos trabalhadores e trabalhadoras”.<sup>221</sup>

Durante a entrevista, sua fala revelou a ênfase nessa identidade múltipla: além de se considerar um agricultor era um militante. Isso se torna evidente a todo momento, ao iniciar sua apresentação e, depois, ao partir para as memórias de sua militância durante o tempo de sua juventude, na década de 1970.

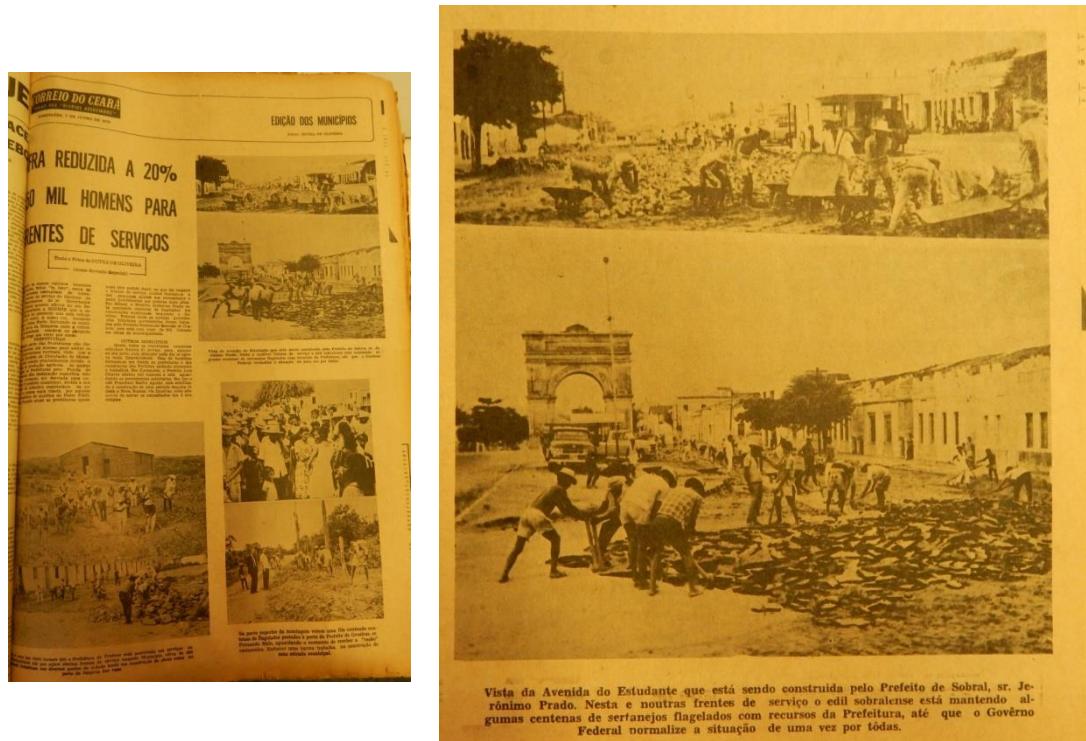
Essas entrevistas evidenciaram que os sertanejos viveram um processo de construção de consciência em torno de seu trabalho, seu espaço e seus direitos. Evidenciaram que essa consciência se constituiu a partir da atuação desses sujeitos na militância política e/ou na luta pela sobrevivência. Isso pôde ser percebido nas narrativas do Senhor Selisvaldo e do Senhor Júlio Maciano sobre a luta por melhorias nas condições de vida no campo; e nas narrativas do Senhor Édson e do Senhor Vigário sobre a busca de alternativas de sobrevivência em diferentes situações de trabalho, nas frentes de serviço na própria comunidade ou em cidades próximas e mesmo no trabalho alugado em propriedades vizinhas.

Desse modo, retomo a discussão de que não se pode restringir esses agricultores sertanejos a flagelados da seca que perambulavam pelas cidades sem a

<sup>220</sup> Entrevista concedida à autora por Selisvaldo Pereira Lima, realizada em 22 de julho de 2014, às 09h30min., na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral, em Sobral-CE.

<sup>221</sup> Esse trecho da entrevista remeteu-me à discussão de Vasconcelos no diálogo com Dona Querida – agricultora no município de Groaíras e uma de suas entrevistadas –, no momento em que a historiadora perguntou sobre sua profissão e, em resposta a entrevistada disse ser agricultora. Na entrevista gravada, essa pergunta não apareceu, mas a historiadora incorporou, ao texto de sua tese, o relato sobre a conversa preliminar em que a pergunta foi feita antes da entrevista. VASCONCELOS, 2004. Op., cit., p. 124.

consciência de quem eram. Nas edições de jornal citadas a seguir, trago notícias que foram acompanhadas de imagens de homens nas frentes de serviço em Sobral e notícias sobre a situação de cidades vizinhas durante a seca de 1970:



### Imagen 26

Safra reduzida a 20%: 50 mil homens para frentes de serviço.

Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 9 jun. 1970.

Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – Ceará.

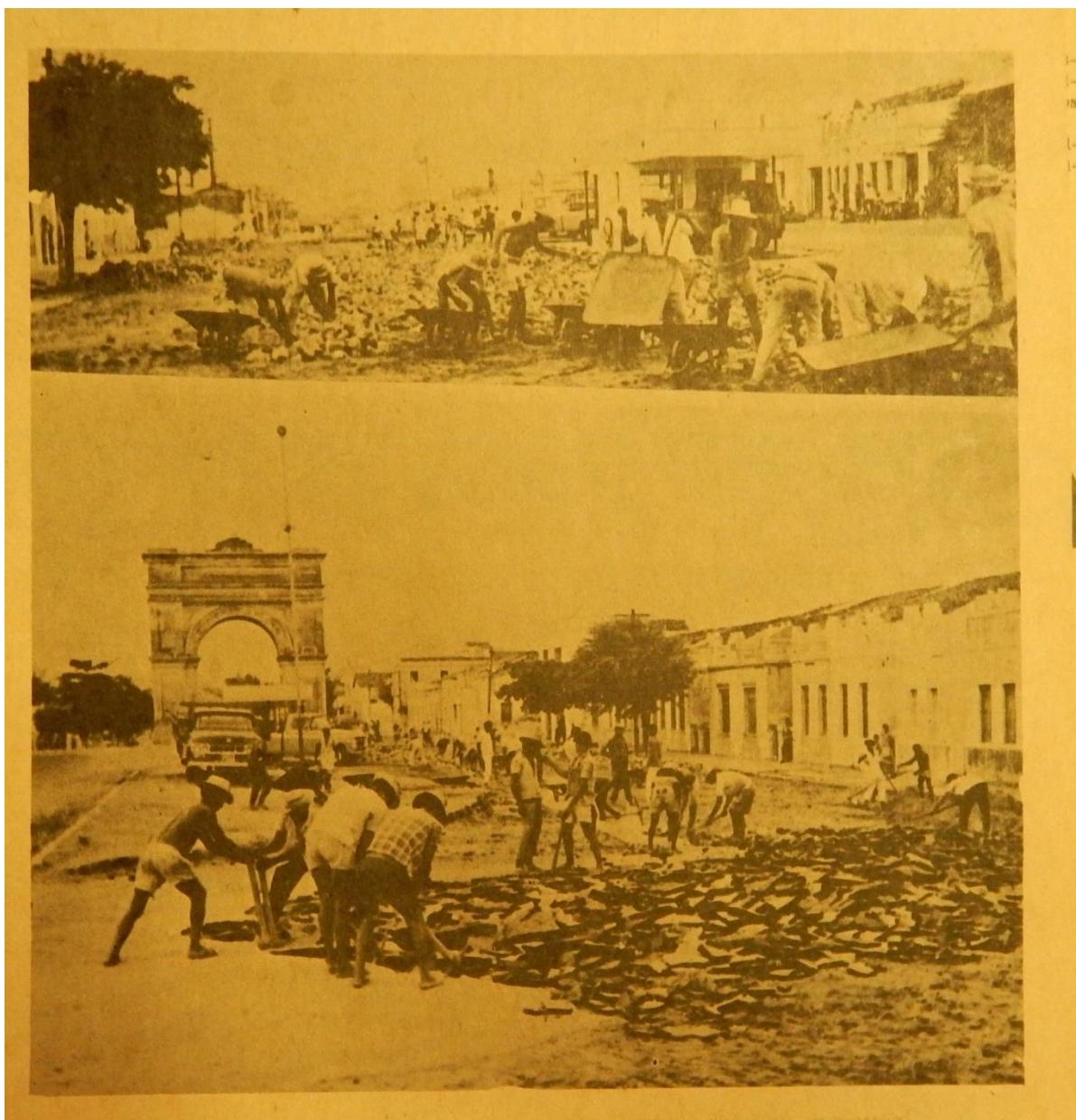


**Imagen 26**  
Detalhe 1

Safra reduzida a 20%: 50 mil homens para frentes de serviço.

Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 9 jun. 1970.

Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – Ceará.



Vista da Avenida do Estudante que está sendo construída pelo Prefeito de Sobral, sr. Je-rônimo Prado. Nesta e noutras frentes de serviço o edil sobralense está mantendo al-gumas centenas de sertanejos flagelados com recursos da Prefeitura, até que o Govérno Federal normalize a situação de uma vez por tôdas.

**Imagen 26**  
Detalhe 2

Safra reduzida a 20%: 50 mil homens para frentes de serviço.

Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 9 jun. 1970.

Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – Ceará.

Na Imagem 26, trago reportagem do Jornal Correio do Ceará, publicada em 9 de junho de 1970, na seção Edição dos Municípios. A reportagem e as fotos foram produzidas por Dutra de Oliveira, correspondente enviado da Capital ao interior do Ceará para noticiar a situação de algumas cidades diante da estiagem. As fotos mostram imagens de trabalhadores em frentes de serviço, realizando reformas e limpeza de ruas, construção de avenidas e de estradas em algumas cidades, com destaque para Sobral, Groaíras e Crateús. A primeira imagem destacada no periódico traz a construção da Avenida do Estudante, atualmente, Bulevar do Arco de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Sobral. Sobre essa obra, o correspondente enviado àquela região ressalta o empenho do Prefeito de Sobral em tomar suas próprias medidas de frente de serviço enquanto esperava as providências do Governo Federal:

... Em Sobral, o prefeito Jerônimo Prado está mantendo centenas de flagelados em construções municipais....

Numa outra foto, o destaque é para a cidade de Groaíras (cidade da microrregião de Sobral), onde se vê um maior número de trabalhadores em frentes de serviço na construção de uma estrada municipal. Acima dessa imagem, há outra que também corresponde à cidade de Groaíras, em que o repórter destaca a presença de alguns trabalhadores a aguardar, em frente à casa do Prefeito Fernando Melo, a distribuição de alimentos denominados, na notícia, como “ração costumeira”. Não é evidenciado na notícia se esses alimentos estavam sendo distribuídos como forma de pagamento pelos serviços nas emergências ou se correspondiam a doações para aqueles que não conseguiam trabalho nas frentes de serviço, pois alguns trabalhadores costumavam receber alimentos como forma de pagamento pelos trabalhos realizados naquelas frentes:

Sinalizo nessa reportagem para a forma como se constrói a imagem dos sertanejos em tempos de estiagem, pois aparecem apenas como flagelados, desprovidos de uma identidade ou com identificações depreciativas. Eles são noticiados ora como bandidos que saqueavam trens de carga e armazéns, ora como gente sofrida e faminta a perambular pelas ruas das cidades, pedindo esmolas em praças públicas, comércios ou

batendo de porta em porta nas residências, inclusive nas residências das autoridades locais para receberem a “ração costumeira”. Em tempo, é importante sinalizar para o fato de que essa atitude de doar alimentos pelas autoridades fazia como que os laços de paternalismo se tornassem cada vez mais estreitos. Tal relação era uma prática comum naquele período de autoritarismo no Brasil, principalmente nas cidades interioranas.

E mais, sobre o ato de pedir esmolas, em algumas situações, existiam aqueles que se submetiam a esse tipo de atitude porque, às vezes, tal como vimos mencionado pelo entrevistado Senhor Edson, o que recebiam pelo trabalho nas frentes de serviço não era suficiente para o sustento da família. O Senhor Édson revelou durante a entrevista que, ao ir a Fortaleza em busca de esmolas, se deparou, no centro da cidade, na Praça José de Alencar, com repórteres que o incentivaram a pedir dinheiro a um senhor. Segundo o Senhor Édson, se tratava do “home mais rico que tinha em Fortaleza” e o repórter lhe teria dito: “‘– Vá pedir a ele, que ele vai lhe dar uma ajuda!’ Os repórteres foi quem mandaram e eu fui”.

Na Imagem 27, intitulada “Sai o primeiro plano do grupo da seca: frentes para 64 mil flagelados”, ao noticiar a chegada de frentes de serviço, o Jornal O Povo também se apropria do termo flagelado para se referir aos sertanejos. O “plano” mencionado pelo jornal consiste numa solicitação da Secretaria de Agricultura do Ceará à SUDENE: um valor de 10 milhões de cruzeiros novos<sup>222</sup> para o pagamento de 64 mil pessoas do interior do estado no trabalho de destocamento de matas para plantio de cajueiros e no trabalho de construção de barreiras para a implantação de sistemas de vazantes. Na mesma edição desse jornal, são publicadas outras notícias que se referem aos sertanejos com os flagelados:

---

<sup>222</sup> “Em 1965, o governo de Castelo Branco decreta nova reforma monetária, criando o *cruzeiro novo*, simbolizado por NCr\$ e equivalente a 1.000 cruzeiros antigos, que passou a vigorar a partir de 1967. [...] Porém, antes da entrada em circulação das cédulas do cruzeiro novo, uma resolução do Conselho Monetário Nacional, em 1970, determina o retorno à designação cruzeiro, mantendo-se a equivalência de valores com o extinto cruzeiro novo e voltando à representação Cr\$.” Cf. <<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,8703,8713,1,0,1,6.bb>>. Acesso em 29 jan. 2016. Dez milhões de cruzeiros novos, quando convertidos para Real, corresponderiam a R\$ 0,0000036364.



### Imagen 27

Sai o Primeiro Plano do Grupo da Sêca: Frentes para 64 mil flagelados.

Jornal O Povo. Fortaleza, 14 abr. 1970. p. 8.

Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – Ceará.



## Imagen 27

### Detalle 1

Sai o Primeiro Plano do Grupo da Sêca: Frentes para 64 mil flagelados.  
Jornal O Povo. Fortaleza, 14 abr. 1970. p. 8.

Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – Ceará.



### Imagen 27

#### Detalhe 2

Sai o Primeiro Plano do Grupo da Sêca: Frentes para 64 mil flagelados.

Jornal O Povo. Fortaleza, 14 abr. 1970. p. 8.

Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – Ceará.

Na correlação com as notícias, as entrevistas propiciaram um olhar diferenciado sobre o agricultor e seus modos de vida no sertão, um olhar que a imprensa da época não informava; permitiram problematizar o modo como os jornais *Correio da Semana*, *Correio do Ceará* e *O Povo* construíam uma memória hegemônica sobre esse agricultor, legitimando um contexto social, em que diante da seca, apenas cabia ao agricultor sobreviver das políticas emergenciais dos governos porque em épocas de seca viver no sertão seria algo “insustentável”. Cabe refletir que os agricultores sertanejos de

Aracatiaçu e Taperuaba são também agentes de uma memória, sujeitos construtores de sua própria história.

Quando cheguei à casa de outro entrevistado, Senhor Valter, para a entrevista já era noite, o agricultor estava sentado no alpendre e com olhar fixo para a rodovia que passa em frente à sua casa. Vandinha apresentou-me a ele, que pouco me deu atenção e continuou a olhar fixamente para a estrada de asfalto. Sentei ao lado do agricultor e procurei articular um diálogo. Aos poucos algumas respostas iam sendo obtidas, mas Senhor Valter ainda continuava resguardado, sem parecer interessado na conversa. Sua esposa, Dona Maria Socorro, que estava dentro de casa, veio para o alpendre e, logo que fiz a primeira pergunta ao agricultor, não satisfeita com a resposta, começou a participar da entrevista:

*Luciane:* – Pode ficar à vontade. Eu queria saber assim... como foi sua vida, se o senhor trabalhou muito na roça...

*Senhor Valter:* – Trabaiei muito na roça.

*Luciane:* – Certo.

*Maria Socorro:* – Diz assim: eu nasci e me criei na roça.

*Senhor Valter:* – Eu nasci e me criei na roça.

*Luciane:* – Em 1970, o senhor tinha que idade, Senhor Valter?

*Senhor Valter:* – Eu num tô lembrado.

*Maria Socorro:* – Em setenta, ele tinha 10 ano, talvez. É não! Ele tinha uns 20, porque ele é mais velho que eu uns 10 anos. Que ele nasceu em [19]45 e eu nasci em [19]55.<sup>223</sup>

Durante toda a entrevista, a agricultora procurou responder às perguntas feitas ao esposo. Percebi que a agricultora estava tentando participar da entrevista e resolvi entrevistar o casal, porque atinei para o fato de Dona Maria Socorro poder contribuir para a pesquisa. No decorrer da entrevista, o Senhor Valter demonstrou esquecimento de algumas situações e, quando isso acontecia, Dona Maria Socorro tratava logo de

---

<sup>223</sup> Entrevista concedida à autora por Valter Alves do Nascimento e Maria Socorro do Nascimento, realizada em 09 de outubro de 2015, às 18h00min., na Comunidade Vila Bom Jesus, em Taperuaba, Sobral-CE.

respondê-las, como, por exemplo, quando indaguei sobre sua idade no ano de 1970 e o agricultor disse não lembrar.



**Imagen 28**

Fotografia de Valter Alves do Nascimento e Maria Socorro do Nascimento  
Fonte: CHAVES, Luciane Azevedo, 2015.

Ao entrevistar o Senhor Valter, notei seu desânimo, pois demonstrava não estar presente na entrevista e quase não respondia às minhas perguntas, que eram respondidas por Dona Maria Socorro. Na ocasião, imaginei que o ato de não lembrar seria uma negação ao assunto, uma atitude de não querer falar sobre esses tempos. Mas é preciso entender que cada entrevistado tem o seu próprio tempo. O Senhor Valter poderia estar passando por alguma situação delicada, naquele momento, e poderia não estar disposto a falar. Essa circunstância, contudo, de acordo com Portlelli, não é suficiente para tornar sua entrevista desmerecedora de reflexão:

... Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. Cada um de meus entrevistados [...] representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. Cada entrevista é importante, por ser *diferente* de todas as outras.<sup>224</sup>

Os entrevistados são definitivamente surpreendentes e a importância de cada entrevista reside no fato de ser uma fonte diferente no processo da pesquisa. O “não falar” pode ser considerado um ato do entrevistado enquanto um sujeito social durante a entrevista. E esse ato de não falar porque não lembra ou simplesmente porque prefere silenciar pode trazer diferentes significados e deve ser lembrado pelo pesquisador para amparar a necessidade de respeitar esses momentos, compreendendo que cada indivíduo tem seu próprio tempo, a abranger o lembrar, o esquecer ou o silenciar<sup>225</sup>.

Com o Senhor Gerardo Víctor de Souza<sup>226</sup> ocorreu algo parecido com relação aos lapsos de memória, a diferença foi que o entrevistado se mostrou mais disposto a falar, embora, durante a entrevista, sempre ressaltasse não lembrar de nada. Ao chegar

<sup>224</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Op. cit., p.17.

<sup>225</sup> Vasconcelos também reflete sobre essas questões, ao vivenciar esses momentos com alguns de seus entrevistados como, por exemplo o Senhor Francisco Alves, que não se mostrou disposto a falar de suas experiências de vida. Posteriormente descobriu que este senhor estava com saúde debilitada o que poderia ter comprometido sua disposição para falar. A historiadora também alerta para o fato de sermos para essas pessoas meros desconhecidos, sendo assim, chegar a suas casas com uma câmera ou gravador pode ser assustador, pois trata-se de sua intimidade que estará sendo registrada e isso acredita a autora ser invasivo. VASCONCELOS, 2004. Op., cit., p. 95.

<sup>226</sup> Entrevista concedida à autora por Gerardo Víctor de Souza, realizada em 30 de julho de 2014, às 16h00min., na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral, Sobral-CE.

em sua casa, no distrito de Aracatiaçu, deparei-me com o agricultor em trajes de trabalho, pois havia chegado fazia pouco tempo das labutas diárias do campo. A entrevista ocorreu numa sala de entrada da casa. Sentei ao lado do Senhor Gerardo Víctor e de sua esposa que observava o diálogo. Durante a entrevista, o agricultor sempre mencionava estar esquecido, ao mesmo tempo em que admitia que a época de 1958 não saía de sua memória:

*Luciane:* – O senhor consegue lembrar de alguma época, assim, que foi muito difícil pra sobreviver da agricultura?

*Gerardo Víctor:* – Oh! Em cinquenta e oito [1958] foi muito ruim, cinquenta e oito. Uma época ruim. As coisa tudo difícil, passava necessidade, né, trabalhava nesse governo de Forquilha, tirano, cavano de picareta.

*Luciane:* – O que era isso que o senhor fazia?

*Gerardo Víctor:* – Arrancano toco, pra fazer aquela, aquela... seria [sic] de Forquilha.

*Luciane:* – A estrada?

*Gerardo Víctor:* – A estrada.

*Luciane:* – Ah, foi?

*Gerardo Víctor:* – Foi.

*Luciane:* – E isso foi em cinquenta e oito [1958]?

*Gerardo Víctor:* – Cinquenta e oito, foi cinquenta e oito.

*Luciane:* – E mais pra frente?

*Gerardo Víctor:* – Cinquenta e oito. Cinquenta e nove foi inverno bom. Cinquenta e nove, né! De lá pra cá, houve cinquenta e nove, cinquenta e oito, cinquenta e sete. Os inverno foi bom, né. Aí, houve três ano de seca. Aí você diz... E este período que nós tá agora... Calma que aí é difícil.

[...]

*Gerardo Víctor:* – A quentura é grande demais. Pois... Eu só queria saber desses tempo, mas pra trás mais eu tô esquecido, né, num tô com a mente muito boa. Lembro muito de cinquenta e oito.

*Luciane:* – Você lembra muito desse tempo, né?

*Gerardo Víctor:* – É, de cinquenta e oito, é. Cinquenta e nove pra cinquenta e oito foi muito bom, uma época boa, inverno bom, muita fartura.<sup>227</sup>

O entrevistado sempre ressaltava o ano de 1958 como algo que não saía de sua memória. Nesse período, havia ocorrido uma seca e o Senhor Gerardo Víctor teria trabalhado em frentes de serviço, chegando a mencionar ter trabalhado na construção de uma estrada na cidade de Forquilha, vizinha a Sobral. Pretendendo levar o diálogo para o ano de 1970, indaguei se lembraria daquele ano, mas o Senhor Gerardo Víctor novamente enfatizou o ano de 1958 e o avanço para o ano de 1959 como um tempo bom – há um momento em que se confunde ao dizer que 1958 teria sido bom, porém está se referindo a 1959. No processo de sua memória, o Senhor Gerardo Víctor marcou o tempo de 1958 como tempo mais difícil e de seca que lembrava, porque, por outro lado, havia sido o que eu tinha suscitado: “consegue lembrar de alguma época, assim, que foi muito difícil pra sobreviver da agricultura? ”. Todos os entrevistados demonstravam esquecimento em determinados assuntos, mas com o Senhor Valter e o Senhor Gerardo Víctor essas falhas de memória se fizeram mais presentes.

---

<sup>227</sup> Entrevista concedida à autora por Gerardo Víctor de Souza, realizada em 30 de julho de 2014, às 16h00min., na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral, Sobral-CE.



**Imagen 29**  
Fotografia de Gerardo Víctor de Sousa  
Fonte: FARIAS, Elvis. 2015.

Pensar os modos de vida desses trabalhadores, no início da pesquisa, implicou refletir suas condições de vida, seus padrões e experiências, mas as entrevistas revelaram muito mais, pois precisaram ser escutadas também como sentimentos que vêm à tona sobre momentos vividos por esses agricultores. Isso implica no que Déa Fenelon discute no artigo *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história*

do povo, quando aponta para o trabalho da História Social e se refere a categorias como a experiência social dos trabalhadores. Desse modo, pensar os modos de vida desses trabalhadores passou a significar pensar essa experiência para além das condições especificamente materiais da moradia, da agricultura, do trabalho, da alimentação.<sup>228</sup>

Na fala de Dona Maria Socorro, a agricultora lembrou suas experiências de vida em frentes de serviço. Em alguns momentos, a entrevistada demonstrou tristeza por ter esquecido de alguns momentos, justificando que a tendência a esquecer se deve exatamente ao fato de terem sido tempo difíceis. Quando perguntei se lembrava da chegada de projetos referentes à irrigação em sua localidade, disse lembrar-se, sim, mas não aprofundou o assunto. Embora, ao longo do relato mais geral acerca de suas experiências de vida, viesse a mencionar o trabalho na construção de barragens próximas à comunidade que residia.<sup>229</sup> Enquanto o Senhor Vigário, outro entrevistado disse que não havia projetos para a construção de irrigação naquela região. Os projetos mais enfatizados pelos entrevistados foram os trabalhos realizados próximos de Aracatiaçu e Taperuaba e em municípios vizinhos, como Irauçuba, Forquilha e Sobral. E os trabalhos mais comuns eram limpar os terrenos, retirando os restos de raízes de plantas – que mencionaram como “destocar” ou “arrancar toco” –; trabalhos em vazantes, quebrando pedras para a construção de barragens; e também o “trabalho alugado” em fazendas de alguns proprietários rurais da região.

A partir da recorrência da lembrança da seca de 1958 por parte dos entrevistados, torna-se imprescindível considerar o período de ocorrência da seca de 1970 em relação aos períodos anteriores de estiagem e, também, à organização do poder público quanto à criação de instituições e de políticas voltadas para o Nordeste, com obras, programas e projetos.

Vale lembrar que, ainda na seca de 1958, conforme o Boletim Técnico do DNOCS<sup>230</sup> do ano de 1959, boa parte das grandes obras conhecidas, como açudes, ainda estavam em processo de construção, tendo suas obras iniciadas no tempo em que o órgão era denominado de IFOCS e que o Banco do Nordeste era um órgão recente (criado em 1952) e sua política de crédito para desenvolvimento regional ainda não

<sup>228</sup> FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 40, p. 27-51, jan.-jun., 2009. p. 46.

<sup>229</sup> Entrevista concedida à autora por Maria Socorro do Nascimento, realizada em 09 de outubro de 2015, às 18h15min.. na Comunidade Vila Bom Jesus, Distrito de Taperuaba, Sobral-CE.

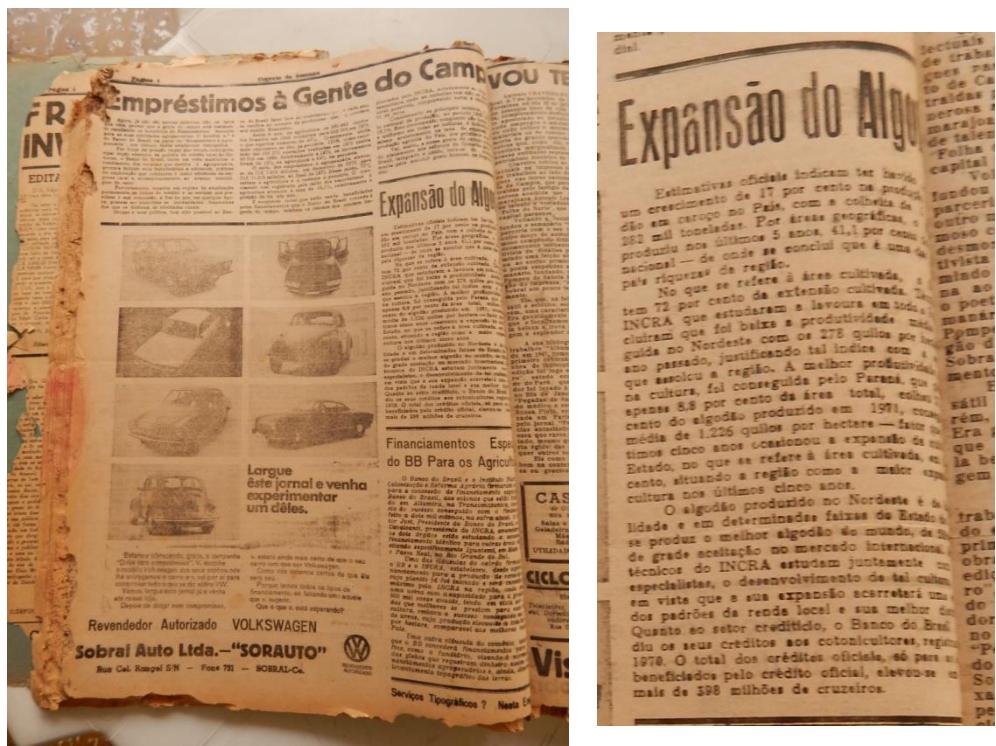
<sup>230</sup> Boletim Técnico do DNOCS, v. 20, n. 5, ago., 1959.

tinha mostrado resultados consideráveis; assim como a SUDENE ainda não havia sido criada (viria a ser criada em 1959).

Com isso, não se quer dizer que tais órgãos e seus respectivos projetos e políticas existam e tenham vindo para resolver os problemas sociais na organização da vida dos agricultores pobres. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que, em 1970, a rede de organização do poder público estava mais complexa e sofisticada em termos de investimento na produção agrícola, com aporte de recursos hídricos e financeiros, priorizando o grande produtor.

Por fim, é preciso considerar que, apesar da existência essa rede de aporte de recursos para a região Nordeste, no período de 1970, se evidenciam relações de trabalho, de produção, modos de organização da convivência social com traços de paternalismo e autoritarismo que alimentam uma forte hierarquia e a desigualdade no acesso à terra e aos bens construídos com tais recursos.

Enfatizo a pertinência das lembranças das lutas pela sobrevivência no sertão nas memórias desses agricultores e, desse modo, retomo a discussão sobre plantio do algodão, mencionado anteriormente pelos agricultores Júlio Maciano e Selisvaldo. Para esses agricultores, o plantio do algodão era uma das alternativas em períodos de escassez de chuvas. Segundo os entrevistados, o ápice dessa produção teria sido entre os anos de 1960, 1970 e 1980. Durante a pesquisa nos jornais, identifiquei que, no ano de 1970, 1971 e 1972, os periódicos cearenses *Correio da Semana* e *Correio do Ceará* vieram a destacar algumas notícias referentes a essa produção comumente associada aos investimentos do setor público.



**Imagen 30**  
**Expansão do Algodão.**  
**Jornal Correio da Semana. Sobral, jul. 1972, p.4.**  
**Arquivo da Cúria Diocesana de Sobral. Sobral-Ceará.**



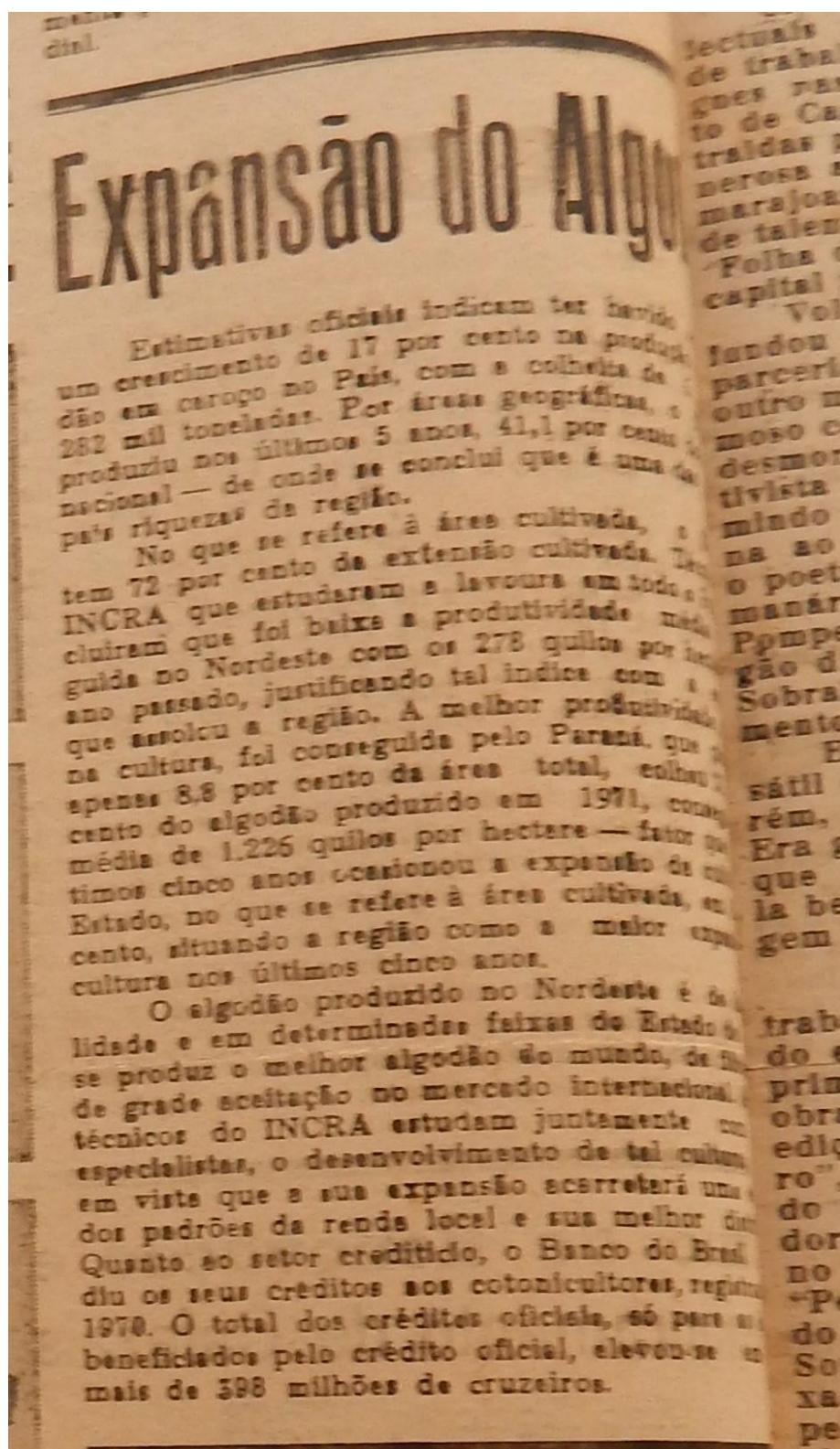
### Imagen 30

Detalle 1

Expansão do Algodão.

Jornal Correio da Semana. Sobral, jul. 1972, p.4.

Arquivo da Cúria Diocesana de Sobral. Sobral-Ceará.



### Imagen 30

Detalhe 2

Expansão do Algodão.

Jornal Correio da Semana. Sobral, jul. 1972, p.4.

Arquivo da Cúria Diocesana de Sobral. Sobral-Ceará.

# Algodão tem preço

BRASÍLIA, 4 (Meridional) — Os novos preços mínimos para o algodão, amendoim, arroz, mandioca, feijão, mamona e milho das regiões Norte e Nordeste, relativos à safra 1971, foram aprovados hoje, em Brasília, pelo Conselho Monetário Nacional, com base em voto formulado pelo Ministro da Agricultura, sr. Cirne Lima, e representam acréscimos entre 15 e 33% sobre os valores fixados na safra anterior.

## PRODUTO

PREÇO MÍNIMO	ACRÉSCIMO %	PREÇO MÍNIMO	ACRÉSCIMO %
Algodão (Caroço) 11,50	27,7%	Feijão Preto 40,00 (incluído)	—
Algodão (pluma) 33,70	27,7%	Mamona 22,50	20,0%
Amendoim 11,00	25,7%	Mandioca (raiz) 2,10	22,8%
Arroz 19,00	15,0%	Mandioca (farinha) 8,56	20,0%
Feijão Macacar 18,47	15,0%	Milho 14,00	31,0%
Feijão Mulatinho 34,00	33,0%		

## Imagen 31

Algodão tem preço.

Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 5 dez. 1970, p. 1.  
Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza- Ceará.

As notícias apontam para a valorização do algodão. A Imagem 30, do Jornal Correio da Semana, intitulada “Expansão do Algodão”, de setembro de 1972, traz a notícia de que o algodão estaria se expandindo, pois, em 1971, haveria atingido um crescimento de 17% na produção e uma colheita de 5 milhões e 282 mil toneladas. O Nordeste teria produzido, em cinco anos, 41,1% do algodão do país. Desse modo, o texto do jornal conclui que seria tal produto uma das maiores riquezas da região.

Na Imagem 31, o Jornal Correio do Ceará, de 5 de dezembro de 1970, traz em primeira página, notícia de Brasília intitulada “Algodão tem preço”, para se referir aos reajustes de alguns produtos agrícolas, apresentando uma tabela com reajustes dos preços de alguns itens, como feijão, arroz, mandioca, amendoim e mamona. Na comparação entre os produtos, o preço do algodão, de 11,50 (provavelmente cruzeiros,

porque era a moeda em vigor nessa data), estaria superior a alimentos como mandioca raiz, de 2,10, mandioca farinha, de 8,56, e amendoim, de 11,00. A tabela demonstra que o preço do algodão estava valorizado no mercado.

Essas notícias, dentre outras presentes nos referidos periódicos, configuram que a produção de algodão no Nordeste, na década de 1970, teria sido satisfatória. Mas cabe perguntar: satisfatória para quem? Segundo as entrevistas com os agricultores de Aracatiaçu e Taperuaba, a produção do algodão era uma saída para que o agricultor pudesse se manter no campo. Não pretendo fazer uma discussão sobre o período do algodão no Nordeste e no Ceará. Durante a pesquisa não havia a intenção de discutir essas questões, porém acredito que uma explanação sucinta nesse momento seja importante pelo fato de os entrevistados sempre se remeterem a esse período da produção algodoeira no Ceará.

No decorrer da pesquisa, percebi que o caminho traçado pelos entrevistados em suas narrativas sofria alterações, principalmente quando enveredei no diálogo mais livre. As perguntas mudavam de acordo com suas falas: alguns pontos considerados pertinentes eram deixados de lado para dar visibilidade a outras questões presentes na fala dos entrevistados, atentando para o cuidado de não perder o foco principal da problemática.

Compreendendo as realidades diferenciadas dos sujeitos históricos, retomo o diálogo com Fenelon, Cruz e Peixoto, quando enfatizam a importância da categoria cultura na investigação em História Social. Cada agricultor trouxe experiências diferentes que puderam caminhar para a reflexão de questões que não estavam propostas na pesquisa porque compunham “diferentes tipos de realidade” que precisaram ser pensados enquanto expressões de vida a contemplar múltiplas dimensões, como “valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes”, portanto, todo um modo de vida.<sup>231</sup>

A produção do algodão seria uma das questões não propostas inicialmente para a discussão, porém tornou-se um traço de identificação na fala dos agricultores Júlio Maciano, Selisvaldo, Édson, Senhor Vigário e Dom João. Suas experiências de vida contemplam essa fase de suas vidas e incluíram o trabalho no âmbito dessa produção

---

<sup>231</sup> FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro *et alii* (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias.** Op. cit., p. 9.

como um importante e memorável fator para a permanência do agricultor no sertão, como podemos acompanhar nos trechos citados a seguir.

*Luciane:* – Certo! E no ano de 1970, qual era a sua idade, Senhor Édson? O senhor se lembra desse tempo?

*Édson:* – Ah, de 1970, eu tava com um vinte e um ano. Me casei com vinte e dois.

*Luciane:* – O que o senhor tem pra dizer desse tempo?

*Édson:* – Eu tenho a dizer que nesse tempo era... dava muito algodão. O pessoal era mais coisado de que hoje. Hoje, num dá mais algodão. O pessoal era muito sofrido. Uma hora dessa, num sol quente desse, nós tava com o rosto todo queimado de tá apanhando algodão. Cabava, vendia pro patrão bem baratinho. E eles enricando. E a gente comprava, fazia empréstimo, né, pra bater capoeira<sup>232</sup>, essas coisa assim. Aí, ia, pagava, e o juro lá em cima. E a safra tão ruim...! Só pra gente tá trabalhando, os home, as muié trabalhando, pra tá sustentando os ôtro. É cuma hoje, os ôtro trabalhando nessa camiseta, né: uma camiseta é cinco, sete centavo, parece que é; mil camiseta pra dar cinquenta reais, né. Mil! E uma muié, pra fazer mil camiseta, dá um trabalho horrível, num faz em três dia não!<sup>233</sup>

Nesse trecho da entrevista, o Senhor Édson lembra do tempo em que trabalhou com o plantio de algodão. Com rapidez, o agricultor relembrou esse momento de sua vida ao lhe perguntar sobre o que se lembra do ano de 1970. A experiência vivida pelo agricultor remeteu a uma narrativa com um duplo movimento: a lembrança da oportunidade de trabalho e sobrevivência em razão do plantio e da colheita do algodão; e, ao mesmo tempo, de modo aparentemente contraditório, a lembrança da dificuldade frente às difíceis condições de trabalho e de pagamento nesse plantio e nessa colheita, pelo fato de os trabalhadores precisarem se submeter a muito tempo de trabalho sob o sol para receberem um pagamento ínfimo – o dinheiro recebido pela venda do produto não era suficiente para todas as despesas de sobrevivência e de produção, sendo necessário fazer empréstimos. Para finalizar sua fala, o agricultor traçou uma relação daquele período com o tempo presente, referindo-se a uma outra atividade realizada na região atualmente, que seria a produção de camisetas, estabelecendo uma comparação

<sup>232</sup> Bater capoeira: limpar o roçado para o plantio.

<sup>233</sup> Entrevista concedida à autora por Édson Dias Gomes, realizada em 09 de outubro de 2015, às 13h00min., na Comunidade Vila Bom Jesus, Distrito de Taperuaba, Sobral-CE.

entre a produção do algodão pelo agricultor no ano de 1970 e a confecção de camisetas no ano de 2015 para relacionar o baixo valor pago pela produção.

O Senhor Édson refletiu acerca de sua experiência de vida, demonstrando um olhar crítico a fundamentar o processo de construção de consciência a partir do movimento empreendido na relação que estabelecia entre o presente e o passado; entre os lugares sociais dos diferentes sujeitos no passado. Suas reflexões nos remetem à reflexão de Fenelon, no artigo *Cultura e História Social: historiografia e pesquisa*, sobre cultura, experiência e consciência, quando propõe ao historiador atenção para os sujeitos históricos como conscientes de suas vivências porque “estão constantemente engajados em refletir sobre sua própria ‘experiência’, bem como a dos outros, e assim cresce sua compreensão da vida social”<sup>234</sup>. Nesse ponto sinalizo para a questão da consciência dos agricultores de Taperuaba e Aracatiaçu quando refletem suas experiências de vida.

Assim como o Senhor Édson, o agricultor Júlio Maciano também teceu uma relação entre o passado e o presente, mas, nesse caso, optou por uma comparação do tempo em que o algodão tinha melhor preço no mercado de vendas com o tempo presente onde, de acordo com o agricultor não há comprador:

*Luciane:* – O senhor falou no algodão. Aí, eu fiquei pensando: como é que vocês faziam aqui? Vendiam pra quem? Como é que acontecia essa comercialização do algodão?

*Júlio Maciano:* – A comercialização do algodão tinha vários corretor que comprava o algodão. Aqui um comprava, outro ali comprava. No meu caso, nós sempre vendia pra uma usina ou uma fábrica, que nós chamava fábrica do próprio proprietário. Ele possuía... Ele era proprietário de uma empresa, de uma fábrica que beneficiava o algodão. Certo! E ele comprava todo o algodão aonde não só dos moradores mas de quem tivesse próximo a vender pra ele. Lá, na comunidade mesmo, tinha um depósito lá, que nós trazia do roçado, já botava ali, e não era de obrigado chegar e vender seu quilinho, mas, quando esperava o melhor preço, aí vendia ou guardava em casa. Quando o preço tava no bom preço, achando que era o melhor preço do ano, aí que se ia lá e fazia o repasso e fazia a venda do algodão. E que não era difícil de se vender. Aqui, em Aracatiaçu, tinha depósito, tinha gente que comprava. Cada lugar tinha o algodão, tinha comprador. Hoje, você pode ter o algodão, mas não tem o comprador. Posso lhe afirmar que aqui nós tem uma área bem próxima chamada

---

<sup>234</sup> FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura e História Social: historiografia e pesquisa*. Op. cit. p. 90.

João Pereira que os agricultores produzem algodão – ainda o algodão chama-se algodão Mocó –, e todos os ano eles tinham uma boa produção...<sup>235</sup>

Para falar de suas experiências de vida no plantio do algodão o Senhor Júlio Maciano relembrou a fase da comercialização do produto com os compradores que ele ora chamava de corretor, ora de proprietários das fábricas ou de usinas. Esse agricultor trouxe mais detalhes a respeito da forma como acontecia a comercialização do produto. Conta que primeiro colhiam, depois armazenavam num depósito construído na própria comunidade e, então, cabia ao agricultor determinar o tempo de permanência do produto no depósito, pois, segundo ele “não era de obrigado chegar e vender seu quilinho”, porque acreditava ser necessário esperar o bom preço no mercado, quando seria o momento favorável para a venda do produto.

Cada entrevistado lembrou do tempo de produção do algodão, mas de forma diferente, ressaltando aquele momento como o mais presente em suas memórias, referenciados em experiências diferenciadas, como já refletido nesse capítulo a partir do diálogo com Fenelon<sup>236</sup>.

O Senhor Dom João Ferreira Lima<sup>237</sup> lembrou do plantio do algodão nesse período como alternativa de sobrevivência, pois o trabalho que havia naquele momento “era o trabaio na roça. Plantava algodão, ajudava a plantar, plantar algodão. Trabaiei doze ano. Trabaiei de metade pra ele”. “Trabalhar de metade” significava trabalhar em terras de outra pessoa e depois dividir a produção. O Senhor Vigário também se referiu ao algodão como meio de sobrevivência: “...tinha safra de algodão, né! Dava o algodão, a gente se mantinha com o algodão...”.

A “expansão do algodão”, como informavam as notícias do Correio da Semana e do Correio do Ceará, foi um período de larga produção, e os jornais referiam-se a ele como uma riqueza para a economia da região Nordeste. Para agricultores como o Senhor Édson essa foi uma riqueza que rendeu importantes benefícios para os patrões;

---

<sup>235</sup> Entrevista concedida à autora por Francisco Júlio de Araújo, realizada em 30 de julho de 2014, às 10h40min., em Aracatiaçu, Sobral-CE.

<sup>236</sup> FENELON, Décia Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. Op. cit., p. 90.

<sup>237</sup> Entrevista concedida à autora por Dom João Ferreira Lima, realizada em 09 de outubro de 2015, às 13h58min., na Comunidade Vila Bom Jesus, Distrito de Taperuaba, Sobral-CE.

e, ao mesmo tempo, para o próprio Senhor Édson e outros agricultores, foi também uma produção cuja memória abrange o significado de sustento em períodos de estiagem.

Por falar em movimento de estabelecimento de relações e significados, por vezes contraditórios, por parte dos entrevistados, reporto um movimento de outra natureza, que se constituiu na relação entre entrevistadora e entrevistados. No ato das entrevistas, me deparei com uma inversão de papéis, onde o entrevistado passava a interrogar a entrevistadora, bem como a fazer observações sobre dados, como mencionar o nome correto do lugar onde moravam. Ao entrevistar o Senhor Gerardo Vitor, em Aracatiaçu, na fase final da entrevista o agricultor, que também se reconhecia como vaqueiro, lançou-me algumas perguntas:

*Gerardo Vitor* – É! Você já conheceu aqui, Aracatiaçu?

*Luciane*: – Não, não! Nunca tinha vindo não.

*Gerardo Victor*: – Você conheceu Júlio Marciano?

*Luciane*: – Também não. Ah, conheci hoje.

*Gerardo Victor*: – Você conhece o Elvis, de Sobral ou do Mucambo?

*Luciane*: – Ah, o Elvis, ele namora com a minha prima.

*Gerardo Víctor*: – Ah, aquela menina é muito gente boa!

*Luciane*: – É, a Ana Gleyce.

*Gerardo Víctor*: – Mucambo é grande ou é pequeno a cidade?

*Luciane*: – Mucambo é pequeno.

*Gerardo Víctor*: – É pequeninim?

*Luciane*: – É, dezesseis mil habitantes.

*Gerardo Víctor*: – É maior de que aqui, né?

*Luciane*: – Um pouquinho, né!

*Gerardo Víctor*: – Um poquinho.

*Luciane*: – Eu não acho muito diferente não.

*Gerardo Víctor*: – Mucambo é pé-de-serra?

*Luciane:* – É pé-de-serra. Fica perto da Ibiapina.

*Gerardo Víctor:* – Ibiapina.

*Luciane:* – Você já foi em Ibiapina?

*Gerardo Víctor:* – Conheço.

*Luciane:* – Tá quente, tá calor lá.<sup>238</sup>

Após a realização da entrevista e, ao final desta dissertação, foi preciso incorporar essa inquietação: qual seria o interesse desse agricultor em me lançar tais perguntas? Então, atentei para um texto em que Portelli escreve a respeito dessa inversão de papéis entre o entrevistado e o entrevistador<sup>239</sup>, para o fato de estarmos também sendo observados, tanto quanto observamos, pois, para aquelas pessoas que resolvemos tornar nossos entrevistados, somos desconhecidos. Ainda não havia me deparado com aquela situação, em que as perguntas do entrevistado surgiam em minha direção tais como tiros de metralhadora, e então tratei de respondê-las com educação; mas quando percebi que a conversa estava tomando rumos diferentes da proposta da entrevista, tratei de retomar minhas próprias perguntas.

Outra situação vivenciada foi durante o final da entrevista com o Senhor Vigário. Ao me referir ao lugar da entrevista para efeito de registro da identificação do entrevistado, mencionei o nome do distrito de Taperuaba, quando, imediatamente o Senhor Vigário chamou-me a atenção: “Você num falou do lugar aqui, que é Fazenda São Sebastião”. Para o agricultor, era importante identificar o lugar exato de sua entrevista, não lhe satisfazia apenas informar o distrito de Taperuaba, porque, para além de mera formalização de identificação acadêmica, para o entrevistado, que é um sujeito social, o lugar é referência de identidade, de memória e de cultura.

Desse modo, as reflexões sobre as experiências de vida desses sujeitos contribuíram para pensar que cada indivíduo traz consigo um emaranhado de vivências que se configuram em lutas, sofrimentos, esperanças por dias melhores como aqueles de bom inverno, para assim, poderem obter uma boa colheita. Em suas memórias, o

<sup>238</sup> Entrevista concedida à autora por Gerardo Víctor de Souza, realizada em 30 de julho de 2014, às 16h00min., Distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE.

<sup>239</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral. A pesquisa como experimento de igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997. p. 8.

registro de um tempo que se reconstrói através de sua fala ou de um tempo que não consegue mais se fazer presente –porque “eu tô esquecido”<sup>240</sup>, porque “eu num tô lembrado”<sup>241</sup>, ou ainda porque “a gente lembra pouco [...] esquecemo das coisa ruim que passou”.<sup>242</sup>

---

<sup>240</sup> Entrevista concedida à autora por Gerardo Víctor de Souza, realizada em 30 de julho de 2014, às 16h00min., Distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE.

<sup>241</sup> Entrevista concedida à autora por Valter Alves do Nascimento, realizada em 09 de outubro de 2015, às 18h15min., na Comunidade Vila Bom Jesus, Distrito de Taperuaba, Sobral-CE.

<sup>242</sup> Entrevista concedida à autora por Maria Socorro do Nascimento, realizada em 09 de outubro de 2015, às 18h15min., na Comunidade Vila Bom Jesus, Distrito de Taperuaba, Sobral-CE.

## Considerações Finais

Este trabalho foi resultado de uma dedicada pesquisa para discutir a implementação de políticas públicas para os agricultores sertanejos na microrregião de Sobral-CE durante a seca de 1970, atentando para a maneira de atuação dessas políticas e para quem de fato aconteciam.

Articulei o diálogo com jornais, entrevistas, documentos técnicos elaborados pelas gestões públicas como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Investi na compreensão acerca da maneira como os jornais abordavam a atuação deste órgão; investi na atenção para a construção de uma imagem em torno dos agricultores a partir desses documentos; bem como investi, através da produção de entrevistas, na compreensão das experiências de vida de agricultores de dois distritos de Sobral, Taperuaba e Aracatiaçu.

Para o diálogo com os periódicos e as maneiras como a imprensa constrói a memória sobre a seca de 1970, foram analisados os jornais *Correio da Semana*, *Correio do Ceará* e *O Povo*. Além de problematizar as notícias sobre as políticas públicas, parti para a análise das conjunturas desses jornais, atentando para como as notícias estavam dispostas nas páginas e quais ganhavam maior visibilidade: a construção dos textos, a forma como cada notícia era apresentada, a utilização de palavras depreciativas em referência aos agricultores, como “famintos”, e a ênfase nessa imagem com o recurso a expressões “flagelados famintos”, “sertanista sofredor”, “sertanejos flagelados”, “agricultores famintos”, “cassacos”, “vítimas da seca”. Foram pertinentes pontos no percurso para perceber a relação entre o recurso à carga dramática e a intencionalidade da notícia, como se vê no trecho citado abaixo, publicado no Jornal *Correio do Ceará* no dia 16 de maio de 1970:

Também de Sobral chega-nos a idêntica notícia: agricultores famintos apreenderam três reses de propriedade do senhor Francisco

Figueiredo, para saciar a fome, tendo sido presos pela polícia, que os acusou de insufladores da ordem pública. Estes dois exemplos (se refere também a cidade de a Santa Quitéria) dizem bem sobre a realidade da situação da Zona Norte do Estado que ficou a parte do plano da SUDENE no que se referia a abertura de frentes de serviço, pelo que espera-se a atenção das autoridades públicas para a região. (Grifos meus)<sup>243</sup>

Além de considerar os agricultores famintos, a reportagem também diz que eles estariam causando desordem. Associando essa situação com a falta de frentes de serviços a reportagem reclama providências das autoridades públicas e de órgãos responsáveis como a SUDENE, pela implementação dessa política em Sobral e demais cidades da região da Zona Norte. Outro fator presente na notícia é a legitimação de que aquela situação era uma realidade da cidade que só mudaria com a chegada de políticas públicas como as frentes de serviços. O texto também evidencia que as políticas dos governos militares não eram suficientes para atender todas as cidades que as solicitasse. No periódico *O Povo* também se constata essa forma de referência sobre os agricultores:

O DNOCS vai começar o alistamento de seus 6.500 flagelados, nas quatro primeiras frentes de serviço, dividindo-os em turmas de 27 homens, no mesmo sistema em que deveram ser distribuídos os 5.500 operários a serem empregados pelo DAER e 1º Grupamento de Engenharia. Sômente para o Departamento nessa primeira etapa de três meses de trabalho a SUDENE destinou 2 milhões e 800 mil cruzeiros, e dispõe êle de todos os implementos que serão empregados nas obras. Ao todo, incluindo Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte serão atendidas 50 mil pessoas. O Alistamento nas frentes de serviço, poderá começar nos próximos dez dias, segundo informação do DNOCS.<sup>244</sup>

A reportagem do Jornal *O Povo*, traz outra realidade, a chegada de frentes de serviços para os sertanejos. O Departamento de Estradas e Rodagens (DAER) seria o órgão responsável para empregar os agricultores. Seriam trabalhos temporários, voltados à construção de estradas. Assim como o Jornal *Correio do Ceará*, *O Povo* refere-se aos agricultores como “flagelados”. Sinalizo também para o fato de esse

<sup>243</sup> Famintos saqueiam rebanhos em Sobral e Santa Quitéria. **Correio do Ceará**. Fortaleza, ano, n., 16 maio, 1970. p. 17.

<sup>244</sup> Alistamento começa com turma de 27. **O Povo**, Fortaleza, ano 62, n. 13.111, 13 maio. 1970. p. 1.

periódico usar termos que configuram uma linguagem predominante no discurso dos governos militares, como a palavra “alistamento”, presente em muitos dos textos dos referidos jornais cearenses, o que configura que o jornal possivelmente fosse um aliado da ditadura.

Sobre a realidade da cidade de Sobral diante da estiagem, de acordo com os agricultores entrevistados, o cotidiano dos agricultores sertanejos em períodos de estiagem, embora não houvesse chuvas, era de trabalhar na lida do campo, “arrancando tocos” e limpando terrenos. Como diz o Senhor Édson, eram tempos difíceis, tinha que “trabalhar alugado” para proprietários terras da região:

LUCIANE: – E que ano foi esse que o senhor disse que foi tão difícil?

Sr. ÉDSON: – 1987, 89, 90... . Tudo num foi bom não.

LUCIANE: – Mas por que?

Sr. ÉDSON: – Porque não tinha assim um recurso que desse assim uma ajuda a gente pra plantar. Quando era no tempo d’eu capinar um roçado, precisava eu trabalhar alugado pra comprar coisa pra cumê. Aí se dava pouco, né. Por causa disso. Mas a gente fazia sempre. Essa muié aí, ela plantou numa baixa ali, ela engordou um porco que deu mais de cem quilo. Engordou com mais de seis alqueiro de milho, na baixa que ela plantou sozinha. Ela cuidava dos menino e capinava e criava as galinhazinha dela. Se nós num criasse nada, aí é que a precisão era grande! Pois é! Pra ocê vê cuma é as coisa. Aí, hoje, nós tamo numa vida de rosa, tamo aposentado, tamo morando na nossa casa....! Né! Mas ninguém deixa a agricultura de mão, porque é uma coisa que nascemo agricultor. Meu pai era agricultor, minha mãe era agricultor, meus avô... Tudim. Agora assim! Tem muita gente da mesma família que num é. Vive é em São Paulo, Rio de Janeiro e tudo, mermo. Mas eu, assim, nasci nos mato e prefiro aqui. Quando eu vou e tudo pra Fortaleza, lá pra casa da minha fia, com três dia, eu tô é chorando pra vim me embora [risos]. Ela diz: Pai, ocê num gosta de mim não. Vem não. Vem pra cá e com três dia quer vir s’embora! Eu digo: É porque eu não dou com o clima da cidade.

Para o Senhor Édson, os momentos considerados difíceis de sua vida seriam os tempos das estiagens, mas nas memórias desse agricultor o tempo de 1970 não foi o mais difícil e sim os das décadas de 1980 a 1990; ao mesmo tempo em que enfatiza como ele e sua família buscavam alternativas para a sobrevivência no sertão, mesmo em momentos difíceis.

Com as fontes orais, procurei evidenciar nesse trabalho as experiências de vida desses agricultores, abordando o modo como percebiam seus modos de vida antes e durante o tempo da estiagem de 1970, bem como suas experiências nos trabalhos emergenciais dos governos militares. Atento, nessas entrevistas, para o outro lado da história, a partir daquilo que não consta nos noticiários.

Procurei ouvir esses agricultores – alguns haviam também participado das frentes de serviço em 1970 – e descobri que em suas memórias cada tempo tem um significado para cada um deles. Havia pontos em comum entre eles, como a questão dos hábitos alimentares e a vontade de permanecer no sertão. Isso podemos evidenciar na fala do Senhor Édson e também com os outros entrevistados, principalmente com o Senhor Valter e a Dona Maria Socorro, que não desejaram sair do sertão nem mesmo para a sede do Distrito de Taperuaba, porque acreditavam que as dificuldades seriam semelhantes.

Desse modo, as memórias desses agricultores sertanejos evidenciam que a imprensa de 1970 continuava a reafirmar em seus noticiários uma memória hegemônica sobre as secas e essas pessoas, refletida desde a imprensa do século XIX. Uma memória de flagelo, da calamidade, de vitimização, através de notícias catastróficas que, por sua vez, construíam uma imagem de que os sertanejos viviam constantemente fugindo do sertão e, por conseguinte, a mercê da sorte de ter seus nomes alistados em frentes de serviços dos governos militares. Pensando nisso, temos, então, como diz Marta Emisia Jacinto Barbosa, uma “memória forjada [...] um circuito de difusão no passado, articulando-se também no presente, que alimentaria essa memória sobre o Ceará e seus habitantes”<sup>245</sup>.

Nos Boletins Técnicos e no Relatórios do DNOCS, destaquei informações técnicas como as construções de estradas, açudes e projetos de irrigação, bem como tabelas de valores de gastos com essas obras. Nesses documentos, havia a preocupação de reafirmar a importância do órgão para o país e para a região Nordeste. Procurei perceber, nesses documentos, em que competia a sua atuação, quem de fato dirigia essa instituição, a quem estaria vinculada e a quem beneficiava. Pois estudos historiográficos indicam forte influência das oligarquias locais sobre o referido órgão.

---

<sup>245</sup> BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos do Ceará**: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX. Op. cit. p. 20.

Acredito que ainda há discussões a serem contempladas com mais profundidade, pois há uma farta documentação que propiciaria tal aprofundamento. Desse modo, seria importante aprofundá-las num trabalho de produção de longo prazo. Durante a pesquisa, deparei-me em alguns imprevistos e também com situações previstas e que possivelmente dificultariam a realização da pesquisa no tempo estimado para a conclusão de cada fase. Tomando como exemplo o acesso as fontes, não contava com o imprevisto da reforma da Biblioteca Governador Menezes Pimentel em Fortaleza.

Encerro esse trabalho atenta para essas perspectivas de aprofundamento, principalmente com relação ao campo da política, das relações de poder dos grupos políticos com órgãos como o DNOCS e a SUDENE, com relação às políticas públicas e, também, as experiências de vida dos agricultores sertanejos da microrregião de Sobral. Mas acredito que as reflexões deste trabalho contribuíram para os estudos a respeito da historiografia do Nordeste e da seca.

Já durante a primeira metade do século XX, o pensamento pautado numa política de combater a seca vinha sendo questionado por críticos que defendiam a ideia da “convivência com o semiárido” em lugar da ideia de “combate à seca”. Mas, naquele momento, estas ideias não alavancaram, principalmente quanto se instituiu a ditadura militar no Brasil. Somente no final da década de 1970, esse debate voltou a fazer parte da política de desenvolvimento do país, quando movimentos sociais e intelectuais passaram a pressionar mais claramente por políticas que visassem o desenvolvimento econômico juntamente com o desenvolvimento social a partir da convivência com o semiárido, correlacionando a fixação do homem no campo, a questão fundiária e a questão ambiental<sup>246</sup>.

A “convivência” traria uma mudança de pensamento, pois era preciso estabelecer uma outra relação entre os seres humanos e a natureza, a partir de uma mudança cultural no modo de vida do agricultor sertanejo, quando incentivado por uma política de sustentabilidade com a contextualização de saberes e práticas tecnológicas, econômicas e políticas<sup>247</sup>.

---

<sup>246</sup> SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

<sup>247</sup> Idem. p. 188.

## Fontes

### 1) Jornais

CORREIO DA SEMANA. Sobral: Diocese de Sobral, jan./dez. 1970.

CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza: Diários Associados, abr./dez.1970.

O POVO. Fortaleza: Empresa Jornalística O POVO, jan./dez. 1970.

### 2) Boletins e Relatórios Técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

#### a) *Boletins:*

BOLETIM TÉCNICO DNOCS, v. 20, n. 5, agos., 1959.

SITUAÇÃO atual da irrigação. **Boletim Técnico DNOCS**, v. 28, n. 2, jul./dez., 1970.

PROBLEMAS e sugestões. **Boletim Técnico DNOCS**, v. 28, n. 2, p. 1-128, jul./ dez., 1970.

BOLETIM TÉCNICO DNOCS, v. 28, n. 2, jul./dez., 1970.

BOLETIM TÉCNICO DNOCS, v. 28, n. 1, jan./jul., 1970.

BOLETIM TÉCNICO DNOCS, v. 29, n. 2, jul./dez., 1971.

BOLETIM TÉCNICO DNOCS, v. 29, n. 1, jan./jul., 1971.

#### b) *Relatórios:*

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Divisão de Estatística e Apropriação de Custos. Balanço de Investimentos Públicos / Aplicações por Projetos e Atividades. **Relatório Anual: 1970**. Fortaleza, mar.1971.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Divisão de Estatística e Apropriação de Custos. Plano de Ação para Emergência de Seca / Controle dos Alistamentos Autorizados em 1970. **Relatório Anual:** 1970. Fortaleza, mar.1971.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Texto de apresentação do relatório elaborado pelo engenheiro José Lins Albuquerque. Diretor-geral do órgão. **Relatório Anual:** 1970. Fortaleza, mar.1971.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Divisão de Estatística e Apropriação de Custos. **Relatório Anual:** 1970. Fortaleza, mar.,1971.

c) *Outras publicações:*

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Situação atual da irrigação. Fortaleza, v. 28, n. 2, jul./dez., 1970.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Problemas e sugestões. Fortaleza, v. 28, n.2, jul./ dez., 1970.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Perímetro irrigado Ayres de Souza. Disponível em: <[http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros\\_irrigados/ce/ayres\\_de\\_souza.html](http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ce/ayres_de_souza.html)> Acesso em: 18 ago. 2015

### 3) Entrevistas

ARAÚJO, Francisco Júlio de. Sobral-CE, 30 jul. 2014. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Nesta data, tinha 63 anos de idade. Nasceu em 03 de setembro de 1951 na Comunidade Cachoeira das Moças, na época pertencente ao município de Sobral-CE. Hoje, essa comunidade, segundo o entrevistado pertence ao município de Forquilha-CE (que também compõe a microrregião de Sobral). Desde 1993, reside no distrito de Aracatiaçu. Militante de movimento social e agricultor. Membro titular do Conselho Municipal de Saúde de Sobral; Suplente do Conselho Estadual de Saúde do Ceará; Membro do Conselho Paroquial de Aracatiaçu; Membro do Fórum Municipal de Convivência com Semiárido de Sobral; Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Sobral; Coordenador Sindical de Aracatiaçu.

BRAGA, Antonio Peres (Antonio Gentil). Aracatiaçu, Sobral-CE, 30 jul. 2014. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultor aposentado. Residente no Distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE. Nasceu na Comunidade de Salgado, em Irauçuba-CE. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

GOMES, Edson Dias. Taperuaba, Sobral-CE, 09 out. 2015. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultor aposentado. Reside na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taperuaba, Sobral-CE. Nesta data, tinha 64 anos de idade. Nasceu em 17 de outubro de 1951, na Comunidade Estreito, uma zona de fronteira entre os municípios de Irauçuba-CE e Itapipoca-CE. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

LIMA, Dom João Ferreira. Taperuaba, Sobral-CE, 9 out. 2015. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultor não aposentado. Reside na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taperuaba, Sobral-CE. Nesta data, tinha 64 anos de idade. Nasceu em 2 de fevereiro de 1951, em Itapajé-CE. Apesar de se reconhecer como agricultor, Dom João não é aposentado pelo fato de receber benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), em virtude de uma deficiência em um dos membros inferiores.

LIMA, Selisvaldo Pereira. Sobral-CE, 22 jul. 2014. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultor aposentado. Reside em Sobral-CE. Nesta data, tinha 67 anos de idade. Nasceu em 23 de abril de 1947, na Comunidade Recreio, no Distrito de Rafael Arruda, Sobral-CE. Militante em movimentos sociais, atuou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) no Movimento Dia do Senhor, em Sobral, no período do Regime Militar. Atua no Sindicato dos/das Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sobral, na Secretaria de Formação Sindical. Na época da entrevista, era Coordenador do Fórum de Convivência com o Semiárido em Sobral.

NASCIMENTO, Maria Socorro do. Taperuaba, Sobral-CE, 09 out. 2015. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultora aposentada, dona de casa. Reside na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taperuaba, Sobral-CE. Nesta data, tinha 50 anos de idade. Nasceu no ano de 1955. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

NASCIMENTO, Valter Alves do. Taperuaba, Sobral-CE, 09 out. 2015. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultor aposentado. Reside no Distrito de Taperuaba, Sobral-CE. Nesta data, tinha 60 anos de idade. Nasceu no ano de 1945. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

RODRIGUES, Raimundo de Almeida. Conhecido como Seu Vigário. Sobral-CE, 9 out. 2015. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultor aposentado. Reside na Fazenda São Sebastião, no Distrito de Taperuaba, Sobral-CE. Nesta data, tinha 66 anos de idade. Nasceu em 11 de janeiro de 1949, na Comunidade Boa Vista, no Distrito de Taperuaba. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

SOUZA, Gerardo Victor de. Sobral-CE, 30 jul. 2014. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultor aposentado. Reside no Distrito de Aracatiaçu, Sobral-CE. Nesta data, tinha 72 anos de idade. Nasceu em 27 de dezembro de 1940, na localidade de Chumbado, no Distrito de Aracatiaçu. Passou a infância e a adolescência na Fazenda Lagoa da Ilha, próxima a Olho D'Água Pajé. Além de atuar na agricultura, desde os 15 anos de idade lida com o pasto e, por esse motivo, se reconhece também como vaqueiro.

#### 4) Legislação

BRASIL. Lei N. 467, de 31 de julho de 1937. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1937. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2270181/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-07-08-1937>. Acesso em: 2 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto Lei N. 512**, de 21 de março de 1969. Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de março de 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0512.htm)>. Acesso em: 2 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto Lei N. 1.106, de 16 de junho de 1970**. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de julho de 1970. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto Lei N. 1.179**, de 06 de julho de 1971. Poder Executivo, Brasília, DF, 6 de julho de 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1179.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1179.htm)> Acesso em: 3 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto Lei N. 6.088**, de 16 de julho de 1974. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de julho de 1974. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6088.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6088.htm)> Acesso em: 4 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 78.299**, de 23 de Agosto de 1976. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de Agosto de 1976. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78299-23-agosto-1976-427203/publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

BRASIL. **Lei N. 10.233**, de 05 de junho de 2001. Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de junho de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10233.htm)> Acesso em: 2 ago. 2015.

Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) de 30 de novembro de 1964.  
<<http://fjradvogados.jusbrasil.com.br/noticias/126322854/a-definicao-de-pequena-propriedade-rural>> Acesso em: 22 jan. 2016.

## **5) Acervos**

Cúria Diocesana de Sobral. Sobral-CE.

Setor de Periódicos da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza-CE.

Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza-CE.

Biblioteca Zenaide Sá Carneiro da Cunha. Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Fortaleza-CE.

## **6) Sítios virtuais:**

<http://asaceara.blogspot.com.br/>

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico>

<http://fjradvogados.jusbrasil.com.br/noticias>

<http://www.bb.com.br/>

<http://www.ceara.gov.br/>

<http://www.dnocs.gov.br>

<http://www.mda.gov.br/>

<http://www.obas.org.br/>

<http://www.seinfra.ce.gov.br/>

<http://www.sudene.gov.br/>

<https://leonardoboff.wordpress.com/>

<https://www.embrapa.br/>

## Bibliografia

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALVES, J. Ferreira e outros (Orgs.). Efeitos do emprego da consorciação em cultura de algodão “mocó” (*Gossypium hirsutum* Marie galante Hutch) no Estado do Ceará, Brasil. **Ciências Agronômicas**. Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 139-144, 1972.

ASSIS, Lenilton Francisco de. As redes de comércio e de serviço entre a cidade média de Sobral e algumas cidades pequenas da Região Norte do Ceará. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA ANAIS, 10., 2006, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2005. v. 26, p. 1270-1291. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/04.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BARBOSA, Jivago Correia. Obras e assistencialismo no governo José Américo (1951-1956). In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH – Associação Nacional de História. 26., 2011. Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2011. p. 4-16. Disponível em:<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300888673\\_ARQUIVO\\_JivagoBarbosaObraseassistencialismogovernoJoseAmerico-ARTIGOCOMPLETOANPUH.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300888673_ARQUIVO_JivagoBarbosaObraseassistencialismogovernoJoseAmerico-ARTIGOCOMPLETOANPUH.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos do Ceará**: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX. 2004. 289f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Imprensa e fotografia: imagens de pobreza no Ceará entre o final do século XIX e o início do século XX. **Projeto História**, São Paulo, n. 24, p. 421-429, 2002.

\_\_\_\_\_. Sobre história: imprensa e memória. ALMEIDA Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho D’Água, 2006. p. 262-272.

\_\_\_\_\_; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 39, p. 37-57, jul.-dez. 2008.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 222-232.

BEZERRA, Viviane Prado. “**Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste no mundo**”: o MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960- 1980). 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CHALHOUB, Sidney. Introdução: Zadig e a história. In: \_\_\_\_\_. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13-28.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder.** Uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAVES, José Olivenor Souza. “Metrópole da fome”: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro et. al. (Orgs.). **Seca.** Fortaleza: Edições Demócrita Rocha, 2002. p. 49-74.

CHAVES, Luciane Azevedo. “Não temos nada, nada”: Políticas públicas voltadas aos sertanejos em períodos de estiagem na microrregião de Sobral da década de 1970. **Temporalidades**, 16. ed. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 375-394, jan/abr. 2015. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/16p375.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciências, Saúde.** Manguinhos, v. 11, n. 1, p. 57-74, jan.-abr., 2004.

CPT; CPAC; IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983).** São Paulo: Hucitec, 1983.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.

FENELON, Déa *et alii* (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho D’Água, 2004.

\_\_\_\_\_. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. **Projeto História.** São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.

\_\_\_\_\_. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 40, p. 27-51, jan.-jun., 2009.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta:** Pedro II, Cearense e Constituição. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Enxadas e compassos:** seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). 2009. 153f. Dissertação (Mestrado em História) –

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

\_\_\_\_\_. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 143-179.

GONÇALVES, José Sidnei; GONÇALVES, Simone Pereira. Transformações da produção do algodão brasileiro e os impactos nas paridades de preços no mercado interno. **Revista Economia Ensaios**. Uberlândia, v. 23, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/viewFile/3633/2673>>. Ambos com acesso em: 29 jan. 2016.

GUEDES, Kaline Abrantes. **O ouro branco abre caminhos**: O algodão e a modernização do espaço da Cidade de Parahyba (1850-1924). 2006. 165f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR: Memória Popular: Teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro e outros (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 282-295.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-64 sob outro prisma. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 27-38, dez. 2007.

LANDIM, Teoberto. **Seca**: a estação do inferno. Uma análise dos romances que tematizaram a seca na perspectiva do narrador. 2.ed. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis) simulação da esperança. 2007. 272f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. O Instituto Politécnico Brasileiro e a organização da engenharia no Brasil do Segundo Reinado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. Anais. Universidade Federal da Paraíba. p.1. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.562.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.

MOTA, Francisco Assis Sousa. **A atuação do DNOCS no combate aos efeitos das secas**. Fortaleza: DNOCS, 1979.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Imagens do Nordeste**: a construção da memória regional. Fortaleza: SECULT, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(ligião) Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil.** Uma abordagem histórica da legislação. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em: 30 out. 2015.

POMPEU SOBRINHO, Tomaz. **História das Secas** (Século XX). 2. ed. Mossoró: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte; Fundação Guimarães Duque; Escola Superior de Agricultura, 1982. (Coleção Mossoroense, v. CCXXVI).

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. Programa um milhão de cisternas rurais no Nordeste brasileiro: políticas públicas, desenvolvimento sustentável e convivência com o Semiárido. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: 2009. p. 1-25.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro e outros. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 296-313.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na história oral. A pesquisa como experimento de igualdade. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr.1997.

PROJETO HISTÓRIA. São Paulo: EDUC, n. 35, dez. 2007.

RABELO FILHO, José Valdenir. **A “Princezinha do Norte” em tempos de autoritarismo**. Legitimidade, consenso e consentimento (Sobral – CE / 1964- 1979). 201f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

RAMOS, João. A nucleação artificial da atmosfera como contribuição na luta contra as secas. **Anais do Instituto do Nordeste**, Fortaleza, n. 2, 1953.

SILVA, João Batista Teófilo. **Imprensa, ditadura e abertura política**: entre consentimentos, atritos e ambivalências. a atuação dos jornais cearenses "Correio da Semana" e "O Povo" (1974-1985). 2015. 229f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 467-485, jul.-set., 2007.

SILVA, Virgínia Maria Tavares da. **A revolta do rebanho de Cristo**: o progressismo católico e a imprensa no Brasil (1950-1975). Fortaleza: EUFC, 1997.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. A cidade dos “coronéis”: história e cultura política em Sobral-Ce (1962-1970). In: JÚNIOR, Martha Maria *et al.* (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano**: Sobral e região em foco. Fortaleza, EdUECE, 2010. p. 71-91.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 10, jun. 1989. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SODRÉ, Nelson Wernek. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, jul./dez, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Eloy de. **O calvário das secas**. Natal: Imprensa Oficial, 1938.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Climatologia, epidemias e endemias no Ceará**: memória apresentada ao 4º Congresso Médico Latino-Americano do Rio de Janeiro. [1909]. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

TEXEIRA, Maria Erileuda Brito; DINIZ, Aldiva Sales. Marcas do abandono: o caso do perímetro irrigado Ayres de Souza, Jaibaras-Ceará. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral, v. 17, n. 1, p. 31-44, mar. 2015. Disponível em: <[www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/download/206/222](http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/download/206/222)>. Acesso em 12 ago. 2015.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses**: e outros artigos. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. **Narradores do sertão**: História e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses. 2004. 302 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Reestruturação socioespacial do Ceará: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Baixo Acaraú.** 188f. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

VERAS, Edmilson Correia. **A SUDENE e o desenvolvimento agrícola do Nordeste no período 1960 a 1980. 1993.** 337f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **A pesquisa em História.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.